

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano
PROPUR



**Morfologia, Transformação e Co-presença em centros urbanos:
o caso do Centro do Rio de Janeiro/RJ**

Dissertação de Mestrado

Andrea da Costa Braga

Orientador: Prof. Dr. Décio Rigatti

Porto Alegre, julho de 2003

CAPA - CRÉDITOS

BRAGA, Andrea da Costa. Montagem Fotográfica do perfil do Centro do Rio desde a barca Rio/Niterói, 1997.

Composição de mapas: todos extraídos de “Do cosmógrafo ao satélite – mapas da cidade do Rio de Janeiro”, Czajkowski, 2000.

Créditos dos originais (da esquerda para a direita):

Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas Fortificações, João Massé, 1713
Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, formato 60x89cm
1ª planta do Rio em escala correta;

Repartição da Carta cadastral da Prefeitura Municipal *Planta da cidade do Rio de Janeiro indicando os melhoramentos em execução*, 1905 in Ferreira da Rosa, Francisco. 45x60cm, coleção particular;

Mapa Arquitetural Rio / Turisrio, 1993, Victor Castro, 2ª edição, 97 x 98cm, Secretaria Municipal de Urbanismo, Rio de Janeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO

**MORFOLOGIA, TRANSFORMAÇÃO E CO-PRESENÇA EM
CENTROS URBANOS:
O CASO DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO**

Andrea da Costa Braga

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional

Orientador: Prof. Dr. Décio Rigatti

PORTO ALEGRE, julho de 2003.

Ao Fernando Falcão, meu primeiro leitor, de mãos dadas.
Aos meus pais, Lalu e Mário, em reparação pelo meu exílio voluntário.
À Maria Elaine Kohlsdorf, minha quitação de débito.

Agradeço,
primeiro, ao Prof. Dr. Décio Rigatti, orientador paciente e dedicado, que além
do apoio, da compreensão e do estímulo permanentes, esperou pacientemente
que eu concluísse esse trabalho.
À banca, Briane Bicca, Frederico Holanda e Nelson Rego, a disposição de lê-
lo.

À Dani e à Fê, pela ajuda constante e pelos *causos* compartilhados.
Aos amigos negligenciados, próximos e distantes geograficamente, que
insuflaram idéias e fôlego: Bicca, Bu e Lome, Bel e Feliz, Cláudio, Charlie e
Elisa, Cyntia, Dênis, Edson, Edu, Evandro Salles, Fábio e Renata, Família
Rodrigues, Gê, Jô, Jú, Júnior, Lena e Soeiro, LucaB, Maria Ivone e Hélio,
Mário e Celinha, Ma-Mai, Marília, Ma-Za, Mauro, Miguel e Cecé, Mônica,
Newton, Nina Cláudia, Paco e Ralph e a todos os *perdidos e achados no*
espaço.

À coordenação, professores e alunos do PROPUR, que me incluíram e,
especialmente, à Neiva (in memoriam) e Rosane, sempre alertas.
À CAPES/CNPq e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela
oportunidade e o auxílio financeiro.

Sumário

LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE ANEXOS	15
RESUMO	16
ABSTRACT	17
CAPÍTULO 1	18
INTRODUÇÃO	18
1.1 Apresentação do tema	18
1.2 Definição do problema da pesquisa	21
1.3 Objetivos da pesquisa	21
1.4 Hipótese de trabalho	21
1.5 Estruturação do trabalho	22
CAPÍTULO 2	24
LEITURAS PRÉVIAS E REFERÊNCIAS TEÓRICAS À PESQUISA	24
2.1 Um passeio modelar: o “estado da arte” na descrição e análise de sistemas urbanos	24
2.2 Discussões sobre morfologia espacial e sociedade: a que se soma a descrição sintática?	33
2.3 Por onde andamos e outras perguntas que não querem calar: uma maneira de discutir as transformações morfológicas	44
CAPÍTULO 3	53
METODOLOGIA E FERRAMENTAS PARA ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO	53
3.1 Introdução	53
3.2 A decomposição do sistema de espaços abertos e as relações que definem os padrões espaciais: mapas de ilhas espaciais, espaços convexos e de linhas axiais	59
3.3 A descrição dos padrões espaciais baseada na decomposição uni e bidimensional	60
3.3.1 <i>Informações obtidas diretamente do mapa de ilhas espaciais</i>	<i>61</i>
3.3.2 <i>A leitura do sistema de espaços convexos e sua análise: as medidas locais</i>	<i>62</i>
3.3.3 <i>O mapa de linhas axiais e as medidas globais</i>	<i>63</i>
3.4 Co-presença e movimento - viés quantitativo da análise	70

3.5 O que se entende por vida espacial / vida social e sua aplicação no estudo de caso	73
3.6 Delimitação e amostra para o estudo: uma breve discussão sobre centralidade	77
3.6.1 <i>Limites da amostra</i>	77
3.6.2 <i>Base cadastral para efetivação da pesquisa</i>	78
3.6.3 <i>Algumas características sócio-econômicas atuais da área de estudo</i>	79
3.7 Abrangência e limites da abordagem	82
CAPÍTULO 4	87
EVOLUÇÃO HISTÓRICA: SÉCULOS XVI, XVII, XVIII e XIX	87
4.1 Introdução	87
4.2 Do século XVI ao XVIII: transformação a passos lentos	88
4.2.1 <i>Introdução: fundar cidades, seguir caminho</i>	88
4.2.2 <i>Vida social: senhores! Somos todos mercadores</i>	91
4.2.3 <i>Vida espacial e morfologia urbana: o porto seguro para a prática das trocas; o comércio em movimento: quitandeiros e camelôs</i>	93
4.2.4 <i>Padrões espaciais e co-presença : o terreiro do poder / o vale de sombras</i>	102
4.2.5 <i>Relações ou a síntese das medidas sintáticas</i>	109
4.3 Século XIX: capital do Reino, do Império e da República	114
4.3.1 <i>Introdução: Contradições e assimilação de tradições locais</i>	114
4.3.2 <i>Vida social: descalços no parque (ou no Passeio Público)</i>	117
4.3.3 <i>Vida espacial: os endereços do poder</i>	120
4.3.4 <i>Padrões espaciais e co-presença: a distensão da centralidade</i>	127
4.3.5 <i>Relações ou a síntese das medidas sintáticas</i>	136
CAPÍTULO 5	145
A CONSOLIDAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO ATUAL: O LONGO SÉCULO XX	145
5.1 Introdução: um século feito aos pedaços	145
5.2 Vida social: identidade imprópria, ou os mitos do cosmopolitismo	147
5.3 Zunga na Paris tropical: a máscara de beleza de Pereira Passos	149
5.3.1 <i>Padrões espaciais e co-presença: a segregação dos códigos e a concentração da centralidade</i>	150
5.3.2 <i>Vidas social e espacial: uma avenida entre o lado claro e o lado escuro</i> ..	156
5.3.3 <i>Relações ou a síntese das medidas sintáticas</i>	161
5.4 Demolir para consolidar (1905-1965): cadê o morro que estava aqui? O mar comeu ... E a gente que morava ali? O subúrbio escondeu	166
5.4.1 <i>O Plano Agache: uma proposta monumental e higiene para o Centro do Rio de Janeiro</i>	169

5.4.2 <i>Novas idéias e mudanças de paradigmas: um Centro cada vez mais capital</i>	173
5.4.3 <i>Padrões espaciais: dois momentos 1945 / 1960</i>	177
5.4.4 <i>Vida espacial: a distribuição / concentração de rótulos dita a co-presença?</i>	183
5.5 <i>A realidade metropolitana e o redimensionamento da centralidade (1965-1999)</i>	188
5.5.1 <i>O Plano Doxiadis e a renovação urbana</i>	189
5.5.2 <i>Significado e pluralidade de estratégias para a recuperação do Centro: preservação, integração, revitalização e sinergia</i>	193
5.6 <i>A configuração urbana atual: a gentrificação⁴⁰ como prerrogativa da vida espacial</i>	198
5.6.1 <i>Padrões espaciais e rótulos: um centro cult e um centro pop</i>	201
5.6.2 <i>Relações ou a síntese das medidas sintáticas</i>	207
5.6.3 <i>Vida espacial e movimento: o Centro da cidade, o Centro do subúrbio, o subúrbio do Centro e a periferia do Centro</i>	213
CAPÍTULO 6	253
CONCLUSÕES: POR ONDE ANDAMOS? PARA ONDE ESTAMOS DESINTERESSADOS DE IR?	253
Referências bibliográficas	267
ANEXO 01	275
ANEXO 02	276
ANEXO 03	277
ANEXO 04	278
ANEXO 05	279
ANEXO 06	280

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 3

3.1 BRAGA, Andrea da Costa. Diagrama de profundidades relativas entre espaços, 2002. Baseado em HILLIER e HANSON, *The Social Logic of Space*, Cambridge, University Press, 1984, p.94.

3.2 BRAGA, Andrea da Costa. Decomposição de planta cadastral através da metodologia sintática. Desenho da autora. Fração em estudo, praça da Cruz vermelha, Lapa, Centro do Rio de Janeiro, 2002. Baseado em HILLIER e HANSON, *The Social Logic of Space*, Cambridge, University Press, 1984.

3.3 BRAGA, Andrea da Costa. Detalhes de estruturas dos espaços públicos no Centro do Rio de Janeiro, 1990, da esquerda para a direita: morro da Conceição, praça XV, praça Tiradentes e esplanada do Castelo. Decomposição de planta cadastral através da metodologia sintática, 2002. Baseado em HILLIER e HANSON, *The Social Logic of Space*, Cambridge, University Press, 1984.

3.4 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de espaços convexos, morro da Conceição, Centro do Rio de Janeiro, 1990. Decomposição de planta cadastral através da metodologia sintática, 2002. Baseado em HILLIER e HANSON, *The Social Logic of Space*, Cambridge, University Press, 1984.

3.5 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de linhas axiais do Centro do Rio de Janeiro, 1990. Decomposição de planta cadastral de 1990 através da metodologia sintática, 2002. Baseado em HILLIER e HANSON, *The Social Logic of Space*, Cambridge, University Press, 1984.

3.6 BRAGA, Andrea da Costa. Modelos teóricos: núcleos integradores, linear ou espinha de peixe – Morro da Conceição, grelha ortogonal deformada – centro velho -, roda deformada – Castelo-, Centro do Rio de Janeiro, 1990. Decomposição de planta cadastral através da metodologia sintática, 2002. Baseado em HILLIER, Bill. *Space is the Machine*, Cambridge, University Press, 1996.

3.7 RIO DE JANEIRO. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Mapa do município, com indicação dos bairros e área do estudo de caso. 2003.

CAPÍTULO 4

4.1 ALBERNAZ, João Teixeira, o moço (fl.1627-1675). Aparência do Rio de Janeiro (original arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa; 23 x 36cm). In: ADONIAS, Isa. *Mapa - Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Norberto Odebrecht, 1993, p. 244.

4.2 FIGUEIRA, André Vaz, o moço (fl.1627-1675). Carta topográfica da cidade do Rio de Janeiro, 1750 (original Mapoteca do Itamaraty /RJ; 73 x 95cm). In: ADONIAS, Isa. *Mapa - imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro Fundação Norberto Odebrecht, 1993, p. 247.

4.3 BUVELOT E MOREAU. Rua Direita Rio de Janeiro, (col. Beatriz e Mário de Pimenta Camargo, c. 1842 aquarela, 21,5 x 24,5cm). In: MASP. *Descobrimento e Colonização - Brasil 500 anos*. catálogo exposição São Paulo, MASP, 2000.

4.4 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de rótulos espaciais e linhas axiais do centro do Rio de Janeiro /1750.

Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização de FIGUEIRA, André Vaz, Carta Topográfica da cidade do Rio de Janeiro, 1750 In: ADONIAS, Isa. Mapa - imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro. Fundação Norberto Odebrecht, 1993, p. 247, e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

4.5 AZEVEDO, Aroldo de. Evolução urbana do Rio de Janeiro 1567, 1650, 1770. In: AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial. São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1956, Boletim n.º 208, Geografia nº11, 96p.

4.6 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de inversão fundo/figura do centro do Rio de Janeiro /1750. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização de FIGUEIRA, André Vaz, Carta topográfica da cidade do Rio de Janeiro, 1750. In: ADONIAS, Isa. Mapa - imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro. Fundação Norberto Odebrecht, 1993, p. 247.

4.7 BUVELOT e MOREAU (c.1842). A carioca (original COL. Pimenta Camargo /SP; 21,5 x 24,5cm). In: MARQUEZ, Descobrimto e colonização - Brasil 500 anos. São Paulo, MASP, 2000, p. 189.

4.8 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de integração global do centro do Rio de Janeiro /1750. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização de FIGUEIRA, André Vaz, Carta topográfica da cidade do Rio de Janeiro, 1750. In: ADONIAS, Isa. Mapa - imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Norberto Odebrecht, 1993, p. 247 e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

4.9 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de integração local R3 do centro do Rio de Janeiro /1750. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização de FIGUEIRA, André Vaz, Carta topográfica da cidade do Rio de Janeiro, 1750. In: ADONIAS, Isa. Mapa - imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Norberto Odebrecht, 1993, p. 247 e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

4.10 BRAGA, Andrea da Costa. Linhas do núcleo integrador do centro do Rio de Janeiro / 1750. Porto Alegre, 2001. Desenhado a partir do mapa de integração global, processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

4.11 BRAGA, Andrea da Costa. Scattergram inteligibilidade conectividade x integração. Porto Alegre, 2001. Correlação processada a partir das medidas de Integração (RN) obtidas através do mapa de integração global (ver referência 4.14) e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

4.12 BRAGA, Andrea da Costa. Scattergram sinergia integração x integração local-R3. Porto Alegre, 2001. Correlação processada a partir das medidas de Integração (RN) obtidas através do mapa de integração global (ver referência 4.14) e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

4.13 MASHEK, E. Planta da cidade do Rio de Janeiro e de parte dos subúrbios, 1890 (col. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 84 x 105 cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 64-65.

4.14 GUTIERREZ, Juan. Fotografia s/r, 1892-96. In: ERMAKOFF, George et al. Juan Gutierrez. Rio de Janeiro, Marca d'Água, 2001.

4.15 FERREZ, Marc. Rua do Ouvidor, 1904. Fotografia (col. Arquivo Geral da Cidade / RJ). In: CARRER, Aline et al. Rio de Assis - imagens machadianas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,

Casa da Palavra, 1999.

4.16 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa fundo / figura com rótulos do centro do Rio de Janeiro / 1890. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização de MASHEK, E. Planta da cidade do Rio de Janeiro e de parte dos subúrbios, 1890 (col. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 84 x 105 cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 64-65

4.17 KLUMB, Revert Henrique. Cais Pharoux, 1??? Fotografia (col. Biblioteca Nacional / RJ). In: CARRER, Aline et al. Rio de Assis - imagens machadianas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 1999.

4.18 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa das freguesias do centro do Rio de Janeiro / 1890. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização de MASHEK, E. Planta da cidade do Rio de Janeiro e de parte dos subúrbios, 1890 (col. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 84 x 105 cm) e baseado no mapa 3.2 - Município do Rio de Janeiro: as freguesias do Rio de Janeiro no século XIX. In: ABREU, Maurício de. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO / Zahar, 1988, p. 38.

4.19 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa inversão fundo / figura do centro do Rio de Janeiro / 1890. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização de MASHEK, E. Planta da cidade do Rio de Janeiro e de parte dos subúrbios, 1890 (col. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 84 x 105 cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 64-65.

4.20 MALTA, Augusto. Morro da favela da Providência, 1920. Fotografia (col. Arquivo Geral da Cidade / RJ). In: CARDOSO, Elizabeth Dezouart et al. História dos bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Rio de Janeiro, João Fortes / Index, 1987, p. 123.

4.21 Túnel João Ricardo, morro do Livramento, 189?, s/r. Fotografia (col. Elysio Belchior). In: CARDOSO, Elizabeth Dezouart et al. História dos bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Rio de Janeiro, João Fortes / Index, 1987, p. 94.

4.22 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de integração global do centro do Rio de Janeiro / 1890. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização de MASHEK, E. Planta da cidade do Rio de Janeiro e de parte dos subúrbios, 1890 (col. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 84 x 105 cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 64-65.

4.23 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de integração local-R3 do centro do Rio de Janeiro / 1890. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização de MASHEK, E. Planta da cidade do Rio de Janeiro e de parte dos subúrbios, 1890 (col. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 84 x 105 cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 64-65.

4.24. BRAGA, Andrea da Costa. Linhas do núcleo integrador do centro do Rio de Janeiro / 1890. Porto Alegre, 2001. Desenhado a partir do mapa de integração global, processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

4.25 BRAGA, Andrea da Costa. Scattergram inteligibilidade conectividade x integração. Porto Alegre, 2001. Correlação processada a partir das medidas de Integração (RA) obtidas através do mapa de integração global (ver referência 4.14) e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

4.26 BRAGA, Andrea da Costa. Scattergram sinergia integração x integração local-R3. Porto Alegre, 2001. Correlação processada a partir das medidas de Integração (RA) obtidas através do mapa de integração global (ver referência 4.14) e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

CAPÍTULO 5

5.1 anônimo, in FERREIRA DA ROSA. Planta da Cidade do Rio de Janeiro indicando os melhoramentos em execução, 1905 original, coleção particular; (45x69cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 68.

5.2 FRAGOSO, J. Rocha. Mappa Architectural da Cidade do Rio de Janeiro, 1874, original, coleção particular; (184x137cm), reimpressão, 1971. In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 87.

5.3 BRAGA, Andrea da Costa. Detalhe das alterações de escala de espaços públicos nas reformas de Pereira Passos- espaço monumental praça Floriano (Cinelândia) / 1905. Mostra-se os espaços convexos novos, comparando-se aos existentes (FIGURA 5.2), Porto Alegre, 2002. Mapa desenhado a partir de anônimo, in FERREIRA DA ROSA. Planta da Cidade do Rio de Janeiro indicando os melhoramentos em execução, 1905 original, coleção particular; (45x69cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 68.

5.4 MALTA, Augusto. Avenida Central, vista tomada do morro do Castelo, vendo-se a praça Floriano, atual Cinelândia, 1905. Fotografia (col. Bulhões Carvalho e Marques Rebelo). In: BULHÕES, Antônio; MARQUES REBELO. O Rio de Janeiro do Bota-Abaixo. Rio de Janeiro, Salamandra, 1997, p. 86-87.

5.5 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de integração global do Centro do Rio de Janeiro / 1905. Porto Alegre, 2002. Mapa desenhado a partir da digitalização de anônimo, in FERREIRA DA ROSA. Planta da Cidade do Rio de Janeiro indicando os melhoramentos em execução, 1905 original, coleção particular; (45x69cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 68.

5.6 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de integração local-R3 do Centro do Rio de Janeiro / 1905. Porto Alegre, 2002. Mapa desenhado a partir da digitalização de anônimo, in FERREIRA DA ROSA. Planta da Cidade do Rio de Janeiro indicando os melhoramentos em execução, 1905 original, coleção particular; (45x69cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 68.

5.7 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de rótulos do Centro do Rio de Janeiro / 1905. Porto Alegre, 2002. Mapa desenhado a partir da digitalização de anônimo, in FERREIRA DA ROSA. Planta da Cidade do Rio de Janeiro indicando os melhoramentos em execução, 1905 original, coleção particular; (45x69cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 68.

5.8 BRAGA, Andrea da Costa. Linhas do núcleo integrador do centro do Rio de Janeiro / 1905. Porto Alegre, 2001. Desenhado a partir do mapa de integração global, processado pelo programa AXMAN, Laboratório de estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

5.9 BRAGA, Andrea da Costa. Scattergram inteligibilidade: conectividade x integração. Porto Alegre, 2002. Correlação processada a partir das medidas de Integração (RA) obtidas através do

mapa de integração global (ver referência 4.14) e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

5.10 BRAGA, Andrea da Costa. Scattergram sinergia: integração x integração local-R3. Porto Alegre, 2002. Correlação processada a partir das medidas de Integração (RA) obtidas através do mapa de integração global (ver referência 4.14) e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

5.11 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de inversão fundo-figura do Centro do Rio de Janeiro / 1905. Porto Alegre, 2002. Mapa desenhado a partir da digitalização de anônimo, in FERREIRA DA ROSA. Planta da Cidade do Rio de Janeiro indicando os melhoramentos em execução, 1905 original, coleção particular; (45x69cm). In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do cosmógrafo ao satélite - mapas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 68.

5.12 anônimo. Vista aérea da esplanada do morro do Castelo, com o Mercado Municipal à direita e grande área de aterro, onde se localizam as avenidas Churchill, Roosevelt e Mal. Câmara. (col. Biblioteca Nacional / documentos do Rio de Janeiro - Tam. A – n° XXVI). In: ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar / IPLANRIO, 2ª ed., 1988.

5.13 AGACHE, Alfred. Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento. Paris, 1930. Perspectiva do pórtico monumental previsto para a região da Lapa. In: EVENSON, Norma. Two brasilian capitals: architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. Londres, Yale University, 1973, fig. 62.

5.14 AGACHE, Alfred. Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento. Paris, 1930. Planta baixa do Plano Agache. In: EVENSON, Norma. Two brasilian capitals: architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. Londres, Yale University, 1973, fig. 61.

5.15 BRAGA, Andrea da Costa. Mapas de integração global e local do projeto de Agache para o Centro do Rio de Janeiro / 1930. Porto Alegre, 2002. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta baixa do Plano Agache e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS. AGACHE, Alfred. Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento. Paris, 1930. In: EVENSON, Norma. Two brasilian capitals: architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. Londres, Yale University, 1973, fig. 61.

5.16 HOLLAND, S. A praça XI, com os quarteirões demolidos para a abertura da Presidente Vargas: à esquerda vê-se o Campo de Santana e a Casa da Moeda, à direita a estação férrea (Pedro II) antes da reforma e o quartel do exército. Fotografia, c.1930 (col. Museu Histórico Nacional). In: DEZOUZART CARDOSO et al. História dos Bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo - Zona Portuária. Rio de Janeiro, João Fortes - Index, 1987. p. 139.

5.17 DEPARTAMENTO DE URBANISMO/PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Projeto de urbanização para a área resultante do desmonte do morro de Santo Antônio, mostrando o desenho viário, o parcelamento por projeções e os perfis de ocupação dos lotes. Desenho de aprovação, 1958 (col. Prefeitura do Rio de Janeiro). In: OLIVEIRA REIS, José de. O Rio de Janeiro e seus Prefeitos – evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1977. p. 163.

5.18 EVENSON, Norma. Distrito Central de Negócios visto de Santa Tereza; área sendo demolida do morro de Santo Antônio é vista à esquerda. Rio de Janeiro, 196?. Fotografia. In: EVENSON, Norma. Two brasilian capitals: architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. Londres, Yale University, 1973, fig. 80.

5.19 EVENSON, Norma. Vista do aterro do Flamengo, já com o MAM e o Monumento aos Pracinhos

em construção, o aeroporto ao fundo à direita; à esquerda a Rio Branco e ao fundo o viaduto da Perimetral. Rio de Janeiro, 196?. Fotografia. In: EVENSON, Norma. Two brasilian capitals: architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. Londres, Yale University, 1973, fig. 81.

5.20 BRAGA, Andrea da Costa. Mapas de integração global e integração local R3do Centro do Rio de Janeiro / 1945. Porto Alegre, 2002. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS. In: CANABRAVA BARREIROS, Eduardo. Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – ensaio – 1565/1965. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965. Prancha nº.20.

5.20 BRAGA, Andrea da Costa. Mapas de integração global e integração local R3 do Centro do Rio de Janeiro / 1965. Porto Alegre, 2002. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.. In: CANABRAVA BARREIROS, Eduardo. Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – ensaio – 1565/1965. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965. Prancha nº.21-22.

5.21 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de integração global e local R3 - Centro do Rio de Janeiro / 1965. Porto Alegre, 2002. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.. In: CANABRAVA BARREIROS, Eduardo. Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – ensaio – 1565/1965. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965. Prancha nº.21-22.

5.22 anônimo. Rio de Janeiro- Praça Marechal Floriano (Cinelândia), vista aérea com Teatro Municipal ao fundo, à direita o conjunto de edifícios com cinemas, donde deriva o apodo Cinelândia. Cartão postal ed. WESSEL s/identificação de origem, c.1950 (col. Andrea da Costa Braga).

5.23 anônimo. Rio de Janeiro – Avenida Presidente Vargas, Candelária no ponto focal e edifícios em altura, sedes de instituições bancárias marcando o cruzamento com a Rio Branco. Cartão postal, s/identificação de origem, c.1950 (col. Andrea da Costa Braga).

5.24 anônimo. Rio de Janeiro – Avenida Rio Branco, vista aérea a partir da praça Mauá; à direita , ao fundo o edifício d' A Noite, note-se que a verticalização e substituição dos edifícios ecléticos ainda não tinha sido completada. Bilhete-postal, ref. TP557, s/identificação de origem, c.1930 (col. Andrea da Costa Braga).

5.25 BRAGA, Andrea da Costa. Fotografia. Esquina das ruas do Ouvidor e 1º de Março, mostrando a verticalização que dominou o centro nos anos 1970. 2001.

5.26 DOXIADIS. Guanabara - plano para desenvolvimento urbano. Plano Doxiadis, Rio de Janeiro, 1965. In: EVENSON, Norma. Two brasilian capitals: architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. Londres, Yale University, 1973, fig. 75 e BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de integração global do Município do Rio de Janeiro 1965. Porto Alegre, 2002. Mapa desenhado a partir da digitalização do projeto de Doxiadis (supra-referido) e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

5.27 MUNIZ MARQUES, Carlos e BAPTISTA DE AZEVEDO, Jorge. Limites do Corredor Cultural, área total 1.294.625m², 1985. Mapa que mostra as quatro áreas principais de intervenção do Projeto Corredor Cultural, posto em prática a partir de 1984 pelo IPLANRIO, RIOARTE, órgãos da Prefeitura da Cidade do rio de Janeiro. In: FREITAS PINHEIRO, Ivan de e GONÇALVES DA ROCHA, Edgar M et alli. Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985, p.9.

5.28 BRAGA, Andrea da Costa. Fotografia. Avenida Presidente Vargas, vendo-se à direita o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), a casa França-Brasil, dois dos primeiros centros culturais implantadas no Centro, ao fundo o elevador da Perimetral. 2001.

5.29 BRAGA, Andrea da Costa. Fotografia. Avenida Presidente Antônio Carlos e Fórum vistos a partir do terminal Menezes Cortes. 2001.

5.30 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de integração global - Centro do Rio de Janeiro / 1990. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS. In: Centro – RAI e BAIRROS. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/10.000.

5.31 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de integração local R3 - Centro do Rio de Janeiro / 1990. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS. In: Centro – RAI e BAIRROS. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/10.000.

5.32 BRAGA, Andrea da Costa. Fotografia. Largo da Carioca, vendo-se ao fundo os edifícios dos anos 70 construídos na avenida República do Paraguai e o convento de Santo Antônio com a parte remanescente do morro de mesmo nome. 2001.

5.33 BRAGA, Andrea da Costa. Núcleo Integrador do sistema axial do Centro do Rio de Janeiro, 1990. Porto Alegre, 2002. Correlação processada a partir das medidas de Integração (RN) obtidas através do mapa de integração global (ver referência FIGURA 5.30) e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

5.34 BRAGA, Andrea da Costa. Scattergram inteligibilidade: conectividade x integração local-R3 do centro do rio de Janeiro, 1990. Porto Alegre, 2002. Correlação processada a partir das medidas de Integração (RA) obtidas através do mapa de integração global (ver referência FIGURA 5.30) e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

5.35 BRAGA, Andrea da Costa. Scattergram sinergia: integração x integração local R3 do Centro do Rio de Janeiro 1990. Porto Alegre, 2002. Correlação processada a partir das medidas de Integração (RA) obtidas através do mapa de integração global (ver referência FIGURA 5.) e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS.

5.36 BRAGA, Andrea da Costa. Mapa de inversão fundo-figura - Centro do Rio de Janeiro / 1990. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS. In: Centro – RAI e BAIRROS. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/10.000.

5.37 BRAGA, Andrea da Costa. Mapas de usos ou rótulos e de espaços convexos do morro da Conceição. Rota de medição de movimento 01- Centro do Rio de Janeiro / 2001. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/2.000.

5.38 BRAGA, Andrea da Costa. Detalhe do mapa de integração global, demonstrando a Rota de medição de movimento n.º 1 – morro da Conceição, com n.º médio de pedestres/100m. Centro do Rio de Janeiro / Base cadastral 1990. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização

da planta cadastral e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/2.000.

5.39 AEROCOLOR. Vistas aéreas do morro da Conceição, à esquerda o largo Major Valô em primeiro plano. Fotografia. In: SIGAUD, Márcia F e MADUREIRA DE PINHO, Cláudia M. Morro da Conceição da memória o futuro. Rio de Janeiro, Sextante, 2000, p.65.

5.40 BRAGA, Andrea da Costa. Gráficos de correlações entre configuração e co-presença da rota de medição de movimento n.º 1– morro da Conceição. Centro do Rio de Janeiro / Base cadastral 1990. Porto Alegre, 2002. Gráficos elaborados no programa Excel a partir dos mapas de integração global (RN) e integração local (R3) elaborados a partir da planta cadastral de 1990 e processado pelo programa AXMAN, e o levantamento empírico de pedestres.

5.41 BRAGA, Andrea da Costa. Fotografias. Morro da Conceição. De cima para baixo, da esquerda para a direita: Entrada do morro da Conceição / Pedra do Sal, Largo de São Francisco da Prainha (1997); Travessa do Liceu (1997); Sacadura Cabral (2000) Ladeira João Homem (2001).

5.42 BRAGA, Andrea da Costa. Mapas de usos ou rótulos e de espaços convexos da Lapa praça da Cruz Vermelha. Rota de medição de movimento 02- Centro do Rio de Janeiro / 2001. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/2.000.

5.43 BRAGA, Andrea da Costa. Detalhe do mapa de integração global, demonstrando a Rota de medição de movimento n.º 2– lapa ? praça da Cruz Vermelha, com n.º médio de pedestres/100m. Centro do Rio de Janeiro / Base cadastral 1990. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/2.000.

5.44 BRAGA, Andrea da Costa. Gráficos de correlações entre configuração e co-presença da rota de medição de movimento n.º 2– Lapa / praça da Cruz Vermelha. Centro do Rio de Janeiro / Base cadastral 1990. Porto Alegre, 2002. Gráficos elaborados no programa Excel a partir dos mapas de integração global (RN) e integração local (R3) elaborados a partir da planta cadastral de 1990 e processado pelo programa AXMAN, e o levantamento empírico de pedestres.

5.45 BRAGA, Andrea da Costa. Fotografias da Lapa. De cima para baixo, da esquerda para a direita: Henrique Valadares, dia de semana (2001); Henrique Valadares, Domingo (2001); Carlos Sampaio, feira livre no Sábado (2001); Mem de Sá (botequim em final de tarde, vendo-se os Arcos da Lapa ao fundo (1997).

5.46 BRAGA, Andrea da Costa. Mapas de usos ou rótulos e de espaços convexos da Central do Brasil. Rota de medição de movimento 03- Centro do Rio de Janeiro / 2001. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/2.000.

5.47 BRAGA, Andrea da Costa. Detalhe do mapa de integração global, demonstrando a Rota de medição de movimento n.º 3– Central do Brasil, com n.º médio de pedestres/100m. Centro do Rio de Janeiro / Base cadastral 1990. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/2.000.

5.48 BRAGA, Andrea da Costa. Gráficos de correlações entre configuração e co-presença da rota de medição de movimento n.º 3– Central do Brasil. Centro do Rio de Janeiro / Base cadastral 1990. Porto Alegre, 2002. Gráficos elaborados no programa Excel a partir dos mapas de integração global (RN) e integração local (R3) elaborados a partir da planta cadastral de 1990 e processado pelo programa AXMAN, e o levantamento empírico de pedestres.

5.49 BRAGA, Andrea da Costa. Fotografias. Central do Brasil. De cima para baixo, da esquerda para a direita: mercado popular da Bento Ribeiro à esquerda; entrada de vila operária na Barão de São Félix (2001); cortiço na Barão de São Félix com morro da Providência ao fundo (2001); Presidente Vargas com Palácio Duque de Caxias à direita e Central do Brasil ao fundo (2001).

5.50 BRAGA, Andrea da Costa. Mapas de usos ou rótulos do centro de Negócios. Rota de medição de movimento 04 - Centro do Rio de Janeiro / 2001. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/2.000.

5.51 BRAGA, Andrea da Costa. Mapas de espaços convexos do centro de Negócios. Rota de medição de movimento 04 - Centro do Rio de Janeiro / 2001. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/2.000.

5.52 BRAGA, Andra da Costa. Detalhe do mapa de integração global, demonstrando a Rota de medição de movimento n.º 4– Centro de Negócios, com n.º médio de pedestres/100m. Centro do Rio de Janeiro / Base cadastral 1990. Porto Alegre, 2001. Mapa desenhado a partir da digitalização da planta cadastral e processado pelo programa AXMAN, Laboratório de Estudos Configuracionais, PROPUR / UFRGS Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Informação, escala 1/2.000.

5.53 BRAGA, Andrea da Costa. Gráficos de correlações entre configuração e co-presença da rota de medição de movimento n.º 4 – Centro de Negócios. Centro do Rio de Janeiro / Base cadastral 1990. Porto Alegre, 2002. Gráficos elaborados no programa Excel a partir dos mapas de integração global (RN) e integração local (R3) elaborados a partir da planta cadastral de 1990 e processado pelo programa AXMAN, e o levantamento empírico de pedestres.

5.54 BRAGA, Andrea da Costa. Fotografias. Centro de Negócios. De cima para baixo, da esquerda para a direita: Amarelinho e Cinelândia (2001); rua do Carmo (2001); 7 de Setembro (2001); Pilotis do Palácio Gustavo Capanema, antigo Ministério da Educação (2001).

5.55 BRAGA, Andrea da Costa. Fotografias. Centro de Negócios / botequins. Da esquerda para a direita: rua do Rosário (2001); beco das Cancelas (2001); beco dos Sapateiros (2001).

CAPÍTULO 6

6.1 BRAGA, Andrea da Costa. Quadro resumo da evolução da configuração urbana do Centro do Rio de Janeiro – 1650/1750/1890 -, constando de mapa de integração global (RN), núcleo integrador e scattergram de inteligibilidade. Executados a partir da base cadastral indicada no capítulo 4.

6.2 BRAGA, Andrea da Costa. Quadro resumo da evolução da configuração urbana do Centro do Rio de Janeiro – 1905/1945 -, constando de mapa de integração global (RN), núcleo integrador e scattergram de inteligibilidade. Executados a partir da base cadastral indicada no capítulo 5.

6.3 BRAGA, Andrea da Costa. Quadro resumo da evolução da configuração urbana do Centro do Rio de Janeiro – 1965/1990 -, constando de mapa de integração global (RN), núcleo integrador e scattergram de inteligibilidade. Executados a partir da base cadastral indicada no capítulo 5.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01: Levantamento aerofotogramétrico do *Centro do Rio de Janeiro*. Fotografia Rio de Janeiro, PROSPEC, 1997. Atualização a partir da fotografia aérea, *Cidade do Rio de Janeiro – área central, uma visão do futuro*, Secretaria Municipal de Urbanismo / Instituto Pereira Passos, 1999 (94 x 64cm). Delimitação da área de estudo e legenda feitos por FALCÃO, FERNANDO, a partir da base, no programa Corel Draw, 2000.

ANEXO 02: Centro do Rio de Janeiro – *Mapa de Zoneamento Funcional RAII – Centro e Bairros*. Imagem gerada pelo CD-ROM RIO ATLAS 98, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, Instituto Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

ANEXO 03: Centro do Rio de Janeiro – *Mapa de Usos do Solo RAII – Centro e Bairros*. Imagem gerada pelo CD-ROM RIO ATLAS 98, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, Instituto Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

ANEXO 04: Centro do Rio de Janeiro – *Mapa de Área Total Construída e uso Residencial RAII – Centro e Bairros*. Imagem gerada pelo CD-ROM RIO ATLAS 98, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, Instituto Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

ANEXO 05: Centro do Rio de Janeiro – *Mapa de Área Total Construída e Densidade de Habitantes por Hectare RAII – Centro e Bairros*. Imagem gerada pelo CD-ROM RIO ATLAS 98, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, Instituto Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

ANEXO 06: Centro do Rio de Janeiro – *Mapa de Área Total Construída e Distribuição de População por Faixa de Renda RAII – Centro e Bairros*. Imagem gerada pelo CD-ROM RIO ATLAS 98, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, Instituto Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo da evolução da configuração espacial do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, feita a partir da metodologia da sintaxe espacial. O objetivo da pesquisa é analisar, ao longo de quatro séculos (XVII, XVIII, XIX e XX), as transformações morfológicas que ocorreram na estrutura urbana da área central de uma das cidades do Brasil que viveu mais intensamente as mudanças políticas e econômicas que ocorreram na formação nacional; e avaliar, no presente, em que medida as expectativas de co-presença, o movimento de pedestres e a dispersão de usos econômicos do solo, em 4 frações representativas do Centro (morro de Conceição, Lapa, Central do Brasil e centro de negócios) avaliadas empiricamente, estão correlacionadas com as medidas sintáticas obtidas a partir da descrição de seus padrões espaciais. O foco da descrição e das correlações, é discutir o processo de formação e consolidação da centralidade urbana, e a dinâmica de apropriação social do espaço, vinculada às expectativas das possibilidades e tipos de encontros entre as diferentes categorias sociais, que reconhecem ali, o centro simbólico e funcional de suas vidas social e espacial.

ABSTRACT

This paper studies the evolution of the Rio de Janeiro city center spatial configuration, describing it through spatial syntax methods. The research analyses the urban structure's morphological transformations of one of the Brazilian cities central area where the shiftings on political and economical order along four centuries (from XVIIth to XXth) has been most conspicuous. It also evaluates in which ways the anticipation of co-presence, pedestrian movement and economical landuse are correlated to integration measures, implied in four central subareas through the description of their spatial patterns and empiric observation along the correspondent axes: morro da Conceição, Lapa, Central do Brasil and business center. The process by which urban centralities are constituted and consolidated through social appropriation of space dynamics is discussed, focusing on different kinds and probability of interaction among social categories, all which recognise this place as the symbolic and functional center of their spatial and social lives.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

Um dos aspectos mais significativos no processo de evolução histórica das cidades brasileiras é a sua constante transformação, sobretudo de seus centros, onde sucessivas intervenções alteram sua morfologia¹, seguindo os anseios modernizantes de cada época, que realizam, espacialmente, a ideologia dos setores dominantes da sociedade. No entanto, a permanência e conjugação de inúmeras estruturas espaciais interligadas indicam diferentes ordenações da sociedade no decorrer do tempo histórico e sugerem que alguns lugares permanecem sendo utilizados por grupos específicos e outros não.

Carlos Nelson dos SANTOS (1986) já discutia aspectos relacionados às transformações sociais e morfológicas dos centros urbanos, em ensaio sobre a preservação do patrimônio histórico do Centro do Rio de Janeiro e as políticas de preservação:

“Técnicos, especialistas e o status quo de um modo geral costumam classificar essa persistência como anacrônica e desviante. São desordens frente à ordem que sonham existir um dia, imutável. Não percebem que os espaços fora das convenções, as atividades econômicas fora de controle e as relações sociais fora dos modelos aceitos oficialmente é que permitem e viabilizam seus ideais de ordem. Em síntese, só pode haver um positivo à custa de muitos negativos. Aqui no Brasil, então, país de poucos recursos e inúmeros problemas no cenário urbano, que deu um salto espetacular em noventa anos, só algumas áreas chegam perto do ideal” SANTOS (1986, p.59).

A substituição das morfologias existentes nos centros urbanos é uma realidade que persiste com ênfase até os dias de hoje. Em 1980, o Poder Público passa a promover ações de preservação cujo escopo ultrapassa os monumentos, contemplando partes do tecido urbano existente e conjuntos arquitetônicos não monumentais. Mas ainda persistem as intervenções que desconsideram os modos preexistentes de produção, reprodução e apropriação dos espaços centrais de uma cidade. As vantagens de localização para as camadas mais pobres da população são determinantes para a ocupação dos centros como local de moradia, e não só de representação simbólica do coletivo. Destacam-se por isso, os usos dados a diferentes lugares dos setores centrais e como isto se reflete nos padrões de

movimento² e nos usos observados empiricamente, sendo o caso das áreas ditas degradadas³.

Esta população, cuja permanência nos centros durante longo tempo foi considerada indesejável, em nenhum momento deixou de aí estar. Seja através de ocupações irregulares, como as favelas, seja por meio do aproveitamento máximo do estoque edificado, como são os cortiços e as edificações em altura com área privativa mínima. Essa tipo de ocupação funciona como um estoque de terras, permitindo uma renda fundiária de “manutenção”, até que a demanda por novos parâmetros de ordem e modernidade promova uma revalorização.

SANTOS (1986, p.59) destaca que “... estar longe das áreas centrais é condição suficiente mas não necessária ou única de separação ou segregação”. Nesta pesquisa, analisa-se as diferentes condições de segregação e de ocupação de frações de uma mesma área central, num perímetro previamente delimitado.

A estruturação da sociedade brasileira transforma-se sucessivamente do Período Colonial à atualidade e, assim, a cada período corresponde uma espacialização específica de práticas sociais. A cada mudança, notamos alterações na configuração urbana, seja através da introdução de novas morfologias de parcelamento do solo na expansão da malha urbana, seja na especialização das funções econômicas e na segregação espacial das classes sociais.

A investigação centra-se na identificação dos códigos espaciais, de como a sociedade carioca os utiliza na estruturação dos padrões espaciais e como estes são apropriados socialmente. Parte-se do conceito morfológico de classes sociais de HILLIER & HANSON (1984) que sugere uma taxonomia morfológica⁴ na qual os tipos de solidariedade social que mantém as relações superestruturais existentes ou seja, no que toca à materialização de espaços propícios ao encontro entre as distintas classes sociais e a forma como estes são sancionados pelo espaço físico e à probabilidade de sua ocorrência.

Dos inúmeros fatores que contribuem para a utilização dos espaços coletivos do centro de uma cidade, os morfológicos⁵ são os que interessam a esta investigação. Sobretudo, a congruência entre os atributos topológicos⁶, e a maneira como a co-presença⁷ estará vinculada a estes. Numa perspectiva histórica mais ampla, cobrindo algumas etapas da evolução da cidade, trata-se de verificar as relações entre as transformações morfológicas pontuais promovidas por projetos de renovação urbana, o surgimento de novas configurações espaciais⁸ e a maneira como os lugares são apropriados socialmente.

Através de um estudo de caso – o Centro do Rio de Janeiro -, os atributos da forma⁹ dos espaços são descritos e analisados a partir dos instrumentos da sintaxe espacial, numa perspectiva histórica. A partir de documentos cartográficos disponíveis, descreve-se e analisa-se a sua configuração espacial desde a Colônia aos dias atuais, confrontando os resultados desta análise aos relatos disponíveis na bibliografia sobre a vida da sociedade em cada momento descrito.

As transformações ocorridas na configuração espacial da área central do

Rio de Janeiro tem sido inúmeras e impactantes. Capital brasileira entre 1763 e 1960, cidade colonial das mais populosas do país e sede do poder político e econômico durante quase 200 anos, seu centro sempre recebeu fortes investimentos do Poder Público com o intuito de reproduzir ali uma ordem física que fosse a sua expressão. Assim sendo, teve materializado na sua configuração, grande parte dos esforços de representação e reprodução dos processos sociais, econômicos e políticos que a figurassem como metrópole nacional, na busca de uma identidade moderna e progressista, relacionadas aos processos de transformação das estruturas social e econômica nacional. Sem perder de vista que, na transição entre o passado colonial e o Brasil industrial e moderno, os discursos de eficiência e de saneamento não só provocaram a alteração da forma do espaço físico como o valor do solo urbano, num processo de estratificação social vinculado à concentração do poder econômico e político.

Mais recentemente, os anseios de modernidade e ordenamento das áreas centrais, ocasionaram uma nova onda de transformações tendo como modelos as cidades produzidas pelas economias afluentes do hemisfério norte, por meio da verticalização e da consolidação de centros de negócios. Os projetos de revitalização iniciados a partir do final da década de 70¹⁰ (séc. XX), passaram a considerar de fundamental importância a preservação, não só do estoque arquitetônico¹¹ simbólico e representativo para os diferentes grupos sociais, como também a manutenção de testemunhos, embora com a substituição gradual da população residente e das práticas sociais. Assim, a lógica de transformar a morfologia, foi invertida, passando-se a consolidar o existente destinando-lhes novos usos economicamente mais interessantes e eficientes.

A partir do estudo de caso, uma área de ocupação intensa e consolidada, objeto de constantes especulações projetuais (planos urbanísticos, cirurgias viárias, projetos de restauração, renovação e revitalização urbanas), discute-se as transformações e permanências que hoje compõe um mosaico do qual emerge uma estrutura espacial com características distintas das partes que a originaram.

Ao relacionar morfologia e uso destes espaços por diferentes grupos sociais¹², percebemos o centro da cidade como objeto de investimentos constantes na alteração ou consolidação de sua imagem projetada, não só do patrimônio construído mas de seu potencial testemunho de práticas sociais. Em que pesem os diversos trabalhos que serão referidos na revisão bibliográfica, não foi prospectado nenhum estudo que descreva de forma sistemática a relação entre forma urbana e apropriação social, partindo dos atributos topológicos do espaço. Sem dúvida que o espaço pode ser descrito de inúmeras maneiras, resultando no maior domínio das variáveis de projetos de desenho ou de planejamento urbano, fato que contribui para a diminuição das diferenças entre as expectativas aí depositadas e sua consolidação na realidade: interferir no espaço significa interferir numa série de relações.

O cerne da pesquisa é explicitar como as transformações morfológicas ocorridas no Centro do Rio de Janeiro ao longo do tempo implicaram, não só na sua

estrutura atual, mas na maneira como este espaço é hoje apropriado, em suas dimensões global e local. A partir da descrição sistemática dos atributos topológicos destes espaços e a observação de como alguns grupos sociais reproduzem suas práticas neste meio, pretende-se esclarecer como se dá a articulação entre os seus espaços degradados e as partes nobres de representação simbólica.

1.2 Definição do problema da pesquisa

Os problemas que se impuseram no desenvolvimento da pesquisa relacionam-se com as transformações radicais da estrutura urbana do centro do Rio de Janeiro que alteraram as possibilidades de encontro entre grupos sociais nas diversas áreas do centro, nos momentos determinados dos recortes históricos propostos na metodologia. A questão central é elucidar como estas diferentes áreas se relacionam entre si, e com o resto da cidade, tanto em seus aspectos instrumentais, como simbólicos, e de que maneira a articulação destas partes consolida a idéia de uma área central ou de centro da cidade.

1.3 Objetivos da pesquisa

Descrever e identificar nos distintos momentos históricos as relações entre a morfologia dos espaços de uso coletivo em função de uma expectativa social pré-definida: a possibilidade de encontros face às condições da configuração física do espaço;

Investigar os processos pelos quais as intervenções no tecido urbano de uma área central alteram a configuração global do espaço;

Descrever e analisar o modo como o Centro é usado pelos diferentes grupos sociais;

Identificar e analisar o modo como ocorre a presença/ausência das pessoas em seus diferentes lugares e como elas se movimentam na malha urbana;

Relacionar a forma da estrutura urbana atual com suas transformações no tempo histórico, avaliando-as em função das alterações nas expectativas sociais que vão ocorrer ao longo do tempo.

1.4 Hipótese de trabalho

Observando o Centro do Rio de Janeiro, nota-se que as áreas que sofreram intervenções são utilizadas de modo distinto daquelas que são mais antigas ou que não sofreram alterações radicais, sobretudo, chama a atenção as diferenças no movimento de pedestres e nas atividades nas quais estão engajados nos diferentes lugares do Centro. Esta maneira de usar os diferentes espaços está relacionada com a estrutura urbana atual e sofre

efeitos das mudanças promovidas na sua configuração?

1.5 Estruturação do trabalho

O trabalho está estruturado em seis capítulos. No primeiro, apresenta o tema estudado, as motivações da pesquisa e justifica o aprofundamento do tema.

O segundo, aponta os referenciais teóricos que embasam a investigação e foi subdividido em duas etapas: a primeira, compila e avalia de forma sintética as linhas de pesquisa e desdobramentos da teoria da sintaxe espacial, explicitando as limitações da abordagem, localizando a contribuição dada por esse trabalho no contexto da produção teórica e metodológica adotada; a segunda, relaciona as pesquisas e reflexões anteriores sobre o Centro do Rio de Janeiro, e especifica como e em que medida, estas embasam a presente pesquisa.

O terceiro capítulo elenca as ferramentas e o instrumental metodológico aplicado no estudo de caso, assim como suas limitações e justifica a amostra selecionada para o estudo. Também descreve os termos e ferramentas empregados e considera os aspectos descritivos e analíticos a partir dos quais serão elaboradas as conclusões do estudo.

No quarto capítulo, a evolução histórica da configuração urbana da área é analisada a partir de recortes que situam momentos importantes da transformação da morfologia urbana sempre a partir de sua descrição sintática. A primeira parte trata da análise da configuração desde a fundação da cidade até fins do século XVIII, a segunda parte trata do século XIX. A estruturação do capítulo destaca as peculiaridades da vida social em cada um destes momentos, relacionando a morfologia às características de reprodução das práticas sociais frente à estrutura urbana analisada.

No quinto capítulo, descreve-se e analisa-se as mudanças na configuração urbana ao longo do século XX, suas transformações e permanências, bem como dimensiona, qualifica e relaciona estes dados com a co-presença observada e medida nos levantamentos de campo.

O sexto capítulo apresenta as conclusões da aplicação dos instrumentos da análise sintática na investigação e esclarece a contribuição deste trabalho, assim como indica caminhos para a sua continuidade.

Reconhecendo o valor da contribuição que os diversos trabalhos sobre o espaço físico do Centro do Rio de Janeiro trazem para o conhecimento desta realidade, trata-se aqui de preencher uma lacuna existente: uma descrição sistemática da sua configuração urbana a partir de uma ótica específica, a da sintaxe espacial, investigando os atributos instrumentais da forma urbana em suas relações com a estruturação social.

NOTAS

1 Lógica social da estrutura urbana, segundo HILLIER & HANSON (1984), são relações apreendidas entre a forma ou estrutura do espaço, como estes estão configurados e suas implicações no modo como as práticas sociais são reproduzidas em diferentes tipos de ordens espaciais. “A ordenação dos espaços é a ordenação das relações entre as pessoas”, ou seja, que cada sociedade externaliza sua rede de relações básicas na forma como se organiza espacialmente e, em contrapartida a prática social é mediada pela forma dos lugares.

2 Movimento não é assumido aqui no sentido de deslocamento entre dois pontos, mas no sentido de “... um paradigma configuracional, no qual a forma da malha urbana privilegia o movimento através de alguns espaços em relação a outros” (HILLIER, 1993).

3 Áreas degradadas, aqui mencionadas no sentido corrente do termo dado pela imprensa, ou seja, áreas que recebem poucos investimentos públicos, não estão associadas à arquitetura simbólica da cidade e geralmente são ocupadas por populações de baixa renda, apresentando deterioração de sua infraestrutura e do estoque edificado.

4 Grifo meu.

5 Morfológicos aqui assumidos como a forma do espaço construído e seus atributos descritíveis.

6 Topologia ou topológico referem-se à posição relativa assumida pelos edifícios no espaço, a forma como estão organizados entre si, suas relações de proximidade e afastamento, constituindo-se em restrições ao movimento (barreiras).

7 Presença de pessoas nos espaços públicos em movimento ou paradas que pressuponha a presença de outros indivíduos, mesmo que não engajados em atividade compartilhada.

8 Configuração espacial é o sistema de relações entre os espaços abertos de um assentamento no qual se considera as relações entre cada um dos espaços em função de todos os outros espaços. “Conjunto de relações interdependentes no qual cada elemento é determinado a partir de suas relações com todos os outros elementos. Definidas as relações espaciais a partir do tipo de conexão entre dois espaços e se estas ligações forem alteradas a partir da relação entre estes dois espaços e um terceiro, então teremos uma configuração” (HILLIER, 1996, p.33-34).

9 Atributos da forma aqui entendidos como aspectos da estrutura do espaço real que podem ser descritas a partir de características decodificáveis de sua representação.

10 Quando houver menção somente à década refere-se ao século XX.

11 Conjunto de edificações ou monumentos que, através de proteção direta do Poder Público são preservados por legislação, constituindo-se no conjunto do patrimônio material.

12 Aqui entendidos como “... grupos de indivíduos que, dependentes da mesma base produtiva tem diferentes formas de solidariedade que realizam-se em diferentes graus espacialmente. Solidariedade entendida como coesão social baseada em sistemas de encontro” (HILLIER & HANSON, 1984, p. 22). Entre os usuários ocasionais e os que efetivamente detém um certo controle sobre os espaços abertos de um assentamento ou de um edifício.

CAPÍTULO 2

LEITURAS PRÉVIAS E REFERÊNCIAS TEÓRICAS À PESQUISA

2.1 Um passeio modelar: o “estado da arte” na descrição e análise de sistemas urbanos

A partir de 1910 o termo urbanismo¹, passa a ser usado na acepção do estudo da organização da cidade mecanizada, pós revolução industrial. A prática reflexiva em torno do urbano existe como disciplina desde o final do século XIX. Em 1801 pré-urbanistas, buscando compreender este novo fenômeno que faz ruir os limites claros entre campo e cidade, iniciam a crítica efetiva aos novos significados sociais e às alterações na estrutura física da cidade², ocasionadas pela demandas, até então inéditas, advindas do trabalho mecanizado (CHOAY, 1965). Neste novo contexto é o homem que deve adaptar-se ao espaço urbano e não o espaço que se moldará às necessidades sociais históricas. Instala-se uma nova ordem³, ainda de difícil assimilação à época, que é descrita como caótica. As profundas alterações nas relações sociais ocasionadas pela industrialização, assim como as mudanças na produção e controle do espaço e da cidade, ampliam especulações e investigações. Da urgência em sanar problemas, melhorar as condições de habitabilidade e lidar com novas demandas sociais nas cidades surge a figura do urbanista⁴ e o Planejamento Urbano como disciplina autônoma. HAUSSMANN⁵ apud CHOAY, (1994), o prefeito que transformou Paris na cidade por excelência do século XIX, já questionava a possibilidade de se referir a uma cidade deste período como sendo a base fixa de uma comunidade homogênea. A cidade pátria, do conceito clássico de *urbs et civitas* estaria irremediavelmente transformada.

O urbanismo postula o enfoque completo do fato urbano e, com esta finalidade, desenvolve teorias classificadas por CHOAY (1994) em duas correntes: progressista (produtividade e eficiência dos sistemas) e culturalista (humanista, comunidade). Ambas buscam o desenvolvimento de um modelo “oposto ao de cidade”, que pudesse ser reproduzido mesmo quando partindo de realidades novas, como a que se apresentava então. Estes modelos não são entendidos como estruturas abstratas, reduções de um fenômeno

que permitem abordá-lo a partir de um conjunto de seus atributos identificáveis, mas ao contrário, como projeções do real, estáticas, indissociáveis de seus detalhes, de caráter idealista⁶ e utópico. O culturalismo, vai centrar sua ação na negação à cidade, ou seja, ao objeto. Calcado em princípios românticos, esse modelo infere sobre a forma urbana por uma ótica historicista, marcado pela nostalgia da oposição radical entre a cidade e a natureza selvagem.

Os modelos progressistas baseiam-se na utopia de que a ciência é capaz de resolver todos os problemas oriundos da relação homem/meio, imbuída da idéia de ordenação⁷ de tipos de demandas sociais, que via de regra, serão sanadas de maneira mais ou menos uniforme. FOURIER (1822)⁸ e OWEN (1825)⁹ são alguns dos que buscaram viabilidade técnica para que a cidade industrial funcionasse do ponto de vista de sua infraestrutura e de demandas reprimidas por serviços.

É impensável uma digressão por toda a história do urbanismo e do planejamento urbano. Das críticas ao futuro da cidade neste caldeirão de novas idéias e ideologias, a efetuada por ENGELS (1897)¹⁰, pragmática¹¹, ao recusar modelos, não recai nem no mito da desordem nem no futurismo, tratando a cidade como lugar da história, portanto expressão da ordem¹² vigente naquele momento. Como os futuros urbanistas e planejadores se servirão deste conceito inaugural, é uma outra questão.

Já se colocou de forma insipiente que os modelos pré-urbanísticos eram regulamentações de estruturas reais, uma espécie de fórmula de manipulação da realidade, baseadas em imagens monolíticas, indissociáveis da soma de seus detalhes, que marcam profundamente a produção dos espaços construídos no correr do século XX. Um modelo¹³ com esta acepção, pressupõe a determinação de uma forma à qual corresponderá uma maneira de viver idealizada, seja buscando-o no passado, seja projetando-o para o futuro. O objeto deste trabalho – o Centro do Rio de Janeiro – ainda apresenta vestígios na sua morfologia da aplicação desses modelos acabados, justificados pela insalubridade do local e pelas dificuldades de circulação de mercadorias e veículos no seu arcabouço histórico.

Ao abordar o espaço urbano, instala-se uma divisão singular do problema: por um lado, a prática dos arquitetos e urbanistas, que vão interferir na construção física das cidades, baseados em modelos mecânicos, como os já descritos; por outro, uma miríade de análises e reflexões sobre o urbano (já despossuído de seu sentido físico) nas outras áreas de conhecimento, calcados também em modelos (por exemplo, o modelo econômico capitalista e o estruturalismo), mas desta feita, puramente teóricos. Até a 2ª Guerra, o planejamento urbano será marcado pela prática, baseada em modelos determinísticos e desvinculada da construção de teorias que delimitem seu campo disciplinar; tem-se modelos determinísticos justificados por ferramentas de investigação.

Nos anos 50, os modelos de planejamento são pautados pelas metas que se propõem a alcançar, em geral baseados nas teorias locacionais, que pautam, desde então, planos diretores. Sem uma idéia clara dos resultados reais obtidos na aplicação dos

instrumentos de projeto, as teorias locacionais, da maior importância na avaliação do impacto na alocação e determinação do uso do solo e no planejamento urbano e regional, partem de um referencial que não o físico para a análise das transformações morfológicas ocorridas nas cidades ou regiões. Ao mesmo tempo, o crescimento populacional experimentado nos primeiros anos pós-guerra, define uma grande premência na solução de problemas ligados, novamente, ao crescimento das cidades e às demandas crescentes por infra-estrutura. O urbanismo reviveria o mesmo impacto da Revolução Industrial. Desta feita porém, os modelos determinísticos, mesmo que instrumentalizados por teorias oriundas de campos de conhecimento complementares, não logram responder ao dinamismo das transformações.

No Brasil, mesmo com o crescimento vertiginoso de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo no período entre-guerras, as intervenções urbanas ainda estarão pautadas nos modelos determinísticos oriundos da Revolução Industrial. Projetar o espaço físico, com todas as suas minúcias, tendo-se como modelo Paris, marcará profundamente a cultura urbanística nacional. Brasília (1960) não deixa de ser o produto acabado e único, em todo o mundo, da implantação literal de um modelo utópico, não só do espaço físico, como de uma ordem social almejada. No caso do Rio de Janeiro, a implantação de modelos, apesar dos esforços, não consegue ser plenamente assimilada. Não há como se apagar o passado colonial, nem a explosão demográfica do início do século XX, e substituí-los por uma nova ordem. A transferência da capital realiza a utopia, descartando o caos existente na cidade por um novo começo simbólico (também político, econômico e social). O sem-número de projetos de renovação urbana que a cidade sofre, inclusive até fins dos anos 1990, com as intervenções pontuais do Rio-Cidade, evidenciam este dado.

É neste contexto que surge a nova geografia humana, bebendo diretamente na fonte de teorias locacionais alemãs da década de 30 (CRISTALLER¹⁴ apud CHOAY, 1994), formulando hipóteses passíveis de serem testadas na realidade. É urgente inferir sobre a ordem existente, a ponto de poder atuar sobre ela, transformando-a. Ideologicamente, algumas correntes de pensamento continuam presas à dualidade ordem/caos, sobretudo a arquitetura, mas algo de inédito ocorre: o entendimento de ordem adotado na geografia humana vincula-se inexoravelmente à economia e à sociologia e, neste novo contexto, a produção do espaço passará a ser submetida ao desempenho econômico das funções a ele superpostas. Espaço não será mais apenas o espaço físico construído na aceção dos planejadores por um longo tempo, mas, como atesta KRAFTA (1999, p.24) “... considerar o espaço urbano como resultado de uma demanda social é o mesmo que tomá-lo como um subproduto de um processo produtivo abstrato”. É como se a sociedade fosse desprovida de uma espacialidade intrínseca ao seu processo constitutivo, quando sabe-se que, a expressão máxima da cultura, portanto, a expressão mais acabada de uma ordem social, é o espaço físico construído – as cidades, habitações, etc. Isso porque, dotado de um corpo físico, que ocupa lugar no espaço, o homem, ao constituir sociedade, constrói um marco

espacial que possibilite a reprodução e continuidade de seus padrões culturais. Da mesma maneira, a pauta de prerrogativas necessárias a esta reprodução, é inscrita espacialmente, determinando graus de proximidade e afastamento indispensáveis às trocas e contatos entre as categorias sociais¹⁵. Por isso a antropologia e a arqueologia, via observação e registro não só de artefatos, mas do mundo físico, do construído, consegue relacionar os rótulos sociais vigentes em cada organização social da realidade concreta, construída. O que quero destacar aqui é que os arquitetos abandonam ou nem mesmo chegam a discutir essas questões que fervilham em outras áreas de conhecimento, abrindo mão da contribuição que poderiam efetivamente trazer ao planejamento. Ou adotam a visão mais abrangente e que parte de outras prerrogativas da geografia humana, da própria economia e da sociologia ou da antropologia ou se aferram às soluções utópicas que só podem eliminar uma forma física e substituí-la por outra.

A antropologia social contribui sobremaneira para a colocação de questões pertinentes às sociedade e espaço físico, através da investigação de vestígios e de estruturas urbanas ou proto-urbanas, principalmente através de seu viés estruturalista¹⁶. “O estruturalismo permitiu que as ciências humanas criassem métodos específicos para o estudo de seus objetos, livrando-os das explicações mecânicas de causa e efeito” (CHAUÍ, 2002, p.274). Essa concepção demonstra que os fenômenos humanos são estruturados, isto é, geram sistemas que “... criam seus próprios elementos, dando-lhes sentido pela posição e função que desempenham no todo” (CHAUÍ, 2002, p.274). A partir dessa premissa, é possível analisar os sistemas sociais a partir de sua estrutura física existente; o que rompe com a idéia de que a sociedade ou as organizações sociais são estruturas abstratas, desprovidas de um marco físico e incita o aprofundamento de instrumentais que sejam, efetivamente contidos no campo disciplinar da arquitetura.

Os anos 60 e 70 verão florescer inúmeras formas de abordagem do espaço urbano, interessadas sobretudo nas configurações espaciais e tipologias formais. Segundo PORTUGALI (1997), até os anos 60 o fenômeno urbano foi descrito sobretudo em termos de causa e efeito. A partir dos anos 70, a descrição passa a se valer das probabilidades de sucesso ou fracasso nas ações testadas previamente ante os problemas identificados e postulados. Até os anos 80, uma série de teorias¹⁷ será desenvolvida, e seus desdobramentos vão inferir diretamente sobre o espaço construído sem, no entanto, tê-lo como matéria. A prioridade dada ao bom funcionamento dos sistemas de transportes e ao uso econômico do solo estarão no foco do planejamento, lidando com as conseqüências cada vez mais complexas dos processos decisórios políticos. Novos modelos, desta vez estocásticos¹⁸, se estabelecem, até os dias de hoje, como instrumentos indispensáveis do planejador.

Um melhor entendimento do funcionamento do cérebro, baseados na comunicação, que é mais elaborada em função da especialização da sociedade - quanto maior for a divisão do trabalho -, permite o desenvolvimento dos estudos sobre o espaço perceptivo iniciados na década de 60, ou seja, o espaço físico transformado pela comunicação

ou pela troca de informações, contando com um instrumental mais sofisticado para tal. As denominações que passamos a utilizar, diferenciando o espaço econômico, do arquitetônico, do social, entre outros, é o invólucro estabelecido por distintos canais de comunicação (etiquetas sobre o todo) ou cortes epistemológicos da realidade, o que pressupõe a possibilidade de se investigar o fenômeno urbano a partir de premissas variadas e não mais indistintas. Para o desenho urbano a expressão de imagens públicas¹⁹, ou seja, aquelas construções mentais partilhadas por um grupo ampliado de pessoas, capazes de reforçar o sentido de memória e de patrimônio, são o foco de interesse. O cérebro humano, em conjunto com o olho, tende a fazer um reconhecimento visual de pautas²⁰ ou mensagens, produzindo a partir daí, uma abstração ou imagem nas quais, do todo, selecionam-se as características mais importantes para que se estabeleça uma leitura da realidade, isto é, a percepção.

A construção de modelos representa uma situação real complexa, no caso a cidade ou o fenômeno urbano, de forma que possa ser trabalhada pela mente (CHADWICK, 1991). O processo de visualização da realidade é um processo de percepção interna, que faz surgir imagens dos dados armazenados na memória, contraposto ao reconhecimento visual de uma pauta. O planejamento, valendo-se destes modelos, simula pautas reconhecíveis dentro do espectro real, partindo de diferentes prerrogativas teóricas e metodológicas. Desta forma, o modelo simulado de um plano é estabelecido a partir do conteúdo desta imagem, ou melhor, do acúmulo de conhecimentos apreendidos do agente e de seu mundo, tanto na escala de valores (signos) como de objetos. Esta relação e o seu desenvolvimento no tempo é que será aplicada aos modelos de sistemas urbanos.

Geógrafos e urbanistas estarão preocupados diretamente com a ordenação dos elementos construídos e naturais e como estes são percebidos pelos usuários, associando conceitos oriundos dos estudos de PIAGET²¹ aplicados à geometria euclidiana. Ligados diretamente aos conceitos relativos à percepção²², vindos da psicologia, LYNCH (1960), entre outros, organizam metodologia referente à percepção ambiental. Estas ferramentas vão se mostrar eficazes no embasamento de projetos, sobretudo naqueles que envolvem a manutenção ou o reforço de qualidades positivas de um ambiente consolidado, como nos casos de projetos de revitalização e restauração de patrimônio histórico, mas passarão ao largo da prática dos planejadores tradicionais por um bom período.

Alguns destes conceitos, evoluirão de acordo com as novas descobertas científicas ligadas à física, a química e a matemática. PORTUGALI (1997), demonstra que a partir da teoria da auto-organização de sistemas celulares, abre-se um leque de possibilidades aplicáveis à percepção do fenômeno urbano. As cidades contemporâneas são, no seu entendimento, sistemas abertos, nos quais há uma troca permanente de matéria, energia, informação e pessoas. A imprevisibilidade das mudanças nestes sistemas complexos e dinâmicos, em permanente mutação e em busca de equilíbrio, só podem ser analisadas a partir da expressão (estrutura) que emerge em cada estágio do equilíbrio dinâmico.

Destacam-se aqui as investigações perceptivas e imagéticas pois, tendo o

Rio de Janeiro sido a capital do país por mais de 100 anos, muitos dos estudos relativos a esse contexto fixam-se na construção da imagem da cidade nacional por excelência e na construção dos sentidos e significados das ações modernizadoras, que instauram novas ordens urbanas. Destaco os trabalhos de DEL RIO (1991), PECHMAN (1994, 2002), CARVALHO (1994) e PESAVENTO (1999) que partem dessa linha.

A quantidade de informações a serem manipuladas nos planos e projetos urbanos, reconhecendo-se as relações e impactos extra-urbanos das decisões locais, a demanda por novos equipamentos, produto da nova ordem social estabelecida, da industrialização e do consumo acelerados, assim como a expansão dos perímetros urbanos e a crescente complexidade dos problemas postos pelas relações geradas da interface entre os aspectos econômicos, ecológicos, funcionais e de deslocamentos, demandam a criação de modelos capazes de instrumentalizar a atuação dos planejadores. Não é possível abarcar ou investigar todos os problemas reais a partir de instrumento ou de modelo determinísticos. Os modelos não determinísticos tem outra acepção: são ferramentas e métodos oriundos dos modelos matemáticos, derivados da Teoria dos Conjuntos, única possibilidade de representação de uma realidade tão complexa como as cidades atuais, o que permite a abordagem sistemática²³ de dimensões do fenômeno²⁴ urbano e, a conseqüente solução, no campo abstrato, dos problemas enfrentados.

A Teoria dos Conjuntos versa que, para se identificar um grupo de objetos afins – conjunto – não é necessário que conheçamos todos os indivíduos ou elementos da realidade, basta que reconheçamos suas relações de afinidade. Os modelos estruturados a partir desta teoria, permitiram que, relações imponderáveis na matemática pura, pudessem ser manipuladas como dados palpáveis. Estes instrumentos, aliados à Cibernética, nos anos 50, e à capacidade cada vez maior de armazenagem de dados, permite o desenvolvimento de planos, baseados em sistemas complexos que partem das estruturas aparentes do fenômeno em questão, sem a intenção de esgotar a realidade como um todo. Estes modelos desempenham papel importante no entendimento dos sistemas, sobretudo os urbanos e regionais, sendo sistema entendido como um todo organizado por relações entre objetos e atributos (HALL & FAGEN, 1956). Dado que objetos são componentes ou partes de um sistema de número ilimitado, os atributos são suas propriedades (o conjunto de seus valores somado à sua descrição dimensional), e as relações, seu aspecto fundamental, que estabelecem a noção de conjunto. Assim, chega-se à descrição dos sistemas em termos matemáticos, que fundamentam os modelos atuais de aplicação no planejamento urbano, pois, parte-se da determinação das leis que regem as relações e que determinam uma estrutura no espaço/tempo. A grande distinção entre um sistema e um conjunto de informações é que o segundo não pode ser descrito em termos de suas relações, pois é significativo que as partes se somem. Nos sistemas, é significativo que as partes estejam dispostas a partir de uma pauta de dados obtidos (leis), investigados através de um corte epistemológico específico da estrutura emergente. Essa pauta é definida por meio da eleição das relações significativas

para aquele experimento único, e é construída a partir da definição dos problemas a serem investigados.

A distinção conceitual entre conjuntos e sistemas é de importância vital para o planejamento urbano. De um lado, teremos os modelos estanques ainda oriundos dos pré-urbanistas e ainda adotados por inúmeros urbanistas, que tratam as informações levantadas do espaço real como um conjunto de dados, a ser manipulado ou alterado, objeto por objeto. Alteram-se elementos do conjunto, transformando-o, mas, mantém-se as relações implícitas existentes, dentro de uma nova configuração²⁵. A partir da utilização de sistemas de avaliação no planejamento, o que passa a ser mais relevante, não é mais o objeto em si, mas as alterações nas relações entre os objetos, ocasionadas localmente, mas com reflexos no todo, o que faz emergir novas estruturas. Portanto os sistemas são um todo organizado por relações entre objetos e atributos.

Estes conceitos serão utilizados em larga escala como ferramentas de projeto no planejamento urbano. Os sistemas são descritos em termos matemáticos, como um conjunto de objetos formais (físicos ou não), que sofrem transformações a partir de um conjunto de regras que forme seqüências, as quais poderão ser lidas dadas as declarações (parâmetros) que indiquem as suas formas iniciais. Esta descrição, com o aumento da capacidade de armazenagem de dados, evolui para a definição das partes de um todo e as relações estabelecidas entre estas, como ferramenta analítica. A partir da conceituação de sistemas, será implícito quais as relações das “n” possíveis serão objeto de análise, e passasse a estabelecer modelos de evolução destas relações o que, em planejamento, significa dizer que a predictibilidade e acuidade das decisões estabelecidas em projeto poderão ser tomadas com maior grau de confiabilidade. Os modelos, enquanto abstração da realidade, constituem-se em valiosas ferramentas de projeto, sendo eles a expressão mais provável de um sistema.

Enumera-se alguns tipos de sistemas, que serão usados indistintamente como ferramentas de planejamento, segundo sua aplicabilidade e a relação entre entrada e saída de dados estabelecidos, ou seja, na sua disposição de parâmetros e processamento da informação. São eles os sistemas estáticos, que demandam grande nível de abstração quanto às relações estruturadoras da realidade, pois desconsideram as relações temporais entre os objetos, ou os espaços de tempo que as transformações demandam (muito longos), permitem tratá-los como tal. Como exemplos, agora já vinculados ao assunto deste trabalho, destaque-se a pesquisa de HANSON (1984, 1989, 1998), HILLIER (1984, 1996) e SOJA (1985, 1989). Quanto aos sistemas dinâmicos, destacam-se os trabalhos de DENDRINOS (1992), ECHENIQUE (1994) e KRAFTA (1994, 1997).

Os sistemas dinâmicos, simples ou estocásticos, partem de movimento regular tendente ao equilíbrio, estabelecendo seqüências baseadas no conjunto de sucessos ordenados, mais a probabilidade destes sucessos. A partir da imposição de parâmetros ao sistema e a inclusão de dados, este se auto regulará para tender ao equilíbrio (auto-

calibração). Destacam-se daí os sistemas de projeção de impacto de atividades econômicas e funcionais na geração de fluxo de tráfego; e sistemas abertos, cuja estrutura é auto-suficiente, reaplicando, a partir dos dados imputados, os objetos e suas relações, apresentando sempre, novas estruturas dispositivas no decurso do tempo. A partir da fundamentação destes conceitos, sua aplicabilidade no planejamento urbano será sempre crescente. Com a instrumentalização de modelos e sistemas de base de dados, o campo de estudos dos planejadores vai ser ampliado e, às indagações teóricas que colocadas desde o final da década de 50, passa a corresponder um repertório metodológico que possibilita a checagem de parâmetros aplicados, não mais à realidade, mas no campo da abstração. A crescente probabilidade da eficácia das ações de planejamento, advinda destas ferramentas modelares contribui para diminuir a distância entre a reflexão sobre as cidades e a prática de projeto e planejamento.

O planejamento urbano, através da incorporação de modelos e sistemas ao seu instrumental, encontra a via de retorno à comunidade científica, num esforço de dissociar-se das ideologias, por vezes manipuláveis, que marcaram a atuação de seus profissionais por várias décadas. As perguntas colocadas ao sistema (problemas), que vão gerar os modelos, são fundamentais para a tomada de decisões. Geralmente, este estabelecimento preliminar de parâmetros (imagens projetadas), forma os planos, enquanto que as alterações subsequentes nas imagens propostas como base na informação obtida, possibilitam o estabelecimento de novas imagens, projetadas para o futuro. A predictibilidade das alterações das relações estabelecidas será importante para a construção de um sistema de signos-significantes (relações) aproximado do mundo real. Os mecanismos de controle com que trata (postulação de problemas), deve assegurar um nível adequado de realizações (investigação operativa). Como esses modelos não apontam metas mas constróem o entendimento do processo urbano, podem antecipar as conseqüências das ações de planejamento, otimizando assim, a atuação dos planejadores, ou seja, desvelam os significados depreendidos das relações entre os distintos signos urbanos. Assumindo-se que signos e significantes são partes integrantes da construção de uma linguagem, os modelos serão instrumentos para uma leitura de uma das dimensões do sistema urbano feita a partir de um conjunto específico de atributos.

WEBBER (1967), um dos planejadores que introduziu a noção de sistemas urbanos nos EUA dos anos 60, ao se referir a símbolos visuais e questões sobre uma nova ordem, para a qual as ferramentas anteriores não mais serviriam para explicar a “paisagem” decorrente destes intrincados sistemas de relações vai, indiretamente, se remeter a ENGELS, na Revolução Industrial:

“Em geral nos equivocamos ao tomar símbolos visuais de urbanização como signos de qualidades importantes da sociedade urbana. Comparamos estes símbolos com nossos preceitos ideológicos de ordem e não estão de acordo. Compreendemos mal o caos urbano que, provavelmente é uma nova ordem, cujas qualidades são a complexidade e a diversidade” (WEBBER, 1967, p.147).

Curiosamente, tanto a colocação de ENGELS (189?), quase 100 anos antes, como a de WEBBER (1967), não consideram o espaço físico como a manifestação de uma ordem social ou ordem de relações sociais. A inércia do construído, cujas alterações nas relações demanda um longo espaço de tempo para se consolidar, aliada ao fato de não haver sido desenvolvido um corpo teórico relativo à arquitetura²⁶, vão entrincheirar o projeto dos espaços urbanos num patamar subserviente às funções aí desempenhadas, como se as relações definidoras dos sistemas nada tivesse a ver com o que se constrói ou como isso é feito.

Falar da evolução urbana e das transformações ocorridas no Centro do Rio de Janeiro, uma cidade de 5 milhões de habitantes, cujo município é 100% urbanizado, é tratar de um fenômeno urbano complexo e de grandes proporções. A teoria da sintaxe espacial, que se filia ao grupo de teorias que investigam as relações cujas transformações exigem longos períodos de tempo (as topológicas), que podem ser consideradas como sistemas estáticos, foi adotada pelas seguintes razões: em primeiro lugar, porque considera arquitetura e espaço a partir de suas estruturas verificáveis, isto é, uma dimensão verificável do fenômeno a um conjunto de informações passíveis de mensuração²⁷ que apontam para a visualização de algo que não podemos muitas vezes perceber a partir da experiência empírica simplesmente. Portanto, a sintaxe espacial usa da redução de uma dimensão da realidade – a arquitetura da cidade – a uma estrutura passível de decodificação em função de determinadas características que dela emergem: o sistema de articulação entre os espaços abertos e suas barreiras.

“Historicamente, a análise da sintaxe espacial desviou seu foco das noções de ordem espacial geométrica no estudo de edifícios e cidades, e voltou-se para padrões espaciais e funcionais que são, formalmente falando, mais próximos da topologia do que da geometria” (HILLIER, 1997, p.35.1).

Em segundo lugar, remetendo-nos à citação acima, destacamos que, como bem demonstrou WENEGER (1994),

“... a vida útil dos edifícios chega, aos 100 anos e sobrevivem às instituições que os fazem, portanto trata-se de um subsistema urbano que requer modelos de avaliação de desempenho para mudanças de velocidade média ou lenta” (Weneger. 1994, p.21).

O autor classifica os subsistemas urbanos como de baixa velocidade de mudanças (malha urbana, sistema viário e uso do solo), velocidade média (edifícios), alta velocidade (população, empregos) e imediatos (mercadorias, transportes, viagens). Há que se destacar que a inércia que acompanha os sinais de mudança no espaço construído são grandes, o que torna o método analítico, baseado na posição relativa dos espaços abertos no sistema urbano, em relação a si mesmos e a todos os demais, de extrema pertinência e utilidade. Ao contrário dos sistemas dinâmicos, imprescindíveis quando se trabalha com entidades discretas, cuja emergência da estrutura está inexoravelmente condicionada ao fator tempo, ao analisar a estrutura emergente de um espaço construído pela via da sintaxe

espacial, estaremos lidando com os marcos mais permanentes que mediam os elementos discretos (no caso, as pessoas e a sociedade em geral). Edifícios e espaços urbanos sobrevivem aos rótulos que lhe são aplicados e, se prestam, de acordo com suas características estruturais, depreendidas topologicamente, a novos rótulos, cuja natureza se aproxime das originais.

Em terceiro lugar, sendo arquiteta e tendo o espaço como matéria de trabalho, o interesse recai exatamente sobre as propriedades apreensíveis do construído, da arquitetura em si, mais do que dos discursos sobre a sociedade que o criou. Interessa saber em que medida as práticas sociais vão sendo reproduzidas em estruturas espaciais similares, o que ocasiona as transformações do marco físico e o impacto que isto tem nas práticas cotidianas. Analisar a evolução do Centro do Rio de Janeiro com a aplicação da metodologia da sintaxe espacial, permite analisar o que cada momento de transformação da sociedade gerou em termos de cultura espacial e de transformações configuracionais.

2.2 Discussões sobre morfologia espacial e sociedade: a que se soma a descrição sintática?

“A teoria da sintaxe espacial é, visivelmente, uma teoria descritiva aplicada ao ambiente construído. Esta lida com os padrões de relação que emergem quando o espaço é marcado, dividido, fechado, diferenciado, modelado e organizado por meio de limites físicos. Sob a ênfase descritiva, permanecem questões que foram alijadas do discurso arquitetônico no nosso passado recente: como entender o espaço construído como artefato social? Como este funciona e favorece ou reprime comportamento social? Como reproduz relações sociais e gera efeitos sociais?” (PEPONIS, 2001, p. xiii).

A sintaxe espacial é uma teoria descritiva que analisa o espaço construído a partir das relações entre sua forma (estrutura)²⁸ e a sua apropriação social. Isto quer dizer que cada sociedade externaliza sua rede de relações na maneira como se organiza espacialmente. Em outras palavras, analisa as relações entre reprodução social e ordem espacial e explicita as causas e efeitos (HANSON & HILLIER, 1984) e, por outro lado, possibilita inferir sobre comportamentos a partir da configuração espacial. O que a distingue no universo de métodos sobre o tema espaço e sociedade é que esta, ao invés de partir da sociologia ou da psicologia para discuti-lo, parte da própria arquitetura, aqui entendida como o espaço construído ou projetado, independente da escala do objeto abordado.

Pesquisar sobre um centro urbano como o do Rio de Janeiro, a partir de uma ótica específica, pressupõe uma revisão da literatura bastante abrangente. Para justificar sua utilização há que inseri-la num contexto amplo de teorias e métodos que abordam as relações entre espaço construído e práticas sociais e que se desenvolveram sobretudo a partir de 1950.

De maneira geral, as considerações entre morfologia urbana e relações sociais tem múltiplas abordagens. Não cabe alongar a discussão nestes termos, mas verificar uma questão específica: dentre as inúmeras leituras do espaço urbano tido como uma variável

independente, e resguardada a autonomia do campo de estudo, torna-se necessário selecionar, do que é analisado, os atributos adequados aos seus próprios objetivos e, no caso dos sintáticos, os atributos da forma são analisados topologicamente, isto é, a partir da posição relativa assumida pelos edifícios em sua distribuição espacial e relações de proximidade e afastamento entre si, constituindo-se em restrições ou barreiras ao movimento de pessoas (HILLIER & HANSON, 1984). Portanto, o instrumental metodológico é formatado para investigar as relações entre a forma dos espaços vazios de um assentamento ou de um edifício, como são definidos por estas barreiras e, em que medida estas relações pautam as possibilidades de interfaces sociais e permanência de pessoas engajadas em atividades múltiplas no local.

O escopo de teorias suprareferidas expande-se por diversos campos disciplinares como a psicologia, a antropologia, a história, a sociologia e a geografia humana, entre outros já mencionados. Podemos destacar contribuições importantes nestas áreas que foram dadas por ALEXANDER (1963), WEBBER (1972), HOBBSAWN (1977) e FOUCAULT (1977), onde são colocadas relações diretas entre formas urbanas ou edificadas e relações de poder e controle social. Estes autores, bem como CASTEX et al (1977), associam as lógicas urbanas capitalistas à ruptura com uma ordem anterior, na qual o espaço das cidades é entendido como mercadoria, vinculado às relações de produção e consumo, cujo eixo de socialização é o interior das edificações.

DURKHEIM(1973), aprofunda a discussão da divisão social do trabalho que, ao gerar dessemelhanças entre grupos e gêneros numa mesma sociedade, distingue dois tipos de solidariedade social - mecânica e orgânica - que todo indivíduo realiza no seio do social. No Direito estas formas de solidariedade ou a ruptura das mesmas são tratadas, no primeiro caso com a repressão, o que requer vínculos de proximidade física entre o indivíduo e o coletivo. No segundo caso, com a restituição, que aborda penalidades decorrentes de embates entre classes. A diferença entre estes tipos de solidariedade está no fato de que a primeira liga o indivíduo diretamente à sociedade e a segunda, liga classes de indivíduos à sociedade, portanto passa por um “filtro”. Em relação ao espaço físico, as conjecturas de DURKHEIM contribuem na discussão dos problemas urbanos em vista de como esses tipos de solidariedade interferem nas relações de vizinhança e nas relações do indivíduo com a cidade como um todo – signo e referência máxima. Seu trabalho será explorado por HILLIER & HANSON (1984), já com a perspectiva da arquitetura como um sistema específico, regido por leis de produção e reprodução, que são tanto sociais quanto espaciais. Segundo HOLANDA (2002), a teoria da sintaxe espacial toma como referência básica DURKHEIM. Segundo o autor, os conceitos de soledariedade mecânica e orgânica permeiam a evolução das sociedades em função da especialização na divisão soial do trabalho, portanto seria a transformação de uma sociedade de iguais, com vínculos simbólicos comuns (solidariedade mecânica), para a invvulação entre diferentes, por meio da complementariedade e troca, que caracteriza a solidariedade orgânica.

A discussão da morte da vida pública (SENNET, 1976) tal como tradicionalmente a entendemos – em que a rua é o locus por excelência das interfaces sociais – e a paulatina substituição da socialização nos espaços públicos abertos, por aqueles em espaços fechados e/ou fortemente controlados, nos quais ocorrem interações prioritariamente seletivas em oposição às interfaces indiscriminadas das ruas, evidenciam a importância atual, tanto da preservação da intimidade, quanto da privacidade (estar entre iguais), na vida contemporânea. Os inúmeros trabalhos publicados sobre o tema dão conta da tendência de se viver em condomínios, frequentar shopping centers e outras práticas recorrentes na pós-modernidade, ou como afirmam os mais atualizados, na hiper-modernidade.

No Brasil, essa tendência encontrou eco nas urbanizações propostas dentro do modelo do urbanismo Moderno. Tanto a especialização funcional de partes da cidade, como a distribuição populacional por faixas de renda e classe no território, tanto a distribuição populacional por faixas de renda e classe no território, seja em conjuntos habitacionais ou em condomínios para as classes média e alta (modelo de bem viver), apontam para o sucesso desse tipo de mediação, adotada tanto pela administração pública como por empreendedores privados. Os estudos de caso apresentados por HILLIER (1996) e HANSON (1998) para alguns casos do Reino Unido e de RIGATTI (1995, 1997) para Porto Alegre e sua região metropolitana, são exemplos significativos da avaliação de sucessos e insucessos na aplicação destes modelos.

No entanto, existem aspectos, inclusive configuracionais, relevantes no Centro do Rio de Janeiro, que o mantém como um lugar no qual as interfaces sociais continuam a acontecer na rua, mesmo que mediadas por visitas a centros culturais e museus ou a locais de trabalho, diferentemente do Centro de São Paulo, se é que podemos falar num centro único para esta cidade. Conforme publicado no Jornal do Brasil de 28 de abril de 2002, o cronista Motta²⁹ (2002) diz que:

“Reza o clichê que o Rio é mais carioca na praia, expressão solar – e deslumbrante – do estado de espírito que comanda a vida de quem vive aqui. (...) Tudo verdade, mas quem for procurar à beira d’água a chave dos segredos cariocas vai se molhar em vão. O melhor do Rio de Janeiro sobrevive no Centro. (...) o Rio pós-moderno das grades e condomínios que aprisionam as crianças e o pensamento, dos guetos de pobres, ricos e remediados que tomaram até a areia da praia, tem muito a aprender com o Centro. Lá, não há rótulos de Zona Sul ou Norte, nem ninguém cultiva sonhos separatistas ou se envergonha do vizinho casual (...). Funciona que é uma beleza. (...) Está aí, por sinal, um dos segredos. O centro tem a carioca vocação da rua, do vai-e-vem a pé, do esbarra-desvia...” (MOTTA, 2002, p.1-2).

JACOBS (1961), uma das primeiras críticas das idéias redentoras sobre as expectativas sociais que eram implicitamente assumidas por agentes do Movimento Moderno, influencia planejadores cariocas, dentre eles SANTOS (1981, 1984, 1985) e PINHEIRO (1984). A crítica da autora recai sobre o modelo Moderno de projeto de cidades e conjuntos habitacionais³⁰, baseados num discurso “democratizante” e internacionalista

do espaço que não sobrevive, nem às expectativas aí depositadas pela população usuária, nem às transformações promovidas com o intuito de adequá-los às práticas de grupos específicos. Seu trabalho obteve repercussão nos estudos que se desenvolveram desde então, sobretudo no campo da arquitetura, desenho e planejamento urbano, mas de tal modo que as implicações morfológicas foram deixadas de lado (HOLANDA, 1997). No Rio de Janeiro, o trabalho de JACOBS (1961), assim como o de ALEXANDER (1969) subsidiam a pesquisa de SANTOS e SANTOS et al (1981, 1984, 1985) que “... apesar de partirem de referenciais teóricos outros que não o da sintaxe espacial ...” (HOLANDA e GOBBI, 1988, p.7)³¹, discutem as intervenções urbanas autoritárias, seu impacto na apropriação e controle dos espaços da rua pelos moradores de bairros tradicionais do Rio e de novos condomínios e conjuntos habitacionais. A pertinência das questões que levantam podem ser conferidas no enunciado abaixo:

“O meio urbano é uma linguagem articulada. Segue sua sintaxe própria. Cada termo das orações urbanas busca seu posicionamento correto. O problema é saber se existe ou não uma sintaxe correta e quem é o dono da gramática. Não percebem que o paraíso da utopia só é bom para quem o descreve com rigidez, tendo o cuidado de eliminar tudo o que o desagrade (...). Todos os moradores de uma cidade conhecem a chave de suas metáforas espaciais. Se não forem bons decodificadores, não serão bons moradores, irão mover-se com dificuldade, sobreviverão em desvantagem. É comum que os pobres conheçam melhor o Rio do que os técnicos. Eles sabem, por exemplo, otimizar as milhares de conexões possíveis para se deslocar no conjunto metropolitano. O seu conhecimento pragmático é maior: tem de andar por onde andamos e por onde estamos desinteressados de ir” (SANTOS, 1984, p. 101).

SANTOS (1986) insere-se na discussão sobre preservação em áreas centrais, como técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM -, contribuindo para subsidiar ações do Poder Público importantes para o entendimento da área de estudo, sobretudo na construção de parâmetros para programas de revitalização na área central, como é o caso do Corredor Cultural (1979). Seu discurso baseado na inclusão das comunidades das áreas afetadas por intervenções, contesta a postura dominante de alijar os maiores interessados (os usuários) do processo decisório em relação aos destinos de partes da cidade com as quais mantém vínculos profundos.

As limitações de suas investigações, apoiadas em depoimentos de moradores, se mostram pouco efetivas na avaliação de projetos ou ações futuras. Seria um procedimento analítico pós-ocupação, quando só se é capaz de detectar problemas e comportamentos a partir de uma crítica póstuma. Justifica-se a apologia da rua e dos espaços públicos tradicionais como a forma de estabelecer vínculos de vizinhança e a manutenção dos códigos sociais vigentes, ainda que, as relações entre configuração espacial e apropriação social não fiquem claras. RIGATTI (1995, p. 147-8) considera a sua avaliação “profundamente antropológica”, e é, sobretudo porque, ao estabelecer um paradigma positivo do microcosmo do Catumbi em relação à realidade de um condomínio da Zona Sul, são enunciados e esmiuçados uma quantidade de dados que, a bem da verdade, funcionam como um libelo em defesa da rua e das práticas comuns de vizinhança “tradicional”, mais do que como

subsídio para as conclusões do autor.

Destaca-se ainda, baseado em RIGATTI (1995), que o fundamental do trabalho de SANTOS é a investigação de maneiras de viver e se comportar em grupos sociais diferentes, que requerem bases espaciais específicas. A importância desses levantamentos, apesar da nostalgia implícita de suas afirmações, derivam do fato de ser possível encontrar na área de estudo, microregiões onde o uso habitacional ainda é intenso e os vínculos de vizinhança semelhantes, apesar de sua espacialização ser diferenciada, como são os casos da Lapa, do morro da Conceição e da área circundante à Central do Brasil, possibilitando o estabelecimento de alguns paralelos.

Sem justificar a posição de SANTOS (1984), entende-se a sua paixão como forma de protesto contra os projetos de renovação e cirurgia urbana que, à época, arrasaram o bairro do Catumbi e parte da Cidade Nova com o claro intuito de se criar um estoque de terras que hoje, vinte anos depois, ainda permanecem em sua maioria desocupadas³². Ao comparar estes dois bairros à “Selva de Pedra”, condomínio construído pelo Exército no Leblon, no local onde antes existia a favela do Pinto, o autor denuncia as ações de extrema violência que a remoção de favelas e de assentamentos mais antigos de áreas de interesse da especulação imobiliária geraram na cidade do Rio de Janeiro no final da década de 70. Há que se concordar com RIGATTI (1995), quando este diz :

“O que não é possível, no entanto, parecem ser as comparações como formas valorativas. Essas diferenças de apropriação do espaço coletivo, em Catumbi e na Zona Sul, para utilizarmos os exemplos em questão, são modalidades distintas de práticas sociais que possuem uma relação dialética com o espaço, mas que não podem ser desvinculadas de um recorte de classe e do que isto representa como possibilidades de contatos sociais” (RIGATTI, 1995, p.148).

PERLMAN³³ (1977) trata da integração de migrantes e populações ditas marginais na estrutura econômica e política e dos seus padrões de comportamento quando expostos à vida urbana, e destaca a formação da identidade de grupos em favelas e a consolidação de práticas sociais ancoradas nas relações de vizinhança, no mundo inóspito da cidade grande. Seu trabalho, pioneiro, baseia analogias na evolução urbana do Rio: Característica da cidade, a diversidade de influências culturais é notória e, a identidade de grupos específicos (como capoeiras, dandis, sambistas, favelados, malandros, etc.) sempre foi “vendida” como um produto positivo da miscigenação, e firmaram-se em locais específicos do Centro. Pelas características da morfologia urbana, alguns redutos do samba, do futebol e da malandragem ainda guardam a configuração próxima do que foi ao final do século XIX. A associação feita pela antropóloga entre identidade de grupo e vínculos de vizinhança em favelas, é aqui explorada como contraponto à descrição dos padrões espaciais verificados através do instrumental da sintaxe espacial. Os vínculos fortalecidos pela posição relativa de cada família na estrutura das favelas dá sentido à formação de uma cultura de gueto que se desmantela (os vínculos de solidariedade mecânica, descritos por DURKHEIM (1973) quando estas comunidades se vêem expostas a mudanças radicais no seu rearranjo

espacial, como é o caso de grupos transferidos de favelas para conjuntos habitacionais.

Esta discussão, já foi aprofundada em RIGATTI (1995, 1997), em dois trabalhos nos quais analisa as relações de vizinhança desenvolvidas em conjuntos habitacionais, tanto em São Paulo, como em Porto Alegre.

“O equívoco da ordenação espacial moderna, (...) a respeito de estruturas urbanas: o de que comunidades podem ser criadas de forma automática por um rígido esquema de correspondência entre grupo social e sistema espacial, pela imposição de uma solidariedade mecânica onde só há lugar para o coletivo e não para o indivíduo” (RIGATTI, 1997, p.97).

Neste ponto há que se situar no tempo a pesquisa de PERLMAN (1977) que, ao acompanhar a transferência de populações faveladas para conjuntos habitacionais, percebe na “aleatoriedade” da distribuição da população no espaço de grandes conjuntos, como na Cidade de Deus (Zona Oeste do Rio), uma intenção clara em separar os vizinhos anteriores (na favela) e dispersá-los ao máximo, sobretudo aqueles que mantinham algum tipo de atividade política. O que a autora destaca, no caso, ainda sob o Regime Militar é que as dificuldades naturais de comunicação e as distâncias enormes a serem percorridas acabam isolando os membros da comunidade anterior e dificultam a formação de novos vínculos. Por exemplo, a transformação da solidariedade mecânica entre patroas e empregadas domésticas nas favelas da Zona Sul (afinal, moravam “do outro lado da rua”) que beneficiava todo um sistema de apoio à família da empregada doméstica (escola, médicos, a possibilidade de dar o endereço da patroa como seu, já que as favelas não eram cadastradas como logradouros) que desaparece com a transferência para áreas afastadas e socialmente uniformes, como o caso dos conjuntos habitacionais.

Destaca a autora que há uma deterioração das possibilidades de usufruir dos vínculos imediatos da solidariedade mecânica, como por exemplo, da compra fiado no comércio local (que nos conjuntos não existirá) e da guarda compartilhada de crianças pelas mães da vizinhança. Obviamente que 20 anos separam as duas pesquisas, as condições da sociedade brasileira como um todo mudaram bastante, ao ponto de a primeira estar preocupada com as mudanças ocasionadas na estrutura de controle local tendo isto como algo de positivo. A segunda já discute estes vínculos de solidariedade mecânica dentro de um conjunto habitacional de grande porte e já conclui que estes são positivos apenas enquanto há um motivo agregador imediato, em geral de reivindicação.

Ainda na linha antropológica e, mais recentemente, destaca-se o trabalho de CALDEIRA (2000) que discute a tendência nas metrópoles brasileiras em desprezar o espaço público como locus das trocas sociais, num movimento claro de privatização ou abandono dos mesmos, em favor de encontros seletivos e realizados intramuros, a partir de um estudo de caso em São Paulo. Sua tese explora as mecânicas de segregação e diferenciação de grupos sociais tanto em áreas de alto poder aquisitivo como na periferia da cidade, a partir da relação que mantém com os espaços públicos adjacentes às suas moradias e, ao seu posicionamento frente à cidade como um todo.

Mais uma vez, o tema da vizinhança e da solidariedade mecânica vem à tona: a autora acrescenta ao conteúdo de RIGATTI (1997) as discussões sobre violência e expressão da diferença entre grupos. Mesmo em áreas da periferia de São Paulo, os moradores elaboram seu discurso a partir de entrevistas, como forma de estabelecer uma separação nós/eles que deixa evidente que as relações de vizinhança e solidariedade mecânica, apesar da proximidade física, deixam de ser fundamentais para a formação da identidade de um grupo ou de uma comunidade a partir da proximidade espacial e do controle. O que indica que RIGATTI (1995, 1997) acerta ao afirmar que há outras relações no presente, mais importantes que as calcadas na base espacial, na vizinhança e na solidariedade mecânica.

No Centro do Rio de Janeiro encontram-se casos nos quais a solidariedade mecânica e a base espacial das relações de vizinhança serão de suma importância, tanto na formação da identidade de grupos, como na manutenção da estrutura espacial e social. Destaca-se o caso do morro da Conceição que, ao longo da história tem sua população renovada (primeiro negros, depois imigrantes e atualmente ainda imigrantes e descendentes mas também artistas plásticos, funcionários públicos de baixo escalão, aposentados, travestis e prostitutas e outros que tem no centro, sobretudo na praça Mauá, seu local de trabalho). Os testemunhos sobre os aspectos positivos do Morro giram sempre em torno dos laços de solidariedade mecânica, de parecer um bairro do interior, onde as crianças brincam na rua e os vizinhos tomam conta da sua casa. Chama atenção, caso oposto ao de São Paulo, a importância que é dada ao bairro pelos cariocas das classes baixa e média. Existe uma tendência a permanecer no lugar onde se cresceu, sendo a mobilidade social mais dinâmica do que a espacial.

A Lapa, com toda a sua diversidade não só habitacional, como de grupos sociais parece ser o mesmo caso. Há cortiços, apartamentos de classe média, conjuntos habitacionais, mas a base espacial mantém-se sólida e, pela frequência às ruas de lazer e às feiras livres, pode-se dizer que os laços de solidariedade mecânica são tão importantes quanto os da orgânica, e não excludentes.

Sobre estudos relacionando a evolução econômica carioca e as características do espaço urbano, toma-se o trabalho de LESSA (2000), que analisa as dinâmicas de ocupação, expansão e desenvolvimento da cidade a partir desse referencial teórico, concluindo sobre os aspectos configuracionais urbanos. Como ele chega a estas conclusões não fica claro para o leitor, pois não há uma explicitação do método usado para verificação dos postulados que apresenta. No entanto, pode-se verificar a pertinência de algumas conclusões tiradas pelo autor, por meio da descrição sintática do espaço, como por exemplo, a sua afirmação de que o Centro do Rio de Janeiro e a cidade como um todo apresentam uma configuração espacial linear, ainda decorrente da estrutura urbana existente no Período Colonial. A esta afirmação, levantada sem nenhuma referência espacial palpável, que não as descrições das funções econômicas e de usos, coloca-se a seguinte questão: a malha urbana do Centro do Rio tende a linearidade desde o Período Colonial? Observando os

mapas históricos nota-se que esta é uma alusão inconsistente, pois a estrutura da malha depreendida da configuração tende à de uma grelha deformada. Ao avançar até o início do século XX, deparamo-nos com a abertura de grandes avenidas como a Rio Branco, mas ainda assim não é possível afirmar categoricamente que a estrutura urbana tornou-se linear, sobretudo porque está associada ou aposta à malha preexistente. Afirmativas como esta só podem ser feitas a partir de uma descrição sistemática e analisável segundo os parâmetros estipulados para tal finalidade que, neste caso, serão sintáticas.

Para a caracterização e identificação do objeto de estudo, há que se falar de sua evolução histórica. A abordagem apoia-se em fontes bibliográficas bastante diversificadas. DELGADO DE CARVALHO (1926) traça um panorama da evolução da cidade até a década de 20, do qual se obtém informações compiladas de Noronha SANTOS³⁴ (s/d) e FREIRE (1912), além de outras fontes históricas reconhecidas como a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O livro, reeditado pela Prefeitura do Rio Janeiro em 1988, foi escrito com o objetivo de atender a escolas primárias da cidade, nas quais era lecionada a história do então Distrito Federal. O autor manifesta entusiasmo pelas reformas propostas para a cidade no início do século XX –Passos e Alves – além de indicar com precisão nomes e datas de abertura de logradouros, obtendo-se informações importantes sobre os usos dominantes ao longo da evolução da cidade. Seu trabalho é fundamento para pesquisas mais recentes sobre o Centro do Rio de Janeiro, incluindo-se aí outros autores muito citados, dentre estes DEL BRENNA (1985), ABREU (1988, 2ª ed.), DEL RIO (1991), LESSA (2000).

Como referência do contexto dos diversos momentos históricos da vida social, baseei-me na coleção História da Vida Privada no Brasil – volumes I, 2 e 3, dirigida por NOVAIS (1997-98) que, dentro de uma perspectiva da nova historiografia situa, a partir das práticas cotidianas, momentos da estrutura da sociedade brasileira do ponto de vista das trocas sociais e sócio-econômicas. A coleção investiga

“... os fenômenos de longa duração exatamente para apanhar o fluxo estrutural da história; e, num plano mais teórico, para delinear um critério fundado na temporalidade para organizar dados empíricos, isto é, a multiplicidade dos acontecimentos” (BRAUDEL apud NOVAIS et al, 1997, p.9).

Inserese nesta discussão o projeto do Corredor Cultural, um dos marcos nacionais no tratamento do patrimônio histórico, que extrapola o foco no caráter monumental das edificações e o significado histórico de um conjunto urbano, “... colocando no palco das discussões técnicas as múltiplas dimensões urbanas e os diversos interesses em jogo ...” (PINHEIRO, 1984, p.60). Cabe dizer que as ações implantadas neste projeto contemplam as áreas do Centro tidas como degradadas, e se esforça em conciliar os usos tradicionalmente estabelecidos (residencial, pequeno comércio e indústrias) com a proteção do patrimônio edificado e fixação da população já residente (casos do SAARA, praça Tiradentes e Lapa). A implantação do projeto, iniciada em 1979, foi de encontro às políticas públicas que até

então tendiam à substituição, não só de usos mas também das edificações, empreendendo transformações no estoque construído e na morfologia dos espaços públicos.

O foco das primeiras ações, sobretudo na área da praça Tiradentes, em fixar a população residente e/ou os comerciantes, denota as preocupações com os vínculos de vizinhança já estabelecidos e com o controle do lugar. Essa preocupação é tão forte que serão criados instrumentos legais que induzam os proprietários não só a conservar seus imóveis, como manter os usos existentes. Há também a intenção de resgatar o Centro como local de lazer para a classe média, com a proliferação de centros culturais, importantes geradores de movimento nos finais de semana, associando ao fortalecimento dessa imagem positiva, uma preocupação menos evidente de vincular determinados usos aos códigos morfológicos existentes.

O mesmo se pode dizer do trabalho de DEL RIO (1991, 1993, 1996) cujos estudos de percepção ambiental sobre a Zona Portuária da cidade indicam a importância de investimentos em revitalização e revelam as diferenças de leitura da imagem do Centro entre os moradores do lugar e os usuários ocasionais. Essas diferenças de percepção são, no mínimo, curiosas. Os moradores vêm o lugar através de seus vínculos de vizinhança, conhecem melhor as ruas onde existem equipamentos comunitários e seus vizinhos próximos. Suas referências são quase todas locais e nota-se uma separação clara do resto da cidade daquilo que eles consideram seu bairro. Mais das vezes, não consideram que o espaço físico encontra-se degradado e suas maiores objeções referem-se à falta de locais de lazer (pois não são usuários dos centros culturais do entorno) e à proximidade da favela nos morros da Saúde e do Pinto. Conhecem o lugar e o consideram autônomo em relação ao Centro da cidade.

Já os usuários ocasionais tem dificuldades de perceber os diferentes “bairros” inseridos na Zona Portuária e lamentam a sua degradação e a favelização. A maioria não sabe que existem o morro da Conceição e a Gamboa, por exemplo, e formam uma imagem da região quase que exclusivamente a partir do Porto, área onde existem inúmeros galpões abandonados e espaços ociosos; e da praça Mauá, terminal de transportes e tradicional local de prostituição, associando assim o lugar à possibilidade de violência.

Do contexto histórico e da evolução da cidade, DELGADO DE CARVALHO (1922), ABREU (1988) e DEL BRENNA et BENCHIMOL (1985), partem das interfaces com os processos econômicos, políticos e sociais ao longo dos dois últimos séculos, para descrever as transformações morfológicas do Rio de Janeiro. Suas colocações acerca do papel do Estado na administração do espaço e sua importância na segregação das camadas populares da sociedade nas áreas centrais também trazem informações importantes para o contexto da pesquisa. Em suas próprias palavras “... o Estado teria contribuído, de forma constante, para a criação do modelo espacial dicotômico que hoje caracteriza a metrópole carioca” (ABREU, 1988, p.11). O autor³⁵ esclarece uma distinção importante entre as cidades capitalistas periféricas³⁶ e o caso brasileiro, sobretudo a cidade do Rio de Janeiro.

“A área central não só tem nestas cidades um valor simbólico importante, como esta importância é decorrente do fato de ser nesta área, e em suas proximidades, que se concentram as funções de direção e de residência das classes dominantes” (ABREU, 1988, p.13).

A perspectiva de outros autores, como CASTELLS³⁷ (apud DEL RIO, 1991), que destaca as funções simbólicas e integradoras dos centros urbanos e aponta para o mito da renovação urbana, um dos pilares da ideologia tecnocrática de reforma social através de soluções físicas. ABREU (1988), apoiado em evidências históricas como a substituição de quase todas as edificações da Av. Rio Branco (antiga Av. Central, aberta por Rodrigues Alves), pelo menos 3 vezes em 100 anos, atesta a importância da imagem simbólica do Centro para as elites cariocas e os conseqüentes esforços para deslocar os populares para locais cada vez mais segregados do município.

Na linha da leitura da imagem, destacamos o trabalho de PESAVENTO (1999), panorama interessante sobre as mudanças provocadas na imagem do Rio de Janeiro no final do século XIX, início do século XX, quando a cidade se consolida não só como capital política e econômica, mas também modelo de identidade cultural. Numa referência mais atual, SILVEIRA e FESSLER VAZ (1999) analisam a ocupação da área central no Rio, a partir das ações públicas, sobretudo pelo seu viés histórico, ações de embelezamento e saneamento, de melhoria de circulação e transportes, de reforma, e recuperação de áreas degradadas ou vazios urbanos e estudam as questões relativas à centralidade e às transformações morfológicas que aí ocorreram. O foco é o estudo de vazios no Centro e o decréscimo da população residente. Entende-se que o estudo calibre os dados de DEL BRENNNA (1983) e FESSLER VAZ (1987). DEL BRENNNA (1983), FESSLER VAZ (1987) e ABREU (1988) serviram como referências históricas dado ao caráter minucioso e documental de seus estudos sobre intervenções urbanas e memória cultural do Centro do Rio.

Uma das abordagens do espaço construído e suas relações com as práticas sociais, no campo da arquitetura, assim como sua instrumentalização teórica vai ser efetivada na *Unit for Architectural Studies da Bartlett School for Architecture and Planning* (HANSON, HILLIER, LEAHMAN et al, 1972). A partir deste núcleo inicial, a pesquisa expande-se por outras instituições e, consolida-se como teoria com a publicação do livro de HANSON & HILLIER (1984) *The Social Logic of Space*. No Brasil destacamos o trabalho de KRUGER³⁸ (1979, 1985), HOLANDA (1983), KRAFTA (1984), TURCKIENICS (1984), RIGATTI (1997), AMORIM (1998), LOUREIRO (1998), entre outros.

Das investigações iniciais, reunidas no livro *The Social Logic of Space* (HANSON & HILLIER, 1984) às suas aplicações mais recentes, observam-se desdobramentos interessantes tanto da teoria quanto do instrumental metodológico. PENN³⁹ (2001) destaca a diferença de abordagens entre a sintaxe espacial e a cognição em relação ao fenômeno urbano. É importante destacá-las dado que, tanto as pesquisas sobre imagem

das cidades, como as cognitivas foram bastante difundidas a partir dos anos 60 (LYNCH, 1959; CULLEN, TRIEB et al, 1968). Hoje esse instrumental é muito utilizado e conhecido dos técnicos do planejamento urbano e destaque nesta linha o trabalho de KOHLSDORF (1996)

“A sintaxe espacial aborda os comportamentos ditos sociais, portanto parte de comportamentos que são universais a um grupo ampliado de indivíduos. Já a maioria das teorias que lida com a cognição partem do indivíduo. Esta é a grande diferença de abordagem. Na sintaxe espacial, a configuração espacial explica uma parte da variação entre taxas de movimento humano agregado em diferente localizações, tanto em tecidos urbanos como em edifícios. Explica como as pessoas se movem nos espaços ou tendem a se mover no espaço, mas não explica porque, pois a análise não contém elementos de representação das motivações ou da cognição individual” (PENN, 2001, p. 11.1).

Pela eficiência na utilização das ferramentas metodológicas da sintaxe espacial na avaliação dos efeitos da relação entre configuração urbana e patologias, comportamentos sociais perigosos, expansão ou deslocamento de centralidades, e expansão metropolitana, torna-se importante distinguir os pressupostos da dimensão analítica. Como referência, destaque os trabalhos de HANSON (1989) que analisa projetos para reconstrução de Londres após o grande incêndio de 1666; o trabalho de KRUGER et al (1999) sobre as transformações morfológicas na Lisboa Pombalina; e, a alocação de edifícios e monumentos simbólicos na malha urbana, de AMORIM e LOUREIRO (2000) sobre a evolução da configuração urbana do Recife; e de RIGATTI (2001, 2002) sobre as transformações ocorridas na zona central de Porto Alegre desde sua fundação, este último, no Laboratório de Estudos Configuracionais do PROPUR/UFRGS, nos quais “... as questões do desenho (ou projetos), morfologia, intenções políticas e ação social são discutidas como parte da constituição social fundamental do espaço ...” (PEPONIS, 2001, p. 1-1).

Neste trabalho, através da descrição e análise da configuração urbana, infere-se sobre os padrões de movimento e de co-presença, observados hoje, em diferentes partes do Centro do Rio e, para distinguir o mérito da análise proposta, recorro mais uma vez a PENN (2001)

“Assume-se que a sintaxe espacial não está interessada em inferir sobre as motivações individuais na geração do movimento e que tudo pode ser inferido a partir da configuração espacial. Na verdade a teoria não assume explicitamente nada sobre indivíduos e suas motivações – ela, no entanto, guarda implicitamente pistas para a motivação individual e cognição e pode contribuir para um melhor entendimento do nível individual dos mecanismos nesta dimensão” (PENN, 2001, p. 11.2).

A análise da configuração espacial, apoia-se na dimensão da co-presença e na metodologia da sintaxe espacial, eliminando-se todas as outras dimensões, exceto, no que estas possam elucidar as conclusões, ao nível das vidas espacial e social. Conforme já exposto, parte-se da premissa de que os diferentes grupos humanos produzem seus espaços de convivência a partir da necessidade de suas práticas sociais e, da mesma forma, o espaço produzido vai influir sobre estas práticas e seus sistemas de encontro.

“A arquitetura de edificações e de cidades tem-se constituído desde sempre em complexos sistemas de barreiras e passagens que definem lugares que implicam determinadas possibilidades de interação social. A arquitetura vista como sanção física relacionada a regras sociais, como bem definiram HILLIER & HANSON (1984), significa uma das mais fortes expressões de identidade cultural, ao mesmo tempo que não esgota o seu conhecimento. Cada uma aborda o todo a partir de um ponto de vista particular” (HILLIER e LEAMAN⁴⁰, apud KOHLSDORF & HOLANDA, 1994, p. 3).

2.3 Por onde andamos e outras perguntas que não querem calar: uma maneira de discutir as transformações morfológicas

A organização do presente trabalho é baseada nos procedimentos de HOLANDA (1983, 1997) e RIGATTI (2002), onde descreve-se aspectos da vida social, vida espacial e dos padrões espaciais, estes mensuráveis e quantificáveis por meio dos instrumentos analíticos da sintaxe espacial. Através do resgate de relatos históricos, que embasam a descrição da vida social e da vida espacial no Rio de Janeiro desde a sua fundação, e do apoio de cartografia que permite contrapor estas descrições à estrutura da malha urbana, traça-se um panorama da configuração, ocupação e movimento de pedestres no que hoje é considerada a área central da cidade, tendo sido no passado, a cidade em si. Os desdobramentos analíticos são inúmeros e bastante difundidos. Problemas, como por exemplo, o movimento de pedestres (HILLIER, 1993), são discutidos sob o ponto de vista da configuração e não como fluxos de tráfego. A diferença analítica centra-se na colocação do problema do movimento em si. A exclusão das distâncias métricas⁴¹ e da avaliação ou descrição individual dos percursos, tal como tratado por HILLIER (2001) - movimento natural – vincula à alocação de atratores, distribuição de densidades e uso do solo à forma física do lugar.

A descrição sintática do movimento explicita, a partir das propriedades locais de um tecido urbano, como estas “partes” e suas articulações afetam os padrões globais – de acessibilidades e movimento -, ao longo dos trajetos possíveis e infere sobre o potencial de interfaces dadas as condições do sistema espacial. Desta maneira, ajuda na formulação de problemas específicos sobre a forma urbana, especialmente aos vinculados às diferenças sociais e culturais do movimento de pedestres e estruturas espaciais numa perspectiva histórica. PENN (2001) aponta-a como ferramenta importante para a avaliação e otimização das ações de projeto sobre tecidos urbanos já existentes, sobretudo por possibilitar uma síntese independente do sistema métrico e da avaliação de fluxos de tráfego, do tipo origem/destino. Isso é relevante tanto como comparativo de sistemas de tamanhos variados quanto na hierarquização de rotas segundo a acessibilidade relativa.

A pertinência das questões relativas à espacialidade e transpacialidade é irrefutável quando assumimos a descrição sintática do Centro do Rio. Isso porque, de cidade colonial a capital nacional, a obliteração dos códigos espaciais em prol dos transpaciais, sobretudo na área central, torna-se nítida se descrita através das transformações

morfológicas ocorridas. A associação de medidas sintáticas como *integração* e *integração local*, aliadas à observação dos tipos de interface entre usuários, vincula a maneira como estes espaços são conectados uns aos outros e em que ordem o são à co-presença. O interesse é investigar se existe uma separação efetiva entre quem se move nestes espaços e porque o faz.

PEPONIS (2001) diz que a maneira como estas interfaces vão se dar, são moduladas pela forma como são distribuídas no espaço: campos visuais, barreiras ou integração destes campos. A sintaxe espacial investiga como estas modulações podem aumentar ou diminuir o potencial de interfaces. O desenvolvimento metodológico da aplicação destes conceitos (AMORIM, HILLIER et al, 1995) tem sido amplamente aplicado em estudos de caso de áreas urbanas, por exemplo, (GREEN et PENN, 1997) em relação sobretudo a questões que relacionam distinção de movimento de grupos especiais (por gênero, p. e.) e outros que se concentram nas questões de segurança e uso dos espaços. Ainda PEPONIS (2001) destaca reiteradamente o vínculo estabelecido pela teoria, no que ela pode predizer em relação aos encontros potenciais, entre o movimento e a integração morfológica.

Na pesquisa, são analisadas por essa via as transformações morfológicas, as variações no movimento, a co-presença em “partes” ou frações locais com características configuracionais peculiares, bem como, as relações globais referentes ao centro e à cidade como um todo. Já os espaços são entendidos como interfaces entre os diversos sujeitos sociais, conforme classificados por HANSON & HILLIER (1984), a partir dos conceitos de DURKHEIM (1973) sobre classes sociais - bipolar moradores/estranhos -, remetendo-nos aos conceitos de solidariedade social, diferenciada entre mecânica e orgânica, atribuindo-lhes possíveis categorias de interfaces, pelo grau em que estas transparecem (e da espacialização da estrutura social).

Na análise das configurações, as diferenças entre solidariedade mecânica e orgânica são descritas a partir do grau de transparência da estrutura social no espaço físico. Ou seja, no grau em que a organização espacial revela a dimensão cultural de grupos na produção e uso do espaço. A associação entre espacialidade e transpatialidade dá-se no investimento efetivo da significação social no espaço. A maior ou menor espacialização das práticas sociais está vinculada ao tipo de solidariedade predominante num grupo dominante – moradores/estranhos.

A solidariedade mecânica, calcada no coletivo, demanda o controle espacial das relações desenvolvidas e se refere, geralmente, a padrões locais, a vínculos de vizinhança em grupos indistintos por rótulos, mas são discerníveis pela posição relativa que ocupam no espaço e o controle que os moradores exercem sobre este. Já a solidariedade orgânica, refere-se às partes que compõem a sociedade, num sistema de funções sociais distintas e específicas que regem relações definidas, criando interdependências através das diferenças, expressas a partir de rótulos⁴². Relaciona-se com o conceito de transpatialidade, cujas

características são as relações expressas mais pelo poder do que pelo controle, vinculadas às questões das classes sociais, na significação dos espaços, do que em sua expressão direta nas regras simples de vizinhança. É o espaço no qual o estranho se movimenta com a mesma desenvoltura do morador, cujo controle local é relaxado em prol das manifestações de poder. Isto ocorre através da construção de uma paisagem ideológica, imbuída de maior formalidade e, conseqüentemente denotando a determinação das relações pelos espaços simbólicos e pelos códigos transpaciais, no decorrer do tempo. A maior urbanidade, descrita pelo predomínio das regras locais e a preponderância dos códigos espaciais, restringe-se a setores do Centro do Rio de Janeiro que, no decorrer destas transformações, mantiveram, não só usos equivalentes ao longo do tempo, mas continuaram a ser produzidos e reproduzidos baseados em regras locais. As distinções observadas na co-presença e nas interfaces moradores/estranhos, atestam a alternância dos códigos em setores da área central.

Segundo estudos antropológicos (DOUGLAS, 1966) os parâmetros de prevenção à contaminação social, no modelo europeu pós-industrial é de afastamento físico e conseqüente, segregação social. O controle da contaminação social, através da imposição da distância e do agrupamento de pessoas de classes afins sob a égide das especificidades decorrentes da divisão social do trabalho, são incorporadas ao repertório de soluções para os problemas de expansão e renovação urbana. No Brasil encontram-se estas medidas aplicadas à cidade do Rio de Janeiro, nos esforços constantes, iniciados no fim do século XIX de estabelecer, por meio da renovação urbana, o afastamento necessário entre classes sociais distintas, evitando contaminações desnecessárias.

No Movimento Moderno, além da construção da paisagem de objetos⁴³, os espaços de exceção⁴⁴ são caracterizados pela especificidade e delimitação física de parte do território, em contraste óbvio com a formação espacial (HOLANDA, 1999). O que nos leva a inferir sobre outras formas de compensação da aparente miscigenação social nos espaços públicos, substituída por um código de condutas sociais num espaço físico aparentemente acessível a todos, o que HILLIER & HANSON (1984) apresentam como sendo os códigos transpaciais. As transformações ancoradas nesse modelo serão também aplicadas na área de estudo em questão.

Questionamentos mais genéricos versam sobre a formação e consolidação de centralidades, como CUTINNI (1999), discutindo-as não somente do ponto de vista historicista ou imagético, mas também como o lugar da materialização da memória histórica estratificada, descrita através das transformações configuracionais, isto é, “... a partir da mediação estabelecida pelas leis espaciais na construção social do espaço urbano ...”, (HILLIER, 2001, p. 2.1) e comparecem na pesquisa realizada.

Das ferramentas disponibilizadas pela metodologia da sintaxe espacial, os mapas axiais constituem-se em instrumento indispensável na precisão da dimensão espacial dos processos de transformações em áreas centrais, ocasionados pelos efeitos da configuração espacial no movimento – sobretudo de pedestres – e no conseqüente uso do

solo, densidades e co-presença. Este instrumento de redução da configuração urbana a uma dimensão determina a base de cálculo de algumas medidas sintáticas. Estas medidas possibilitam analisar os aspectos universais (ou invariáveis) da configuração em distintos âmbitos culturais. Sob este aspecto, o trabalho *The exceptional space* de HOLANDA (1997), faz um paralelo entre diversos ambientes culturais próximos ou não no tempo histórico, descrevendo-os e analisando-os do ponto de vista de sua maior formalidade ou urbanidade, expressões das “... invariáveis muito poderosas que emergem do processo de formação das cidades e se transformam ao longo de sua evolução histórica ...” (HILLIER, 2001, p. 2.1). As questões de formalidade e urbanidade aqui se referem, como descreve HOLANDA (1995):

“Às duas tendências polares que podem ser sintetizadas através das expressões paradigma da formalidade e paradigma da urbanidade. As palavras urbanidade e formalidade são interessantes para nossos fins porque comunicam simultaneamente idéias relativas ao espaço físico – e, portanto a padrões espaciais – e idéias relativas a comportamentos humanos” (HOLANDA, 1995, p.6).

A taxonomia proposta por HILLIER (apud HOLANDA, 1996, p.65) categoriza as cidades como instrumentais e simbólicas. Nas instrumentais, o núcleo central do assentamento liga-se com o território circundante e, através destas ligações, onde se concentram os serviços de interesse geral, ocorrem as interfaces entre estranhos e habitantes locais, sua estrutura tem por fim “construir essa interface”; já nas cidades simbólicas dá-se o oposto: espaços mais acessíveis desde o exterior do assentamento parecem concentrar as estruturas cerimoniais, que não dispõem de uma ligação tão franca com o entorno. Estes pares de conceitos: formalidade/urbanidade, cidade instrumental/cidade simbólica serão importantes na análise das transformações do Centro do Rio de Janeiro. Ao longo de sua evolução, a área apresentará, como a maioria dos casos estudados na literatura, a emergência de estruturas que revelam uma alternância destes códigos, segundo o momento histórico e o significado que a cidade adquire como símbolo nacional e o ocaso dessa significação. As transformações ocorridas, guiadas ora pelo signo de modernidade, ora pelo de cidade exemplar introduzem elementos que tendem a transformar a área de estudo num excerto típico de cidade simbólica. No entanto, a cidade instrumental nunca é totalmente descartada. Como isso se coaduna?

HILLIER & HANSON (1984), HILLIER & RIGATTI (1997) localizam as questões de variabilidade e invariabilidade, aludindo que os fatores socioculturais preponderam na construção local do espaço, enquanto que os microeconômicos ganham importância com o crescimento urbano. O movimento natural, por sua vez, tem impacto profundo no padrão de uso do solo urbano, donde depreende-se que a malha urbana tem impacto no uso do solo, localizando-se o comércio em lugares de fluxo intenso e residência em locais de menor fluxo. Isto ocorre, ainda segundo o autores, no sentido inverso, isto é, o uso do solo aumenta ou diminui o movimento e desta forma, as áreas residenciais tendem a ser mais homogêneas que as de uso misto intenso. Ainda HILLIER (2001, p. 2.10) destaca

que os processos socioculturais são idiossincráticos e locais, já os microeconômicos universais e globais. Ele sugere que a explicação para esta dualidade na produção da configuração do espaço se remete a duas categorias de uso, sendo que

“... o processo residencial é guiado por forças socioculturais, trazendo diferenças, porque a cultura é espacialmente específica. Por outro lado, um processo de espaços públicos, guiado por atividades microeconômicas, geram padrões globalizantes de espaços que tendem a ser similares em todos os lugares, porque a atividade microeconômica tende a ser um universal espacial, sendo ambas mediadas pelo movimento” (HILLIER, 2001, p. 2.3).

O potencial de movimento está intimamente ligado ao aumento da permeabilidade nas áreas de maior atividade comercial, sendo esta uma tendência nas áreas centrais. Curiosamente, as transformações morfológicas na área em estudo, que serão discutidas oportunamente, tendem a aumentar essa permeabilidade, resultando que as zonas ainda residenciais na área central constituam-se de enclaves de baixa permeabilidade distantes topologicamente do “burburinho”. Destaca-se que a morfologia da malha urbana e a localização de seu tipo específico, será de fundamental importância para se inferir sobre as relações entre as transformações por que passou ao longo do tempo e as diferenças na presença/movimento detectadas em pontos diferentes da malha⁴⁵. Percebe-se um contínuo investimento nas transformações que privilegiam os padrões globais no Centro do Rio, tendo a configuração um peso importante na distribuição dos atratores e do desenvolvimento microeconômico, em sua evolução. Esse investimento é paralelo ao aumento de impacto dos códigos transpaciais nas práticas sociais e na conformação política, econômica e cultural da nação insipiente, cuja capital permanece na cidade até 1960. O que HILLIER (2001) destaca é que as transformações, mesmo que pontuais, repercutem no sistema espacial como um todo, provocando efeitos também sociais. “Os seres humanos são limitados⁴⁶ por estas leis, a partir do momento em que estas constituem um sistema de limites e possibilidades dentro dos quais evoluem nossas estratégias espaciais ” (HILLIER, 2001, p. 2.12). O que o autor chama de leis espaciais, submetidas a forças sociais, dão conta exclusivamente das invariáveis espaciais das cidades, sobre as quais ora se investiga, assim como a cultura espacial é diferente nos vários momentos históricos selecionados para a área de estudo.

No capítulo seguinte, ao discorrer sobre a metodologia aplicada, será elucidado como os instrumentos adotados, para a descrição e análise do fenômeno, vem ao encontro das questões levantadas sobre a área em estudo, exemplar em transformações morfológicas, sociais e políticas, desde o período escravista até o capitalismo periférico atual. A discussão é pertinente por investigar como as transformações espaciais ocorridas ao longo do tempo, privilegiam apenas a reprodução espacial de um de seus setores, ainda que coexistam com ordens espaciais reproduzidas infinitamente pela base da sociedade.

NOTAS

1 Segundo CHOAY (1994, p.27) o termo é cunhado por CERDÁ (Teoria Geral da Urbanização, 1867) quando a Revolução Industrial gera impactos no espaço de tal ordem que a cidade submerge "... sob uma transformação espontânea que parece advir de um cataclismo natural incontornável".

2 Como entidade espacial discreta entende-se as dinâmicas e transformações que o espaço sofre sem o objetivo claro de se atingir um padrão, que é definido pelo somatório destas mudanças, conformado num todo (HAAG, 1989, p.2).

3 Ordem é aqui assumida como relação entre objetos expressa por uma regra.

4 Idelfons CERDÁ, engenheiro responsável pelo projeto de expansão – Ensanche - de Barcelona/Espanha.

5 HAUSSMANN, E. Mémoires, tome II, Paris, Havard, 1891, p.199.

6 Idealismo romântico, pós-kantiano baseado em SCHOPENHAUER "O mundo como vontade e representação".

7 Ordenação aqui é mencionada no sentido de organização formal e método.

8 Data de sua mais importante publicação, "Traité de l'association domestique" (CHOAY, 1965, p.68).

9 CHOAY (1965, p. 62) data da fundação da colônia New Harmony, para a qual OWEN adquiriu as terras e elaborou o projeto dentro de seus parâmetros de comunidade ideal.

10 Crítica às soluções para os problemas decorrentes da industrialização (precariedade de alojamentos nas grandes cidades industriais inglesas). A data é do artigo "A questão do alojamento" em que o autor ataca o "paternalismo reacionário para a solução dos problemas sociais" (CHOAY, 1965, p.139).

11 Adjetivo cunhado por POLÍBIO, que distingue a história que trata dos fatos da que trata de lendas, adotado no sentido corrente atual.

12 Ordem social ou ordenação da sociedade por classes.

13 Modelo entendido como conceito que dispõe da ordenação das relações entre elementos.

14 CRISTALLER, W. Die zentralen Orten in Süd Deutschland. Iéna: G. Fischer, 1933.

15 Segundo HOLANDA (1997), existem maneiras de diferenciar os grupos sociais através de uma descrição prévia das expectativas de cada parcela da sociedade e "... transcrevê-las para conceitos morfológicos". HILLIER & HANSON (1984, p. 240) propõem uma "... taxonomia morfológica baseada nas variações dos atributos de grupo em categorias de arranjos espaciais ..." (HOLANDA, 1997, APPENDIX 2, trad. livre desta autora). Isto é, às classes sociais, corresponde uma dimensão morfológica e, portanto, espacial, calcada nas possibilidades de interfaces físicas e no tipo de solidariedade exercida, tendo como referência o meio físico-espacial. HILLIER & HANSON (1984), mais uma vez assumem esta disposição como uma forma de classificação que supera as relações puramente econômicas e, que conseqüentemente, podem ser aplicadas a "sociedades sem classes". DURKHEIM (1973), partindo de um pressuposto jurídico e moral define solidariedade social como a conseqüência de estados comuns de consciência a todos os membros de uma sociedade, independente de sua posição no processo produtivo. Esse elo de solidariedade social, quando rompido, gera o crime, a manifestação do intolerável para o coletivo e para o indivíduo. O autor distingue duas formas de solidariedade, nas quais operam todos os indivíduos de um coletivo – a solidariedade mecânica e a orgânica - . A primeira dá conta da coesão do corpo social, reafirma a estrutura do grupo como um todo e envolve crenças coletivas, vinculando o indivíduo diretamente à sociedade, sem intermediários. A segunda está mais dependente das categorias que compõem a sociedade, dos vínculos estabelecidos por relações entre funções desempenhadas por agentes sociais (papéis), da divisão do trabalho ou por gênero. Portanto, a solidariedade mecânica dá conta da inserção do indivíduo no coletivo e sua característica é sobrepujar as diferenciações individuais e de classe, mantendo a coesão do grupo social como um todo. A solidariedade orgânica localiza o indivíduo como uma parte do sistema social definido pelo papel que este desempenha frente a um grupo específico do coletivo, com sistema próprio de funções sociais que o individualizam. A partir dessas premissas (coesão social baseada no

sistema de encontros) HILLIER & HANSON (1984) chegam a uma taxonomia morfológica calcada na integração espacial e nos conceitos de espacialidade e transpatialidade, que é o grau de transparência de uma estrutura social no espaço físico.

16 Dos antropólogos estruturalistas destacam-se LÉVY-STRAUSS e DOUGLAS (1965). A articulação entre as estruturas de parentesco, gênero e os conceitos de pureza e contaminação entre membros de uma comunidade determinam seus lugares específicos no mundo físico, gerando regras de organização espacial.

17 As ciências sociais e a economia desempenham papel importante na análise da cidade e no planejamento urbano e regional, estando a produção do espaço construído sob a ótica sociocultural e econômica condicionada a outras premissas que não às da arquitetura. Os estudos baseados na noção marxista do fenômeno social são inúmeros. Estes assumem que as instituições sociais e históricas são produzidas, não pela vontade livre dos indivíduos, mas nas condições objetivas nas quais a ação e o pensamento humano devem realizar-se. Assim, as primeiras instituições sociais são econômicas e, para mantê-las, o grupo social cria idéias aceitas pelo coletivo que as justifica, sendo o resultado de lentos processos sociais, políticos e econômicos (CHAUÍ, 2002, p. 275).

18 Os modelos estocásticos são aqueles que possibilitam a armazenagem de dados como, por exemplo, os que tomam como base as leis da oferta-demanda como condicionantes do desenvolvimento, expansão e localização de atividades econômicas em áreas urbanas e regionais.

19 Diversos autores usam o conceito de imagens públicas para validar a retenção de dados pela percepção de um grupo abrangente de sujeitos sociais, o que permite a construção de uma memória coletiva e compartilhada a partir de um conhecimento comum.

20 Assuntos estabelecidos em ordem de prioridade.

21 Em 1936, PIAGET publica “O nascimento da inteligência na criança”, inaugurando na Psicologia o conceito de construtivismo, no qual aborda as questões que possibilitam a criação de novos conhecimentos pelo homem. Uma das máximas de seu trabalho é ter apontado que a inteligência é organizada em estruturas mentais, por meio das quais o homem assimila o meio em que está inserido. Essas estruturas não existem a priori, elas são construídas pelo sujeito, num processo permanente de interação, através da percepção do fenômeno real em conhecimento. Hoje, o conceito foi ampliado para o de inteligências múltiplas (a emocional, por exemplo, além da racional), porém seus estudos embasaram de forma definitiva todos os subsequentes que partem da cognição, mesmo quando refutam seu estruturalismo - construtivista de início de século.

22 O conceito de Percepção foi alterado nas suas bases filosóficas no correr do século XX, sobretudo a partir da contribuição da Gestalt (configuração, figura estruturada ou forma em alemão), também conhecida como Psicologia da Forma e da Fenomenologia (HUSSERL) que propõe a convergência entre sensação e percepção, anteriormente separadas em categorias distintas por empiristas e intelectualistas: “... sentimos e percebemos formas, isto é, totalidades estruturadas dotadas de significação ...” (CHAUÍ, 2002, p.121). Percepção é o conhecimento sensorial das configurações ou totalidades organizadas e dotadas de sentido, advinda do conhecimento de um sujeito corporal. Por isso o meio físico e suas condições face o nosso corpo são de extrema importância. É uma relação do sujeito com o mundo exterior, uma forma de conhecimento auto-referenciado. As questões de escala, proporções estão aí englobadas.

23 Grifo meu. Refere-se ao conceito de sistemas que será amplamente utilizado. Num sistema, segundo HAAG (1989) o fenômeno urbano é entendido como diversos conjuntos de relações, que podem ser apreendidas a partir de uma abordagem dimensional ao se postular problemas decisórios específicos que se referem a uma dimensão mensurável do fenômeno. Os sistemas são pautados pela influência das ações num determinado período de tempo, ou seja, nas ações do conjunto de indivíduos discretos (aqueles que atuam de uma determinada maneira sem o objetivo de definir um padrão), estabelecidos a partir de definições globais ditadas por decisões individuais.

24 Destaca-se a altíssima complexidade da realidade urbana, o que obriga recortes específicos para lidar com os problemas postulados, conscientes da impossibilidade de resposta integral e redutora a um contexto do qual só é possível conhecer aspectos definidos por seus contornos.

25 Uma configuração é a emergência de uma estrutura, capaz de ser assimilada e entendida pelo homem. As configurações de um sistema podem ser múltiplas e estar em constante transformação. A partir da emergência de uma estrutura, pode se identificar o conjunto de leis que regem a configuração e a

forma original dos objetos formais, inferindo-se sobre as transformações e suas causas. HILLIER (1998) vai além ao definir “configuração espacial”, pois assume que configuração, do ponto de vista da Sintaxe Espacial é também um conjunto de relações que leva em conta outras relações que não as geradoras diretas de uma determinada estrutura.

26 Arquitetura entendida como espaço construído ou modificado pelo homem, independente da escala.

27 Dois sistemas básicos de redução da realidade a um viés analisável propostos pela teoria: o primeiro, a decomposição da planta baixa ao conjunto de espaços convexos, isto é, ao menor número dos maiores espaços abertos, definidos por barreiras à permeabilidade; uma decomposição bidimensional pois resulta em figuras geométricas que só podem ser cortadas por uma reta em seus limites, daí o nome, espaços convexos; a segunda, feita a partir da primeira, o mapa axial, obtém-se ao introduzir o menor conjunto de linhas mais longas possíveis, cortando cada uma em dois pontos, o maior número de espaços convexos (redução a elementos de uma dimensão). Portanto extrai-se de um mapa ou planta todos os espaços abertos e permeáveis, formando um conjunto de elementos bidimensionais, composto de figuras geométricas convexas e parte-se para a “ligação” do maior número dessas figuras por linhas (uma dimensão) que atravessem o maior número deles. Os procedimentos são descritos no livro “The Social Logic of Space” (HANSON & HILLIER 1984, p. 82-142, cap.3: The analysis of settlements lay-outs).

28 Malha urbana é o padrão de espaços públicos ligando os edifícios de um assentamento, desconsiderando-se o grau de regularidade geométrica; sua estrutura, é o padrão que emerge quando a malha é expressa ou representada através de um mapa axial e analisada a partir de sua configuração (HILLIER, 2001, p. 2.1).

29 <http://www.jbonline.com.br/papel/colunas/joaquim/2002/04/27jorcoljoa200220427001>.

30 Ver HOLANDA (1996), *The exceptional space* (Tese de Doutorado defendida na Bartlett Scholl of Architecture, Londres) e RIGATTI (1997), *Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no conjunto Rubem Berta* (Tese de Doutorado defendida na FAUSP, São Paulo).

31 SANTOS, VOGEL e SILVA MELLO, em seu livro *Quando a rua vira casa* (Finep/IBAM, 1985), discutem as diferenças entre as estruturações sociais encontradas no Catumbi, bairro do Rio pertencente à Cidade Nova, que sofre a cirurgia viária da linha Lilás e o impacto do Sambódromo e a Selva de Pedra e Cruzada São Sebastião, ambos no Leblon, construídos após a erradicação da favela do Pinto. Partem das proposições de territorialidade descritas por ALEXANDER (1969) e também utilizam relatos e mapas mentais para estabelecer um rol de expectativas sobre o controle dos espaços públicos destes locais. Daí emergem questões pertinentes à segurança, vizinhança e outras patologias que se utilizarão da sintaxe espacial para descrições mais configuracionais e menos simbólicas deste tipo de problema. Veja-se os anais dos Simpósios de *Space Syntax* (1997, 1999, 2001) para comprovar a pertinência do método na elucidação destes problemas urbanos.

32 O projeto do Teleporto, que engloba a área estudada por SANTOS et al. (1984) ainda não foi completamente implantado, tendo sido iniciado no final dos anos 90, associado às ações do Rio Cidade (Prefeitos César Maia –1992-6 e Paulo Conde –1996-00), sendo que as demolições no bairro tiveram início na década de 1970 com a abertura do túnel Santa Bárbara e a construção do elevador da Linha Lilás. A região ficou marcada por grandes áreas devastadas e sem uso até a década de 1980.

33 A pesquisa desenvolvida pela antropóloga americana está sendo refeita atualmente, por grupo de pesquisadores da UFRJ, com o intuito de verificar a sedimentação da população migrante nos seus locais de destino e o estabelecimento de vínculos de vizinhança em realidades novas – conjuntos habitacionais.

34 NORONHA SANTOS foi historiador e cronista em jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX e autor da Corografia do Distrito Federal.

35 A pesquisa foi desenvolvida em 1978, no Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) em parceria com Olga BONSTEIN com patrocínio IDRC e CNPU e depois publicada em livro.

36 Grifo meu, justificado pela visão então corrente que as cidades do 3º mundo teriam uma dinâmica diferente e, neste caso o autor faz uma alusão clara às cidades dos Estados Unidos, onde o valor da terra para habitação estava associado aos subúrbios e aqui, por vantagens de localização seria o inverso.

37 CASTELLS, Manuel. La cuestión urbana. México, Século XX, 1979, p.270.

38 Mário Júlio KRUGER publica seus primeiros trabalhos na área da sintaxe espacial em 1979. Professor da Universidade de Brasília – UnB entre 1982/5, contribuiu para o I Seminário de Desenho Urbano no Brasil, durante o qual formou-se a rede brasileira de pesquisadores afiliados à Sintaxe Espacial e às discussões entorno da configuração urbana. É Professor da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra / Portugal.

39 PENN, Allan, artigo publicado nos anais do III *Space Syntax Symposium Space syntax and space cognition or Why the axial line?* (p. 11.1-11.16).

40 HILLIER, Bill & LEAMAN, Adrian. *Architecture as a discipline*, JAR,1976, pp 28-32,p.31.

41 HOLANDA et al (2001), no curso do III *Space Syntax Symposium* - Atlanta apresenta a medida sintática de compactação que, a partir da dispersão geométrica do núcleo integrador, testa suas características de força ou diluição, importantes na avaliação do comportamento da configuração em áreas muito grandes.

42 Rótulos sociais ou seja, os papéis que cada indivíduo ou grupo exerce dentro da estrutura social ampliada, distinguindo-o dos outros não por sua posição relativa no espaço, como no caso das relações de vizinhança, mas ao pertencer a um grupo ou grupos cuja solidariedade independe de uma espacialização direta.

43 A paisagem de objetos é caracterizada pelo alto percentual de espaços abertos em relação aos fechados, alta permeabilidade e acessibilidade e número de espaços cegos (HOLANDA, 1997, p.5).

44 Sociedades apartadas no tempo e com diferenças na organização política e social, podem, ainda ser agrupadas numa categoria sintática, referente às formas de espacialização de suas práticas sociais. Os espaços de exceção seriam “... a localização de determinadas categorias de práticas e agentes sociais num lugar claramente delimitado e especializado do território, categorias estas que sempre pertencem ao âmbito superestrutural da ordem social ...”, ou seja, de códigos transpaciais muito rígidos (HOLANDA, 1997, p.10).

45 HILLIER, no artigo citado, sugere uma reconceituação para o termo, face ao desenvolvimento das pesquisas e ao aporte de novas metodologias de checagem. Ele sugere que a malha urbana, conceituada inicialmente como o padrão de espaços públicos ligando os edifícios de um assentamento, desconsiderando-se o grau de regularidade geométrica, seria melhor descrita a partir de suas propriedades relacionais que “... determinam o sistema de desigualdades configuracionais, isto é, as diferenças de valores de integração nas linhas que compõem o mapa axial, o que por sua vez gera um sistema de desigualdade de atratores – diferentes pesos das linhas construídas da mistura de uso do solo e sua topologia e, em última análise a configuração sendo a geradora de atração” (HILLIER, 2001, p. 2.11).

46 O grifo é meu, para que fique claro que não é uma condicionante, mas um parâmetro que limita nossas escolhas ao mover-nos.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA E FERRAMENTAS PARA ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

“Em arquitetura, o espaço é uma questão teórica central, e o problema é encontrar uma maneira de estudá-lo. Mas o problema do espaço em si mesmo não está confinado à arquitetura. Na antropologia, por exemplo, ele comparece como um problema empírico” (HILLIER & HANSON, 1984, p.3).

3.1 Introdução

O estudo de caso aqui proposto, a descrição analítica dos padrões morfológicos e dos padrões de produção e reprodução de práticas sociais do Centro do Rio de Janeiro, em diferentes momentos de sua história, vale-se do instrumental metodológico¹ da sintaxe espacial, que investiga como e porquê formas diferentes de reprodução social materializam-se em diferentes ordens espaciais (HILLIER & HANSON, 1984).

Ao estudar o espaço físico como um artefato produzido pela sociedade, e estudar a sociedade a partir dos sentidos apreensíveis das formas que dá à sua espacialização, a teoria reduz as morfologias encontradas na realidade a uma estrutura aparente das relações fundamentais que as geram. E isso é feito “... lendo-se os assentamentos humanos como um sistemas de barreiras e permeabilidades, que definem tipos espaciais ao longo da história” (HOLANDA, 1994, p. 104). O pressuposto fundamental da teoria é que os padrões estabelecidos pela forma ou maneira como as massas construídas estão dispostas espacialmente ordenam a relação entre as pessoas. Por outro lado, a teoria estuda as relações sociais e os mecanismos de reprodução social a partir do espaço construído, assumindo que este é uma das expressões materiais mais duradouras da cultura.

O foco da sintaxe espacial é identificar e decompor e, a partir disso, analisar e sugerir explicações de como as configurações determinadas pelas relações topológicas dos edifícios entre si, influenciam o comportamento das pessoas no espaço: como se deslocam, se reúnem, por quais espaços há maior probabilidade de movimento e fluxo de pessoas HOLANDA (2002).

A teoria define como genótipo a estrutura abstrata de uma prática social, as relações nucleares que podem ser reproduzidas sempre que a prática social recupera descrições de sistemas urbanos (HILLIER & HANSON, 1984). A implantação desta estrutura abstrata relacional - de práticas sociais na realidade espaço/tempo -, resultam em fenótipos, donde assume-se que o genótipo é função do mecanismo gerador de uma prática social representada física e espacialmente.

HILLIER & HANSON (1984) fundamentam as descrições sintáticas do espaço a partir da observação de como a forma global de um assentamento emerge das regras locais que pautam as relações entre os edifícios e, entre estes e os espaços abertos. Consequentemente, instrumentalizam as relações entre as pessoas concluindo que “... parecia que problemas reais na geração de assentamentos podiam ser resolvidos partindo-se da noção de que regras locais geravam formas globais bem definidas ...” (1984, p.13-14); e que “... a natureza do processo identificado poderia ser teoricamente significativo dado que, a estrutura urbana emerge a partir de restrições a um processo aleatório” (HILLIER & HANSON, 1984, p.10).

Num segundo momento, HILLIER & HANSON estabelecem como fundamental a permeabilidade² do sistema na definição de padrões espaciais. Para estabelecer uma quantificação mensurável das relações estruturadoras do espaço, concluíram que as propriedades mais importantes para definir padrões espaciais são: assimetria/simetria, entendidas como “... a relação entre espaços que acessam diretamente outros, sem a mediação de um terceiro ...” (1984, p.14-15)³; portanto espaços que se relacionam diretamente com o exterior e espaços nos quais estas relações são indiretas.

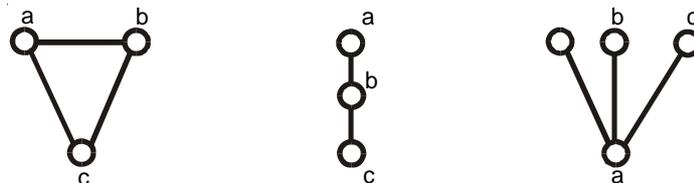


FIGURA 3.1 - Esquemas de simetria / assimetria. Ao centro vê-se o diagrama de uma configuração assimétrica, nas laterais de duas outras simétricas, com maior ou menor hierarquia entre os espaços.

“A espacialização das práticas humanas é um dos elementos constituintes dos modos de vida sociais”, pois interagimos nos “... lugares físicos sendo a maneira de organizarmos o espaço e nos movimentarmos nele, uma das dimensões da prática social ...” (HOLANDA & GOBBI, 1988, p.8). Portanto, “... a organização do espaço é uma parte intrínseca dessa estruturação ...” (HOLANDA & GOBBI, 1988, p.8). O que interessa à teoria é entender, em que medida, as estruturas físicas favorecem ou restringem o campo de encontros entre as pessoas em sua vida cotidiana e/ou excepcional (HOLANDA & GOBBI, 1988). A esse campo de encontros prováveis (mesmo que não efetivos), HILLIER & HANSON (1984) denominaram comunidade virtual, que é estruturada pela teia de interfaces possíveis entre as categorias sociais morador/estranho frente à acessibilidade relativa dos lugares.

A co-presença pressupõe distintas categorias de agentes sociais num mesmo espaço. HILLIER & HANSON (1984) as distinguem em relação aos referenciais físicos/espaciais em moradores e estranhos. HOLANDA & GOBBI (1988), distinguem os moradores ou habitantes como as pessoas que mantêm uma relação constante com determinado edifício (moram ou trabalham) e os estranhos ou visitantes como todas as outras pessoas e/ou categorias sociais que se encontram no espaço público de uso ambíguo.

Talvez o mais importante pressuposto teórico da sintaxe espacial seja a noção de que o

“... controle visual e espacial dos lugares está intimamente vinculado à sua posição relativa no sistema de espaços abertos do assentamento, e isto se refere diretamente à forma como o espaço é entendido pelos moradores/habitantes do sistema e pelos os estranhos/visitantes” (HILLIER & HANSON, 1984, p.17).

A partir daí, os autores concluem que “... aspectos fundamentais das relações sociais poderiam ser investigados a partir da forma construída ...” (HILLIER & HANSON, 1984, p.17). tomando-se em conta que:

“Na verdade, nós estávamos tratando os espaços públicos de um assentamento como um tipo de interface entre as moradias e o mundo externo ao assentamento, o primeiro sendo o domínio dos moradores e, o segundo, o domínio de estranhos. Como essa interface acontece parece ser a diferença fundamental entre um tipo de assentamento e outro; e essa diferença dá-se em função dos dois tipos de relações fundamentais na análise dos espaços internos a um edifício: as relações entre habitantes e estranhos.(...) Porque estranhos a um assentamento, ou a parte dele estão, geralmente, movendo-se através do espaço, enquanto que moradores mantêm, coletivamente, relações mais estáticas com partes do sistema local(...) nas quais detém maior controle sobre as interfaces” (HILLIER & HANSON, 1984, p.17).

As relações espaciais de permeabilidade e controle serão o vínculo inicial para se “entender” como as diferentes sociedades “operam” espacialmente em relação a esta dicotomia de classes de pessoas: moradores e estranhos ao sistema, sendo possível, através da análise das relações entre os espaços de um assentamento, inferir sobre o modo como um determinado grupo social opera na manutenção de seus valores e de sua própria organização como uma comunidade.

Analisando as relações conformadoras do espaço (códigos morfológicos) pode-se entender como operam os grupos sociais nos níveis espacial e/ou transpacial. Isso se dá porque, em qualquer assentamento, desenvolvem-se dois tipo de integração social: uma que demanda a proximidade física para que se realize uma identificação com o grupo (vizinhança, bairro, rua) e outra que “... integra as pessoas independentemente da sua proximidade espacial (classe social, profissional, religião). Algumas sociedades ou grupos investem mais em códigos espaciais que transpaciais e vice-versa, porém em todas operam nas duas categorias” (HOLANDA & GOBBI, 1988, p.10).

A partir desses pressupostos abre-se a possibilidade de responder às perguntas que fundamentam o trabalho aqui proposto. Como estas relações entre habitantes/estranhos se transformam ao longo do tempo histórico no Centro do Rio de Janeiro? Que papéis

desempenham as transformações dos padrões espaciais nas maneiras como essas interfaces acontecem e se modificam?

Como a sintaxe espacial “quantifica” a ocorrência de tipos de relações entre todos os espaços de um assentamento, os avanços apresentados nesse campo de estudo, segundo HILLIER, tem sido marcados pelo “... desenvolvimento simbiótico de técnicas computacionais de representação e análise espacial” (1996, p.1), o que possibilitou um rigor crescente no tratamento dos dados empíricos e no teste dos pressupostos teóricos. Ainda segundo o autor, os avanços neste campo se devem à conceituação de configuração como sendo “... relações que levam em conta outras relações ...” (HILLIER, 1996, p.1), o que permitiu “... clarear as questões que envolvem padrões em arquitetura⁴ e dar expressão quantitativa à velha idéia de o que importa é como as coisas são agrupadas”⁵ (HILLIER, 1996, p.1). Dessa premissa, o método centra-se na apreensão das relações advindas da maneira como os edifícios estão dispostos espacialmente, em relação a todos os outros, e assume que estas são mais importantes do que as partes tomadas isoladamente.

“A essência do modelo analítico é que este primeiro estabelece um meio de lidar com a estrutura física global da área de estudo sem perder de vista sua estrutura local; e em segundo lugar – uma função da primeira colocação – estabelece um método de descrever o espaço de tal modo a fazer suas origens e conseqüências sociais uma parte desta” (HILLIER & HANSON, 1984, p.82).

RIGATTI (1997) destaca que a descrição das relações apreendidas numa configuração espacial determinada, permite que a forma seja analisada como um sistema, em função das relações entre partes e todo. Isto mostra que, ao descrever os espaços de um “... assentamento com base no padrão medido de cada espaço e, destes em relação a todos os outros, seja possível obter-se uma descrição global do sistema, assim como uma descrição local, de partes deste” (RIGATTI, 1997, p.173); e sobretudo, “... descrever as estruturas subjacentes às dimensões físicas do espaço, em termos de construção de uma cultura espacial” (RIGATTI, 1997, p.173).

É possível então, a partir da análise dos padrões espaciais de um assentamento, identificar os investimentos feitos por determinados grupos num código mais espacial ou mais transpatial nas relações entre as categorias sociais morador/estranho e vinculá-las aos paradigmas básicos na geração de sistemas sócio espaciais de urbanidade e de formalidade. O paradigma de urbanidade remete-nos a uma maior aleatoriedade na geração do sistema espacial. Em casos extremos, as regras conformadoras limitam-se à contiguidade entre dois edifícios e a relação destes com os espaço público. Esses sistemas apresentam inúmeras possibilidades de variação concreta, o que significa maior densidade, contiguidade, acessibilidade aos edifícios simbólicos, centralidade e práticas sociais espaciais preponderantes sobre as transpaciais.

No paradigma de formalidade pressupõe-se uma maior ordem ou hierarquia nas relações entre os espaços, atendendo a um conjunto de regras ampliado. Conceitos transpaciais se fazem presentes de forma mais efetiva nesses sistemas, dado que as relações

transpaciais são aquelas que englobam as práticas sociais que não dependem de um marco físico de contiguidade, dando-se de maneira descontínua no espaço, através mesmo das separações, portanto, investem na não correspondência entre lugares e categorias sociais, privilegiam o controle do estranho sobre o espaço e demandam a aplicação de rótulos aos edifícios.

Justifica-se a opção metodológica porque, dentre as pesquisas prospectadas sobre o Centro do Rio, não há indicações de “... investigação de aspectos fundamentais das relações espaciais construídas na forma espacial ...” (HILLIER & HANSON, 1984, p.16), que parta de comportamentos universais, ou seja, “... aqueles que se estendem a um grupo ampliado de indivíduos ...” (PENN, 1999, p. 11.1), comparando o espaço como uma peça instrumental no processo de constituição de uma praxis social. Dado que “... a sintaxe espacial não está interessada em inferir sobre as motivações individuais na geração do movimento e que este pode ser inferido a partir da configuração espacial ...” (PENN, 1999, p. 11.1), é neste ponto que a presente pesquisa se distancia de outras reflexões.

Em reunião do DOCOMOMO⁶, o papel da sintaxe espacial é introduzido por HOLANDA (1997) que inclui preocupações que motivaram esta pesquisa:

“Ao final de um provocativo texto que lidava com as relações entre comportamentos sociais e estruturas urbanas, HOBBSAWN⁷ fez um duplo comentário: ‘... as revoluções surgem de situações políticas, não porque as cidades são estruturalmente adequadas a elas’. Mas ele imediatamente acrescentou que as barricadas de maio de 1968 em Paris, aconteceram nas mesmas ruas daquelas de 1944, 1871, 1848 e 1830. E concluiu: ‘não são todas as cidades que se prestam tão naturalmente a este exercício, ou que, conseqüentemente, cada geração de rebeldes relembra ou redescobre os campos de batalha de seus predecessores’. Desta maneira e com rara sensibilidade, HOBBSAWN tocou na polêmica questão do ‘determinismo arquetônico’. Em outras palavras, ele estava dizendo que a arquitetura e o urbanismo não comandam a vontade de ninguém, mas que a organização espacial das cidades também funciona como uma variável independente: os padrões espaciais de Paris não determinaram eles próprios as insurreições, mas sim determinaram os lugares onde as barricadas foram levantadas. A ordenação territorial das cidades é assim trazida para a boca de cena como um real personagem no teatro da história” (HOLANDA, 1997, p.4).

A citação justifica, não só a recorrência histórica de práticas (mais ou menos constantes) específicas de determinados grupos sociais em lugares do Centro do Rio, como também, destaca as intervenções que transfiguram esses mesmos lugares, na alteração de padrões espaciais consolidados e, conseqüentemente, na reprodução de práticas e da vida social de grupos, cuja base é mais espacial que transpacial. Destaca-se que esse estudo, acrescenta informações a outras experiências em que são avaliadas as instâncias de segregação física e social, em cidades, que evoluíram por meio de mudanças significativas na ordem política e social.

HOLANDA (1997) distingue entre os atributos sintáticos⁸, aqueles determinados topologicamente, isto é, pelas barreiras e permeabilidades dispostas ao nível do solo, e que condicionam o movimento das pessoas e a integração entre os espaços

abertos de um assentamento; e os semânticos⁹, que consistem em um “... conjunto de regras de utilização, que acrescenta não apenas significado simbólico à sintaxe do lugar, mas que concretamente contribui para a constituição (produção e reprodução) de padrões de integração social” (HOLANDA, 1997, p.9).

A despeito das peculiaridades do sítio físico, via sintaxe espacial, pode-se entender a ordem ou ordenação de um conjunto urbano a partir da maior ou menor complexidade das regras restritivas, imbuídas da noção de hierarquia nas relações entre os edifícios, uns em relação aos outros, e destes, em relação aos espaços públicos. Quanto mais direta e independente a relação entre cada edifício e o espaço público, mais simétrico o sistema. Quanto maiores os níveis de diferenciação das relações entre os edifícios na ordenação do conjunto, mais evidentes os fatores não espaciais (semânticos)¹⁰ na estruturação do padrão espacial que se torna mais hierarquizado e assimétrico.

A análise proposta pela pesquisa desenvolve-se em três níveis: no primeiro, descrevem-se os padrões espaciais da configuração do Centro do Rio em momentos históricos precisos; no segundo, descreve-se a vida espacial, no qual as funções urbanas predominantes (moradia, serviços, comércio, etc.) e suas dinâmicas são levantadas e confrontadas com a análise dos padrões espaciais, ou seja, os rótulos são avaliados; e no terceiro nível, vida social, os usos sociais do espaços são levantados empiricamente para o momento atual, e historicamente, através de descrições e relatos das práticas sociais correntes (uma descrição semântica das vidas social e espacial).

A metodologia usada será feita a partir do roteiro desenvolvido por HILLIER & HANSON (1984), HILLIER (1993, 1996), HOLANDA (1988, 1996, 1997, 2002), PEPONIS et alli (1989) e RIGATTI (1997, 1998, 2000, 2002). A proposta de instrumento para medição de movimento estará baseada em PEPONIS et al (1989), HILLIER (1993) e RIGATTI (1998).

Partindo desta caracterização pode-se inferir sobre: 1) o potencial de encontros, associado aos deslocamentos em linha reta (potencial de mobilidade contínua e em várias direções); 2) o potencial de encontros habitantes/habitantes, habitantes/estranhos e estranhos/estranhos. Isso significa a unificação de parte significativa de co-presenças parciais (isto é, nos espaços convexos) em unidades de ordem superior (isto é, ao longo das linhas axiais).

Como exemplos de estudos brasileiros preocupados com a mesma dinâmica cito AMORIM, LOUREIRO & RIGATTI (1995) e AMORIM & LOUREIRO (2000), que estudam as diferenças configuracionais e de apropriação social determinadas pelas transformações no Recife (PE) em comparação a Porto Alegre (RS), no primeiro caso, e na evolução histórica do Recife, no segundo. Já mencionados, os estudos de caso desenvolvidos por HANSON (1989) e KRUGER et al (2000) apontam as transformações urbanas de amplo espectro, ocasionadas por catástrofes; no primeiro caso, o incêndio de Londres e, no segundo, o terremoto de Lisboa e a renovação do tecido urbano proposto por Pombal.

O presente estudo remete-se aos casos supramencionados em duas instâncias: por um lado, nos casos do Recife e de Porto Alegre, percebem-se transformações físicas, sociais e históricas na consolidação de uma cidade, que preserva vestígios de seu núcleo histórico, por outro, temos uma transformação social progressiva que, servindo-se dos marcos espaciais existentes ou remanescentes, impõe novas lógicas de apropriação social a esses lugares, segundo as demandas de grupos, ou parcelas da população que neles encontram as condições necessárias para reproduzir suas práticas. Já na leitura dos estudos sobre Londres e Lisboa, centrados em intervenções de amplo espectro, onde a reconstrução de partes inteiras da cidade, pelo Poder Público, trazem um discurso de prevenção de novas catástrofes - no caso de Londres de novos incêndios; no de Lisboa, frente a um novo terremoto -, a aproximação está nas transformações do Centro do Rio calcadas no discurso sanitarista. Associa-se as opções de desenho adotadas como medidas preventivas, às interferências diretas na vida espacial dos cidadãos ou, sintaticamente, na transformação do potencial de co-presença nos espaços frente às transformações na estrutura urbana.

Passa-se então, à apresentação dos instrumentos utilizados na explicitação dos parâmetros tomados na descrição da vida social e da vida espacial, sua aplicabilidade e possibilidades de interpretação.

3.2 A decomposição do sistema de espaços abertos e as relações que definem os padrões espaciais: mapas de ilhas espaciais, espaços convexos e de linhas axiais

Ao reduzir as relações entre espaços a um sistema gráfico, HILLIER & HANSON (1984) verificaram que estes indicavam, respectivamente, uma linha (uma dimensão) ou um anel (duas dimensões), deduzindo que “... os espaços não precisam ser descritos de maneira definitiva (levando-se em conta todas as suas peculiaridades geométricas), mas que sistemas podem ser analisados e comparados a partir de sua organização uni ou bidimensional” (HILLIER & HANSON, 1984, p.16).

O procedimento é descrito por HILLIER & HANSON (1984) e exclui da base cartográfica¹¹ disponível, tudo o que não represente os limites dos espaços públicos, a fim de que estes possam ser lidos como “um sistema contínuo de espaços livres”, mediados por barreiras reais aos deslocamentos ao nível do solo, o que gera o mapa de ilhas espaciais. O espaço é representado, não em termos de sua ordem geométrica – caso dos mapas e plantas tradicionais -, mas de sua ordem topológica, destacando seus atributos: proximidade, circunscrição, continuidade, descontinuidade, contiguidade, separação, integração, segregação ou barreiras.

Como barreiras ou ilhas espaciais, aqui entende-se não só as edificações ou o conjunto delas (formando quarteirões), mas também as mudanças bruscas de nível entre um espaço público e outro, como taludes, muros, espelhos d’água, rios, charcos, fontes, monumentos, enfim, todo e qualquer elemento que obrigue a uma “... mudança de direção

no caminharmento ...” (RIGATTI, 1997, p.174), ou que decomponham um lugar visualmente. “O mapa de ilhas espaciais identifica basicamente dois tipos de elementos: a) as próprias ilhas, de qualquer tipo e b) o sistema de espaços abertos, que é tudo que sobra do conjunto das ilhas” (HOLANDA, 1995, p.2).

O mapa de ilhas espaciais possibilita a decomposição do sistema de espaços abertos a partir das relações apreendidas em duas categorias: o mapa de espaços convexos (bidimensional) e o mapa de linhas axiais (unidimensional). Um espaço convexo é definido “... como aquele que satisfaz à condição de que, ao traçar uma linha cortando-o em qualquer direção, esta deve estar completamente inserida dentro dele ou, que esta não intercepte seus limites em mais de 2 pontos” (HILLIER & HANSON, 1984, p.98). O sistema de espaços abertos é decomposto no menor número dos espaços mais “gordos” possíveis, partindo-se sempre das maiores figuras inscritas dentro dos limites das ilhas espaciais para as menores¹².

Resumidamente, espaços convexos são representações do que intuitivamente “entende-se por lugar” (HOLANDA, 2002, p.97), ou por lugares, percebidos ao se percorrer um sistema espacial. Essas diferenças de percepção, são representadas por figuras geométricas, inscritas dentro dos limites das barreiras físicas (ilhas espaciais), e traduzem a circunscrição dada por barreiras à visibilidade e ao deslocamento. Um lugar é uma fração de espaço “percebida como um todo” limitado pelo sentido da visão¹³.

No mapa de linhas axiais¹⁴ o menor número de linhas mais longas possível corta ou atravessa o maior número de espaços convexos, separando todas as ilhas espaciais (HILLIER & HANSON, 1984, p. 92). A linha axial, representa a extensão máxima dos espaços abertos em linha reta em uma dimensão, portanto, as maiores linhas de visibilidade e movimento, introduzindo a noção de articulação¹⁵ entre diversos lugares (espaços convexos).

3.3 A descrição dos padrões espaciais baseada na decomposição uni e bidimensional

As categorias analíticas propostas pela metodologia da sintaxe espacial “... ora captam atributos de natureza mais local, ora atributos de natureza mais global ...” (HOLANDA, 2002, p.99). Segundo RIGATTI, “... a organização da morfologia urbana acontece em dois níveis: local e global ...” (1997, p.173). A primeira é dada por relações

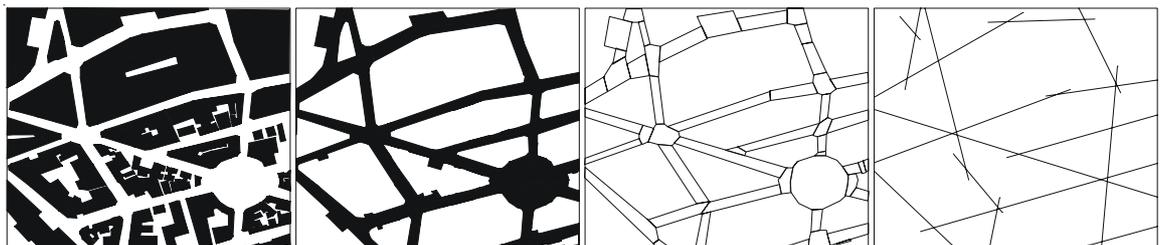


FIGURA 3.2 - Da esquerda para a direita: mapas de ilhas espaciais, espaços abertos, espaços convexos e linhas axiais da praça da Cruz Vermelha / Lapa - Centro do Rio de Janeiro.

mais imediatas entre o sistema edificado e o espaço público, e envolve as relações de controle (pela visibilidade e permeabilidade) de porções definidas do espaço (convexo). O segundo nível, detém-se sobre as relações estruturadas no sistema urbano como um todo, e analisa a real possibilidade de acessos e articulação entre os diversos lugares de uma cidade. “Os padrões que emergem da decomposição tanto local, quanto global de um sistema urbano, permitem avaliar as condições em que se dão as interfaces sociais nos dois níveis simultaneamente, e como um nível contribui para o desempenho do outro” (RIGATTI, 1997, p.173).

HILLIER (1996) chama atenção para as restrições que estruturam o campo de possibilidades combinatórias, decorrentes da posição relativa dos edifícios e das barreiras entre si, como sendo o que faz emergir as estruturas de arranjos espaciais. O tipo ou função (rótulos) dos objetos dispostos no espaço são secundários, em vista do significado instrumental das regras que regem estas relações entre os objetos no espaço.

O objetivo deste item é informar quais as categorias sintáticas aqui adotadas, como são obtidas e quais as expectativas mais passíveis de se verificar frente às características morfológicas apreendidas da decomposição dos mapas de ilhas espaciais, de espaços convexos e de linhas axiais. Sugere-se uma interpretação dos dados obtidos pela correlação entre as medidas sintáticas processadas no programa AXMAN¹⁶ e suas leituras mais freqüentes. A chave interpretativa é dada pela literatura encontrada em HOLANDA & GOBBI (1988), HOLANDA (1997, 2002) e RIGATTI (1997, 2002).

3.3.1 Informações obtidas diretamente do mapa de ilhas espaciais

Do mapa de ilhas espaciais¹⁷ obtêm-se a medida percentual do somatório total de espaços abertos (Y) sobre o espaço total do assentamento, incluindo-se as ilhas espaciais e todos os tipos de barreiras (At). “Essa categoria capta a quantidade relativa de espaços abertos de um assentamento ...” em relação à sua área total, “... sendo expressa em percentagens” (HOLANDA, 2002, p.99).

Um maior percentual de espaços abertos em relação a área total, denota uma baixa densidade de ocupação do solo por elementos construídos e barreiras físicas. Isso significa, segundo HOLANDA, que “... edifícios e quarteirões são claramente visíveis em sua tridimensionalidade” (2002, p.100). Esse domínio visual que decorre da

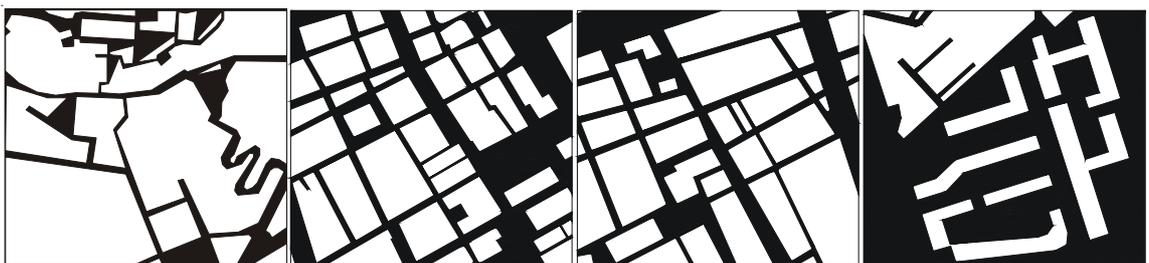


FIGURA 3.3 - Detalhes de estruturas dos espaços vazios no Centro do Rio de Janeiro / 1990: morro da Conceição, praça XV, praça Tiradentes e esplanada do Castelo.

preponderância dos espaços vazios sobre os fechados caracteriza, segundo o autor, a paisagem de objetos, o que dificulta que a identificação de lugares definidos por tipos morfológicos tais como ruas, praças, largos, etc. O autor refere-se ao Plano Piloto de Brasília (DF), onde as grandes extensões de espaços vazios, sobretudo na Escala Monumental, causa estranhamento nos usuários, pela razão exposta e pela discrepância de tamanho com a escala humana. Na FIGURA 3.3 a esplanada do Castelo é um exemplo dessa ordem, sobretudo se comparada às praças XV e Tiradentes.

Seu oposto, baixos percentuais de espaços abertos sobre o espaço total do assentamento, indica que, além de visualizarmos os edifícios e quarteirões bi-dimensionalmente, estes funcionam como elementos definidores dos lugares públicos ou paredes dos mesmos, identificados com as morfologias tradicionais. HOLANDA. diz que “... transformações urbanísticas modernas bem poderiam ser descritas em termos de mudança de uma paisagem de lugares para uma paisagem de objetos” (2002, p.100). Ainda na FIGURA 3.3 pode-se observar o morro da Conceição e as praças XV e Tiradentes como exemplos de paisagens de lugares, isto é, percebidos bi-dimensionalmente.

As barreiras topológicas nem sempre são edificações. Nos estágios iniciais da evolução do Centro do Rio de Janeiro, encontraremos ilhas espaciais de tamanho avantajado, mas que não se caracterizam como uma paisagem de lugares. São morros, pântanos e braços de mar que imputam barreiras efetivas aos deslocamentos ao nível do solo. Por essa razão, a adoção da medida e a discussão sobre o que estes códigos possam vir a conformar, se limitarão à situação atual. Na FIGURA 3.3 pode-se observar o morro da Conceição, com pequeno percentual de espaços abertos, que nem sempre são edificados.

3.3.2 A leitura do sistema de espaços convexos e sua análise: as medidas locais

O mapa de espaços convexos é obtido a partir da subdivisão do sistema de espaços abertos em unidades elementares de área, constituído pelo menor número de polígonos convexos, de maior tamanho, inscritos entre as ilhas espaciais. Estes representam o maior tamanho das unidades de espaço aberto em duas dimensões. “Este mapa instrumentaliza a análise das relações locais num assentamento, ou seja, as relações entre os espaços abertos e as ilhas espaciais de um assentamento ou de partes dele ...” (HOLANDA, 2002, p.100), e está relacionado aos níveis de controle dos espaços localmente e à hierarquização existente ou não no sistema como um todo.

Nesse estudo de caso adotam-se as categorias analíticas locais num momento específico da evolução urbana: a situação atual (capítulo 5), no que diz respeito às relações entre as propriedades locais dos padrões espaciais e os sistemas de co-presença verificados empiricamente, a partir das áreas onde se levanta o movimento de pedestres. Justifica-se a limitação no emprego do instrumento, dada a dificuldade de acesso a um material cartográfico preciso na determinação das relações de permeabilidades entre as edificações e espaço

público, a não ser empiricamente, o que é sintaticamente é definido como constituições: os pontos em que ocorrem as interfaces entre os espaços convexos e as ilhas espaciais. Os espaços que não apresentam nenhuma transição interior/exterior são denominados espaços cegos.

Aponta-se apenas o percentual de espaços convexos cegos, aqueles nos quais a interface ou transição entre o espaço público e o privado inexistente em termos permanentes, e nos quais, de acordo com a teoria, fragiliza-se o controle local. Isso será feito para as frações onde o levantamento empírico do movimento de pedestres foi avaliado, pois informam, no caso do Centro do Rio de Janeiro, sobre duas coisas: a primeira é que mesmo em cidades tradicionais a incidência desse tipo de espaço convexo pode ser alta; a segunda, é em que medida esses espaços indicam uma menor co-presença ou a inexistência de pessoas em determinado lugar.

O tamanho médio dos espaços convexos é uma medida de superfície, expressa em metros quadrados (m²). Será útil na caracterização das variações do “tamanho” dos lugares nas frações da área de estudo onde foram feitos os levantamentos de movimento de pedestres, podendo-se daí estabelecer relações entre os códigos que nortearam as transformações de determinados espaços da cidade e os potenciais de co-presença verificados. Segundo HOLANDA, “... os lugares convexos menores tem sido historicamente identificados com a utilização secular, enquanto espaços convexos maiores com utilização simbólica ...” (2002, p.100).

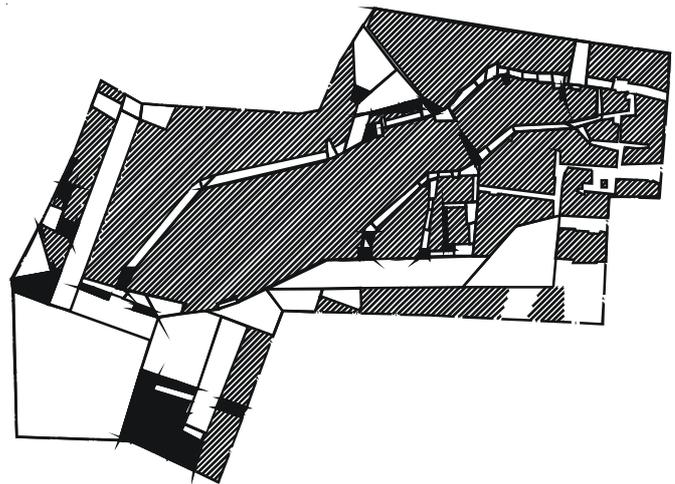


FIGURA 3.4 - Fração do morro da Conceição onde se verificou o movimento de pedestres. As ilhas espaciais aparecem achuradas e os espaços convexos cegos em cor mais escura.

3.3.3 O mapa de linhas axiais e as medidas globais

O mapa de linhas axiais é a base para a medição de várias medidas sintáticas globais. Dentre elas, a medida de Integração é fundamental para a teoria e a base da maioria das investigações nesse campo. Tomada a partir do mapa de linhas axiais “... esta medida indica o maior ou menor nível de integração entre as várias partes de um sistema em estudo ...” (HOLANDA, 2002, p. 102), ou seja, a medida de integração relaciona todos os espaços de um assentamento com todos os outros, a partir das condições de acessibilidade de cada um deles, a partir de todos os outros (RIGATTI, 1997). Ao relacionar numericamente os trechos de percurso que temos que adotar (mudanças de direção) para ir de um lugar a outro da cidade, com a maior economia possível de mudanças de direção, fica claro de que

estamos falando de distâncias topológicas e não de distâncias geométricas (expressas em metros) e portanto, tratando de conceitos também referidos na literatura como profundidade/ rasidade, assimetria/simetria, além de maior ou menor integração. Teoricamente, a medida de integração varia entre zero e infinito mas, segundo HOLANDA (2002, p.103), “... na prática valores de integração dificilmente caem abaixo de 0,2 ou ultrapassam 12,0”. O autor adita que HILLIER¹⁸ et al. (apud HOLANDA, 2002, p.103) “... se referiram a uma medida de integração média de 1,07 para uma amostra transcultural de 75 cidades ...”.

Pode-se dizer que quanto menor a medida de integração de um sistema, isto é, quanto maior o número de mudanças de direção para ir de um lugar ao outro, mais profundo é esse sistema, e a malha urbana tende a ser labiríntica. Na situação oposta, quanto mais integrado um sistema, tanto maior a economia em mudanças de direção nos deslocamentos entre um ponto e outro do assentamento, mais raso é o sistema.

A partir da análise do mapa de integração global pode-se verificar o grau de assimetria de um sistema espacial. A medida de integração é a média de integração de cada linha axial do sistema em relação à linha mais integrada do conjunto, portanto cada sistema tem como parâmetro o seu próprio desempenho. Segundo RIGATTI “... uma descrição é simétrica quando a relação entre dois espaços e um terceiro é igual para ambos, assim como a dos dois para com um terceiro ...” (2000, p.17), isso significa que quanto mais simétrica uma configuração, maior a acessibilidade relativa entre os espaços, portanto, maior probabilidade de movimento. Quanto maior a assimetria do sistema axial, isto é, quanto menor a integração global média do sistema, maior a preponderância do controle local (do morador). O contrário, nas descrições mais simétricas, indica provavelmente, um maior controle do estranho. Observando-se a área de estudo (FIGURA 3.5) pode-se ver algumas frações da malha mais assimétricas e outras mais simétricas.

Os padrões globais emergem, geralmente, das interferências localizadas ou pontuais, e isso ocorre a partir de processos sujeitos a regras que HILLIER (1996) chama de funções genéricas¹⁹. A similaridade no conjunto de regras que conformam os espaços, isto é, que implicitamente regem a relação entre as imposições de barreiras, ou na formação das ilhas espaciais, e a maneira como o espaço é segmentado por elas, determina a invariabilidade das propriedades globais de um sistema. HILLIER & HANSON (1984) chamaram inicialmente de genótipos os padrões de associação entre barreiras, regidos por um conjunto de regras, que podem apresentar manifestações mais ou menos diferenciadas



FIGURA 3.5 - Mapa de linhas axiais Centro do Rio de Janeiro / 1990.

nos estudos de caso reais (fenótipos), mas que partem de um conjunto de leis conformativas, coeso e apreensível, a partir da análise da configuração.

As funções genéricas, ou propriedades globais invariantes determinam a forma de articulação dos espaços abertos de um assentamento, uns com outros. Estas são estabelecidas “... da relação de dois espaços com, no mínimo, um terceiro ...” (RIGATTI, 1997, p.180), amparado em HILLIER & HANSON²⁰ (1984), RIGATTI, anota a tendência à anelaridade nos assentamentos de configuração mais rasa e, nos mais profundos ou labirínticos, a tendência à sequenciação do tipo reta, denotando maior grau de profundidade geral (FIGURA 3.1).

UGALDE (2002) destaca dois aspectos das interferências locais que alteram a integração de um sistema. Num sistema de espaços livres, a maneira de segmentá-los (parcelamento de quarteirões) repercute nas condições de integração do sistema como um todo. Amparado em HILLIER (1996), exemplifica os efeitos da segmentação axial, dizendo que, a inserção de barreiras em linhas axiais mais longas tende a aumentar a profundidade do sistema como um todo, provavelmente mais do que se uma linha axial mais curta for segmentada. No presente estudo de caso observou-se segmentações importantes nas linhas mais longas da configuração espacial do Centro do Rio, sobretudo no século XIX. A partir daí pode-se relacionar essas alterações com mudanças na sua vida espacial (redistribuição de rótulos nas edificações ou dotação de novas funções econômicas e usos aos edifícios).

As peculiaridades dos padrões espaciais e suas relações com o movimento são determinadas em duas instâncias: as especificidades socioculturais determinam a função habitação, o que por sua vez, determina a reprodução de padrões locais; e as atividades microeconomicas determinam os padrões globais (HILLIER, 1996). A tensão entre estes dois códigos, pauta as leis que conformam a evolução de um sistema urbano. O autor refere-se às leis de compacidade (posição das edificações umas em relação às outras) e de centralidade (estrutura das linhas axiais dada pelo agrupamento de edifícios). As duas leis garantem a manutenção das formas de relacionamento espacial entre os moradores do sistema e a integração do assentamento com o mundo exterior, entre moradores e estranhos, encurtando as distâncias topológicas em alguns casos, o que melhora a interface entre estes dois últimos grupos.

Para manter a centralidade necessária às interfaces morador/estranho, as intervenções urbanas devem preservar as linhas axiais mais longas do sistema, mantendo assim, os eixos de acessibilidade mais importantes para a integração global, sem perder de vista que intervenções locais no sistema podem gerar aumentos de profundidade globais (UGALDE, 2002), o que, por sua vez, ocasiona um rearranjo na disposição dos rótulos, sobretudo comerciais. Da mesma forma, destaca que as segmentações feitas em linhas contíguas e no meio das mesmas aumenta em maior grau, a profundidade do sistema, do que a feita de forma dispersa e nas extremidades de linhas. Leva-se em conta as observações de UGALDE (2002) dado que as segmentações axiais, impostas por planos e pelo

crescimento da cidade alteram o equilíbrio entre os fatores microeconômicos e socioculturais na configuração espacial atual, inferindo-se a partir daí, sobre a noção de centralidade sintática²¹.

A Medida de Integração ou Relativa Assimetria do sistema axial (RA)²² obtida a partir do processamento do mapa axial, é uma medida auto-referenciada, que relaciona todas as linhas do sistema umas com as outras. Quanto mais assimétrico um sistema, maior a importância do controle local, portanto, mais profundo o sistema, ou seja, maior o número de linhas a percorrer em média, mais labiríntico o sistema, pior a acessibilidade para estranhos e maior o controle local. O inverso, quanto menor o número mudanças de direção a percorrer para se chegar a qualquer lugar do assentamento, mais raso o sistema, e portanto, maior o controle global, ou dos estranhos, denotando uma acessibilidade mais franca. Os sistemas grandes (com grande número de linhas axiais), como o da área estudada, apresentam dicotomia entre estes dois códigos: frações mais rasas e outras mais profundas, comum aos assentamentos reais. Importa deduzir como operam as vidas, social e espacial, nestes dois pólos, e que tipo de práticas os extremos contribuem para reproduzir.

A Medida de Integração permite-nos verificar o núcleo integrador, conjunto de 10% dos eixos axiais que apresentam os maiores valores de integração. A importância de destacar esse conjunto de linhas axiais mais integradas, é permitir associações diretas como por exemplo, a localização de atividades sociais e econômicas desenvolvidas nas edificações ao longo desses eixos – os rótulos – que serão descritos no tópico Vida Espacial dos capítulos 4 e 5. A associação rótulos/núcleo integrador é importante para se estabelecer os padrões de interfaces que a maior integração expressa por estes eixos indica, pois ao longo destas, supõe-se o movimento maior no sistema e, portanto, maior probabilidade de interfaces entre moradores e estranhos. Verifica-se também, as distensões de centralidade sintática a partir da avaliação das mudanças no núcleo integrador ao longo do tempo.

Neste estudo de caso, assim como nos já citados trabalhos de KRUGER et alli (1997), LOUREIRO & AMORIM (2000) e RIGATTI (2000, 2002), há exemplos de como a disposição de rótulos de caráter simbólico se alternam nas configurações captadas no tempo histórico, conforme as expectativas de poder econômico e político são alteradas. Nos dois primeiros casos, a substituição de edifícios religiosos (igrejas e conventos) ao longo dos eixos que compõem o núcleo integrador por instituições que assumem maior importância na vida pública, ou a crescente importância das atividades portuárias, sendo o porto, o foco dos eixos mais integrados dos sistemas. RIGATTI (2002) associa as transformações configuracionais de Porto Alegre com a expansão da cidade e sua tendência à policentralidade e à localização de eixos comerciais e de serviços que acompanham também as transformações do núcleo integrador, que se expande no processo de consolidação da zona metropolitana.

A forma do núcleo integrador é classificada por HILLIER, HANSON et

PEPONIS²³ (apud RIGATTI, 1997) de acordo com a identificação entre estes e a de campos potenciais de encontro, associados a tipos recorrentes nos estudos empíricos: a roda deformada, a grade deformada e a espinha de peixe ou linear.

Na roda deformada “... usualmente encontrada na maioria dos tecidos tradicionais ...” (RIGATTI, 1997, p.181), o núcleo integrador tende a convergir para o centro, articulando este a setores mais segregados e ao exterior do assentamento, e com linhas integradas em sua periferia, tal qual roda de bicicleta. Os setores delimitados pelas linhas mais integradas concentram linhas mais segregadas, uma hierarquia que favorece o reforço da identidade de rótulos locais (moradia), mas que mantém “... boas condições de contato com os lugares mais importantes do assentamento ...” (RIGATTI, 1997, p.181) e com o seu exterior. Nesse tipo a alternância das condições de maior segregação e integração, é concentrada num número pequeno de linhas, donde se pressupõe que os estranhos ao sistema tem acessibilidade fácil ao centro do assentamento, sem interferir no cotidiano dos moradores, mas possibilitando a interface entre os dois grupos.

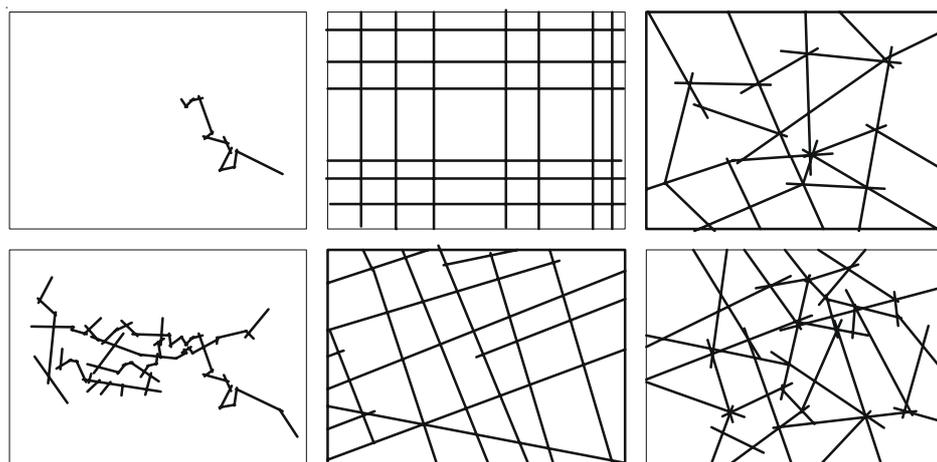


FIGURA 3.6 - Formas de núcleo integrador/geometria da malha: acima exemplos teóricos, da esquerda p/ direita – linear, grelha ortogonal perfeita, roda deformada; abaixo da esquerda p/ direita – exemplos da estrutura do Centro do Rio: morro da conceição, praça Tiradentes e Castelo.

Nas grades deformadas, a tendência é que o sistema seja distributivo a tal ponto, que a profundidade média das linhas axiais se aproxime em valores dos das linhas mais integradas do sistema como um todo, diluindo-se a hierarquia de acessibilidades, tanto dentro do assentamento, como entre este e seu entorno. São sistemas com alto grau de integração distribuída. HOLANDA (2002) destaca o caso das superquadras de Brasília, onde as inúmeras possibilidades de percurso e a pouca hierarquia entre eles é fruto das poucas barreiras espaciais, o que aumenta significativamente o conjunto de linhas axiais de mesma integração, relacionando o lugar ao seu entorno. Na literatura, estudos de casos de grelhas deformadas são bastante usuais e, salvo exceções, como acima, partem de malha tendendo ao xadrez. Casos clássicos de grelhas deformadas seriam Manhattan (EUA) e algumas cidades coloniais espanholas na América.

RIGATTI (1997) destaca que a hierarquia minorada e a distribuição mais

homogênea da integração, favorece a distribuição indiscriminada da co-presença das categorias estranhos/moradores nos lugares, e nesse tipo de sistema os “rótulos” assumem uma importância maior como definidores da co-presença mais intensa sobre determinados eixos axiais, dada a sua baixa hierarquização. A grelha ortogonal denota o domínio do processo de formação microeconômico - global, sobre o cultural (local) - quando, nas grelhas deformadas, os processos parecem ocorrer em paralelo (HILLIER, 1996).

Em oposição, o núcleo integrador tipo espinha de peixe e o linear são geralmente encontrados em malhas labirínticas, nas quais a maioria das linhas são completamente internas ao sistema e, segundo HOLANDA (2002), com apenas um ou poucos eixos que integram o assentamento aos seus arredores. Destaca também que essa forma do núcleo integrador é geralmente encontrada nas favelas brasileiras. As especificidades da topografia de alguns lugares, reforçam esse tipo de configuração. No caso do Rio de Janeiro essa situação é observada em áreas de vales profundos, como é o caso dos bairros do Cosme Velho e, no Centro, em locais como o morro da Conceição, nenhum passível de ser descrito culturalmente como favela. HILLIER (1996) dá como certa a preponderância das funções culturais na geração desse tipo de núcleo integrador, o que faz sentido devido ao maior controle (presumido) sobre as áreas fortemente habitacionais, nas quais as características locais e as relações entre os habitantes são mais importantes que as globais e a interface com o mundo externo – caso das favelas. O núcleo integrador tipo espinha de peixe restringe a acessibilidade ao sistema, assim como a sua inteligibilidade, favorecendo o maior controle espacial por parte dos moradores (RIGATTI, 2002).

Ainda tratando do núcleo integrador, destacam-se as questões relativas à sua força. RIGATTI diz que “... núcleos integradores de maior força possuem valores de integração nos seus eixos diferenciados da média encontrada para o conjunto do sistema ...” (1997, p. 183). O cálculo da força no núcleo integrador é feito comparando-se o valor de integração médio de integração do sistema todo, com a média das linhas que compõem o núcleo integrador. Quanto mais próximo de “1” (um) o resultado comparativo, menores as distinções entre as médias gerais e do núcleo, denotando que este tem baixa expressão sintática. Isso quer dizer que, se comparado ao sistema como um todo, haverá uma probabilidade maior de indiferenciação entre as questões de alocação de rótulos e de co-presença ao longo dos eixos axiais do núcleo integrador.

A Medida de Integração também pode ser tomada em níveis mais locais, isto é, até uma profundidade limitada, “... o que permite uma avaliação mais local do sistema espacial, em especial centros de bairro, destacando os lugares mais importantes localmente ...” (RIGATTI, 2000, p.19). Adota-se aqui a integração R3, que é a medida de integração com uma restrição, na qual consideram-se as relações de todos os lugares com até 3 passos de profundidade em relação a todos os outros, ou seja, com até 3 mudanças de sentido no caminhar: quanto mais assimétrico e não distributivo o sistema (com maior hierarquia), maiores as diferenças perceptíveis entre o mapa de integração global e o mapa de integração

R3. Quanto maiores as similaridades entre o mapa de integração global e o mapa de integração R3, mais distributivo é o sistema, denotando uma menor hierarquia do sistema como um todo.

HILLIER (1996, p.171) diz que “... diferentes raios de integração refletem diferentes escalas do sistema urbano e que a chave para entender o todo e suas partes reside em entender as relações entre os diferentes raios de integração”. A partir dessa correlação, pode-se perceber as superposições e distinções existentes entre os padrões locais e globais, ou seja, entender em que lugares os padrões locais são mais importantes por si mesmos, e em que lugares estes são reforçados pelos padrões globais, contribuindo para a inteligibilidade geral do sistema. Pode-se perceber também a preponderância de um gerador sintático sobre o outro (centralidade e compacidade). No caso da centralidade, que é o foco, avalia-se em que medida a superposição das linhas mais integradas localmente e globalmente contribuem para a distensão da centralidade sintática.

Ao abordar as questões relativas ao movimento (levantamento de campo), o comparativo entre integração global e integração local R3 - dado pela medida de sinergia -, esclarecem a distinção entre o movimento localizado (dentro de mesmo bairro ou fração) e o global, o que leva a concluir sobre que categorias sociais (se moradores ou estranhos ou ambos indistintamente) se movimentam por determinados locais.

A conectividade é uma medida local, que considera “... a intensidade de conexões de uma linha axial e daquelas que a cruzam ...” (HOLANDA & GOBBI, 1988, p.20), e permite inferir que os espaços mais conectados, apresentam maior co-presença potencial e movimento entre lugares contíguos. Ela também contribui para entender o sistema de eleição de caminhos e as referências visuais a outros lugares. Se for relacionada com a medida de integração - inteligibilidade -, pode-se deduzir qual o potencial de encontros estranhos/habitantes, e habitantes/habitantes.

A medida de inteligibilidade relaciona conectividade e integração, ou seja, duas dimensões, uma global e outra local, de potencial de encontros e seus tipos prioritários. Integração e conectividade crescentes relacionadas num *scattergram* sugerem que as linhas mais integradas do sistema implicam em altos índices de apropriação social do espaço. Quanto maiores forem a conectividade e a integração do sistema como um todo, maior a inteligibilidade, que é a capacidade de, a partir de um determinado lugar, quanto maiores forem as conexões de um eixo axial com outros que o interceptam, maiores serão as possibilidades de entender o funcionamento global do sistema e, portanto, melhores as condições de orientação e domínio dos espaços. Quanto maior a inteligibilidade, melhores as condições de movimento num sistema, portanto uma apropriação social mais genérica (tanto de estranhos como de moradores).

Muita variedade de linhas axiais implica em maior confusão quanto à orientação e pouca variedade, traduz-se por uma indistinção que se reflete numa dispersão de escolhas que contribuem, tanto para a dispersão dos fluxos de movimento, quanto para

a indistinção na localização de rótulos. HOLANDA (2002), ao comentar essa medida, diz que nas superquadras do Plano Piloto de Brasília (DF), que são sistemas muito rasos, a inteligibilidade é baixa (a aleatoriedade dos eixos de caminhos não é balizada por uma conectividade real entre estes), o que gera grande indistinção e, portanto uma menor hierarquia que identifique os eixos de movimento potencial maior.

O equilíbrio entre integração e conectividade permite que determinados espaços de um assentamento sejam percorridos por um maior número de pessoas, concentrando o movimento potencial. Se for confrontada com a medida de integração, poderemos deduzir, desta nova relação, de acordo com o lugar determinado, qual o potencial de co-presença em categorias de expectativas de encontros: entre estranhos e habitantes e entre moradores, denotando um controle mais global do sistema ou preponderantemente local. Não se pode esquecer, entretanto que esta medida, em geral, para sistemas muito grandes, perde a efetividade, pois dá sempre uma correlação muito baixa – o que é razoavelmente lógico.

Por fim, a medida de axialidade da trama ou economia da malha (HOLANDA, 2002, p. 102), que é função do número de ilhas espaciais e linhas axiais, expressa pela fórmula $TRL = [(wI \times 2) + 2] / L$, onde TRL é axialidade da trama; “I”, o número total de ilhas; “L” o número total de linhas axiais. O resultado situa-se num intervalo entre “0” (zero) “1” (um), valores próximos de “0” indicam alta deformação da malha, valores próximos de “1”, traçados mais regulares. A medida avalia o grau de segmentação axial imposta pela deformação das ilhas. HOLANDA (2002, p. 102) diz quanto mais ortogonal a geometria da malha, tanto menores as deformações impostas à trama, donde um menor número de linhas axiais separando as ilhas. Malhas mais deformadas indicam controle espacial preponderantemente local, pois a intensa segmentação imposta aos percursos traduz-se no domínio de moradores. Tramas mais ortogonais indicam controle espacial global, porque permitem uma maior inteligibilidade geral e uma menor quantidade de “... segmentos de ruas a serem percorridos para que passemos defronte de todos os quarteirões ...” (HOLANDA, 2002, p. 102). A medida possibilita analogias entre os tipos de zonas morfológicas e a apropriação social do espaço verificada empiricamente, se mais simbólico ou mais instrumental, isto é, se a tendência das transformações impostas à malha do Centro do Rio de Janeiro ao longo de sua evolução histórica contribuíram para privilegiar o controle espacial local ou global.

3.4 Co-presença e movimento - viés quantitativo da análise

HILLIER & HANSON (1984) propõem a investigação da relação espaço/sociedade, não como entidades ou categorias separadas, mas como o produto de leis que a sociedade usa ou adapta para dar forma espacial aos diferentes tipos de relações sociais; e por outro lado, como a configuração espacial funciona como restrição ao campo de encontro dos seres humanos.

A noção de comunidade virtual dada por HILLIER²⁴ (apud HOLANDA, 2002, p.109-110) está calcada na “... idéia de que a estrutura espacial do assentamento exista com o fim de construir essa interface ...”. Essa pode ser avaliada a partir da taxonomia proposta para as formas do núcleo integrador, cujo conjunto de eixos axiais tem por finalidade “... estruturar o caminho de estranhos através do assentamento e, ao mesmo tempo, mantê-los em interface com os habitantes que se movem dentro da cidade” (HOLANDA, 2002, p.109-110. Em situações historicamente consolidadas, para cidades instrumentais, tenderá a haver uma congruência entre a comunidade virtual, intrínseca à morfologia física e a estrutura social real que a utiliza.

O interesse aqui é avaliar os tipos e níveis de co-presença morador/estranho. Isto implica identidade entre grupos espaciais (relações estabelecidas entre os que habitam uma área definida do território) e transpaciais (relações que independem da continuidade espacial). Todos operamos nestas duas categorias, mas em alguns casos uma prevalece sobre a outra. PEPONIS²⁵ (1989) indica os aspectos da co-presença aqui investigados:

“Dito de maneira simples, a tese aqui é a seguinte: a experiência de ambientes genuinamente urbanos refere-se ao encontro, embora não necessariamente à interação, entre pessoas, na maioria das vezes desconhecidas, que podem ser identificadas como pertencentes a diferentes classes sociais, status, raça ou origem étnica; refere-se também à exploração do que não é costumeiro, e ao conhecimento de outros modos de vida, ainda que deles não participemos.(...) Essas interações não acontecem simplesmente porque as cidades são densas e ocupadas diversa e diacronicamente. Elas ocorrem em função das propriedades morfológicas globais dos arranjos urbanos. Assim, o espaço pode ser visto como a dimensão mais distinta e persistente da cultura urbana, porque ele não apenas expressa, mas supera, as classificações estabelecidas pela estrutura e pelo discurso sociais, inclusive a classificação de tipos arquitetônicos” (PEPONIS, 1989, p. 1-2).

A citação foca dois pontos importantes na sintaxe espacial: primeiro, o “... encontro desvinculado da obrigatoriedade de interação ...”, referido pelo autor, que interessa ao estudo de caso na medida que há uma distinção dos tipos de co-presença percebidos no levantamento empírico da área de estudo - em alguns lugares, há a predominância de espaços de moradia e, em outros há uma mistura maior dos códigos espaciais e transpaciais, em outros mais, não há mistura possível pelo exclusão de funções ligadas à vida cotidiana no centro de uma grande metrópole. A seleção de áreas para o levantamento da co-presença neste estudo de caso levou em conta essas peculiaridades da apropriação social do espaço; o segundo ponto é a relação entre a densidade das interações e as medidas sintáticas globais. Existe uma tendência a avaliar o movimento do ponto de vista exclusivamente da distribuição dos rótulos funcionais (sua densidade, tipos, etc.), mas pouco ou nada é dito sobre a relação entre estes rótulos, a estrutura da malha e o movimento. Segundo HILLIER et al. (1993) a relação entre o movimento natural e a distribuição de atratores (pontos de concentração de comércio e serviços) é influenciada pela estrutura da malha. Isso por causa do movimento presumível, dado que em linhas de maior acessibilidade ou mais integradas, o movimento tende a ser maior, o que influencia a alocação e a densidade de rótulos.

Para a confrontação empírica entre as medidas sintáticas, o potencial presumido de encontros e o movimento de pedestres, utiliza-se o método descrito por HILLIER et al (1993), onde são contadas as pessoas em movimento (caminhando) e paradas (engajadas em atividade contemplativa ou em repouso, como por exemplo, numa calçada à frente de um bar) ao longo de um percurso preestabelecido:

- a) As rotas incluem de 20 a 30 segmentos de linhas axiais de maior ou menor integração. O observador, em movimento, conta as pessoas que se movimentam no contrafluxo ou estão paradas. É feita uma distinção entre adultos e crianças, para sublinhar as características de controle local das frações elencadas do Centro do Rio;
- b) A média de velocidade de deslocamento no percurso é de aproximadamente 100 m por minuto e a contagem considera este intervalo de tempo e espaço;
- c) As rotas, são selecionadas em áreas diferentes do tecido urbano, com características morfológicas distintas (diferenças na estrutura da malha e na configuração) e de medidas de integração;
- d) As rotas são observadas mais de uma vez, em dias úteis e de descanso, cobrindo períodos de tempo padronizados (da manhã, ao meio-dia, ao final do dia);
- e) As informações são transcritas para um mapa onde constam as linhas axiais percorridas e o número de pedestres levantados em cada trecho de deslocamento.

HILLIER (1993) sublinha que as regras globalizadoras, ou a manutenção de parâmetros de profundidade em níveis mais ou menos constantes, garantem a coerência entre as medidas de integração e inteligibilidade do sistema e o movimento peripatético mensurado empiricamente. Isso posto que pedestres tendem a optar por percursos mais diretos e de fácil orientação. Nas frações onde predominam linhas axiais de menor integração, a co-presença e o movimento se dão de maneira bem diferente para as categorias moradores e estranhos. Ao confrontar movimento (co-presença) e integração, entende-se aonde os núcleos integradores são rompidos. Nesses locais a probabilidade de interfaces entre as categorias sociais é bem menor.

“Chama-se movimento natural à relação entre a estrutura da malha e a densidade de movimento ao longo das linhas axiais ...” HILLIER (1996, p.161), sendo este o potencial de movimento depreendido da análise dos padrões espaciais. A experiência empírica proposta é a verificação de padrões de comportamento comparados às variáveis independentes obtidas das medidas sintáticas dos padrões espaciais. A verificação do movimento e dos rótulos predominantes (uso do solo) corrobora ou não o potencial enunciado nos mapas de integração, verificando-se em que medida realizam-se as potenciais interfaces entre moradores/estranhos ao sistema e a congruência entre os códigos espaciais/

transpaciais e o movimento real.

HOLANDA & GOBBI avaliam da seguinte forma o movimento/fluxo de pedestres em levantamentos empíricos: “... o movimento é fraco quando não chega a 30 pessoas/m de percurso; é médio entre 30 e 70 pessoas/100m de percurso; intenso quando ultrapassa 70 pessoas/100m de percurso e desprezível quando inferior a 10 pessoas/100m de percurso ...” (1998, p.30). Com o intuito de verificar “... quais expectativas sociais o sistema presumido de co-presença e movimento, depreendido da análise de padrões espaciais, são ratificados ou negados – transpaciais/espaciais – e que, com as implicações que isto acarreta, estão sendo reproduzidos ...” (HOLANDA & GOBBI, 1998, p.30), escolheu-se quatro áreas para medição do movimento no Centro do Rio de Janeiro, cuja delimitação consta dos capítulos 4 e 5 e foi feita à partir do mapa de integração global da situação atual – FIGURA 5.31 / página 203.

Rota 01: morro da Conceição, uso predominantemente habitacional e, segundo o mapa de integração global, sofreu poucas transformações morfológicas desde o século XVII;

Rota 02: Lapa/prça da Cruz Vermelha, uso misto, com grande incidência de moradias coletivas e equipamentos institucionais e comércio diversificado. A área foi incorporada ao Centro no início do século XX com o arrasamento do morro do Senado, cujos eixos axiais têm integração mediana;

Rota 03: Central do Brasil, uso misto com forte incidência de uso habitacional coletivo, indústrias, hotéis (habitação transitória), serviços e comércio atacadista. Foco das primeiras expansões da área central no século XIX, a região abrigou e ainda abriga uma quantidade considerável de habitações coletivas populares e está à margem de um dos eixos axiais de maior integração – a avenida Presidente Vargas;

Rota 04: Centro de Negócios, uso comercial, de serviços e institucional. A área abarca tanto o núcleo urbano inicial do Rio de Janeiro, como áreas incorporadas por projetos de renovação/expansão que arrasaram morros e constituíram aterros. Apresenta eixos axiais com a integração oscilando entre muito altas e muito fracas.

3.5 O que se entende por *vida espacial/ vida social* e sua aplicação no estudo de caso

HOLANDA (2002) diz que a vida espacial é organizada em função da configuração de um assentamento e depreendida dos seus padrões espaciais. O caráter não racionalizado das escolhas de caminhos - “... habitus, padrão duradouro e não necessariamente conhecido, resultado e ponto de partida de ações cotidianas ...” (BOURDIEU²⁶ apud PEONIS, 1989, p.14) -, denota padrões prováveis de co-presença e movimento num assentamento, em função da inteligibilidade de sua configuração.

A vida espacial refere-se ao que acontece, não no espaço público, mas nas ilhas que delimitam os lugares abertos. Trata-se de identificar quais usos (rótulos) dados aos edifícios que influem nos padrões de co-presença e movimento, ao longo dos eixos axiais imediatamente relacionados a estas ilhas (HOLANDA, 2002) e tem sua distribuição influenciada pelos padrões de integração e inteligibilidade de uma configuração.

Os rótulos são entendidos como padrões de uso do solo, ou seja, o uso atribuído a cada unidade imobiliária autônoma que compõe o tecido urbano (HILLIER, 1996). Uso do solo é um termo mais genérico, pois associa-se a um conjunto de edifícios sujeitos às mesmas restrições normativas para uma fração urbana (ocupação do terreno, densidade construtiva e usos permitidos). O rótulo atribui um uso específico a cada uma das edificações que compõem uma ilha espacial. Os dois conceitos são adotados aqui: rótulo para distinguir usos excepcionais em edifícios e uso do solo em referência aos usos dominantes ou à preponderância de um determinado rótulo em determinada fração do Centro do Rio de Janeiro. Devido à alta densidade construída, sobretudo nas áreas de verticalização sedimentada, é impossível determinar cada um dos usos individualmente.

Exemplifica-se a distribuição de rótulos/usos, relacionando-se, por exemplo, predominância de moradias nas partes menos integradas de um assentamento, onde a co-presença de moradores é provavelmente maior. O oposto, maior densidade/concentração de serviços, comércio e usos simbólicos, está associado aos eixos mais integrados e de maior acessibilidade do sistema, concentrando-se ao longo dos eixos do núcleo integrador, parte do sistema onde a co-presença, das categorias estanho/morador, é mais provável. Trata-se aqui de apontar os usos/rótulos nos edifícios ao longo das rotas de medição de movimento e observar de que maneira esses usos alimentam a co-presença nos espaços públicos aos quais estão diretamente relacionados.

No caso do Centro do Rio a discussão dos rótulos e categorias de co-presença, associados aos usos simbólicos (museus, centros culturais, lazer), cuja permanência é eventual, interessa quando confrontada àqueles que pressupõe a permanência prolongada (moradias, escolas, universidades, escritórios, etc.). O que interessa é poder relacionar não só "... os usos do espaço público decorrentes da maior ou menor presença de determinados rótulos agrupados, mas também as interfaces possíveis entre moradores/estranhos, estranhos/estranhos que a presença destes rótulos acarretam" (HOLANDA 2002, p.108).

As distinções de potencial de co-presença no espaço público são influenciadas pelos rótulos das seguintes maneiras: a) em relação à sua variedade e ao impacto que geram, tanto na interface entre os diversos tipos de agentes sociais, como nos períodos do dia ou da semana que provocam picos de utilização; b) em relação à densidade de rótulos específicos em frações definidas; c) em relação à ocorrência de determinados rótulos em frações mais ou menos integradas do sistema e, finalmente; d) à diversidade ou hegemonia de rótulos encontrados em determinadas frações do sistema. Os usos agrupados são, em certa medida, subordinados aos níveis de integração e inteligibilidade medidos do sistema

global. A questão é constatar a suficiência das medidas sintáticas para explicar todas as evidências, sobretudo, as que dizem respeito às interfaces, nas quais, a qualidade ou tipo de co-presença é levado em conta.

Alguns estudos publicados, abordam padrões espaciais, vida espacial e co-presença específica, como o de HOLANDA (2002), interessado nos atributos da vida espacial e social que implicam em espaços de exceção (nos quais a especificidade de rótulos gera espaços monofuncionais de impacto direto na co-presença), caso de centros cerimoniais ou de Brasília. Para assumirmos tais distinções temos que dar conta deste outro nível analítico - vida social. HOLANDA (2002) ainda destaca que a literatura específica está repleta de estudos de caso que relacionam, padrões e vida espaciais a “modos de vida”, reduzindo a realidade a pontos de vista que restringem a amplitude dos aspectos da vida social.

Em virtude do foco deste trabalho, abordo os aspectos mais genéricos das mudanças no sistema de composição de classes sociais no Brasil, aliadas às alterações nas relações da divisão social do trabalho e como isso se reflete na vida espacial prospectada para o Centro do Rio de Janeiro entre os séculos XVI e XX. A descrição sumária da vida social aqui apresentada baseia-se *História da Vida Privada no Brasil*²⁷, destacando-se a alternância e/ou substituição das prerrogativas de controle social, claramente ideológicas, por uma tendência à ostentação de poder político e econômico – indiscerníveis – como uma das características mais importantes na construção de suas sucessivas configurações espaciais.

As mudanças na vida social que interessam à pesquisa são aquelas que denotam a flexibilização das condições de mobilidade social decorrentes da evolução de uma sociedade colonial, estruturada por estamentos, para uma monárquica, aliada a instituições civis modernizantes. Daí para um capitalismo periférico republicano, que será marcado pelas discrepâncias socioeconômicas, dadas pelas distinções nos modos de produção, distribuição e geração de riquezas, mas particularmente aos princípios de marginalização que tem norteado não só a estrutura que a sociedade brasileira assume desde o embrião da identidade nacional mas, sobretudo, no que isto influencia a vida e os padrões espaciais da cidade do Rio de Janeiro. Influência está relacionada ao que PERLMAN (1977) chama de integração nas estruturas sociais, econômicas e políticas brasileiras – ou, ao contrário, a sua não integração a estas estruturas -, o que possibilita operar indefinidamente em cima de mitos da marginalidade que se renovam e se adaptam, garantindo a manutenção da superestrutura existente²⁸. Isto verifica-se a partir da observação de que ser marginalizado, implica em marginalizar outros, posicionados ainda mais abaixo da pirâmide social, como bem mostra CALDEIRA (2000) em seu estudo sobre segregação social/física em São Paulo.

Outros historiadores, como FREITAS (2002), atestam que a discriminação social no país é um viés da discriminação racial e que não se pode ignorar o fato de que “... a nossa democracia racial é um blefe e que uma herança cultural escravista nos divide pela cor, fazendo-nos uma nação inconclusa ...”²⁹. Em referência à vida espacial no Centro do

Rio, estas questões estão sempre presentes, aliadas inclusive, às que envolvem migrantes e imigrantes na consolidação da antiga capital. Essa característica dicotômica de segregação, mais por características étnico-raciais ou de origem dos indivíduos, será encontrada constantemente nos estudos de caso que se reportam a mecanismos de exclusão ou segregação espacial nas grandes cidades brasileiras e constituem-se em dados importantes para identificar e compreender as morfologias também dicotômicas encontradas na área de estudo.

PERLMAN (1977) e CALDEIRA (2000), observam que a marginalização, imposta pelo tipo de sociedade escravista que nos conformou como nação, ao evoluir politicamente para um estado moderno, arrastou consigo uma estrutura social anterior, que não cessou, até então, de ser reproduzida. CALDEIRA (2000) estuda em São Paulo/SP, moradores (paulistanos) e estranhos (nordestinos), ou ainda (italianos e os de outras origens), moradores de conjuntos da periferia x favelados, etc. Categorias antagônicas que tem uma base espacial definida segundo o tipo morfológico que habitam (favela/bairro ou casas/apartamentos). O que se destaca em PERLMAN (1977) é a oposição entre favelados e outras categorias no Rio de Janeiro e ainda, Zona Norte, Zona Sul; e dentro da favela, locais e migrantes. Essas polaridades mais do que o modo de produção, entendido por HOLANDA (2002) sob a ótica do materialismo marxista, parecem ser mais importantes para a reprodução de práticas sociais com base espacial neste estudo de caso.

Ao estudar a vida social no Rio de Janeiro, deparamo-nos com dois universos tangentes, cuja mobilidade interna é grande, mas cuja mobilidade cruzada é pequena³⁰, e que envolve duas categorias: os integrados e os marginalizados. Essa dualidade, como veremos, influirá nas transformações da estrutura urbana de seu Centro, sendo não só a propulsora de muitas delas, mas também a âncora das permanências de certas morfologias, prova de que certos grupos sociais continuam reproduzindo suas práticas dentro de uma moldura físico-espacial que pouco mudou desde o Período Colonial.

A importância da descrição da vida social nos diferentes momentos históricos atravessados pela cidade, considera o seu papel simbólico incontestável na formação da identidade brasileira como nação, dado que foi sua capital por mais de dois séculos e, hoje, apesar de substituída desse papel político simbólico, exerce ainda influência cultural na construção dos valores de todas as classes sociais brasileiras, principalmente tendo como veículo a televisão. Observa-se como as experiências de segregação funcional culmina com a construção de um dos espaços de exceção mais representativos do mundo moderno – Brasília – e como estes ensaios foram realizados na adaptação de um tecido urbano tradicional, no qual a segregação é muito menos espacial do que social. Tanto os grupos marginalizados, como os integrados, desenvolvem e adaptam mecanismos para restringir, de maneira implícita, o acesso a lugares. No primeiro caso, o controle, de base espacial, é evidente na delimitação de territórios como os das favelas, onde os estranhos “não entram”. Os integrados lançam mão da segregação espacial pelo afastamento, encastelando-se em

condomínios cercados. Aqui, além das evidências da vida espacial e dos padrões espaciais é imperativo “... estudar as implicações sociais de um específico produto cultural: o espaço arquitetônico” (HOLANDA, 2002, p.115).

3.6 Delimitação e amostra para o estudo: uma breve discussão sobre centralidade

CUTINI (2001) atesta que lidar com os centros urbanos e as questões relativas à centralidade tem sido a meta prioritária da maioria dos projetos de desenvolvimento urbano, seja incentivando a constituição de novos centros seja revitalizando os antigos que perderam suas características de centralidade devido ao crescimento urbano. O autor também destaca a variedade de definições e de emprego do termo centralidade, entendido através do ponto de vista historicista como “... o lugar onde está materializada a memórias comunitária ...” (CUTINI, 2001, p.32.1), ou, do ponto de vista funcional, como o local que concentra a maior densidade de atratores e serviços. Destaca ainda que poucas abordagens sobre centralidade se preocupam em inferir sobre causas para fixação ou mudanças dos lugares e atividades centrais.

A análise de CUTINI (2001), parte da indagação a respeito do esvaziamento dos centros históricos no que toca às atividades ditas centrais em favor de novas áreas, ainda não suficientemente consolidadas a ponto de serem atraentes como centros, ou seja, o autor indaga a respeito das mudanças dos lugares centrais. Neste estudo de caso, toma-se como limites as barreiras topográficas que delimitaram, em primeiro lugar, o perímetro urbano e, num segundo momento, a área central do Rio de Janeiro. A partir da delimitação dessa área e o acompanhamento das mudanças paulatinas de sua configuração espacial, analisam-se as mudanças de centralidade mencionadas pelo autor e, verifica-se, a partir de levantamento empírico, a distribuição das atividades ditas centrais.

A partir da planta cadastral atual e do cruzamento de dados das Regiões Administrativas I e II – RAs I e II da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, chegou-se aos seguintes limites topográficos e físicos para a área de estudo: a baía de Guanabara, aeroporto Santos Dumont e o aterro do Flamengo a leste; a linha Lilás³¹ e o pátio de manobras da Central do Brasil a oeste; os morros de Santa Tereza e a praça Paris ao sul; e a cadeia de morros da Providência e da Saúde, elevado da perimetral e área da Marinha a norte, tal como demarcado sobre foto aérea constante do ANEXO 01, compreendendo a integridade da RA II – Centro (566,50ha) e uma pequena parcela da RA I – Portuária (36,38ha). A área total da amostra é de 602,88ha.

3.6.1 Limites da amostra

A área de estudo inclui, além da Região Administrativa II – Centro, os morros da Conceição e o Valongo da denominada Zona Portuária (RAI – Região Administrativa I), assim como a praça Mauá, por serem parte importante da estrutura

urbana da cidade, com ocupação constante desde o século XVI, constituindo-se num dos enclaves com características morfológicas da cidade colonial. O morro separava efetivamente os limites marítimos da cidade e da zona urbana até o século XIX (a Zona Portuária, tal como conhecida hoje é constituída, em sua maior parte, de aterros que afastaram o mar da franja dos morros da Conceição e Valongo), cujo acesso a estes e à Prainha (atual praça Mauá) era feito por mar, ou pelo Valongo (literalmente o vale que dividia os morros da Providência e Conceição). Por estas características, o morro da Conceição abrigou a sede do Bispado e uma das fortalezas de proteção à cidade (desde o início do século XVII), além do mercado de escravos, da cadeia e da forca, essa última na praça Mauá (fim do século XVIII).

O aterro do Flamengo não foi incluído na área de estudo por se constituir num sistema independente do Centro da cidade, associado aos bairros Glória e Flamengo, (inclusive nos registros da prefeitura) e por gerar uma dinâmica própria de parque, em nada relacionado com as funções centrais da cidade. O fluxo de pedestres intenso nos fins de semana é gerado pelo engajamento em atividades contemplativas e de lazer. As pistas para veículos, que canalizam o tráfego de veículos entre a Zona Sul e as saídas da cidade (avenida Brasil e ponte Rio Niterói, via Perimetral), funcionam como barreiras físicas (topológicas) ao movimento de pedestres, que é o nosso foco de interesse. Desconsiderou-se o trecho elevado da Perimetral (que passa sobre a Praça XV), por não possibilitar nenhum tipo de interface com o movimento ao nível do solo, tanto de veículos como de pedestres.

Estabelecido o perímetro da área de estudo, este foi apostado às configurações urbanas ao longo do tempo histórico, de forma que se pudesse ter uma panorâmica da expansão da cidade, em termos de ganho de solo urbano ao mar e das transformações que coadunam o ganho de área edificável através de desmonte de morros, aterros, drenagens e canalização de rios, em consequência de alterações geomórficas.

A opção por preestabelecer um perímetro fixo, a partir da situação atual e resgatar retrospectivamente o desenvolvimento o Rio de Janeiro e seu Centro dentro desses limites, permitiu avaliar as transformações configuracionais neste âmbito, descartando-se, para os objetivos aqui traçados o crescimento da cidade para além desses limites. Considerou-se que o antigo centro do Rio continua sendo importante para a cidade como um todo e ainda concentra grande parte dos atratores e serviços característicos de uma área central, o que permite que a pesquisa se atenha às mudanças configuracionais que aí ocorreram e em como estas influenciaram a alocação de usos e serviços característicos de um centro urbano.

3.6.2 Base cadastral para efetivação da pesquisa

A descrição morfológica e dos padrões espaciais partem de recortes históricos que situam as grandes transformações na estrutura urbana do Centro do Rio. Nestes recortes, foram selecionadas bases cartográficas a partir das quais geraram-se os mapas de ilhas espaciais, de espaços convexos e de linhas axiais, base para obtenção das medidas sintáticas.

São eles:

- 1) A estrutura urbana da cidade colonial: “Carta Topográfica da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, 1750. Autoria de A. Vaz Figueira, documento original do acervo da Mapoteca do Itamaraty / Rio de Janeiro. Extraído de CZAJKOWSKI, (2000, p.52);
- 2) As transformações decorrentes da instituição da cidade como capital do Império (séc. XVIII): “Plano da Cidade do Rio de Janeiro e de uma parte de seus subúrbios” (85x105cm), circa 1890. Autoria de E. de Maschek (Giesecke e Devrient, Leipzig, gravação), acervo do Arquivo Nacional / Rio de Janeiro, in CZAJKOWSKI, (2000, p.65);
- 3) As obras de modernização do Prefeito Pereira Passos (1905): “Planta da cidade do Rio de Janeiro indicando os melhoramentos em execução” (45x69cm), 1905, anônimo – escala 1:10.000 in Ferreira da Rosa, F. Rio de Janeiro, edição oficial da Prefeitura, 1905, coleção particular, in CZAJKOWSKI, (2000, p.68);
- 4) Planos da modernidade: Agache, Estado Novo, o desmonte dos últimos morros (1935-65): “Vista Artística da cidade do Rio de Janeiro” (47,5x65,5cm), 1965, edição secretaria de Turismo do Estado da Guanabara, coleção particular, in CZAJKOWSKI, (2000, p.89);
- 5) A situação Atual-1999/2000: “Centro – II RA e Bairros” (75 x 45cm), 1996, edição da Secretaria Municipal de Planejamento e Superintendência de Informações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, cópia heliográfica do original. Dados complementados pelo mosaico de levantamento aerofotogramétrico 1976, escala 1:2.000 (conjunto de plantas, Secretaria Municipal de Planejamento / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Planta Baixa “Centro RAI e Bairros”, escala 1:10.000, Secretaria Municipal de Planejamento / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Atualizações feitas a partir de foto aérea de 1997 (ANEXO 01) / PROSPEC e mosaico de fotografias aéreas de 1999, editado pela Secretaria Municipal de Urbanismo / Instituto Pereira Passos, mostrando as intervenções do Projeto Rio-Cidade.

3.6.3 Algumas características sócio-econômicas atuais da área de estudo

O município do Rio de Janeiro tem 5.857.904 habitantes³², dos quais 61.429 moram nas zonas Centro e Portuária. Desse total, nas regiões abrangidas pela RAI - Centro -, vivem 39.135 pessoas, o que gera uma densidade habitacional de 69,1 hab./ha³³. Tomando-se cidades brasileiras de pequeno porte, tem-se que a população moradora do Centro do Rio equívale ao de uma cidade como Rosário do Sul ou Rio Pardo, ambas no Rio Grande do Sul, apesar da idéia de que a área central do Rio seja uma região exclusivamente comercial e de negócios.

O Centro do Rio de Janeiro, apresentado no Rio Atlas (1998) indica

características sociofuncionais relevantes para a compreensão da área de estudo. Da observação dos mapas digitais, conclui-se que a fração urbana delimitada como área do presente estudo é iminentemente urbana (mapa de Usos do Solo, ANEXO 02), e apresenta áreas de lazer que incluem espaços públicos, de usos variados, com área total de 421.730m² classificados em: parques e jardins (216.960m²), dos quais destacam-se o Campo de Santana e o Passeio Público, ambos com acesso controlado, lado a lado com esplanadas e praças (178.744m²)³⁴, dos quais destacam-se: praça XV e o Cais Pharoux, Largo da Lapa e da Carioca, Cinelândia – e praças, como a Tiradentes, local de intenso movimento e usos comercial, de serviços, cultural, além de pontos de acesso e articulação de transporte público (ônibus, metrô, barcas). Na RAI (Portuária), além da praça Mauá, destacam-se os jardins do Valongo, e os largos de São Francisco da Prainha e dos Estivadores. Tomando-se a avenida Presidente Vargas (no referido mapa do Rio Atlas constante como “área não classificada”) como eixo divisor entre as partes nordeste/sudeste do Centro da cidade, tem-se que 90% dos usos de lazer se concentram na metade sudeste da área em estudo. Tem-se ainda uma área de lazer (assim classificada) inserida entre o complexo ferroviário da Central do Brasil (uso de serviço) e o viaduto de São Sebastião (componente da linha Lilás), no limite da área estudada e situada entre as alças de acesso ao referido viaduto.

Ainda a partir do Rio Atlas, verificou-se pelo mapa de uso habitacional (ANEXO 03), que este varia de 11 a 35% do uso do solo em toda a área central. Segundo dados estatísticos³⁵, a RAI - Centro - apresenta 19.836 imóveis residenciais, 54.335 imóveis comerciais e de serviços e 76 imóveis industriais. A área média dos imóveis residenciais é de 48m², dos imóveis comerciais e de serviços, 163 m² e dos industriais de 760m². Cabe destacar que a fração limitada pelas avenidas Rio Branco, Presidente Vargas, Chile e Presidente Wilson não apresenta uso habitacional expressivo.

Já no caso da RA I – Zona Portuária – a situação é inversa, os imóveis residenciais representam o dobro dos imóveis comerciais e há um maior número de imóveis industriais. A área média dos imóveis residenciais é também maior (em torno de 94m²). O morro da Conceição é um dos lugares onde preponderam os imóveis residenciais ou de uso misto, conforme discriminado no capítulo 5.

A consulta aos mapas “densidade habitacional por hectare” (ANEXO 04) e “renda média por classe de salário mínimo” (ANEXO 05), do Rio Atlas, respectivamente, demonstra que a densidade média da população residente varia entre 51 e 100 hab./ha e que é composta basicamente por moradores que percebem entre 3,3 e 4 salários mínimos/mês. As informações do Rio Atlas são genéricas, mas a partir da observação *in loco* pode-se supor que as densidades habitacionais são maiores em determinadas frações da área central, como por exemplo, na Lapa e bairro de Fátima, devido a quantidade de equipamentos públicos associados ao uso moradia - escolas de 1º grau e feiras livres - constantes do mapa que relaciona equipamentos e serviços (ANEXO 06).

As maiores densidades habitacionais encontram-se na Lapa, região de

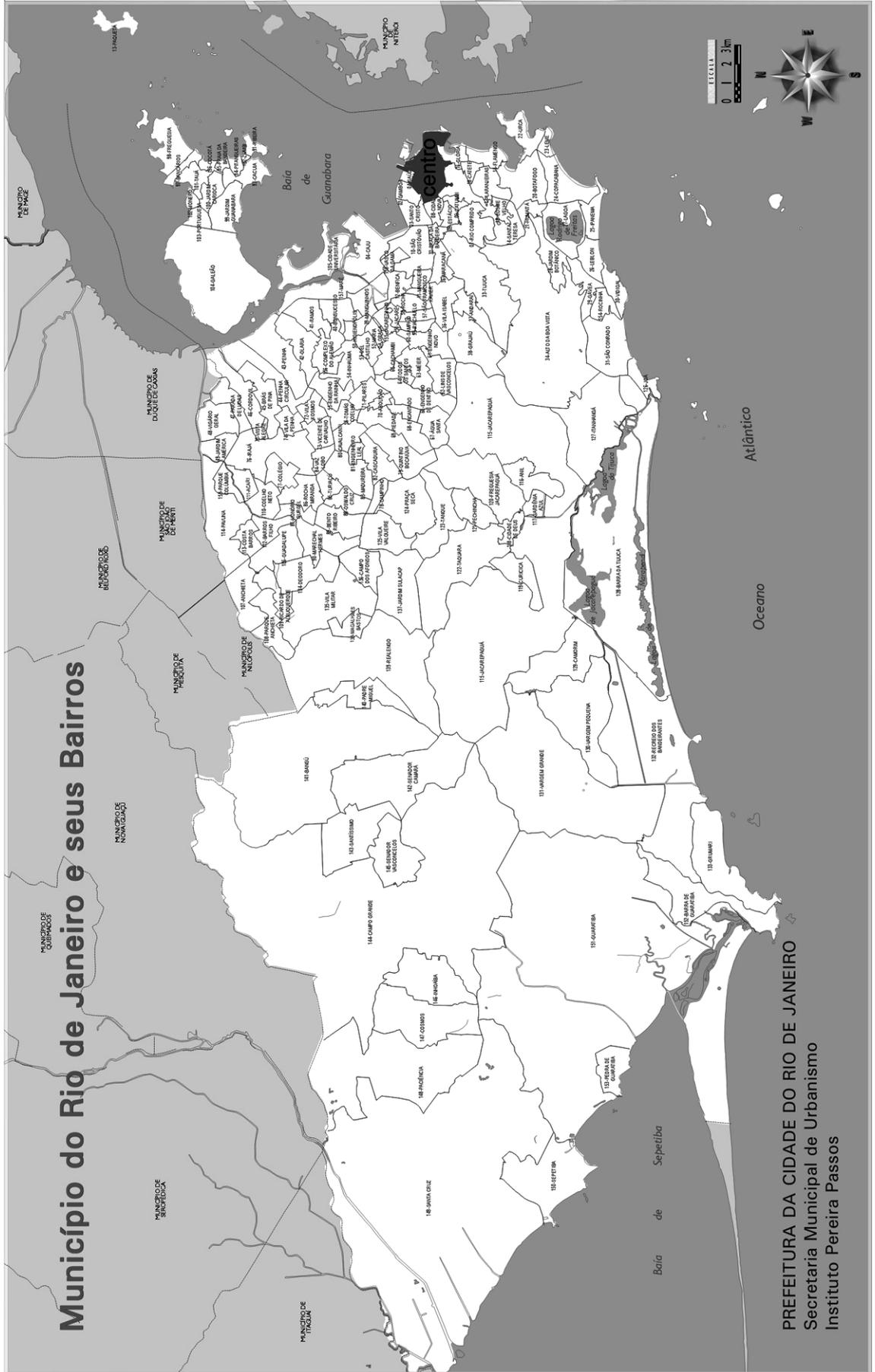


FIGURA 3.7 - Município do Rio de Janeiro com o Centro indicado em cinza mais escuro

edifícios habitacionais em altura. No entorno da Central do Brasil, predominam imóveis de até 3 pavimentos, com moradias coletivas do tipo vila ou cortiços. No morro da Conceição, o predomínio é de habitações unifamiliares, com casas de até 3 andares, traduzindo-se em menores densidades habitacionais, mas de clara preponderância do rótulo habitação. O mapa constante do ANEXO 06, além dos equipamentos públicos existentes no Centro, indica os loteamentos irregulares, as favelas, as feiras livres e os pontos de interesse turístico. Dos assentamentos irregulares na área central (RA I – Portuária), o maior é a ocupação do morro da Providência, tomado como um dos limites da área de estudo, com 634 domicílios e aproximadamente 2.500 habitantes³⁶.

Ainda em relação aos tipos de domicílios encontrados no Centro do Rio de Janeiro (RA II)³⁷, de um total de 20.847 domicílios na área central, 34% dos imóveis são próprios, 54% são alugados e os 12% restantes classificados como cedidos ou outros. Destes imóveis, a maioria é de apartamentos (76%), seguidos por cômodos de aluguel (13%) e menos de 5% são casas. A RA II, Zona Portuária, apresenta um maior percentual de imóveis próprios (52%), contra 36% de imóveis alugados. Dos imóveis existentes, 61% são casas aglomeradas ou isoladas (numa proporção de quase 50% de cada tipo) e há uma quantidade menor de cômodos de aluguel (8%). Estes dados são genéricos e referem-se ao Centro e à Zona Portuária, além da Gamboa, Saúde, Santo Cristo, e o Cajú.

3.7 Abrangência e limites da abordagem

Falou-se na dinâmica dos sistemas, que podem ser classificados em estáticos e dinâmicos, destacando nesse último, a importância da classificação dos objetos discretos, como determinantes da configuração final de um assentamento. Portanto, pode-se incluir a teoria da sintaxe espacial como uma teoria de análise de sistemas dinâmicos que, a partir da relação entre objetos estanques (edifícios e barreiras ao nível do solo), e as estruturas que destes emergem (configurações), permite inferir sobre os potenciais de agregação ou dispersão de elementos discretos: movimento e co-presença de pessoas, frente a uma expectativa social definida - a possibilidade de encontros entre categorias sociais distintas, isto é, habitantes e estranhos.

HILLIER E HANSON(1984), KOHLSDORF & HOLANDA (1994), HILLIER (1996) e HOLANDA (1997, 2002) incluem sob o conceito de Arquitetura “... toda e qualquer intervenção do homem sobre o meio físico, transformadora da paisagem, independente da escala em que é aplicada ...”. É dentro dessa classificação que se entende o planejamento urbano como uma escala da arquitetura: um mesmo campo disciplinar. Como tal, a sintaxe espacial dá conta de uma dimensão analítica do fenômeno arquitetura/ planejamento urbano, mas não esgota outras dimensões de sua avaliação. A partir da metodologia descrita, elucidam-se aspectos das relações entre os padrões físico-espaciais e suas mudanças ao longo da história do Rio de Janeiro, identificando-se “... em função mesmo de sua sintaxe, conteúdos sociais determinados ...” (HOLANDA, 1997, p.6), o que

garante o conteúdo inédito da abordagem feita nos Capítulos 4 e 5.

Ainda HOLANDA (1997, p.8), argumenta que, ao planejar ou projetar, os arquitetos lidam com “... estruturas físicas, mais especificamente, projetam barreiras e permeabilidades. O problema que se coloca para a teoria é revelar que implicações estamos assim criando para o que ocorre nos lugares ...” (HOLANDA, 1997, p.8). Aqui constata-se em que os projetos de transformação, revitalização e reforma urbana implicaram em termos de mudanças na apropriação social do espaço.

NOTAS

1 Desenvolvidos na *Unit of Architectural Studies / Bartlett School of Architecture and Planning / University College London.*, e divulgados inicialmente por meio do livro *The Social Logic of Space*, de autoria de HILLIER & HANSON (1984). A pesquisa e a teoria na área expande-se com a contribuição de uma rede mundial de pesquisadores e vem sendo aprofundada, tanto por HILLIER (1993, 1996) e HANSON (1998), como por inúmeros outros autores citados, desvelando novas aplicações do método.

2 É o modo como a organização dos edifícios e suas entradas controlam os acesso aos lugares e ao movimento: “... a distinção entre espaços com mais de um, ou apenas um ponto de controle em relação a outro espaço qualquer.” (HILLIER & HANSON, 1984, p.14).

3 Usam-se gráficos justificados (*j-graphs*) o que, segundo HILLIER & HANSON (1984) torna claro o sistema de relações espaciais e possibilita comparar sistemas reais, diferentes entre si.

4 Para a sintaxe espacial arquitetura é “... uma relação que as pessoas estabelecem com o espaço, cuja natureza caracteriza-se pela apropriação ou transformação deste com o objetivo de satisfazer expectativas funcionais, de co-presença, bioclimáticos, econômicas, topoceptivas, emocionais e simbólicas em função de valores ecológicos, éticos e estéticos historicamente determinados” HOLANDA (2002, p.83).

5 Versão livre desta autora do original em inglês.

6 II SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, Salvador, 10 a 12 de setembro de 1997. DOCOMOMO -Documentation and Conservation of the Modern Movement - ONG sediada em Delft/Holanda e escritórios afiliados, cujo foco é o patrimônio arquitetônico modernista.

7 HOBBSAWN, Eric. *Cities and Insurrections, In Revolutionaries*, Londres: Quartet Books, 1977, p.233.

8 Neste texto, HOLANDA (1997) aponta as distinções entre as dimensões sintática e semântica da arquitetura: 1) a construção sintática se dá por meio de barreiras / permeabilidades / configuração física; 2) arquitetura é monossêmica; 3) significados são inerentes à configuração; significados são permanentes, universais, de decodificação natural. Nota: todos os grifos são do autor.

9 HOLANDA (1997) As distinções semânticas são: 1) a construção semântica se dá por meio de rótulos / categorias / adjetivação dos espaços; 2) arquitetura é polissêmica; 3) significados são convencionais, sobrepostos à configuração; significados são históricos, dependentes de decodificação própria da cultura. Nota: todos os grifos são do autor.

10 HILLIER & HANSON (1984) descrevem sintaxe e semântica como um continuum e não categorias antitéticas: quanto mais longas as descrições mais sentido é investido no processo de produção do espaço. Isso, segundo os autores, pode ser unificado sob o conceito de que “... ordem espacial é o estabelecimento de restrições apostas ao processo aleatório subjacente” (1984, p.13-14).

11 A base cartográfica está delimitada no item 3.6 - Amostra e limites do estudo de caso—deste capítulo.

12 HOLANDA chama atenção para estas duas decomposições analíticas propostas pelo

método: "... são abstrações que operamos em relação aos espaços da cidade, que nos permitem revelar, (...) atributos fundamentais do meio ambiente urbano" (2002, p.97).

13 Na sintaxe espacial, os espaços convexos são determinados pela possibilidade de descortinar um todo espacial (topológico), sobre o qual se tenha controle e domínio da cena. Portanto, a noção de espaço convexo está imbuída das noções básicas do processo perceptivo. A partir do domínio visual de uma fração espacial circunscrita por barreiras físicas, pode-se perceber as interfaces visuais e físicas da co-presença no ambiente. Atualmente a questão dos mapas de visibilidade e dos cones visuais, que são construídos a partir do mapa de espaços convexos (propriedades locais) tem ocupado pesquisadores, dentre eles PEPONIS et al (1997) e PENN (1997), num claro desdobramento da descrição topológica preliminar para descrições de ordem geométrica, subsequentes. Com objetivos diferentes, pois parte das expectativas relacionadas às condições de orientabilidade num assentamento, KOHLSDORF (1997) sistematizou a determinação de "lugares perceptíveis" através da observação de alteração de efeitos visuais geométricos nos campos que se descortinam ao caminharmos num assentamento. Distingo os dois procedimentos pois na literatura é mais comum encontrarmos referências à percepção geométrica do espaço, tal como nos trabalhos de DEL RIO (1994).

14 O mapa de linhas axiais é submetido a um programa de processamento de dados - Axman (plataforma MacIntosh) - desenvolvido por Nick DALTON no University College/London (HOLANDA, 2002, p.103), disponível para uso nessa pesquisa no laboratório de Estudos Configuracionais do PROPUR/UFGRS. Neste programa o mapa é processado a partir das relações de todas as linhas axiais em relação ao total de linhas do mapa, hierarquizando-as a partir do número de conexões com outras linhas do sistema. A essa hierarquização é atribuído um sistema de gradação de cores (das mais quentes - magentas e vermelhos- às mais frias - verdes e azuis), a partir do qual é possível identificar visualmente a distributividade das integrações entre os espaços, identificando as linhas mais integradas e as mais segregadas.

15 A principal característica do mapa axial é que este "...explicita o nosso entendimento intuitivo da cidade: uma forte característica de identidade urbana é a maneira pela qual os trechos de ruas ou praças formam seqüências ordenadas ao longo de linhas retas. (...) Esses eixos de deslocamento organizam muitas unidades de espaços convexos de ordem superior. Veremos como isso tem implicações muito importantes para o sistema de encontros interpessoais" (HOLANDA, 2002, p.98-99). Nesse caso, trata-se a integração a partir da possibilidade de um caminhamento em linha reta, sem de alteração de direção.

16 Scatter: distribuição aleatória ou randômica. Os scattergrams relacionam a distribuição de eventos num sistema de eixos vertical/horizontal com a probabilidade de eventos distribuída sobre uma linha de probabilidade de ocorrência, devido à função.

17 Deste, e para melhor visualização do fato, inverte-se o preenchimento fundo/figura, o que auxilia a visualização do sistema de espaços abertos do assentamento (destacados em cor escura, enquanto as ilhas espaciais e barreiras ficam sem cor).

18 HILLIER, Bill et al. "*Creating life: or, does architecture determine anything?*". In: *Architecture et comportement / Architecture and Behaviour*, v.3, n°3, 1987, p.233-250.

19 HILLIER destaca que "... inteligibilidade e funcionalidade são propriedades formais de complexos espaciais, e a chave para determinar as funções genéricas. Estas não se referem à especificidade das formas sociais, culturais e econômicas, mas ao que estas formas tem em comum quando vistas sob o ponto de vista espacial. As características estruturais invariantes das malhas urbanas são dadas pela função genérica, as diferenças tipológicas pelas diferenças sociais, culturais e econômicas e das peculiaridades topográficas e históricas" (1996, p. 338) .

20 Quanto mais distributivo e simétrico o gráfico mais se aproximará à forma de um anel, indicando menor hierarquia entre os espaços e menor segregação. Similaridades entre os j-graphs, indicam maior simetria do sistema como um todo, se assumirmos simetria como relações estáveis sob transformações.

21 HILLIER (1996) destaca que inteligibilidade e funcionalidade são propriedades formais de sistemas espaciais e a chave na determinação de funções genéricas que não se referem à especificidade de formas sociais, culturais e econômicas, mas ao que estas comungam do ponto de vista espacial.

22 O mapa de linhas axiais ao ser submetido ao programa AXMAN que hierarquiza as linhas em relação ao conjunto dado, e fornece os valores de integração para todas as linhas do sistema de forma auto-referenciada, donde se obtém as medidas de Integração ou de Relativa Assimetria do sistema.

23 HILLIER, Bill; HANSON, Julienne; PEONIS, John. *Syntatic analysis of settlements. In Architecture et Comportement/Architecture and Behaviour*, 1987, vol.13, nº3.

24 HILLIER, Bill. The Architecture of the urban object. *Ekistics*, nº334-335, jan-apr , 1989, p.5-21.

25 Artigo original: PEONIS, John. *Space, Culture and Urban Design in Late Modernism and beyond*. *EKISTIKS*, Vol. 56, n.º 334/5, january/april 1989, p.93-108. Baseado na tradução de Frederico Holanda, IAU/UnB, Brasília, 1994.

26 BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980.

27 Coleção dirigida por Fernando A Novais, composta de quatro volumes (1997,1998) que reúnem uma série de autores destacados no campo da nova historiografia, constam das referências bibliográficas segundo os artigos consultados e citados.

28 PERLMAN, Janice. O mito da marginalidade – favelas e política no Rio de Janeiro, in coleção Estudos Brasileiros, v. 18, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. No livro a antropóloga aborda mais especificamente os processos de adaptação/integração de migrantes oriundos de realidades rurais à vida da cidade do Rio de Janeiro e as mudanças de comportamento decorrentes da adaptação à vida urbana.

29 FREITAS, Décio de. Zumbi no Senado. *ZERO HORA*, Porto Alegre/RS. 20 de outubro de 2002, Opinião, p.3.

30 Refiro-me aqui à mobilidade social experimentada em marcos físico-espaciais definidos como tipos, por exemplo, favelas, nas quais encontramos uma sub ou nova divisão de classes específica desse contexto sócio-espacial, produzindo suas próprias elites e sistema de divisão social interna, como apresentado no estudo de PERLMAN (1977) em que trata da posição dos “migrantes” (sobretudo os provenientes do Nordeste do país na estrutura social preexistente de favelas cariocas em áreas diferentes da cidade). Refiro-me também à organização social mais recente nesses tipos, que pode ser apreendida através da mídia nos diversos “morros/favelas” do Rio, onde se percebe claramente uma elite formada pela casta de guerreiros/traficantes que garantem a sobrevivência de suas comunidades próximas, num comportamento semelhante ao encontrado nos castelos feudais e nas cidades/estado descritas por HOLANDA (2002). Nota-se que os morros se caracterizam espacialmente por uma baixíssima integração global, onde as prerrogativas de controle (locais) superam em muito as prerrogativas de manifestação de poder (globais). Aos esforços da elite referentes à sociedade como um todo, de minimizar o controle local (aspectos espaciais) ampliando sempre as manifestações de poder (aspectos transpaciais), cria-se uma estruturas paralela, tanto física como social que dá conta da reprodução desses aspectos fundadores/fundamentais de determinados grupos sociais e da sociedade como um todo. Na discussão do estudo de caso, constata-se como isso se articula ao longo do tempo histórico, mas mantém-se constante como uma das características mais impressionantes da forma da cidade do Rio de Janeiro.

31 A linha Lilás é um dos eixos de integração metropolitana também composto pelas linhas Vermelha e Amarela, propostos pelo Plano Doxiadis de Desenvolvimento para a Guanabara em 1968. Este trecho da linha Lilás, que liga a Zona Portuária e início da avenida Brasil à Zona Sul, através do viaduto São Sebastião e do túnel Santa Bárbara, separa fisicamente o bairro Centro da Cidade Nova, Catumbi e Saúde.

32 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2000).

33 Fonte: Armazém de dados - Instituto Pereira Passos/ Prefeitura do Rio de Janeiro. www.armazemdedados.rio.rj.gov.br – Tabela 4.1.5 “População residente, área territorial e densidade demográfica líquida por Regiões Administrativas e Bairros 1980 / 2000”.

34 Fonte: Armazém de dados – Instituto Pereira Passos / Prefeitura do Rio de Janeiro. www.armazemdedados.rio.rj.gov.br - Tabela 7.1.4 “- Imóveis públicos com utilização de praças, parques, jardins e outros, segundo Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - julho 1999”.

35 Fonte: Armazém de dados - Instituto Pereira Passos / Prefeitura do Rio de Janeiro. www.armazemdedados.rio.rj.gov.br - Tabelas 7.1.14 “- Habitação - domicílios por localização, segundo a condição de ocupação - Regiões Administrativas - 1991”; 7.1.3 - “Imóveis prediais e área construída por utilização, imóveis territoriais e área de terreno, segundo áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - 2000”.

36 Fonte: Armazém de dados - Instituto Pereira Passos / Prefeitura do Rio de Janeiro. www.armazemdedados.rio.rj.gov.br - Tabelas 7.1.16 “- Habitação - domicílios, pop. residente e percentual de crescimento de favelas (setores censitários - aglomerados subnormais) - Regiões Administrativas e Favelas - 1991/1996”.

37 Fonte: Armazém de dados - Instituto Pereira Passos / Prefeitura do Rio de Janeiro. www.armazemdedados.rio.rj.gov.br - Tabelas 7.1.14 “- Habitação - domicílios por localização, segundo a condição de ocupação - Regiões Administrativas - 1991”.

CAPÍTULO 4

EVOLUÇÃO HISTÓRICA: SÉCULOS XVI, XVII, XVIII e XIX

4.1 Introdução

Esse capítulo divide-se em duas partes: a primeira, do século XVI ao XVIII (transformações lentas justificam a extensão temporal), cobre desde a fundação da cidade até o fim do período Colonial; e a segunda, enfoca o século XIX, tratando sobretudo, das transformações decorrentes da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e da sedimentação do Rio de Janeiro como sede do poder político/econômico nacional, já dentro de uma moldura superestrutural da sociedade onde o escravismo foi abolido e a migração de estrangeiros foi constante.

Para a caracterização e identificação do objeto de estudo há que se falar de sua evolução histórica, para tanto baseada na bibliografia mencionada nos capítulos 2 e 3. São referências constantes nesse capítulo DELGADO DE CARVALHO (1926) do qual se obtém informações de NORONHA SANTOS¹ (s/d), FREIRE (1912) e outras fontes como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, particularmente por indicar nomes de ruas, data de suas aberturas, tipos e localização de imóveis comerciais e outras informações sobre a vida social e espacial da cidade até 1920. Por razões operacionais, fazem-se sobreposições em relação ao tempo histórico, conciliando as informações disponíveis na bibliografia e no material cartográfico utilizado como base para os mapas axiais, sem o objetivo de esgotar o tema da evolução histórica do Rio de Janeiro ou descrever seus pormenores políticos, econômicos e sociais.

Às transformações da sociedade brasileira, aqui em particular, a do Rio de Janeiro, do Período Colonial à atualidade, correspondem espacializações específicas das práticas sociais. As mudanças nessa instância ocasionam alterações nos padrões espaciais, seja através da introdução de novas morfologias, no parcelamento do solo, na especialização das funções econômicas ou na segregação espacial de grupos sociais. Com o crescimento urbano, essas assumem nuances distinguíveis entre um período histórico e outro, resultado de ambições sócio-políticas que geram mudanças na estrutura urbana. E o sistema de relações

sociais é abordado tomando-se a cidade como uma dimensão de reprodução da sociedade (LEFEBVRE, 1999)².

4.2 Do século XVI ao XVIII: transformação a passos lentos

4.2.1 Introdução: fundar cidades, seguir caminho

Da posse, da implantação e da defesa

O movimento de expansão europeu – a formação de colônias - coincide com a estruturação dos Estados Modernos, cuja característica, em oposição ao feudalismo, será a centralização do poder e, portanto, a inserção de uma esfera pública na vida social, antes quase inexistente. HOLANDA (2002), apoiado em DUBY³ nota que o feudalismo se caracterizaria pela quase anulação da esfera pública da vida social, quando o poder e a autoridade concentram-se na mão de indivíduos, sendo que a vida privada permeia todo o universo de relações sociais.

Deste ponto de vista, a situação na colônia será híbrida: se por um lado está sujeita ao poder da metrópole - o processo econômico de exploração e a atividade mercantil remetem à centralização do poder, à distribuição de privilégios sob a forma de doação de terras (capitanias hereditárias)⁴ - e homogeneização dos vínculos ideológicos com o poder central via religião hegemônica, por outro, a relativa autonomia dos donatários na administração de suas terras, a ocupação rarefeita do território, o isolamento e a mobilidade decorrente das práticas extrativistas, conformam um modelo econômico e social no qual as relações de servidão e solidariedade serão marcadas pela distinção entre grupos culturais e étnicos - uma estrutura social diferente do modelo europeu – de origem étnica preponderantemente homogênea.

A fundação de vilas e a ocupação do território, mesmo que de forma pontual, traduz o impulso de expansão como prerrogativa econômica do sistema colonial: ocupar, defender, garantir a base segura para o comércio e pontos de penetração no interior, o que garante mais terras e riqueza. Assim a *descontiguidade*⁵ territorial é um dos aspectos mais importantes da vida social na colônia (NOVAIS, 1997):

*“...da sua dimensão política (fortalecimento dos estados), decorre um permanente esforço Metropolitano no sentido de expandir o território da dominação colonial, para além das possibilidades de exploração econômica; é que os estados modernos em gestação na Europa estão se formando **uns contra os outros**⁶, daí essa furiosa competição para garantir espaços na exploração colonial. No caso português, esse processo é levado ao limite, e é o que explica a enorme desproporção entre a pequenez da Metrópole e a imensidão da colônia. E é também daí que resulta a enorme dispersão e rarefação das populações coloniais; esse perfil devia aparecer aos olhos dos protagonistas da colonização como uma incômoda e mesmo angustiante sensação de descontiguidade, sensação tanto mais intensa se nos lembrarmos que esta contrastava rudemente com a experiência de vida na Metrópole”* (NOVAIS, 1997, p.22).

Além disso, a efemeridade marca o Período Colonial. As cidades e vilas⁷

litorâneas, seja por embates entre os conquistadores, seja por eleição de portos melhores ou o esgotamento dos recursos extrativos, freqüentemente desaparecem ou mudam de lugar. “As primeiras vilas são parte de um empreendimento comercial privado; servem para estabelecer a base da conquista e desfrute dos territórios recebidos ...” (PESSÔA, 2000, p.72). O interesse da Coroa na fundação de vilas⁸ só passa a existir após a designação do Governo Geral da Colônia e, no caso da fundação do Rio de Janeiro, o Governo Geral, o donatário da capitania e jesuítas e índios se associam para tomar posse e garantir a Portugal o domínio da baía de Guanabara (na capitania de São Vicente /SP, que abarcava o trecho de



FIGURA 4.1 - Baía da Guanabara. Mapa João Teixeira Albernaz / 1627.

litoral entre Cananéia e Cabo Frio), já conhecida dos portugueses desde 1504, mas sem uma vila de apoio⁹, portanto ficava à mercê de eventuais extratores de pau-brasil. A baía é tomada em 1555 por franceses aliados aos índios Tamoios, habitantes do local e ocupada durante 12 anos. Nesse período constróem fortificações e vilas tanto nas ilhas da baía como no continente, lançando as bases do que seria a França Antártica¹⁰, no mesmo lugar do atual Centro do Rio de Janeiro (FIGURA 4.1).

A fundação da cidade do Rio de Janeiro segue os princípios básicos da colonização portuguesa. A posse do território, ameaçada pela colonização francesa prolongada, e o estabelecimento do Governo Geral da Colônia em Salvador (BA), leva à fundação de um núcleo português (1565) na entrada da baía de Guanabara (junto ao morro Cara de Cão). Deste ponto estratégico, os portugueses atacam as fortificações francesas nas ilhas e controlam a entrada de navios e, em 1567, ao derrotá-los, recuperam a posse do território, e transferem a cidade para um ponto de atracação melhor, o que, segundo PESSÔA (2000) era muito usual.

A cidade é transferida por Mem de Sá, primeiro governador e patriarca de uma longa linhagem de chefes militares e comerciantes –a futura elite carioca–, para o interior da baía, para o morro do Castelo (ou São Januário). Esta cresce na direção dos morros de São Bento, Santo Antônio e da Conceição, sempre ganhando, nas áreas planas, terras a partir do aterro de lagoas e pântanos e, posteriormente, de braços de mar. “Os portugueses colocaram a cidade no que ainda é o centro do Rio de Janeiro hoje ...” (LESSA, 2000, p.25).

A história da cidade será marcada pela sua posição estratégica na costa oriental brasileira, pelo excelente porto e proximidade da África, pelas boas condições para defesa da baía e de abastecimento de água para os navios, além da importância da forma dos maciços de morros que, sendo isolados, eram mais difíceis de acessar e mais fáceis de defender (JOÃO RIBEIRO e VIEIRA FAZENDA¹¹ *apud* DELGADO DE CARVALHO, 1998).

“A escolha do morro tem para nós a seguinte explicação: era uma espécie de atalaia, defendida pelas lagoas que a cercavam e que serviam de defesa contra as inopinadas invasões dos índios. A proximidade do porto exerceu sua influência, servindo para traçar a direção das ruas, quando a cidade descesse do morro para a planície.” (FREIRE¹² apud DELGADO DE CARVALHO, 1988, p.28)

O Rio de Janeiro é semelhante à maioria das cidades costeiras do período: mantém forte intercâmbio com a Metrópole e outras colônias, sobretudo as africanas, a população residente cresce constantemente, as atividades portuárias e pesqueiras e no território circundante (agricultura e extrativismo) são muito importantes. A hegemonia política, social e econômica é estabelecida pelos fundadores da cidade sendo estes os grandes proprietários de terras e comerciantes, lado a lado com as ordens religiosas, sobretudo a Companhia de Jesus e os beneditinos. Segundo os historiadores, o Rio sempre funcionou como um entreposto comercial e militar importante e pólo exportador de produtos agrícolas¹³ e importador de escravos - seu porto possui posição estratégica na ligação entre a África e a Europa, e entre a Europa e o Prata. As disputas políticas e territoriais vão determinar um ciclo de modificações na estrutura do Governo Geral da Colônia, que em alguns períodos estará dividido entre o Rio de Janeiro - capital do Governo do Sul - e Salvador - capital do Governo do Norte. O governador, preposto do Rei na colônia, é também o chefe militar, e a ocupação do território do Prata¹⁴ será comandada a partir do Rio de Janeiro. Por isso, a cidade foi o centro das operações militares de expansão portuguesa no Sul do continente.

No final do Séc. XVII, a descoberta de ouro em Minas Gerais provocou uma reorganização na vida colônial, deslocando o eixo econômico e político para o sul. Nesse momento, uma série de medidas fiscais e políticas, como a obrigatoriedade de todos os navios atracarem no porto do Rio de Janeiro e o fechamento das estradas que ligavam a Bahia e o Espírito Santo à região mineradora, fazem da cidade o principal escoadouro da produção aurífera, o que aumenta a circulação de riquezas, e consolida sua importância no cenário político e econômico colonial (AZEVEDO, 1956), gerando expansão urbana e aumento populacional.

Quase 100 anos depois (1710/11) da consolidação da cidade portuguesa na Guanabara, os franceses tentam retomar a região, atacando a cidade desde o morro da Conceição. Nesse momento, tropas e homens cariocas estavam ocupados na mineração (MG), e as batalhas aconteceram dentro do perímetro urbano, o que ocasionou destruição de casas e edifícios públicos¹⁵ sendo a cidade libertada após pagamento de resgate. O ataque dos franceses enfatiza a representação do perímetro urbano do Rio, *projetando* muralhas de proteção eficazes. Até então, a maior preocupação cartográfica era com as ilhas e fortificações na entrada da baía. A mudança de foco na cartografia decorre da invasão dos franceses ter-se dado por terra, contra todas as expectativas.

A primeira planta em escala correta da cidade do Rio de Janeiro foi feita por João Massé¹⁶ em 1713. A partir desta, surgem outras plantas em escala, que contemplam os arredores da cidade. Utilizou-se a planta de André Vaz Figueira (1750) – a segunda a

retratar a cidade em corretamente (FIGURA 4.2) como base cartográfica, pois foi elaborada no Governo Gomes Freire, período em que a cidade recebeu melhorias e se expandiu para oeste. A planta ilustra uma área maior do entorno urbano – as chácaras – que se aproximam dos limites da área de estudo atual. O maior impulso de desenvolvimento do Rio de Janeiro no período se dará a partir de 1763, quando a cidade se torna a capital da Colônia, substituindo Salvador. A partir de então, o crescimento populacional será intenso e constante e a expansão da área urbana, uma realidade.



FIGURA 4.2 - Mapa de Vaz Figueira / 1750.

4.2.2 Vida social: senhores! Somos todos mercadores

“Neste mundo não se joga xadrez com figuras eternas, o rei, o bispo: as figuras são aquilo que delas fazem as configurações sucessivas no tabuleiro” (VEYNE apud CHARTIER, 1990, p. 65).¹⁷

A estrutura da sociedade colonial é dada em estamentos¹⁸ rígidos, ligados diretamente ao modo de produção calcado no trabalho servil e escravo e no poder centralizado e hierarquizado, ambos legitimados por uma ideologia baseada na religião que, por meio da catequese, difunde os valores fundamentais à manutenção dos estados modernos europeus. No mundo colonial, as igrejas e ordens religiosas são as instituições propagadoras e mantenedoras da ideologia expansionista das metrópoles, fundamentais na estruturação da sociedade e na fundação das cidades. O clero é um dos estamentos mais poderosos na composição de forças políticas e na manutenção do sistema econômico extrativista e exportador.

A colonização tinha caráter essencialmente comercial e, por isso, os papéis

desempenhados pelos indivíduos não eram estanques à sua classe social, mas permeados por esta característica mercantil (NOVAIS, 1997). O autor atesta a diversidade de papéis dando como exemplo o senhor rural brasileiro, que agia também como burguês, ao comprar e vender seus escravos como mercadoria. Pode-se dizer o mesmo do clero que, além de seus ofícios habituais, eram ativos mercadores, senhores rurais, recenseadores da população e, quando necessário, guerreiros. A dinâmica social da Colônia é distinta da europeia, onde a servidão feudal é substituída pelo trabalho assalariado, e os grupos sociais estão identificados como classes através do seu papel produtivo na economia. Aqui, o trabalho compulsório, servil ou escravo, será uma constante até o século XIX, mesmo tendo o mercantilismo como modelo econômico corrente. Escravos são também feitores, comerciantes, ambulantes, agricultores.

A vida social é marcada pela diferenciação entre as classes que dominam os meios de produção: posse da terra e concessões (privilégios), que se concentram nas mãos dos proprietários rurais, religiosos, militares e mercadores, que se distinguem pelo ócio, e o resto da população, trabalhadores servis ou escravos, além de pequenos comerciantes e artesãos. A elite carioca, identificada como *os conquistadores*, informa da importância do controle do território na fundação da cidade. São eles as autoridades civis, militares e religiosas que se dedicam às atividades rurais, extrativistas (também a pesca e o beneficiamento de seus subprodutos, tais como o óleo) e mercantis, atividades que não são iminentemente urbanas, mas que tem na cidade o *locus* de afirmação da posição social no sistema colonial frente à Metrópole, à ideologia religiosa (festas religiosas e procissões) e à comunidade urbana (feiras, mercado e exportação).

Uma das características do isolamento e da descontiguidade da vida rural vai marcar a solidariedade social urbana na forma da hospitalidade. Sendo o núcleo urbano o espaço privilegiado da socialização e dos ritos religiosos como forma de manutenção do “*ethos* comunitário” (DURKHEIM¹⁹ *apud*, MOTT, 1997, p.159), a prática de hospedar estranhos era usual, assim como de manter propriedades urbanas, mesmo com pouco uso. A intrincada rede de relações e obrigações religiosas vinculava ao espaço urbano a vida dos proprietários rurais. Por outro lado, os moradores permanentes da cidade eram os pequenos proprietários, homens livres, artesãos, comerciantes e pescadores. Na verdade, a rede urbana composta de vilas e cidades tem papel secundário na vida da população dispersa no mundo rural, mas estas servem como representação do poder laico e religioso (PESSÔA, 2000). No entanto, o calendário religioso – intenso e diversificado – e o temor ao poder constituído, apoiado nestes ritos, consolidam os vínculos permanentes entre a cidade e seu entorno. Outro catalisador da vida social na cidade é a realização de feiras e o comércio, sobretudo de produtos importados. O Rio de Janeiro será movimentado por estas duas instâncias da vida social: a religiosa e a mercantil, sendo que ambos os vínculos contribuem para congregar as elites na cidade, seja no cumprimento de suas obrigações religiosas, seja para vender excedentes ou comprar suprimentos básicos.

Para ilustrar o papel das ordens religiosas no primeiro momento da história da cidade, basta dizer que ao final do século XVI, a população atribuída à cidade é de 3.500 habitantes, sendo a maioria de índios (75% da população) catequizados pela Igreja, seguida de portugueses (22% da população) e de uma minoria africana (3% da população)²⁰. Segundo LESSA (2000) a inexpressividade numérica da população africana mostra que o Rio era um entreposto de escravos, remetidos ao Nordeste e ao interior e, que a atividade produtiva urbana era desempenhada por índios, ligados por laços de servidão às ordens religiosas. A importância dos jesuítas na economia era tamanha que estes possuíam um atracadouro próprio para o escoamento de sua produção agrícola, oriunda de suas propriedades nos subúrbios da cidade. Até final do século XVIII, a população da cidade que, em fins do século XVI era de 3.500 habitantes será de 30.000, portanto 10 vezes maior. O que provoca o crescimento populacional é a expansão da indústria açucareira²¹, o aumento da atividade portuária e o estabelecimento da cidadania indígena (1755)²².

A vida social na Colônia é marcada por uma segmentação em blocos que não corresponde exatamente aos papéis sociais por eles desempenhados: de um lado a elite rural ou, pelo menos, não declaradamente urbana, vive em total intimidade com servos e escravos. De outro, os *urbanitas*, no dizer de HOLANDA (2002), que são todos aqueles que fazem a mediação²³ entre as elites e o resto do mundo (FIGURA 4.3 – cena de rua na cidade).



FIGURA 4.3 - Rua Direita / Bouvelot c. 1842.

4.2.3 Vida espacial e morfologia urbana: o porto seguro para a prática das trocas; o comércio em movimento: quitandeiros e camelôs

As peculiaridades da vida social na Colônia vão se refletir na vida espacial do Rio. *DELGADO DE CARVALHO* (1988), afirma terem sido indistintas tanto a localização de moradias das classes privilegiadas no tecido urbano, citando importantes proprietários, que viviam lado a lado com comerciantes e pequenos artesãos, quanto a mistura de estamentos sociais rígidos no mesmo espaço habitacional (senhores e escravos vivam sob o mesmo teto). A exceção fica por conta das ordens religiosas e instalações militares, situadas nos morros e promontórios e isoladas em relação ao resto da cidade (FIGURA 4.4).

O espaço doméstico urbano, com quintais e hortas fechados por muros baixos, e janelas baixas garantiam a visibilidade permanente do espaço privado desde o espaço público e vice versa. Segundo *MOTT* (1997) a rua era espaço masculino por definição - as mulheres pouco saíam de casa - no entanto, as casas térreas, com comunicação direta para a rua garantiam o contato permanente entre as duas esferas da vida: a pública e a privada.

“Nas vilas e cidades por exemplo, nos três primeiros séculos de colonização, o aspecto das moradas apresenta-se bastante simples e pobre, uma vez que eram povoadas por pessoas com poucos recursos, e visitadas ocasionalmente pelos proprietários de sítios e fazendas que necessitavam apenas de um abrigo para estadias passageiras. Encontramos assim certa homogeneidade nas construções urbanas, com casas de tamanho reduzido, de apenas um andar... os sobrados e as vivendas vão surgir mais tarde, em consequência da diversificação da economia e do crescimento urbano”(ALGRANTI, 1997, p.90).

Essas características tem uma relação direta com a vida espacial do Rio Colonial. Já destacamos a inespecificidade de distribuição do *rótulo moradia*. A dispersão de habitações está relacionada com a vida cotidiana intramuros, sobretudo das mulheres. Em razão dessa domesticidade, o comércio ambulante e ocasional será uma constante na vida carioca. Da distribuição de água e recolhimento de dejetos²⁴, às extremas unções e velórios, quase tudo pode ser distribuído *porta a porta*, deslocando-se o serviço até os domicílios, antes que o contrário.

A impossibilidade de mobilidade social, forjada pelos vínculos entre os dois estamentos principais – senhores e escravos -, estabelece um tipo de interface que será característico da sociedade colonial: apesar da rigidez e segmentação dos estamentos, isto não se traduz em segregação espacial. O depoimento de PESSÔA (2000) reforça o argumento do parágrafo anterior com o enunciado que se segue:

“As igrejas distribuídas por ordens de pretos (escravos africanos), crioulos (escravos brasileiros), pardos (ex-escravos) e brancos (homens livres), ressaltam a segregação social da sociedade colonial. Esta segregação não se reflete espacialmente. (...) A igreja do Rosário²⁵, isto é, a dos escravos, situava-se em uma zona de grandes chácaras senhoriais. Essa aparente contradição explica-se, já que escravos e senhores moravam na mesma unidade residencial” (PESSÔA, 2000, p.77).

No caso do Rio de Janeiro será justamente na igreja do Rosário (vinculada a uma ordem de negros) onde funcionará a Sé, quando a cidade começa a se expandir do morro do Castelo em direção à planície. Pode-se notar pela FIGURA 4.4 que esta situa-se no limite oeste da cidade, numa região de chácaras e minifúndios, provável concentração de escravos.

Segundo ALGRANTI (1997), o espaço da sociabilidade no mundo colonial urbano é a rua, local de festas, do comércio ambulante (feito sobretudo por escravos), não só para os que viviam dentro do núcleo urbano, mas também nas chácaras do entorno e na região. A rua era o mundo onde todos transitavam, moradores e estranhos indistintamente, identificando-se as pessoas por suas roupas, ofícios, distinguindo-se quem era escravo de quem, prova de que o controle sobre o espaço público a partir do privado era bastante eficiente (FIGURA 4.3).

Dessa observação, duas conclusões imediatas esclarecem o funcionamento espacial da sociedade colonial urbana nas duas instâncias de solidariedade social: uma determinada pela proximidade e pelas relações de vizinhança, marcadamente espacial; e outra, transpacial²⁶, que abrange as relações com estranhos, transcendendo o núcleo urbano

e incorporando o entorno rural, que tem na cidade o local de exercício de práticas requeridas para confirmar a ação do Poder Central Metropolitano. Assim, constata-se que, apesar da separação e do isolamento das principais atividades econômicas – rural e extrativista -, a cidade é fundamental na manutenção dos vínculos transpaciais de representação simbólica, também inerentes às atividades mercantis e de defesa.

As chácaras suburbanas, referências ao poder rural e fundiário, dão sentido ao uso dos espaços públicos mencionados acima. DEL RIO (1991) diz que o espaço público no Rio de Janeiro colonial não estava associado à vida dos cidadãos de classes elevadas. A vida destes transcorria intramuros pois as chácaras eram praticamente auto-suficientes, o que contribuía para o isolamento do núcleo familiar que, às bordas da cidade, vivia tão isolado como no sertão. Os escravos iam à rua, os senhores, não. As ruas eram dos comerciantes, artesãos, homens livres e, claro, dos escravos.

A distribuição/concentração de rótulos ligados às atividades mercantis e comerciais, citadas por SANTOS (1981) e DELGADO DE CARVALHO (1988) entre outros, deram-se nos eixos de crescimento urbano, através dos quais, a cidade se conectava ao seu entorno, caminhos de maior movimento. Estes contribuíram na hierarquia de localização de atividades comerciais, segundo sua importância. Sintaticamente, e isto fica claro na visualização do mapa de integração global aliado à distribuição dos rótulos (FIGURA 4.4), as ruas que correspondem às linhas mais rasas ou mais integradas do sistema são as que concentram a maior parte dos rótulos comerciais.

A ligação dos núcleos então agrícolas, Mata-Cavalos (rua do Riachuelo, Lapa) e o porto dos padres da Companhia de Jesus (hoje rua D. Manuel) determinaram algumas das rotas de maior fluxo, “... os pontos onde estes caminhos se cruzavam ou para os quais convergiam, determinavam os locais de maior movimento da cidade ...” (FREIRE²⁷, *apud* DELGADO DE CARVALHO, 1988), portanto os maiores potenciais de co-presença.

A FIGURA 4.4 apresenta um mapa com a distribuição dos rótulos mais importantes, no qual se põe o mapa de integração global. Chamo atenção que esta distribuição foi feita para um mapa de 1750, no qual introduziram-se informações de atividades identificadas em períodos posteriores. Isto foi possível pela manutenção da malha urbana até o final do séc. XVIII.

É importante destacar que os rótulos espaciais estão associados a atividades comerciais que nomeiam, inclusive os logradouros públicos (como ruas da Quitanda e do Hospício). A função habitacional, segundo relatos históricos, não é determinada em locais segregados ou específicos da malha urbana, portanto assume-se que esteja distribuída de maneira mais ou menos uniforme sobre todos os quarteirões²⁸. Destaca-se também que o poder central, inicialmente instalado no morro do Castelo, é transferido para a Alfândega (cais dos mineiros) e depois para o largo do Carmo onde permanece até meados do século XIX.

A vila inicial situava-se no topo dos morros do Castelo e de São Bento



FIGURA 4.4 - Mapa rótulos espaciais e linhas axiais do Centro do Rio de Janeiro / 1750.

(1589), os dois extremos da enseada que constituía o porto natural. O caminho entre esses dois morros, a rua Direita (atual 1º de Março) foi, durante muito tempo, o único que corria paralelo à linha do mar, dando-se a expansão urbana em caminhos que ligavam o porto ao território circundante (em eixos ortogonais à costa, no sentido oeste).

Vários autores atestam que os assentamentos da Colônia portuguesa são condicionados pelo sítio físico e que “os *arruadores* ²⁹pioneiros – de um lado ou de outro da partilha papal - traçariam ruas Direitas (...). Ruas sem remate, fazendo quarteirões mais ou menos regulares, conforme a topografia (...)”(PORTAS, 2000, p. 164-165), e que a ampliação da malha urbana é feita por adições, sempre condicionada pelo sítio físico.

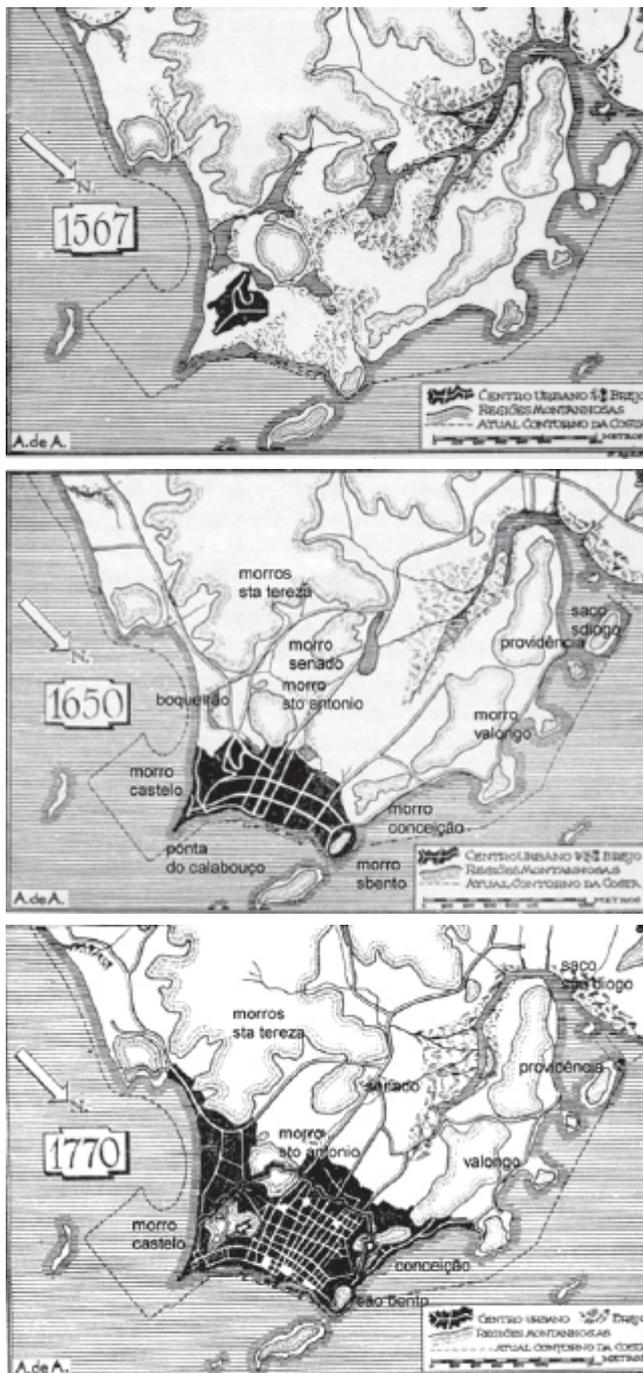


FIGURA 4.5 - Mapas evolução urbana. Azevedo 1567/1660/1750.

Sobre este modelo de crescimento do assentamento PESSÔA (2000, p.77) diz que “... os monumentos tem papel importante na estruturação dos assentamentos urbanos no Brasil ...” e destaca “... as igrejas e conventos, as casas de Câmara e cadeia e os portos e fortes como geradores de nossas praças-adro e ruas *direita*.” Estes elementos são o embrião do núcleo urbano e os arruamentos se organizam a partir destas referências. No caso do Rio de Janeiro, a rua Direita nasce ligando a primeira elevação, que era um embrião de vila, ao mosteiro de São Bento. Isso pode ser percebido na seqüência de mapas dispostos na FIGURA 4.5, que mostra a evolução da malha urbana até 1750.

AZEVEDO (1956), DELSON (1979) e PESSÔA (2000) comprovam que o traçado das cidades coloniais brasileiras não foram *espontâneos* – isto é, irregulares - e tendendo à linearidade, como geralmente descrito na literatura. O traçado urbano das cidades coloniais portuguesas obedecia aos regulamentos estabelecidos pelas

Câmaras Europeias do final da Idade Média e impunha uma certa dose de regularidade ao traçado, com hierarquia de ruas e travessas no qual o quarteirão é o módulo gerador do tecido urbano. Destaca-se ainda que os caminhos que definem o parcelamento do solo, em geral, são os que definem o eixo inicial de circulação mais importante – no caso do Rio -, a rua Direita. A prioridade das ligações interior / porto, justificam o fato desta permanecer por muito tempo como a única paralela à praia. Ainda DELGADO DE CARVALHO (1988) e LESSA (2000) chamam atenção para o fato do porto ter condicionado a ocupação da orla da baía, privilegiado as ligações transversais à praia, facilitando a penetração para o interior e o deslocamento de cargas portuárias.

O morro do Castelo, cujas edificações englobavam uma série de construções militares e religiosas (da companhia de Jesus) conectava-se à planície através da ladeira da Misericórdia (ainda em parte existente) que, pelos relatos, concentrava as moradias dos aristocratas. (FREIRE³⁰ *apud* DELGADO DE CARVALHO, 1988), mas com características de segregação espacial fortes.

O núcleo ao longo do porto cresce sobretudo por adensamento, dentro dos limites impostos pela topografia e pela muralha³¹ de proteção à cidade. Os limites da cidade, além dos morros do Castelo, da Conceição, de São Bento e de Santo Antônio, contam com uma rua que limita a zona verdadeiramente urbana - a rua da Vala – antigo braço de mar que, aterrado, deu origem à atual rua Uruguaiana, por onde passava a muralha de proteção³², gerando altas densidades e a superposição de funções/rótulos característicos.

*“As ruas estreitíssimas, lembrando mourarias; as vivendas sem quaisquer vislumbres de arquitetura, afora possíveis detalhes de bom gosto (...); os conventos numerosos, mas simplesmente habitáveis, exceção feita aos de São Bento e Santo Antônio, situados em eminências e mais decentemente preparados (...). O plano da cidade por fazer, cruzando-se quase todas as comportas num vale mais largo, sem cálculo, sem precauções mais do que **ai conservar no desenho um arremedo de um tabuleiro de xadrez...**”* (LIMA³³ *apud* DELGADO DE CARVALHO, p. 67).

Observando-se a Figura 4.5, vê-se a morfologia geral da cidade do Rio de Janeiro do século XVI ao XVIII e as transformações da estrutura da malha que acompanham a descida da cidade dos morros ao plano que tende à grelha ortogonal deformada, com a maioria dos ângulos entre as ruas se aproximando-se dos 90°.

Quanto à ocupação dos quarteirões, a impressão dos cronistas é sempre de altas densidades, com predominância de edificações térreas. Relatos de estrangeiros em passagem pelo Rio no século XVIII, comentam aspectos positivos da cidade e seu traçado como SAUTON (*apud* SANTOS, 1981, p.39, s/r) “... ruas retas, bem pavimentadas e com passeios, a estreiteza de algumas, resultando conveniente para um clima quente”.

Ao contrário da imagem que se faz do Rio como uma cidade sem planejamento, historiadores, entre eles os já citados, DELSON (1979), PORTAS (2000), REIS FILHO (2000) e PESSÔA (2000), dizem que a expansão da cidade, sobretudo no século XVIII, foi fruto de intenções claras de engenheiros militares ³⁴, que elaboraram

normas construtivas (1735) para ocupação dos terrenos e construíram equipamentos públicos (chafarizes, pavimentação de ruas, iluminação pública e despejo de dejetos). Antes disso (séculos XVI e XVII), a abertura de ruas, como por exemplo, a rua Direita, seguiam as instruções portuguesas referentes à largura mínima (30 palmos) e outras baseadas em desenhos renascentistas.

Nota-se na FIGURA 4.6 a composição básica da cidade no período com a praça-adro (largo do Carmo, atual praça XV e única da cidade até finais do século XVIII), em vínculo direto com o porto, limitada pela rua Direita, próxima ao núcleo urbano inicial, no morro do Castelo. O largo do Carmo origina-se do terreiro do convento do Carmo e que, em meados do século XVIII, compõe, junto com o cais, o chafariz de abastecimento de água e a Casa de Câmara, um dos conjuntos arquitetônicos mais importantes das políticas de administração colonial (REIS FILHO, 2000). O largo do Carmo é o pólo social, comercial e político da cidade, articulado ao porto, mercado, à moradia de ilustres, à sede do poder civil, ao abastecimento de água e às instituições de representação da Coroa. É também o espaço público de maiores dimensões percebidas visualmente na FIGURA 4.6.

Ao tornar-se sede do Vice-Reinado em 1763, a casa do vice-rei (edifício do atual Paço Imperial) é instalada no largo do Carmo, entre a cadeia e o mercado, convivendo com funções menos nobres, típicas do cotidiano. DELGADO DE CARVALHO (1988) diz que pensou-se então em transferir a sede do poder para o morro do Castelo, mas pela dificuldade de acesso, este permaneceu no largo do Carmo, que foi alargado por Luís de Vasconcelos (Vice-rei 1779) e dotado de cais de embarque.³⁵

Das primeiras ruas da cidade, a da Ajuda, conectava o Castelo ao convento da Ajuda (onde hoje é a Cinelândia). Esta era interrompida pela lagoa do Boqueirão da Carioca, junto à orla, posteriormente aterrada para dar lugar ao Passeio Público, era o caminho que conectava os arredores do sul à cidade. Outras ruas vão surgir a partir da rua Direita, iniciando-se em trapiches e ancoradouros de cargas em direção ao interior (oeste). O caso mais antigo é o da rua do Ouvidor (LESSA, 2000). Destacam-se as ruas da Quitanda (comércio de carne), Marechal Floriano (Vila Verde) e São José (açougues públicos), como pontos de comércio especializado (DELGADO DE CARVALHO, 1988) e conexões com o entorno (oeste). Na rua São José, existiu a primeira casa de tráfico de africanos, depois transferido para o Valongo (34 casas).

AZEVEDO (1956) lista os estabelecimentos comerciais existentes no Rio de Janeiro no final do século XVIII (Vice-Reinado de Luís de Vasconcelos), sem localizá-los num mapa, dos quais destaco os mais expressivos numericamente. Sabe-se por cruzamento dos relatos históricos que havia uma tendência a agrupar as atividades econômicas urbanas por gênero, como por exemplo, ourivesarias³⁶ (68 na rua dos Ourives, extinta com a abertura da Av. Central); açougues (13), barracas de quitadeiras (181), bancas de peixe (124) nas rua e travessa do Mercado e no cais do Carmo; destacam-se o grande número de tavernas (196), lojas de fazenda (140)³⁷, casas de comissário³⁸ (98) e sapatarias (128).



FIGURA 4.6 - Mapa de inversão fundo-figura do Centro do Rio de Janeiro / 1750.

A região no entorno do Rio era grande produtora de carne e hortigranjeiros, comercializados na cidade para o abastecimento de navios e exportação. Nota-se que as quitandeiras não tinham endereço fixo (eram ambulantes, camelôs ou feirantes). Das atividades envolvendo manufaturas, destaca-se a produção de calçados. Tabernas, comissárias (despachantes aduaneiros) e casas de pasto são igualmente numerosas em cidades portuárias.

No final do século XVII, a cidade é fortificada e rios são canalizados - o rio Carioca, através do aqueduto da Carioca (atual Arcos da Lapa). Segundo LESSA (2000) o problema de abastecimento de água na cidade é crônico dada à exiguidade dos recursos hídricos. Por isso, segundo o autor, concentram-se as maiores densidades habitacionais junto aos pontos de abastecimento de água (bicas, fontes e chafarizes). O autor não comprova a afirmação de que as bicas e chafarizes concentravam moradias em seu entorno, mas sem dúvida, eram inegáveis pontos de socialização e reunião de vizinhos (FIGURA 4.7).

A associação dos pontos de abastecimento de água com a animação da vida



FIGURA 4.7 - Fonte da Carioca / Buvelot 1842.

espacial é inegável: há aspectos interessantes a este respeito na bibliografia e indicados no mapa de rótulos FIGURA 4.4. Das inúmeras fontes existentes na área urbana, destacam-se a do largo do Carmo (abastecimento de navios), a do largo do Moura (ligada ao 1º cais de embarque de mercadorias e às casernas militares), a de São Francisco (esta perdurou até 1930, junto ao morro de Sto. Antônio – local de chegada do aqueduto da

Carioca no atual largo da Carioca e mais antiga da cidade) e a da Prainha (segunda metade do século XVIII).

A malha urbana inicial é mantida até finais do século XVII (FIGURA 4.5) sem exceder os limites do recinto urbano. A ocupação do entorno do núcleo urbano acontece na forma de chácaras e, nos morros, na forma de conventos e fortificações. A expansão ao longo dos sacos e baías ao norte e a ocupação das encostas dos morros que os conformam caracterizam a configuração do porto atual (em direção à ponta do Cajú). No final do século XVIII, a malha urbana se amplia na direção norte, para outro atracadouro, entre os morros de São Bento e da Conceição, à época denominado Prainha e hoje praça Mauá, e oeste, em direção ao saco de São Diogo, outro porto natural (atual Av. Francisco Bicalho, FIGURA 4.4) que abrangia toda a praça XI e a região do Mangue³⁹. A visualização desta progressão é dificultada pelos aterros na área que transformaram a paisagem atual - o mar chegava na borda do morro da Conceição.

Os aterros caracterizarão a cidade como modo de expandir a malha urbana (DEL RIO, 1991, p.184) e “... ganhar terreno aos braços de mar, pântanos e mangues ...”.

O largo da Prainha (atual praça Mauá), aos pés do morro da Conceição, era um porto complementar ao do largo do Carmo (atual Praça XV), onde passam a desembarcar os africanos (antes na praia de Sta. Luzia). Tratada como periferia por bom tempo, a Prainha concentra edifícios importantes como o Presídio e a Igreja de S. Francisco da Prainha (1757-8), além da forca, instalada no largo.

Fomenta-se a segregação espacial de algumas atividades urbanas por medo de contágios⁴⁰. A ladeira João Homem (antiga ladeira da Prainha), existente até os dias de hoje, é uma das primeiras ruas abertas no morro da Conceição, acesso à fortaleza construída no topo do morro e à Pedra do Sal, onde o comércio deste gênero – monopólio da Coroa portuguesa - era realizado. Portanto a Prainha, o morro da Conceição e o Valongo concentram atividades importantes para a vida urbana, mas consideradas poluentes ou degradantes.

4.2.4 Padrões espaciais e co-presença : o terreiro do poder / o vale de sombras

A intensa segregação das classes sociais, como já dito, estruturada em estamentos rígidos e intransponíveis, cuja mobilidade vertical⁴¹ é impossível, não se reflete em segregação espacial num primeiro momento. Analisando-se o mapa de integração global (FIGURA 4.8), percebe-se que a trama em xadrez deformado, correspondente à expansão da cidade a partir do porto, são os espaços mais rasos – de maior acessibilidade aos estranhos - destacando-se a rua Direita, a rua do Ouvidor e a rua da Vala (limite da cidade por um bom tempo) e a maioria das ruas que saem dos trapiches em direção a oeste.

Os espaços mais segregados, correspondem aos morros, vales e aos caminhos que margeiam os morros de Santa Tereza (Mata-Cavalos). É importante observar que os núcleos iniciais do povoamento – nos promontórios e atalaias -, constituem-se nas partes mais segregadas do assentamento, aquelas que, por razões estratégicas, tem acessibilidade mais difícil e cujo controle local (do morador) é maior. Revendo-se os relatos históricos, entende-se que a conquista do território é garantida também por melhores condições de defesa, maior desenvolvimento de solidariedade mecânica⁴² e de códigos espaciais, o que dificulta o acesso de estranhos ou denuncia a sua presença dentro do assentamento.

A partir da leitura do mapa de integração global depreende-se a dualidade que permanecerá na configuração da cidade até os dias de hoje: aquela da cidade das trocas mercantis, cuja maior característica será a maior permeabilidade da malha e a composição de espaços mais rasos em geral, cujo código transpacial é dominante e o controle do estranho é maior – o trecho que, partindo do porto e da rua Direita penetra no território. E a área constituída de espaços mais profundos e, portanto mais segregados, correspondente aos primeiros anos de ocupação do território, nos morros, cujo controle local é maior e denuncia a preponderância de códigos espaciais, pois destes dependia a sobrevivência da comunidade urbana, ante a adversidade de estranhos que ameaçavam a cidade.

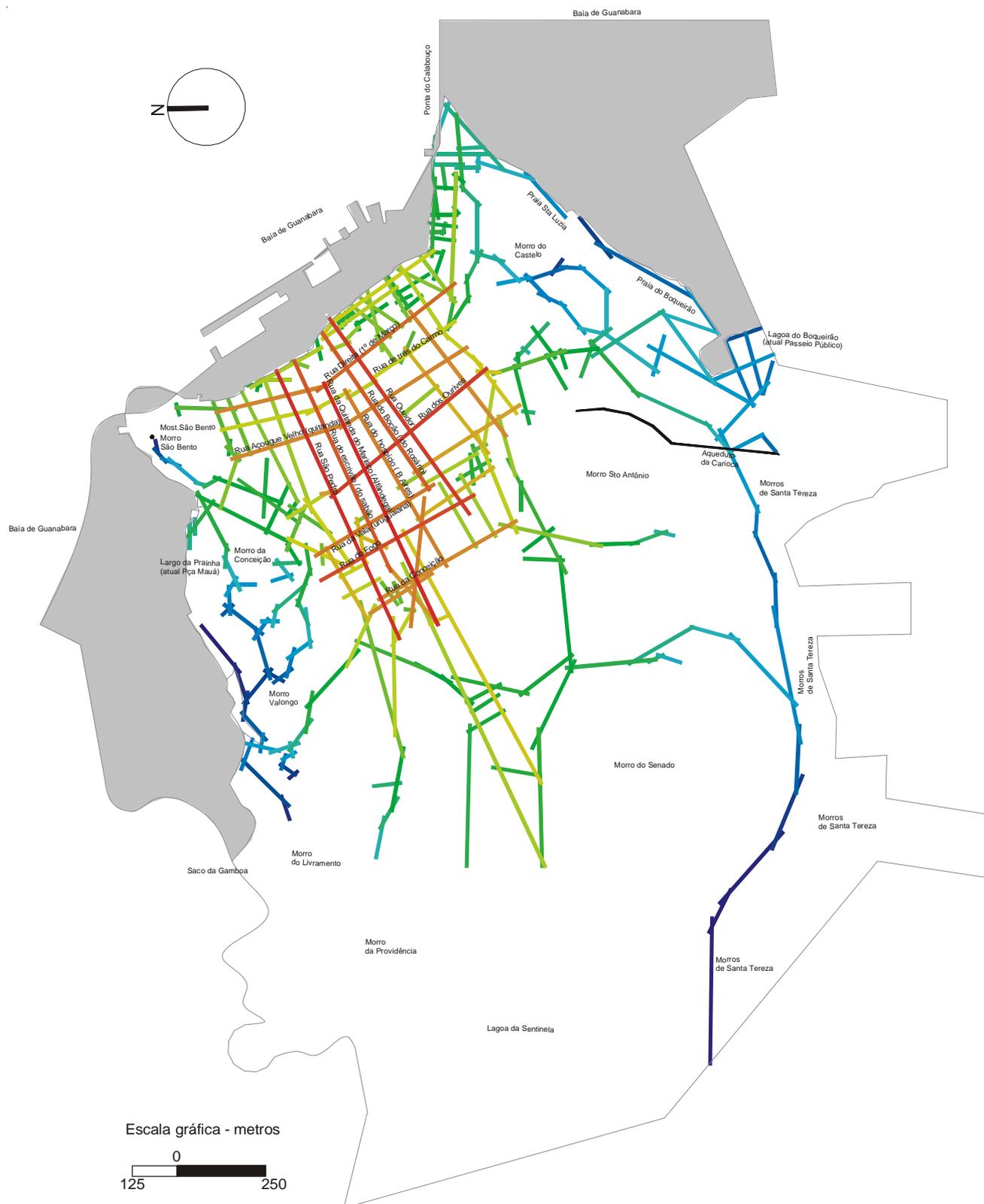


FIGURA 4.8 - Mapa integração global do Centro do Rio de Janeiro / 1750.

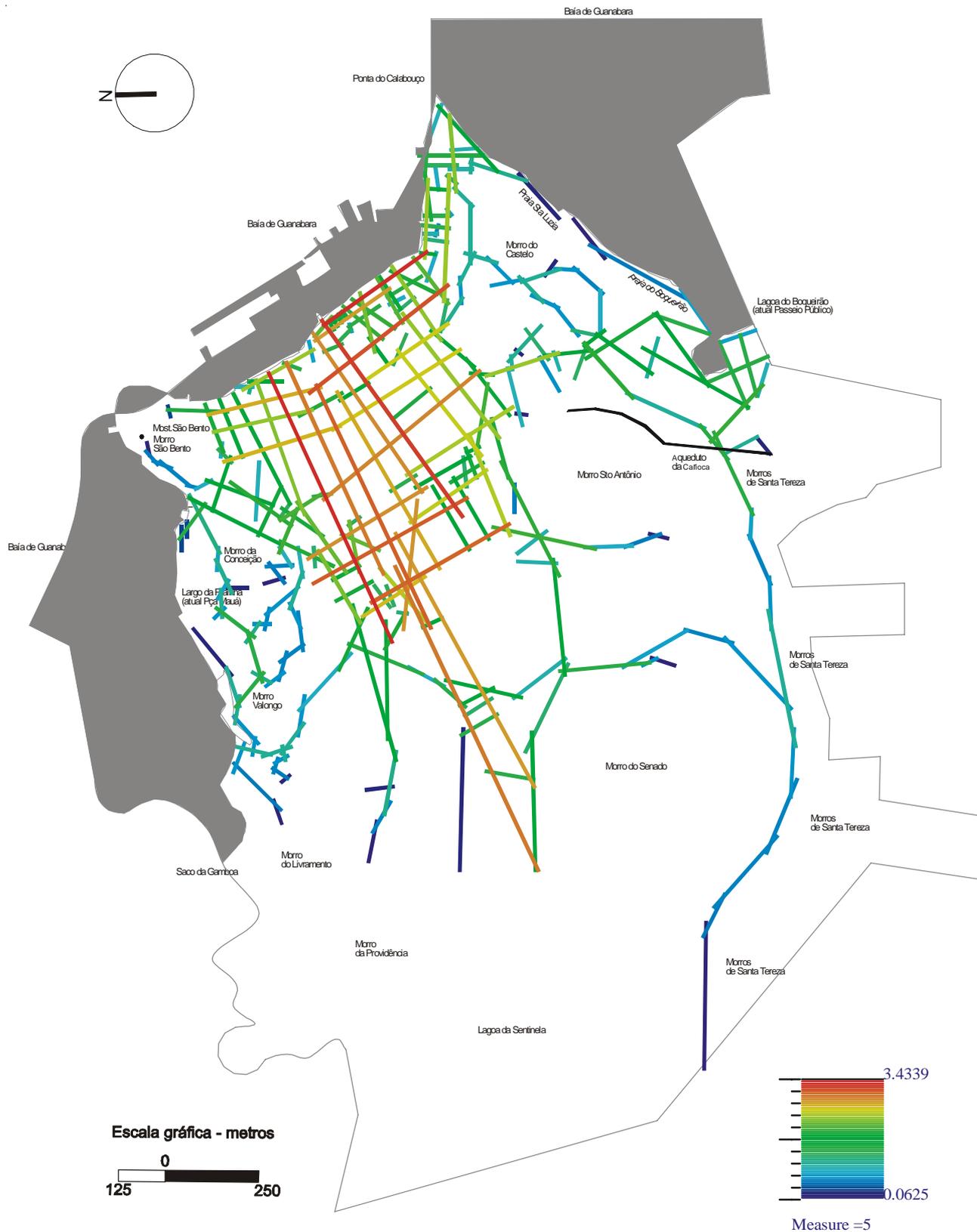


FIGURA 4.9 - Mapa integração local R3 do Centro do Rio de Janeiro / 1750.

DELGADO DE CARVALHO (1988) e LESSA (2000) apontam como fatores determinantes na distribuição espacial da população carioca do século XVIII a dependência de recursos hídricos, que até recentemente contribuíram para determinar a morfologia e a configuração urbana do Centro: a localização da população mais carente no entorno de chafarizes e bicas, constituindo-se num dos primeiros elementos de estratificação espacial da sociedade carioca; a permanência de inúmeros monumentos como o aqueduto da Carioca (Arcos da Lapa), um dos símbolos da cidade, seria o testemunho da importância deste fator locacional.

Da análise conjunta das FIGURAS 4.4 (mapa de rótulos, onde fontes e chafarizes são indicados pelo nº.1) e 4.8 (mapa de integração global) observa-se que os pontos de abastecimento de água raramente estão dispostos ao longo dos eixos axiais mais integrados (espaços mais rasos) e, sim próximos de eixos que, apesar de não muito segregados (muito profundos), não pressupõem um movimento intenso de pessoas ou alto índice de co-presença. Sem dúvida, a distribuição de água, da qual toda a população era dependente, estava disposta em locais onde o controle do morador era mais forte. Os três pontos de abastecimento de água públicos, levantados nos mapas e relatos, remetem ao século XVIII. Existiu um maior número destes equipamentos, só não foram prospectados na pesquisa. De qualquer forma, é interessante destacar a posição relativa destes elementos (bicas), tanto em relação ao sistema axial como um todo, como em relação às áreas inicialmente ocupadas do assentamento.

Os conventos, mosteiros e fortificações, estabelecidos nas encostas de morros e junto à baía de Guanabara, como o de São Bento, vinculavam as atividades comercial, religiosa (de recolhimento) e defensiva, nos locais mais profundos da configuração, em termos de acessibilidade por terra, mas com amplas linhas de visibilidade e franco acesso ao mar, em pelo menos dois dos quatro casos - São Bento e colégio Jesuíta - (FIGURA 4.4).

As igrejas e irmandades religiosas, situam-se, como pode-se observar na FIGURA 4.4, em quarteirões nos quais, pelo menos um dos lados é servido por uma linha axial muito rasa (pertencente ao núcleo integrador). À exceção da Sé provisória (igreja do Rosário), e da Sé nova (ainda em construção em 1750), todas as outras igrejas situadas no perímetro da grelha deformada estão inseridas em quarteirões tradicionais, sem nenhum tipo de destaque em relação aos alinhamentos das outras construções. Concluímos daí que o adro das igrejas, no caso do Rio, era a própria rua. Não há nada que denote um recuo ou destaque das mesmas em relação ao resto das edificações e o acesso a elas dá-se no mesmo nível de profundidade do eixo axial no qual se inserem.

O caso das Sés (tanto da igreja do Rosário como a da em construção) é atípico em relação às outras: em lugar de estarem situadas ao longo dos eixos axiais mais integrados, as duas comparecem bloqueando dois eixos axiais bastante integrados, inclusive a Sé Nova é alocada bloqueando o eixo correspondente à rua do Ouvidor e coroando a perspectiva do porto (o que contribui para um aumento significativo de profundidade da

linha). Esta estruturação é radicalmente diferente dos outros casos, nos quais as igrejas, além de serem irmandades (de artesãos, mercadores, pescadores, etc.), determinam freguesias (jurisdições paroquiais responsáveis pelo controle da população - registros - e de imóveis - escrituras - e pela transmissão de bens, isto é, cartórios coloniais). A Sé, sendo a principal igreja da comunidade, introduz um elemento *transpacial* (de reafirmação de poder) transformador na estrutura urbana, e que a destaca em relação às outras, de caráter vicinal/espacial, pois estas controlam parcelas da comunidade com vínculos de base espacial, ou como diz HOLANDA (2002), de maior urbanidade.

Ainda há um aspecto interessante a destacar em relação ao tema igrejas e, sobretudo, à Sé: tanto a igreja do Rosário, quanto a nova Sé em construção, estão situadas fora do perímetro urbano entre 1713 e 1725. Já foi explicado que após o ataque dos franceses, construiu-se uma muralha ao longo da rua da Vala e, segundo AZEVEDO (1957), foi proibida a expansão residencial para além desta. A igreja do Rosário (Sé Velha), situava-se neste limite (FIGURA 4.4). A nova Sé começa a ser construída quando da liberação da expansão para além dos muros da cidade e localiza-se estrategicamente rompendo um dos eixos mais integrados da malha e uma das primeiras ruas abertas a partir do porto – a rua do Ouvidor-, o que a distingue das outras e reforça o caráter transpacial da cidade com o entorno.

Os eixos mais integrados que se prolongam rumo a oeste, saindo do cais, privilegiam uma área de atracação já deslocada do largo do Carmo: o cais dos Mineiros⁴³, ligações estas que se mantêm dentre as mais integradas até os dias de hoje.

Ao analisar o mapa de integração local-R3 (FIGURA 4.9), observa-se que, dentre as linhas mais integradas, consta o trecho do porto fronteiro ao largo do Carmo (o mercado de Peixe), além ruas transversais à costa que se estendem rumo oeste. Ao se comparar o mapa de integração local –R3 com os depoimentos históricos, este corrobora a importância para a vida da cidade representada pelo largo do Carmo, um dos espaços que também apresenta uma grande mistura de rótulos e altos níveis de integração local, pressupondo fortes potenciais de co-presença no cotidiano e grande controle por parte dos moradores, o que destaca seu significado para a comunidade, moldada pela urbanidade e os vínculos espaciais.

Um fato a destacar em relação à integração local é que, durante a Inconfidência Mineira (1749), quando livros começam a circular na cidade, sobretudo com temas iluministas, as rodas de leituras aconteciam na praia, em frente ao largo do Carmo, um dos espaços mais rasos em relação à integração local (VILALTA, 2000), portanto controlado pelos moradores, mas longe das linhas mais integradas globalmente (FIGURA 4.8), que teoricamente detinham o maior potencial de co-presença das categorias moradores/estranhos. O mesmo ocorre com o cais D. Manuel (que liga o largo do Carmo ao porto da Cia. de Jesus, ao longo da praia), uma das mais integradas localmente, mas não globalmente (comparar FIGURAS 4.8 e 4.9).

Nos relatos dos primeiros tempos, esse eixo ao longo da praia era importante, tanto para a ligação com o território adjacente, como para o escoamento de mercadorias. Provavelmente este eixo devia ter alto potencial de co-presença de estranhos/moradores e, por questões de segurança da cidade de então (ainda no morro do Castelo) deveria concentrar o controle local.

A vida da comunidade local se desenrola, ao longo dos eixos mais integrados localmente, de maior controle do morador, denotando uma preponderância dos códigos espaciais no cotidiano. Estão associados ao porto inaugural (largo do Carmo), centro da vida mercantil insipiente e palco das manifestações políticas misturadas às feiras e ao mercado. Nota-se pela comparação entre as figuras 4.4, 4.8 e 4.9 que as bicas e fontes situam-se ao longo dos eixos mais integrados localmente. Algumas (como a bica do largo do Moura) vincula-se à vida portuária e ao abastecimento de embarcações. Também é interessante destacar na correlação rótulos/ integração local-R3 que as atividades portuárias realizadas por moradores da cidade (pesca, sobretudo) mantém-se ligada ao largo do Carmo, enquanto as atividades portuárias exportadoras (de ouro) e importadoras (de escravos) são deslocadas para os eixos mais integrados globalmente. Esta circunstância está associada à transferência do mercado de escravos no final do século XVIII para lá (como consta da FIGURA 4.4).

Destaca-se que a identidade cultural africana era considerada danosa ao sistema colonial e, portanto a formação de quilombos, calundus e batuques era reprimida. A diversidade de origens dos africanos trazidos ao Brasil dificultava a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural de cada nação. No entanto, com a transferência do mercado de negros para o Valongo/Conceição, lugar segregado espacialmente e a reclusão imposta a estes durante longos períodos, gera um tipo de solidariedade mecânica bastante peculiar, que dará origem a um *gueto* segregado espacialmente, fomentador da construção de identidade do grupo⁴⁴.

Ao analisar os dados decorrentes do mapa de integração global (FIGURA 4.8) e do mapa de integração R3 (FIGURA 4.9), verifica-se que existe uma forte correspondência entre as categorias. Basicamente as mesmas linhas são as mais integradas localmente e globalmente. Baseados em evidências, afirma-se que a cidade das trocas favorece o intercâmbio e a co-presença entre estranhos e habitantes, enquanto a cidade da conquista e posse do território (correspondente às áreas mais segregadas) é o oposto, representando uma segregação necessária à consolidação dos objetivos de conquista e proteção dos habitantes.

“Os problemas mais marcantes do Rio advém, do ponto de vista urbanístico, de sua linearidade, sua característica mais marcante em relação a outras metrópoles”(LESSA, 2000, p.27). Esta avaliação, se confrontada às de DELGADO DE CARVALHO (1988), PESSÔA (2000) ou PORTAS (2000) parece ser infundada. É fato que, até a metade do século XVIII, o foco é nas condições de atracação, do porto e de defesa, mais do que com a vila em si. O fato da rua Direita (paralela ao porto) comparecer na cartografia, que releva

outras informações sobre o traçado de ruas gera a formação de uma imagem da cidade na qual a linearidade da trama é uma característica. Não é. Como já dito, o que mais vai influenciar o desenho futuro da malha urbana são os caminhos conectando o porto ao interior e o desenho aproximado da trama tenderá a um “... tabuleiro de xadrez deformado onde a topografia se impõe ao núcleo urbano ...” (DELGADO DE CARVALHO, 1988). No entanto, a rua Direita, que existe em quase todas as cidades luso-brasileiras é responsável pelo equívoco na avaliação da configuração urbana, baseada numa imagem econômica do traçado urbano.

LESSA (2000) associa o largo do Carmo ao centro da cidade colonial e atesta que este é o centro do Rio de Janeiro até hoje e nisso não se equivoca. A organização espacial da cidade estava subordinada a este núcleo que, associado ao porto diretamente, expande-se ao longo da costa em direção norte pela rua Direita e, depois também pela rua do Mercado. O mercado de Peixe que funcionou no Rio até 1980 é originário desta época (praia do Peixe e cais dos Mineiros). Segundo o autor “... foi preservada a centralidade plasmada no período colonial, a partir das funções portuárias, mesmo quando, posteriormente, o porto foi deslocado ...” (LESSA, 2000, p. 44). O economista esclarece que o porto ainda não era um equipamento definido, como hoje utilizamos o termo, mas um lugar seguro na costa onde em suas palavras “... prevalecia na área de acostamento uma imensa promiscuidade, onde todas as funções se confundiam. Por estas características a área portuária foi a mais densamente povoada ...” (LESSA, 2000, p.45). Sim, o largo do Carmo, o espaço convexo mais generoso da cidade colonial foi, ao mesmo tempo o *locus* perfeito para o exercício de urbanidade dos moradores e também o espaço onde o poder era representado para a comunidade ampliada da Colônia, coadunando tanto os códigos espaciais quanto transpaciais e sendo o lugar mais provável de interfaces entre habitantes e estranhos.

O que dizer em relação à co-presença? Que os espaços da conquista, os mais segregados, vão, mesmo com o crescimento da cidade, continuar servindo aos propósitos de exclusão e de segregação, antes em relação ao território e aos inimigos potenciais, depois, em relação aos estamentos da própria sociedade. Podemos inferir que apenas as ordens religiosas e as ocupações militares permanecerão nos altos dos morros, descendo a sociedade civil para o plano, local acessível aos estranhos e sem localização definida na parte mais rasa da configuração. A cidade da troca, do mercado, não faz distinção de localização entre os estamentos sociais e entre habitantes e estranhos. É permeável, acessível e procura caminhos para expansão no território.

No entanto, a segregação social vai encontrar seu espelho na segregação espacial com o primeiro movimento de ocupação das partes mais segregadas espacialmente, concentrando o estamento dominado da sociedade. Os africanos, na verdade uma mercadoria preciosa são acumulados nos locais de acesso mais difícil e segregados da vida espacial da cidade. A segregação espacial que sofrem é anulada a partir do momento em que são

comprados - vão viver sob o mesmo teto de seus senhores - no domínio da cidade global. O interessante é notar que sua concentração nestes locais segregados espacialmente é o que possibilitará a formação de sua identidade como grupo, como já dito.

Nota-se ainda que os espaços mais segregados da cidade serão aqueles vinculados às atividades religiosas de reclusão (conventos e mosteiros) e militares. De maneira distinta mas igualmente interessante é notar que, com o crescimento – e sobretudo o enriquecimento da cidade – algumas atividades mercantis, que eram desenvolvidas no coração da vida urbana (ruas São José, Direita e largo do Carmo), como o comércio de escravos, é transferida para um local bem segregado (segundo o mapa de integração global, profundo) da cidade em fins do século XVIII – o Valongo. Segundo DEL RIO (1991), dentre outros, os morros do Valongo, Saúde e Conceição e toda a faixa que hoje abrange da Gamboa ao Santo Cristo, são imediatamente associadas à cultura negra, e nos remetem ao “... que há de mais carioca -samba, capoeira, candomblé - na cidade ...”. A região foi conhecida como *Pequena África* e esteve sempre associada a uma imagem extremamente negativa.

Outra observação a destacar dos padrões espaciais do Rio de Janeiro no século XVIII é que pode-se afirmar que os geradores sintáticos – aqueles que qualificam suas práticas sociais, no caso da cidade mercantil, que se desenvolve a partir do porto -, estão centrados no *paradigma da urbanidade*,

“... que aposta na densidade, contiguidade, continuidade, diferenciação, não correspondência (não mapeamento das categorias sociológicas), distributividade, fácil acessibilidade aos edifícios que condensam valores de significação coletiva, mas não seu posicionamento barrando eixos axiais importantes explorando geradores elementares de sintaxes de simples vizinhança, espaço central e anéis de ruas” (HOLANDA, 1994, p.5).

4.2.5 Relações ou a síntese das medidas sintáticas

A análise da configuração espacial da cidade do Rio de Janeiro em 1750, é um sistema de 279 linhas axiais, de cuja estrutura da malha obtém-se as seguintes medidas sintáticas:

a) ***integração global média*** (0,90): ao ser comparada à amostra transcultural proposta por HILLIER & HANSON (1984) e citada por HOLANDA (2000) aponta para integração global média próxima do mínimo encontrado de 0,7 para os casos de menor integração. Portanto uma integração média fraca. O sistema espacial colonial é um somatório de áreas intensamente integradas, correspondente à cidade mercantil e das trocas e outras, intensamente segregadas, relativas à ocupação dos morros e aos primeiros momentos de fixação do núcleo urbano, denotando a dualidade da sedimentação de uma comunidade de caráter nitidamente espacial, maior controle por parte dos moradores, indispensável à consolidação da comunidade urbana. Com a expansão para o plano, o estranho obtém um

controle compartilhado com o morador, indispensável para a sedimentação de um núcleo comercial e mercantil que depende das suas relações com o mundo externo. Nesse momento, aos morros restarão equipamentos de representação (religiosa e militar, sobretudo), enquanto que as moradias são praticamente abandonadas (SANTOS, 1981). A princípio, o modelo de grelha ortogonal remete-nos a uma inespecificidade de localização de funções e tende ao crescimento indeterminado no território, privilegiando a integração global (favorável ao controle do estranho), em detrimento da integração local (favorável ao controle do habitante). De maneira geral, os níveis de profundidade média do sistema são altos (8,49 passos) se comparado à grelha deformada (de 2 a 4 passos de profundidade média). E, nos casos extremos como o do morro da Conceição e do Castelo, há eixos com até 15 passos de profundidade. Conclui-se da análise da medida de integração global média que, até o final do Período Colonial, as características da configuração do núcleo inicial da cidade, calcado na defesa, pouco é alterado por quase três séculos, e prepondera sobre as características da cidade portuária posterior. O Rio Colonial caracteriza-se pela espacialização de suas práticas sociais, pelo controle espacial dos seus habitantes e está voltado para si mesmo e para aqueles que têm uma relação direta com a urbe, na qual controlar e ser controlado por seus pares é de importância fundamental para a manutenção da estrutura e coesão sociais.

b) núcleo integrador: ao se comparar a média de integração das linhas que compõem o núcleo integrador (1,32) com a média de integração global do sistema (0,90) tem-se que a primeira é bem mais expressiva. Isso expressa a força sintática do núcleo em relação ao sistema e reforça as características de hierarquia na integração global. A rua do Ouvidor, eixo axial mais integrado do sistema é pouco mais de 0,10 pontos acima da média de integração do núcleo. A integração nos eixos do núcleo é, portanto, equanamente compartilhada entre as linhas, sendo indistinguível um eixo que concentre o potencial de movimento e alocação maior de rótulos que outros. A forma do núcleo aproxima-se à de uma grelha ortogonal e tem como característica mais marcante, a distributividade dos eixos mais rasos tanto no sentido leste/oeste, quanto no sentido norte/sul. Esta constatação faz cair por terra o argumento de LESSA (2000) em relação à linearidade da trama urbana. É interessante notar que, ao nível local, as linhas mais integradas no sentido norte/sul e leste/oeste estão concentradas na vertente do porto junto ao largo do Carmo o que, pelos depoimentos de cronistas era o coração da vida urbana no século XVIII, corroborado pela análise da composição das linhas do núcleo integrador. E a rua do Ouvidor, que no século XIX concentrará o comércio mais sofisticado da cidade e o *footing* tradicional da *belle époque*, junto com a rua Direita, além de ser a linha mais integrada do sistema, também comparece como uma das mais integradas localmente. Ao comparar-se o núcleo integrador (FIGURA 4.10) ao mapa de integração global (FIGURA 4.8) nota-se que as linhas mais integradas concentram-se a noroeste, sinalizando a tendência de expansão da malha urbana no território circunvizinho, tanto pelo vale entre o morro da Conceição e do Valongo,

quanto no sentido oeste, o que mais uma vez demonstra a importância da microeconomia na vida urbana de uma cidade portuária. A forma do núcleo integrador, bem como a média de integração das linhas que o compõem apontam para uma tendência à indistinção dos lugares centrais, ao favorecimento das ligações exógenas ao sistema e à conseqüente supremacia dos códigos transpaciais no crescimento da cidade. Isto demonstra coerência com a cidade mercantil que se anuncia ao final do Período Colonial. Nestes três séculos é possível perceber a substituição progressiva de papéis que a cidade do Rio de Janeiro assume: de defesa do território (para o qual a sobrevivência e manutenção está associada ao controle do território urbano) a mercado portuário (no qual a multiplicidade de interfaces com o mundo externo – acessibilidade - é fundamental para sua consolidação e existência).

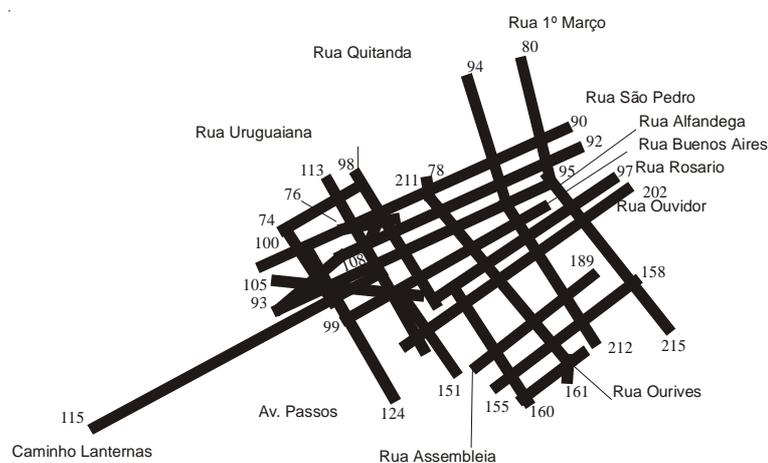


FIGURA 4.10 - Núcleo integrador do Centro do Rio de Janeiro / 1750.

c) inteligibilidade do sistema (0,4183): o resultado obtido, destaca as duas categorias de ordem existentes na estrutura da malha e nos leva a concluir que a correlação entre integração e controle tende a concentrar níveis mais altos de apropriação social nos eixos mais integrados do sistema, isto é, nas regiões planas, onde a acessibilidade é maior no sistema como um todo. Segundo HOLANDA & GOBBI (1988), ao se analisar o resultado da medida não se pode dizer que exista a preponderância de um código morfológico com características mais transpaciais ou mais espaciais (maior urbanidade ou maior formalidade). A inteligibilidade

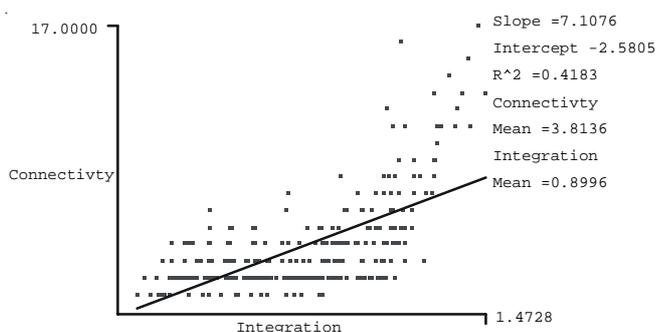


FIGURA 4.11 - Scattergrama de inteligibilidade / 1750.

alta do sistema indica que a correlação entre conectividade e integração é alta, isto é, deve haver uma tendência de apropriação social alta nos eixos mais integrados. Destaca-se, pela análise do *scattergram* (FIGURA 4.11) que a correlação é estável e crescente, embora não acompanhe a dispersão de integração de todas as linhas, o

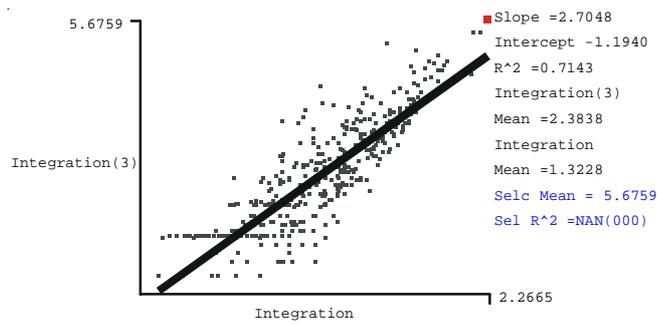


FIGURA 4.12 - Scattergrama de sinergia / 1750.

estruturação da malha urbana em quarteirão – rua, nas partes planas, com profundidade média do sistema menor (em torno de 6) e maior permeabilidade do sistema. A coexistência dos dois modelos simultaneamente vai empurrar o resultado numérico desta medida para níveis baixos. Sabe-se pela literatura (HILLIER & HANSON, 1984) que a grelha ortogonal deformada demonstra estruturas globais fortes, nas quais há uma pressuposição de integração mínima interna, em oposição a uma máxima integração ao entorno, na qual a expansão no território tende a aumentar sempre sua extensão linear, sem privilegiar diretamente uma hierarquia de localização. A grelha ortogonal seria, portanto, oposta ao paradoxo da centralidade e dos lugares centrais. No entanto, a grelha deformada do Rio Colonial articula-se diretamente a um sistema anterior, bastante profundo e que tende a crescer por adensamento, mais do que por expansão, ou seja, um sistema tendente ao fechado, em oposição ao sistema aberto que emerge do desenvolvimento da cidade. Nesse estágio, o primeiro código ainda prevalece na caracterização do sistema como um todo.

Da descrição das vidas social e espacial e dos padrões espaciais, conclui-se que, apesar da expansão da cidade ser dada através de uma grelha deformada, vamos encontrar um sistema calcado em duas morfologias distintas: um nível bastante raso e simétrico, onde se destaca a alocação de rótulos transpaciais (igrejas, atividades mercantis e comerciais, a sede do poder civil) ao longo dos eixos mais integrados e na fração mais inteligível do sistema. Em oposição, um sistema fragmentado, bastante profundo, que corresponde aos primeiros momentos da vida urbana e que revela a importância do investimento em relações locais, vinculadas aos moradores, cujo controle local deve ser bastante fortalecido para a proteção frente aos inimigos que povoam o território circundante (seja no mar ou em terra firme).

Correspondem às primeiras expansões no território, ou à descida do morro do Castelo, os lugares onde a integração local é mais forte, e em torno dos quais se desenrolam tanto as atividades cotidianas (abastecimento de água, moradia), quanto a sede do poder civil. Cabe destacar que o largo do Carmo, dado pela literatura como o coração da cidade, atesta que, apesar da expansão do sistema tender a diluir os lugares centrais (ruptura de hierarquia), aumentando sempre sua dimensão linear, no Rio Colonial, o lugar central (praça XV/largo do Carmo), será referência até os dias de hoje, conformado por três das linhas axiais mais integradas globalmente - a rua Direita, a rua do Ouvidor, e a rua do Mercado. Conclui-se também que a força exógena apreendida pelo núcleo integrador já aponta um deslocamento desse centro em direção noroeste, indicando a direção para a qual a expansão da cidade se consolidará mais enfaticamente.

4.3 Século XIX: capital do Reino, do Império e da República

4.3.1 Introdução: Contradições e assimilação de tradições locais

Pé na roça, olhos no mundo

No início do século XIX a Família Real Portuguesa instala-se no Rio de Janeiro (1808), e aí permanece por treze anos, até a Independência (1822). A monarquia parlamentar portuguesa implanta-se na Colônia na contramão do processo histórico, quando a maioria das colônias americanas está em vias de ser ou já são repúblicas independentes (ALENCASTRO, 1997). O Rio experimenta transformações profundas ao se tornar Capital do Reino. Autores como ALENCASTRO (1997) e PECHMAN (2002) destacam as mudanças decorrentes da presença física do poder centralizado na estrutura sócio-política colonial já existente, causadas pelo conflito entre um estado de direito laico e a estrutura social oligárquica e os poderes religiosos instituídos, além da introdução de valores e hábitos europeus estranhos ao mundo colonial.

A fusão destes dois mundos engendra o que, até hoje, é o calcanhar de Aquiles da sociedade brasileira: a inacessibilidade à cidadania plena por parte da maioria da população e a tensão na disputa pelo poder por facções da elite. Até a Independência (1822) e, mesmo depois desta, até a abolição da escravatura (1888), a sociedade está claramente dividida entre os que podem e, em vista disso, exercem poder econômico e senhorial e seus dependentes. A incorporação de grande contingente de funcionários públicos e militares à sociedade da Corte, dilui e fraciona as instâncias de exercício de poder das oligarquias, fortalecendo o poder central e monárquico.

As ordens religiosas, já atacadas em seu poderio econômico no século XVIII, têm seus papéis, antes vitais para a manutenção do *ethos* colonial, restringidos, dentre estes o recenseamento da população feito através das paróquias e o consequente recolhimento de tributos relativos aos registros civis (nascimentos, casamentos, mortes). Isso depauperava os cofres da Igreja e limita o seu papel de agente controlador da vida civil, enfraquecendo o controle social desempenhado. Com a modernização do Estado e a criação do Registro Civil Nacional (1851), as atribuições seculares das paróquias passam às mãos de notários, advogados e médicos e criam-se os cartórios civis.

O que motiva a diluição da imagem do Estado associado a uma religião hegemônica é, sobretudo, acolher e dar plena cidadania às novas levas de imigrantes não católicos, sobretudo alemães. Aliás, desde a Independência, a obrigatoriedade de naturalização dos estrangeiros residentes, número bastante significativo, provoca duas conseqüências: os proprietários de terras naturalizam-se, única forma de assumir plenamente poderes políticos e participar dos processos decisórios da nova nação, e os representantes de casas comerciais européias voltam para o velho continente. Os imigrantes pobres, nivelados por papéis econômicos que se articulam fora do âmbito do poder, encontram na

prestação de serviços uma alternativa de sobrevivência, adotando um modo de vida semelhante ao dos escravos de ganho.

O declínio do Ciclo do Ouro (MG) rompe a rede de comércio continental (com ligações nas cidades por todo o território) e concentra-o na capital e seu entorno (DELSON, 1979). O Rio de Janeiro monopoliza através de seu porto a exportação e importação da Zona Sudeste (café), captadas através da rede ferroviária (1858) que liga a capital à região (GEIGER, 1963). Maior mercado consumidor no Brasil, o Rio amplia sua influência nacional, tornando-se hegemônica em relação às outras cidades. A capital da Corte, do Império e da República insipiente concentra riquezas, difunde comportamentos e produtos importados.

Autores como GOMES PEREIRA (1992) destacam que, independente da forma de governo, durante o século XIX, forja-se um comportamento da elite, baseado num relacionamento econômico estreito com as potências mundiais (sobretudo Inglaterra), onde o país entra como grande exportador de matéria-prima e gêneros agrícolas e consumidor de artigos industrializados. O fim do tráfico negreiro (1850), provoca o aumento de importações de bens de consumo semiduráveis⁴⁵, (GEIGER, 1963), e a demanda reprimida por serviços e infra-estrutura urbana, dado o crescimento urbano acelerado, tornam-se prioridade administrativa.

O capital que possibilita a concretização, mesmo que em níveis mínimos, destas demandas, vem da liberação de capitais ocasionada pelo término do tráfico de escravos que passa a ser invertido em atividades urbanas (especulação imobiliária, infra-estrutura, transportes de massa, etc.) e industriais, provocando a ativação do mercado de trabalho convencional assalariado, mas sobretudo inserindo um grande contingente populacional no mercado de trabalho informal, ou seja, na prestação de serviços e no desenvolvimento de clientela específicas. GEIGER (1963) aponta a modernização da economia a partir da instalação de indústrias (principalmente têxteis), bancos, telégrafos, e rede de transportes ferroviários vinculados à navegação e ao porto, ressaltando que a maioria das iniciativas empresariais do período é calcada na especulação, o que contribui para o Rio se tornar a principal base urbana do território nacional.

A industrialização insipiente atende, na maioria das vezes, demandas reprimidas geradas pela própria situação da vida urbana do Rio de Janeiro a partir da metade do século. Os serviços e infra-estrutura urbana são fornecidos (ou financiados) por empresas estrangeiras⁴⁶ (GOMES PEREIRA, 1992), o que ativa ainda mais a importação de bens e de tecnologia, estabelecendo as bases de dependência econômica entre a Capital e centros industriais europeus.

A metade do século XIX é marcada pela criação, ainda no Império, do chamado Município Neutro, subordinado ao governo central, cuja administração é definida pelo imperador, através da nomeação de um ministro para o cargo e, a partir da República (1890), de um prefeito nomeado pelo presidente, o que distingue o Rio perante as outras

idades também pelas peculiaridades na delimitação de seu território e de sua administração.

A figura administrativa do Município Neutro foi tão forte, que legou ao atual Distrito Federal⁴⁷ algumas peculiaridades, sendo a principal delas, a desvinculação da área urbana do resto do território do estado ou da região, promovendo uma grande autonomia política e econômica do seu entorno próximo e, em contrapartida uma canalização considerável de captação de recursos para manutenção e desenvolvimento da cidade em si. Para DELGADO DE CARVALHO (1988), ABREU (1984), DEL RIO (1991), FRIDMAN (1999) e LESSA (2000) entre outros, esta figura jurídica será responsável pela maioria das pressões sobre o valor e apropriação do solo urbano, sobretudo na área central, provocando o crescimento para além das fronteiras do Distrito Federal, onde a terra é mais barata e o controle sobre a propriedade imobiliária, menos rigoroso. Este fato, como tantos outros, levam historiadores a concluir que na transição entre o Império e a República não houve uma substituição da estruturação do poder político e econômico: as oligarquias agrícolas dividem o poder com as proto-industriais e comerciais, mantendo, segundo alguns, até o século XX, a estrutura de pressão política e econômica.

Como já dito, o Rio de Janeiro, ao longo do século XIX sofre transformações significativas no âmbito administrativo, político e econômico. Mas também cresce consideravelmente em termos populacionais. Na metade final do século XIX, o Rio, que tinha levado três séculos para atingir os 50.000 habitantes, vê triplicar sua população em 30 anos (DELGADO DE CARVALHO, 1988) e experimenta uma expansão ímpar dos seus limites, muitos dos quais só serão alterados a partir da metade do século XX.



FIGURA 4.13 - Mapa Mashek / 1890.

Por isso, apesar da referência iconográfica do Rio de Janeiro no século XIX mais conhecida ser a Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, publicada em 1812 pela Imprensa Régia, na qual constam as ações de embelezamento promovidas pelo Príncipe Regente sob as diretrizes da Missão Francesa, adotou-se como base cadastral a planta de MASHEK / 1890 (FIGURA 4.13). Dentre outras razões, por incorporar uma parte considerável dos subúrbios, dando conta dos principais eixos de expansão urbana de então, e por mostrar uma realidade mais próxima da síntese da vida social, tomada como referência ao final do século.

4.3.2 Vida social: descalços no parque (ou no Passeio Público)

“E nestas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes - vi somente escravos - (...) por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto Império (...) julga que um vento inimigo o levou às costas d’África. E conhece por fim que está no Brasil” (GOLÇALVES DIAS, 1846)⁴⁸.

A complexidade das relações sociais no início do século XIX passa pela sucessão de processos políticos e econômicos que introduzem novos papéis sociais, ao mesmo tempo em que se preservam antigos vínculos de divisão social do trabalho. A dinâmica social no século XIX é marcada pela rigidez remanescente dos estamentos: homens livres / escravos, ao mesmo tempo em que a divisão social do trabalho é cada vez mais indistinta entre os imigrantes pobres, sobretudo portugueses, escravos e libertos.

A população do Rio, com o *boom* do tráfico negreiro em 1840, é composta por 38% de escravos urbanos, em oposição ao Período Colonial (VASCONCELOS, 1990), quando estes eram reenviados ao interior, o que revela a dependência da vida urbana (coleta de água, retirada de dejetos, etc.) no trabalho deste gênero. ALENCASTRO (1997) aponta que 89% dos africanos eram escravos, sendo que 250.000 escravos desembarcaram no Rio entre 1825 e 1850. Os acordos internacionais que determinam o fim do tráfico negreiro, não impedem que o Brasil continue a praticá-lo por meio da pirataria até 1850.

A escravidão é, no entendimento de BENCHIMOL (1985), a mola propulsora da economia e do funcionamento da cidade, pois o trabalho braçal escravo era o veículo de sustentação de uma classe ociosa e dependente da venda diária de serviços básicos da manutenção da vida urbana, como se vê na FIGURA 4.14 (retirada de dejetos, carga e descarga no porto, comércio ambulante, etc.). Os escravos e libertos, trabalham na cidade pelo *ganho*, ou seja, já não diretamente para um senhor (como na zona rural), mas como força de trabalho vendida por seu dono.

A Corte traz consigo portugueses, a maioria funcionários públicos⁴⁹, vinculados a ela. Em 1852, um terço da população carioca é estrangeira (250 mil hab.), uma composição equilibrada de grupos étnicos: 45% são negros, mulatos ou pardos e 50% brancos. Em 1892 a população da cidade dobra, e graças a uma nova leva de imigrantes, sobretudo portugueses, e à retração do tráfico negreiro, os brancos tornam-se maioria

(63%). Os portugueses também são tidos como estrangeiros no quadro das tensões sociais da época, competidores dos prestadores de serviços autônomos, ocupando o mesmo nicho de mercado dos escravos e libertos:

“... os estudiosos consideram este período crítico na definição do perfil sócioeconômico e urbanístico do Rio – o centro tornava-se cada vez mais o locus de um conjunto de realidades críticas, oriundas da crescente incompatibilidade entre a antiga estrutura material da cidade e as novas relações econômicas capitalistas que nela se enraizavam ...” (BENCHIMOL⁵⁸ apud DEL RIO, 1991, p.192).

Ao mercado, que amplia-se rapidamente (serviços e artesanato), vêm somar-se o contingente de imigrantes europeus pobres, que disputam as mesmas oportunidades de trabalho. O vínculo entre a vida social e as práticas religiosas hegemônicas, que foram de extrema importância na consolidação do poderio da Metrópole sobre o território colonial é fendido e substituído por valores leigos, o que gera uma nova classe de mediadores entre o poder do Estado e a população, substituindo-se o patriarcado pelas de clientela fracionadas em grupos com interesses específicos.

Segundo CASTRO (1987), se por um lado, no rastro da Revolução Francesa instauram-se os direitos civis, o poder Imperial ao se laicizar, tende a ver o *modus operandi* colonial como uma ameaça às decantadas garantias individuais mínimas, e também ao seu próprio poderio. No entanto, continua a reconhecer a propriedade privada de escravos como legítima, o que denota uma adequação dos códigos legais aos interesses da elite. A



FIGURA 4.14 - Mercado da Praia do Peixe / Gutierrez 1892. igualdade dos cidadãos perante a Lei só é percebida com a perda da marca da escravidão, mas substituída por outros estigmas como o da cor de pele, origem étnica ou de classe.

Esta realidade gera um sistema de solidariedade social em que, segundo MATTOSO (1997), cada parcela da sociedade passa a engendrar suas próprias elites, ou seja, homens e mulheres capazes de dar proteção uns aos outros, através de redes de influência e poder, instituídas via religião, associações de classe de autônomos, comerciais e étnicas⁵⁰.

Um dos aspectos mais contundentes dessas nuances de cidadania, que vão do cativo à liberdade, é a lei que proíbe que escravos usem sapatos⁵¹ (ALENCASTRO, 1997), como forma de distingui-los dos libertos e alforriados. A identificação de uma condição social dada pela proibição do uso de um item de vestimenta, demonstra que, pela cor da pele já não era possível estabelecer quem era o quê, transitando pelas ruas da cidade. Novas prerrogativas de controle da servidão forçada, demandam a criação de um sistema de policiamento público, com intuito de regular e vigiar as atividades de prestação de

serviços desempenhadas por escravos.

O desgaste dos pactos senhoriais, que haviam assegurado durante três séculos a submissão dos escravos, é exponencializado na cidade (MATTOSON, 1997). No momento em que o escravo passa a circular entre pessoas livres, vendendo sua força de trabalho nas ruas em nome de seus senhores, o atrito de interesses gerado pela concorrência e lucro individual, sobrepuja a solidariedade de classe da elite. Da mesma forma, o pecúlio e as leis que garantem a libertação paulatina de escravos, ainda ocupados nos mesmos afazeres e competindo no mercado livre com outros ainda cativos, gera conflitos de interesses dos mais diversificados⁵².

Vê-se a transformação dos pactos sociais que, na conjuntura urbana terão as feições alteradas. Com a instituição de cartórios em substituição à paróquia no controle das oscilações populacionais e na transmissão da propriedade, os interesses do clero e dos senhores entram em conflito. O que se deduz é que os vínculos previamente existentes entre as elites e seus dependentes eram de base muito mais física do que a que passa a ser com a laicização das leis e a modernização do Estado. Não há mais uma correspondência direta entre os vínculos econômicos e sociais, e entre classes dentro de uma moldura físico / espacial. Esta tendência marcará o final do século XIX e o início do século XX, ocasionando inúmeros conflitos, que tem suas raízes na forma como se dá a apropriação social do espaço.

As mudanças na vida social também serão marcadas pelo fluxo de imigrantes, na sua maioria do sexo masculino. A noção de família e família extensa por domicílio (incluindo-se aí os escravos), é rompida a partir do momento que a demanda por moradia e o alto custo dos aluguéis, força a coabitação em unidades residenciais coletivas. Estas novas formas de morar, incluem desde escravos que não vivem mais na senzala de seus donos, até imigrantes livres, que rompe com o padrão moradia unifamiliar e agregados. O viver provisório (em pensões, quartos e casas coletivas), será incorporado ao perfil da nova sociedade que emerge neste século.

O aumento demográfico ocasionado pela abolição e pela imigração provocam um déficit habitacional sem precedentes na capital. A especulação financeira com o solo urbano e a moeda sem lastro (inflação) geram problemas e conflitos urbanos sem precedentes. Os novos moradores vinham, de maneira geral, de uma realidade rural. Os imigrantes deixavam para trás uma Europa empobrecida, em meio à crise que detonaria a 1ª Guerra Mundial e, eram uma maioria de camponeses ou aldeões. Os escravos, substituídos pelos imigrantes nas lavouras de café, têm dificuldade em se inserir num mercado de trabalho incapaz de absorver a mão de obra disponível e sem qualificação. Soma-se a esta, a crise política em que libertos apoiavam a monarquia, tendo na figura do imperador a alma complacente e paternal que não foi substituída pelas oligarquias do capitalismo insipiente da República Velha.

A imagem do Rio de Janeiro será usada como síntese da representação do Império (MAUAD, 1987). Nesta, está incutida a autorepresentação popularizada dos grupos

sociais mais amplos que compõem a sociedade carioca à época. É através da construção desta imagem, que associa portugueses, alemães, ingleses e franceses às diferentes práticas sociais e econômicas que os distinguem como grupos, que estes passam a ter referências sobre si, e difunde-se um modelo de comunidade urbana⁵³. Essa identidade é marcada pela “cultura da epidemia” que se instaura no final do século, o que aumenta o pavor do contágio, vinculado ao desgaste na convivência ente grupos sociais distintos no mesmo espaço físico: escravos não moram mais na casa do senhor / ricos não mais circulam “pela frente de qualquer pardieiro”.

Delineiam-se, na vida social da capital, esferas por onde circulam classes de cidadãos. Portanto, depara-se com evidências que inauguram um novo sentido, inclusive espacial, às práticas sociais que se multiplicam e especializam ao longo do século XIX: a predominância, cada vez mais forte dos vínculos transpaciais e da solidariedade orgânica na vida da comunidade urbana. A erosão dos papéis sociais, que no Período Colonial são claramente delineados pela origem étnica dos que transitam pelas ruas, torna-se evidente com a explosão demográfica experimentada em pouco tempo e à diversidade de origens de imigrantes. A comunidade urbana adquire uma dimensão muito mais extensa e intrincada, onde estranhos são todos aqueles que não partilham de uma identidade comum vinculada à raça, aos hábitos, à herança cultural na mesma medida que os papéis que desempenham na divisão social do trabalho.

4.3.3 Vida espacial: os endereços do poder

“Vê-se diariamente na rua do Ouvidor os homens que governam o país e conduzem a opinião pública (...).O Rio de Janeiro e o Brasil, e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro” (VON KOSERITZ⁴ apud MATTOSO, 1987, p.185).

As transformações sociais ocorridas ao longo do século XIX vão modificar paulatinamente o uso do espaço urbano pelos diferentes grupos sociais. No Período Colonial as interfaces entre membros das elites, ocorriam no âmbito do espaço privado rural. As ruas eram para eles, o espaço de reafirmação da ideologia metropolitana, sobretudo de manifestações religiosas. As festas populares no século XIX são marcadas por esse temor de contágio e o desejo de estar entre iguais. O entrudo, por exemplo, é associado a negros e mulatos que usam o ritual para celebrar e homenagear os líderes de sua comunidade. Nota-se uma separação de ações equivalentes entre espaços públicos e privados. Em relação à Colônia, as festas religiosas, cuja obrigatoriedade de participação congregava a todos indistintamente, são aos poucos substituídas por manifestações de solidariedade separadas por classes ou origem étnica, dando origem às sociedades recreativas, claro exemplo dos investimentos dessa sociedade urbana nos códigos transpaciais.

No século XIX a socialização das elites também requer espaços públicos, não mais ruas ou igrejas, mas lugares específicos de reunião de subgrupos com interesses em comum, inexistentes até então, tais como teatros, bibliotecas, associações comerciais

ou étnicas. As ruas onde se concentram esses rótulos são o local privilegiado de encontro das elites pois *ver e ser visto* é indispensável para a solidificação e expansão dos vínculos políticos e sociais que caracterizam a inserção e ascensão dentro da nova estrutura social. Isso gera a reestruturação de apropriação social dos espaços públicos e a



FIGURA 4.15 - Rua do Ouvidor / Marc Ferrez 1904.

inserção de novos rótulos espaciais, que ficarão mais claros à medida em que, no recinto urbano, vamos encontrar grupos sociais com interesses contraditórios, disputando os espaços tradicionais de convívio. A delimitação dos territórios da nobreza e dos burgueses abastados conta com alguns fatores típicos do crescimento e da expansão da malha urbana pelo entorno do Centro como agente da especialização e concentração de rótulos. São eles:

a) introdução do transporte coletivo sob duas formas: trens e bondes, o que segundo ABREU (1984), diferencia o acesso às novas áreas urbanizadas, a partir dos pontos de acesso a estes veículos, as áreas de domínio da elite e dos populares⁵⁵;

b) especialização dos locais de comércio por gêneros e nacionalidade, tanto de mercadores como de mercadorias, estabelece distinções na distribuição dos rótulos da zona central;

c) incorporação ao traçado urbano de áreas específicas de lazer contemplativo e para festas de conagração público: praças, parques e jardins, uma clara transformação morfológica, decorrente de novas prerrogativas à vida espacial. Durante quase três séculos a única praça pública em área urbana era o largo do Carmo pois o Rocio, atual praça Tiradentes, ficava numa zona “suburbana”, fora dos limites da cidade. No século XIX elas serão cinco, além do Campo de Santana e do Passeio Público;

d) introdução da iluminação pública à gás, o que possibilita a deambulação noturna e o funcionamento de atividades como óperas, teatros, bordéis e bares;

e) instalação da Corte inicialmente no largo do Paço (atual praça XV), reforçando uma vez mais a tendência deste lugar em ser o coração da cidade. A presença do poder no largo motiva a construção de inúmeros edifícios públicos, dentre eles teatros, hospitais e bibliotecas. A localização destes novos rótulos, que definem um estilo de vida metropolitano, serão importantes para definir o uso e movimento predominante de determinadas classes sociais pelos espaços públicos adjacentes;

f) criação de novas áreas predominantemente residenciais unifamiliares fora do perímetro central;

g) proliferação de moradias coletivas, cujas vantagens de localização junto ao grande mercado de trabalho, o Centro e, sobretudo o porto, servem à população mais pobre, pois otimizam custos de deslocamento, apesar dos altos aluguéis e da precariedade de acomodação;

h) a necessidade de amplos espaços livres para manifestações populares de reafirmação do poder central, como o Campo de Santana;

i) transporte ferroviário de cargas, conectando o porto ao resto da região, o que também gera o transporte de passageiros para os subúrbios norte;

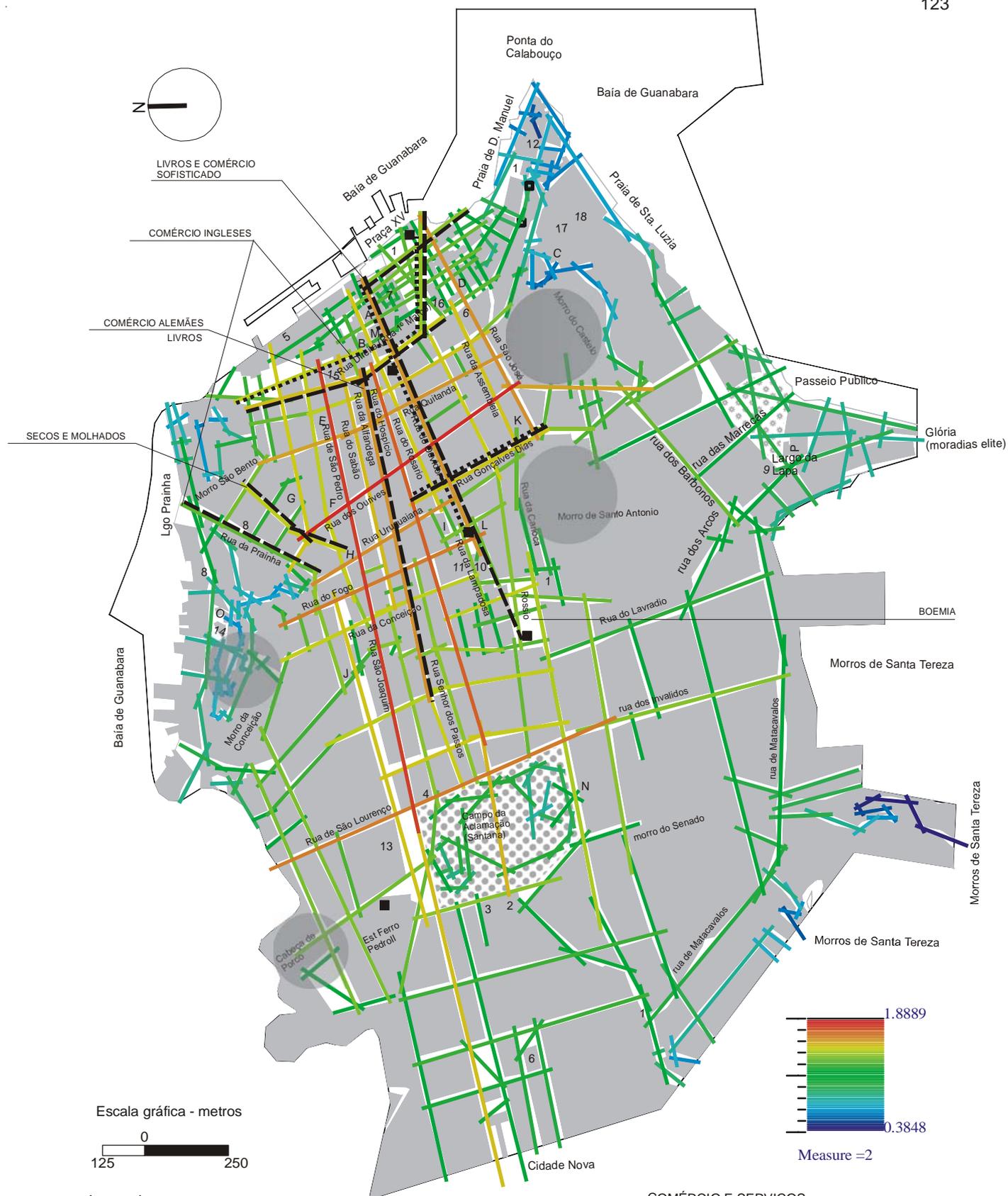
k) instalação de indústrias insipientes na região do porto (Gamboa) e ao longo da via férrea.

Em contraponto à dispersão dos rótulos, característica da cidade colonial, no Rio de Janeiro do século XIX, encontraremos áreas tanto morfologicamente distintas, com densidades diferentes, quanto cada vez mais especializados os rótulos correspondentes. Definem-se áreas onde se desenvolvem as atividades ditas centrais, onde o comércio sofisticado é privilegiado, correspondente à parte mais antiga do Centro, sobretudo no entorno do largo do Carmo, rua Direita e do Ouvidor. A vida da elite no final do século gira em torno dos pontos de bonde nos largos de São Francisco e da Carioca, ligados através da rua Gonçalves Dias (DELGADO DE CARVALHO, 1988) à rua do Ouvidor, eixo mais movimentado da cidade, concentrando livrarias e venda de artigos franceses.

A expansão e conseqüente deslocamento das atividades portuárias para a área da Prainha e da Gamboa provocam, não só um grande adensamento construtivo e populacional da área, mas também a implantação de indústrias e o embarque e desembarque de passageiros. Mesmo com a extinção do mercado de escravos no Valongo e a da força (Prainha), a região concentrará a moradia de negros de diversas etnias, e é neste século que é cunhada a expressão *Pequena África* para denominar a região que também engloba o morro da Conceição. O caminho do Valongo (atual rua Camerino), dá acesso a um novo cais (da Imperatriz), e integra ao tecido urbano uma área que antes quase que só era alcançada por mar.

Os morros são aos poucos ocupados por moradias provisórias, as antigas chácaras fracionadas, e as casas transformadas em moradias coletivas. O Castelo, Santo Antônio, Conceição e o da Providência (lugar da primeira favela do Rio) concentram as atividades poluentes como hospitais, cemitérios, além das parcelas mais pobres da população⁵⁶. O Rocio (praça Tiradentes), zona de ciganos e judeus (FRIDMAN, 1999) e da boêmia noturna, é freqüentada pela elite em busca de diversão (Teatro Imperial S. Pedro de Alcântara / João Caetano).

A afluência de estrangeiros (maioria portuguesa) implica na setorização comercial da cidade, cujo panorama é mais ou menos este: na rua Direita, comércio de



- Legenda**
- Terminal Transporte Público
 - ▨ Áreas verdes
 - Habitações populares
 - Ruas comerciais
 - ⋯ Circuito da elite

- IGREJAS**
- A N Sra da Lapa
 - B Cruz do Militar
 - C Misericórdia
 - D São José
 - E N Sra das Candeias
 - F São Pedro
 - G Sta Rita
 - H Bom Jesus
 - I N Sra do Rosário
 - J São Domingos
 - K N Sra do Parto
 - L Sé Nova-São Fco de Paula
 - M Capela Imperial
 - N Sto Antônio dos Pobres
 - O São Fco. da Prainha
 - P N Sra. da Lapa do Desterro

- COMÉRCIO E SERVIÇOS**
- 1 Chafariz / fonte
 - 2 Senado
 - 3 Casa da Moeda
 - 4 Câmara Municipal
 - 5 Alfândega
 - 6 Cadeia
 - 7 Mercado
 - 8 secos e molhados
 - 9 Biblioteca Real
 - 10 Teatro
 - 11 Real Gabinete Português de Leitura
 - 12 Casa do Trem
 - 13 Quartéis
 - 14 Pedra do Sal / comércio sal
 - 15 Correio
 - 16 Palácio Imperial
 - 17 Hospital Militar
 - 18 Hospital da Misericórdia

FIGURA 4.16 - Mapa rótulos espaciais e linhas axiais do Centro do Rio de Janeiro / 1890.

artigos ingleses, sobretudo atacadista (Prainha); alemães concentram-se na rua da Alfândega, comerciando artigos populares e alimentos; portugueses dominam o comércio de comestíveis (489 padarias espalhadas na cidade) e secos e molhados, na rua do Acre; franceses, como já dito, na rua do Ouvidor, comercializavam artigos de luxo destinados às elites. A setorização de rótulos atrai diferentes públicos: elites e senhoras no *footing* do Ouvidor e da Gonçalves Dias (a confeitaria Colombo, existe aí no final do século) e comerciantes do interior e mascates, na rua Direita, Prainha, Alfândega e Acre (FIGURA 4.16).

A vida espacial está vinculada a quem usa os espaços públicos e como o faz. A própria especialização / concentração de rótulos em determinadas ruas da cidade já dá conta das separações anunciadas também pela origem étnica e de classe que marcam a vida social. A forma como as ruas são apropriadas também guarda distinções significativas: nos lugares onde a elite transita, a rua é uma passarela onde se desfilam as últimas modas e onde se reafirma a modernização de costumes trazida pela Corte Portuguesa, associada, a partir de então, aos comportamentos da elite. Ler, num mundo analfabeto e multilíngue é marca de distinção que faz proliferar tipografias, editoras, livrarias e gabinetes de leitura, assim como jornais e revistas que reafirmam o cosmopolitismo da capital.

Havia 21 livreiros e 50 tipografias no Rio (1851), e freqüentar salões de leitura (Real Gabinete Português de Leitura, 1837) e lojas de aluguel livros nas ruas da Alfândega e do Ouvidor era um hábito refinado. A primeira Biblioteca Pública (1810), situada na rua do Carmo, próxima ao Paço (SCHAPOCHNIK, 1993)⁵⁷, quando é transferida para o largo da Lapa, junto ao Passeio Público, gera protestos, pois “... o coração da cidade continuava a bater simbolicamente, ainda no largo do Carmo e adjacências...” (AZEVEDO⁵⁸, *apud*, SCHAPOCHNIK, 1993, p.160). O interesse pelo Brasil, traz ao Rio viajantes e cientistas, que partem daí para desbravar o interior. Na cidade, se reuniam no hotel Pharoux (FIGURA 4.17), no largo do Paço, que no final do século ainda concentra boa parte do movimento da elite. Os lugares mais antigos da cidade ainda desempenham papel importante na concentração de comércio e serviços elitistas, sobretudo a famosa rua do Ouvidor, aberta em 1590.



FIGURA 4.17 - Vista cais Pharoux / Klumb 186?

Apesar de sobreviverem habitações no perímetro considerado o *centro velho* e simbólico da capital, quando da transferência da Corte, a tendência, ao final do século XIX, é uso se intensificar na periferia desta área, como mostra a FIGURA 4.18. No entorno do centro velho, as freguesias com maiores densidades habitacionais e maiores índices de população residente são: Santana (38.903hab.; 301hab/ha), Santa Rita (34.835 hab.; 194hab/ha), Sacramento (27.077 hab.; 423hab/ha) e Candelária (10.005hab;278hab/ha), sendo



FIGURA 4.18 - Mapa das freguesias do Rio de Janeiro / 1890.

Santana a mais populosa e sacramento a mais densa⁵⁹.

A diferenciação de tipos de habitação, será o mote de toda a vida espacial do século XIX. O uso do espaço urbano mais comum, a rua, será marcado pelo tipo de moradias a ela associada diretamente. Já vimos que o Centro, onde predominam os rótulos comerciais, são os mesmos lugares preferidos para a vida pública das elites, suburbanizadas e recolhidas as suas chácaras, servidas mais por caminhos e estradas que por ruas. Ao contrário, a vida nos lugares onde o predomínio do rótulo habitação vem qualificado como *coletiva*, a rua é uma extensão do pátio do cortiço, usada como área de lazer e trabalho, compensando a pequenez das habitações.

Casas de cômodos e cortiços proliferam, sobretudo na parte norte do Centro, nas freguesias mais populosas e densas, já citadas. O famoso cortiço Cabeça de Porco, que chegou a ter 4.000 habitantes, localizava-se na rua Barão de São Félix (DELGADO DE CARVALHO, 1988), numa chácara que foi sendo fracionada, construída e densamente ocupada (FIGURA 4.16). O local - a rua ainda existe - situa-se nos fundos da estação Central do Brasil e mantém o perfil de ocupação oriundo desta época. A densidade de ocupação das unidades residenciais no Centro é alta: a média de habitantes por domicílio em 1869 é de 6,2 e em 1890, com a propagação dos cortiços, eleva-se para 7,2 habitantes (ALENCASTRO, 1997).

“Para examinar o processo de constituição de uma sociabilidade urbana propriamente dita, tive a sensação que deveria começar examinando um momento anterior em que essa sociabilidade não era dada pela cidade, nem tampouco era urbana. Vi-me, então, numa cidade que era uma ilha de brancos cercada de escravos por todos os lados e no centro dessa ilha uma corte com rei europeu e tudo. Que contraste fascinante! Uma corte movida a braço escravo. O que era aquilo? Três dinâmicas se revelavam a meus olhos incautos: a sociabilidade negra que se aproveitava dos interstícios da cidade; a sociabilidade de uma coisa que se assemelhava a uma “pequena burguesia” urbana e que se nutria da vida das ruas e da vizinhança, das casas de porta e janela, e dos sobrados; e a sociabilidade da corte que auria seu fascínio dos círculos fechados da nobreza” (PECHMAN, 2002, p.14-15).

A grande mudança na vida espacial, se compararmos com as mudanças ocorridas no Período Colonial serão a distensão da segregação por estamentos sociais e a incorporação de elementos transpaciais em quatro níveis: entre classes sociais, sobretudo as elites, de base pan-urbana, referentes ao poder econômico; por etnias e grupos com afinidades ideológicas, na comunidade urbana; da comunidade urbana do Rio de Janeiro em relação ao país e às outras cidades; e, finalmente entre brasileiros e estrangeiros ou entre brancos e negros. Explicando melhor, as mudanças nos vínculos de servidão e trabalho colocam em pé de igualdade escravos de ganho, imigrantes pobres e prestadores de serviços livres, agora agrupados segundo sua atividade econômica, ou por meio da divisão social do trabalho, identificados pela condição social na base da hierarquia econômica, mas segmentada nas suas referências entre classes.

A essa diversidade, que destaca a relevância dos vínculos transpaciais das inúmeras comunidades urbanas que a cidade abriga, estão associadas a distribuição de rótulos e transformações morfológicas evidentes, diga-se, de uma base espacial fundamental para que os pares, unidos por vínculos de vizinhança, inclusive na setorização de seus empreendimentos comerciais, realizem a reprodução de suas práticas e conformem outras. Esta lógica, de compartimentação de atividades econômicas vai determinar a concentração / dispersão de rótulos e, dentre estes, a maneira de morar é que marca fortemente a urbanidade do Centro.

O princípio da capitalidade na formação da identidade nacional coloca a cidade do Rio de Janeiro como sendo vital para a afirmação de um Estado Nacional brasileiro: “... quase sempre percebida como superior ao campo e às demais cidades, a capital tende a ser priorizada como lugar onde o poder demonstra a riqueza e civilização de uma nacionalidade ...” (LESSA, 2000, p.65). Os esforços iniciados no final do século XIX para ordenar a cidade, e controlar sua ocupação, são melhor entendidos se tomado o padrão europeu cosmopolita como o modelo de então, restrito, é claro, à elite da sociedade. Através da vida espacial, dos usos do espaço público e privado é que o século XIX vê germinar o embrião das mudanças dos padrões espaciais necessários à reprodução das novas práticas que se delineiam no limiar do século XX: a formação de uma nação moderna, livre e progressista cuja capital espelhe estes princípios.

4.3.4 Padrões espaciais e co-presença: a distensão da centralidade

As cidades de fundação portuguesa no Brasil sofrem no início do século XIX “... o primeiro embate sério entre a herança de sua localização pioneira e as exigências práticas de sua expansão ...”(PORTAS, 2000, p.167). As alterações na forma da cidade nesse período relacionam-se com a introdução de novos tipos de espaços públicos, importantes para a reprodução das práticas sociais nas quais a vida pública assume uma importância mais efetiva nas ações cotidianas que nas manifestações extemporâneas de valores ideológicos. Diria-se que no Período Colonial basta às elites usar os espaços públicos nas ocasiões rituais de celebração religiosa, mantendo a sua domesticidade intocada. No século XIX, passa a ser imperativo exibir em lugares públicos costumes e hábitos que atestem suas diferenças em relação às classes inferiores.

Por isso os padrões espaciais são paulatinamente transformados, com a introdução de novos tipos de lugares, até então inexistentes, dos quais destacam-se os parques, campos, passeios e jardins, que por sua escala avantajada em relação ao tramado dos quarteirões, trazem alterações importantes no sistema de espaços urbanos e em suas relações⁶⁰. Os poucos largos e praças existentes até o final do século XVIII, são ampliados e muitos novos são abertos, sobretudo no Período da Regência (1808-12), entre eles os largos da Carioca, de São Francisco de Paula e da Lampadosa, bem como, o largo da Lapa. Estes contribuem tanto pela sua forma como pela articulação com outros espaços públicos de tamanho avantajado, para a imposição de novas lógicas aos padrões espaciais existentes. Há uma exacerbação crescente na ordem da estrutura urbana, que contará com a multiplicação de elementos tipo base / destaque aos moldes da Sé e da igreja do Rosário do século anterior.

A cidade cresce sobretudo por adensamento dentro dos seus limites anteriores, e sofre aumentos significativos das densidades construtivas e populacionais nos quarteirões já existentes. BENCHIMOL (1985) destaca essa característica, que será exponencializada com a incorporação de chácaras do entorno urbano em constante processo de parcelamento, e a abertura de novas ruas, o que diminui o tamanho das ilhas espaciais, aumentando o seu perímetro, importante para o controle do espaço da rua, num momento em que esta constitui-se numa extensão da própria casa para a maioria da população (FIGURA 4.19). O adensamento construtivo é uma realidade e a uniformidade construtiva do Período Colonial é substituída por uma maior variedade de tipos edilícios, adequando-os às novas demandas funcionais (por exemplo, as habitações coletivas, pensões e cortiços).

Nos morros que deram origem à cidade, após um período de desocupação, e abandono das velhas estruturas, multiplicam-se construções provisórias, realizadas por quem não tem meios para pagar aluguéis altos, mas necessita das vantagens da localização próxima ao Centro. Ruas e becos proliferam, assim como a subdivisão dos imóveis existentes e a construção de novas unidades. O paradigma dessas ocupações é o morro da Providência (FIGURA 4.20), no qual soldados que voltavam de Canudos recebem permissão do Exército



FIGURA 4.19 - Mapa inversão fundo-figura do Centro do Rio de Janeiro / 1890.

para acampar à espera de soldos atrasados, o que se prolonga indefinidamente. Nos morros do Castelo e Santo Antônio, instalam-se dois hospitais (Militar e da Misericórdia). E o morro da Conceição abriga, além de ex-escravos em habitações coletivas (na sua parte mais baixa, no entorno do largo da Prainha), imigrantes portugueses, enriquecidos com o comércio de secos e molhados e funcionários públicos. Após descer definitivamente do morro, a cidade, aos poucos os retoma, num movimento inverso, promovido pelas classes menos favorecidas que dividem as áreas livres com cemitérios e hospitais, que antes funcionavam em igrejas e irmandades, e agora, com as epidemias, são transferidos para áreas isoladas.

Dentre os vários aterros realizados, destaca-se o da lagoa de Santo Antônio (atuais Av. Treze de Maio e largo da Carioca), que assume proporções inéditas, “... ganhando terreno para a expansão da cidade que, em 1822 tem 100.000 habitantes ...” (BENCHIMOL⁷¹ *apud* DEL RIO, 1991, p.189); e o da área portuária ao norte da praça Mauá (1880, o maior realizado até então, que concluído no início do século XX, com a extinção do morro do Senado). Em 1850, inicia-se o aterro do saco de São Diogo, delineando a região da praça XI (Cidade Nova), eixo de crescimento urbano em direção a oeste, reforçado pela criação da linha férrea (1858), cuja estação Pedro II (atual Central do Brasil) é inaugurada na face norte do Campo de Santana. Esta articula o escoamento de mercadorias vindas dos subúrbios e interior, ao porto, agora situado atrás do morro da Providência, na Gamboa.



FIGURA 4.20 - Morro da Providência / Malta, 1920.

Os morros, barreiras naturais à expansão linear da malha urbana, sofrem intervenções significativas, geralmente através de desmontes parciais, caso do de Santo Antônio. Os primeiros túneis da cidade, ligando a estação Pedro II à área portuária da Gamboa, fendem o morro da Providência e um deles, o João Ricardo, permanece até hoje como ligação importante entre as duas áreas: centro/zona portuária (FIGURA 4.21).

As grandes alterações na forma da cidade neste período, relacionam-se com a introdução de novos tipos de espaços públicos (FIGURA 4.19), modificação e ampliação do porto e alteração no perfil dos morros e, ainda, na expansão da área urbana e no adensamento construtivo no perímetro preexistente.

“A Capital Imperial, que nada tinha de metrópole européia, aparece em imagens ambíguas de cidade colonial. A imagem dos lençóis estendidos por todos os lados do morro do Castelo, da chegada do peixe no mercado, das negras vendendo frutas, das carroças e dos bondes puxados a burro, dão a medida de diversidade do meio urbano” (MAUAD, 1987, p 209).⁶¹

A convicção de que era necessário regulamentar o desenvolvimento urbano (DELSON, 1979) é bem anterior à chegada da Corte ao Brasil. A atenção dispensada a

estas posturas de planificação, remonta à Pombal⁶² que, além de reformular a economia e a política portuguesa, restringiu o poder de ordens religiosas (especificamente, dos jesuítas) e adotou o planejamento urbano como instrumento de política estatal (GUTKIND⁶³ *apud* DELSON, 1979). Na Colônia, essa ideologia serve à fundação de vilas e cidades no interior, que obedecem a um traçado previamente definido e à disposição de rótulos funcionais e eles relacionados, com intuito de ampliar a autoridade da Metrópole e demonstrar poder e atributos palpáveis da civilização européia.

A obrigatoriedade de calçar a frente das edificações, a distribuição de água e o início de grandes obras como o Passeio Público, o novo cais do Carmo, o Arco do Teles e o aqueduto e a abertura de ruas, são o embrião de transformações exponencializadas no



FIGURA 4.21 - Túnel João Ricardo / Col. Belchior 1897.

século XIX. Destaca-se que as medidas notáveis instituídas por D. João VI em 1810, como os impostos sobre edificações urbanas, normas para a abertura de ruas mais largas, obrigatoriedade da homogeneização de fachadas e reserva de áreas urbanas para parques e praças, ainda em vigor até hoje (GEIGER, 1963), são ensaiadas em larga

escala, em vilas e cidades menores do Brasil, no início do século XVIII. As primeiras mudanças radicais na morfologia urbana do Rio aparecem no final do século XVIII, início do XIX, causadas pela regulamentação da relação da propriedade privada e o espaço público, sob a forma de decretos, obrigações dos proprietários, da normatização das posturas de alinhamento de construções e o controle de tipologias edilícias.

No início do Período Republicano (1892), é escrita a *Regulamentação do Governo da Cidade*. O primeiro prefeito do Rio, Barata Ribeiro (1893-4), trata da expansão urbana e da solução dos problemas decorrentes das altas densidades habitacionais e da infra-estrutura deficitária. Foi ele o responsável pela *1ª Carta Cadastral da Cidade*, pela regulamentação de aforamentos e imposição de recuos para o alargamento de ruas; e impôs a primeira medida para suprimir a sub-habitação, mirando cortiços e casas de cômodos⁶⁴, apesar de que tentativa mais contundente para extinguí-los ocorreu já no século XX, executada pelo então prefeito Pereira Passos. Desde a metade do século XIX as epidemias de varíola, febre amarela e tifo já grassavam nos setores mais populosos da cidade, e o foco de preocupações são as regiões mais densamente povoadas, às quais era associada a maior insalubridade decorrente da promiscuidade física.

Até o fim do Estado Novo, intervenções e regulamentação urbanas serão fruto de ações conjuntas dos Governos Municipal e Federal. Na administração de Werneck (1895-7)/presidente Prudente de Moraes, os poderes local e federal promovem a regulamentação fundiária do Distrito Federal, com o intuito de transferir ao município a

propriedade do Patrimônio Federal ocioso (terras públicas nuas) destinando-o à construção de equipamentos públicos, sobretudo, educacionais e de saúde.

O ingresso no mundo capitalista, iniciado na última década do século XIX, traz desvantagens à população mais pobre da cidade, através do controle exercido pelo *1º Código de Posturas da Cidade* (1890). As freguesias de Santa Rita, Gamboa e Santana, que correspondem hoje à grande área que vai da margem norte da Av. Presidente Vargas até o limite da praça Mauá, incorporando o Campo de Santana, (FIGURA 4.18), além de densamente povoadas, são as mais empobrecidas, concentrando cortiços, casas de cômodos e estalagens. Com as limitações impostas pela administração ao aproveitamento de imóveis ruinosos para aluguel, os moradores sofrem pressões econômicas para abrir mão da centralidade, mesmo à custa da sub-habitação, e transferir-se para os subúrbios que desenvolvem-se ao longo das linhas férreas (ABREU, 1988).

Observando-se o mapa de *integração global* (FIGURA 4.22) e comparando-o ao do período anterior, verifica-se que o número de linhas mais integradas (indicadas em vermelho e laranja) diminuiu e, deslocou-se, passando a ligar a nova área portuária ao norte (Gamboa e Prainha), às novas áreas residenciais ao sul (Glória e Flamengo), através da articulação promovida pela rua Uruguaiana (antiga rua da Vala e antigo limite da cidade), através dos vales entre os morros do Castelo/Sto. Antônio ao sul e de São Bento/da Conceição ao norte. A articulação norte-sul/oeste é realizada pelo eixo da Rua Uruguaiana, e pelas ruas São Pedro, que se estende do cais dos Mineiros à praça XI, passando diante do Campo de Santana e da estação ferroviária; e pela rua do Hospício (atual Buenos Aires) que conecta o Mercado junto ao largo do Paço, ao Campo de Santana. Nota-se um deslocamento efetivo da *integração global* nos dois sentidos, leste/oeste, norte/sul, baseada nesse eixo, o que deixa a rua do Ouvidor numa posição secundária de integração.

A região entre a rua do Hospício e a São Pedro, definida pelos dois eixos leste / oeste mais integrados globalmente concentra o comércio popular (a rua da Alfândega situa-se entre elas), formando o embrião do atual SAARA, uma das regiões mais densamente construídas e habitadas da cidade então (Santana). A rua São Pedro, além de ligar o porto velho diretamente aos subúrbios, também cruza bairros do centro densamente povoados (Candelária e Santa Rita). O cruzamento desses eixos define um novo foco de centralidade sintática, reforçado pelo outro eixo mais integrado norte / sul que começa no coração da Lapa (rua dos Inválidos), margeia o Campo de Santana a leste, e o Valongo ao norte.

Como a base axial é de 1890, início do Período Republicano, convém lembrar que o Campo de Santana, para onde convergem três das cinco linhas mais integradas da configuração analisada, chamado inicialmente de Campo da Aclamação e depois de praça da República, local usado para fins simbólicos e de representação das novas ordens sociais e políticas que se sucederam neste século. Lá ocorreram as missas e aclamações do Império (Independência do Brasil), da Abolição da Escravatura e a proclamação da República.

A alocação de rótulos (FIGURA 4.16) sugere que a rua Uruguaiana concentra

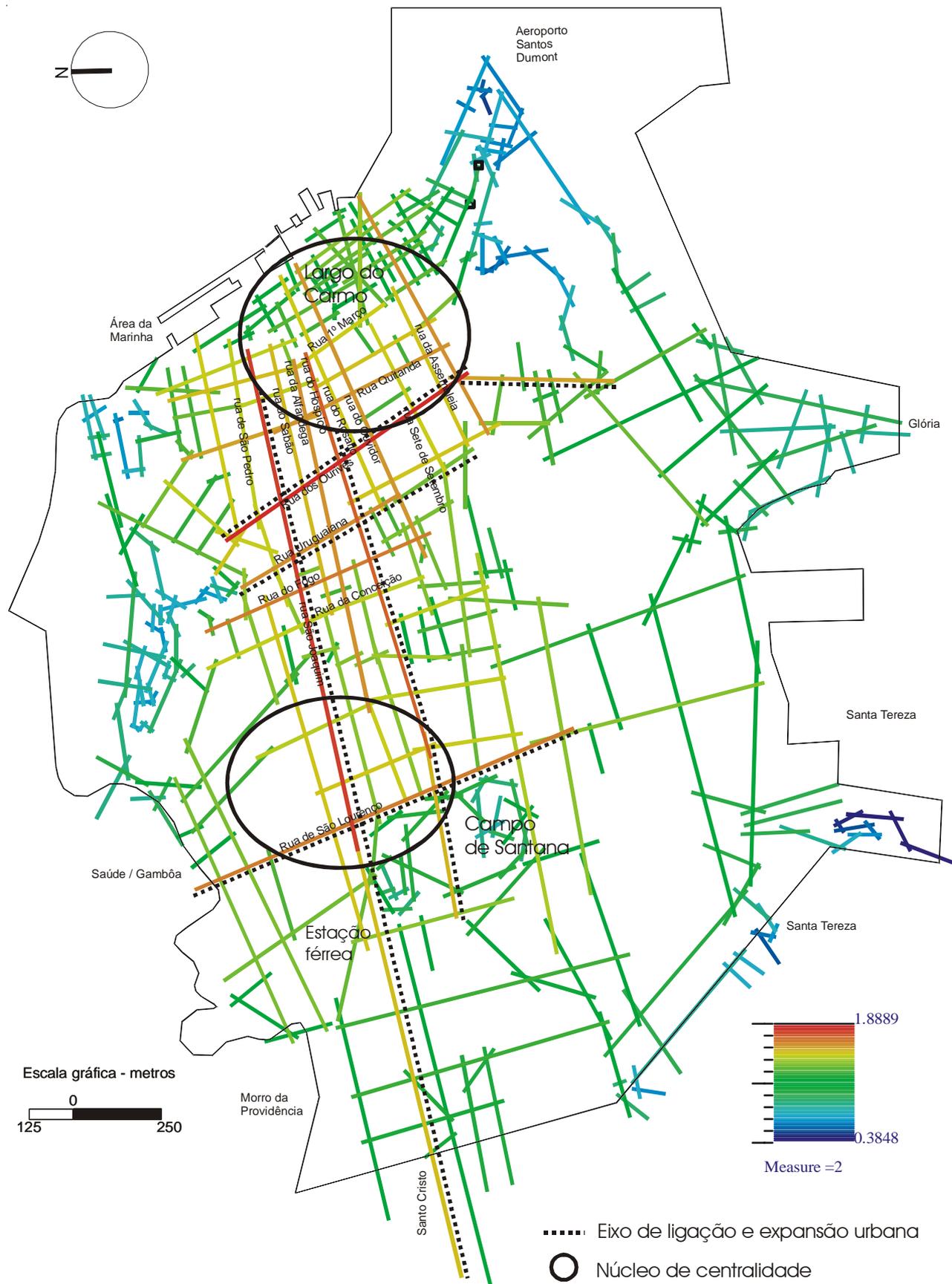


FIGURA 4.22 - Mapa de integração global do Centro do Rio de Janeiro / 1890.



FIGURA4.23 - Mapa de integração local R3 do Centro do Rio de Janeiro / 1890.

a maior parte da atividade comercial da cidade e é densamente ocupada, conectando o porto (praça Mauá) ao Passeio Público, ligando diretamente espaços públicos importantes para a vida urbana, como o largo da Carioca e o largo de São Francisco. E que o eixo leste do Campo de Santana absorve as atividades ligadas ao exercício e manifestação do poder político (casa da Moeda, Senado, Câmara Municipal), militar (quartéis) e econômico (estação ferroviária, porto e indústria).

Também com referência ao mapa de integração global (FIGURA 4.22), nota-se que tanto a rua Direita, como a rua do Ouvidor e o largo do Carmo perdem sua importância na integração global, acusando medidas de integração menores. Presume-se que os espaços de maior movimento da elite, concentram-se nestes eixos de integração média, como descrito no tópico da vida espacial, o que denuncia que a representação da elite urbana do Rio de Janeiro não passa pela representação coletiva da capital frente ao país e muito menos perto dos eixos de maior acessibilidade, que concentram o *populacho*.

Os espaços mais integrados localmente (FIGURA 4.23) estão associados a usos e referências da comunidade urbana carioca. São o comércio do dia a dia, o comércio sofisticado, as estações de partida e chegada de bondes, diligências e barcas, as agências bancárias que começam a surgir e de serviços essenciais tais como os correios. A rua do Ouvidor continua sendo uma das ruas mais integradas localmente, assim como a rua São José, que liga a praça XV à praça Tiradentes, onde se concentram os novos rótulos significativos para a identidade social e cultural das elites e, conseqüentemente da capital (teatros, bibliotecas, cafés e cabarés, etc.).

Comparando-se os mapas de *integração global* (FIGURA 4.22) e *local* (FIGURA 4.23) e a descrição das vidas espacial e social, entende-se que os eixos mais integrados localmente, pressupõe movimento de pessoas *ao longo* destes, o ir e vir, que caracteriza as atividades comerciais e peripatéticas (o verbo da moda era *flanar*). Já o contrário, os eixos mais integrados globalmente pressupõe a movimentação de cargas, bens e pessoas de dentro para fora da cidade. A co-presença potencial ao longo dos eixos mais integrados globalmente pressupõe a reunião da população, em grande número e voltadas para um foco comum, nas quais o movimento de ir e vir é obliterado pela permanência prolongada e contemplativa dentro de marcos físicos definidos, sobretudo o Campo de Santana, palco de missas campais e outras cerimônias cívicas congregadoras da sociedade ampliada.

A importância das igrejas e paróquias diminui na vida pública do século XIX. Sua presença na vida dos cidadãos vai estar associada às práticas religiosas de grupos definidos e não mais ao aparato estatal, como na Colônia. Surgem várias igrejas novas, cuja localização parece não obedecer a nenhum critério definido como no período passado, ligadas à prática de vizinhança e irmandades e não ao território em geral. Em oposição a isto, as missas campais que tem como lugar o Campo de Santana parecem substituir a dispersão das congregações.

Quanto aos espaços mais segregados global e localmente, estes continuam a corresponder aos morros, delimitando o perímetro da cidade, locais de altas densidades habitacionais, com controle do morador marcadamente maior do que nos outros espaços, transformando-se em *ghetos* das camadas mais populares. No entanto, o fenômeno dos cortiços e casas de aluguel compartilhado foi significativo em todo o tecido urbano, à exceção das ruas mais comerciais como a rua do Ouvidor, por exemplo. O uso misto, comércio e moradia em sobrados também foi muito difundido. As linhas mais segregadas, de forma geral mantêm-se inalteradas. Cemitérios e hospitais, estarão localizados nos morros do Castelo (Misericórdia) e da Saúde (dos Ingleses), que também concentram habitações populares. Não há registro em planta baixa do assunto, mas há relatos históricos e fotografias do início do século XX que dão conta desta realidade, como a FIGURA 4.20.

Quanto à localização dos parques (Passeio Público e Campo de Santana), nota-se uma distinção bastante curiosa entre os dois: enquanto o Campo de Santana está situado em área onde se encontram os eixos mais integrados localmente e globalmente, o Passeio Público, situa-se em uma área servida por eixos de integração média (FIGURAS 4.16, 4.22 e 4.23). Com as praças e largos, ocorre um pouco diferente: à exceção dos largos de São Francisco e da Carioca, cortados por eixos axiais mais rasos local e globalmente, os outros largos e praças (largo do Carmo, da Lampadosa, Rossio e Prainha) são localizados em áreas de integração local intermediária (espaços nem muito rasos nem muito profundos).

O largo de São Francisco da Prainha, encontra-se numa zona de maior segregação espacial, sendo um espaço mais profundo, com características de espaço de convívio de vizinhança, integrado à igreja de mesmo nome. O morro da Conceição, espaço bastante segregado, será o berço do samba e do carnaval (entrudo) carioca, além do local onde surge o primeiro time de futebol organizado da cidade (América). O futebol, trazido pelos ingleses, é popularizado no final do século XIX, início do século XX. A Pequena África consolida-se numa área bastante profunda da malha urbana, junto ao porto da atual praça Mauá e fomenta a construção de uma comunidade cuja solidariedade é de caráter marcadamente espacial.

O que dizer em relação à co-presença? Que os espaços mais segregados, vão, mesmo com o crescimento da cidade, permanecer os mesmos e serão ocupados não só pelos estamentos menos favorecidos da sociedade, com uso habitacional, como passarão a abrigar equipamentos de uso público de características poluentes, já mencionados. A segregação social continua sendo espelhada na segregação espacial, concentrando nestas áreas as habitações mais precárias e os equipamentos públicos mais insalubres. É importante destacar estas condições pois a prática de ocupação dos espaços mais segregados pelas camadas mais populares da sociedade será uma constante na vida urbana do Rio de Janeiro, sobretudo, no caso de grupos que mantêm uma forte identidade cultural e social, aqui tratando-se de negros, como o caso da Pequena África, portugueses (morro da Conceição)

e migrantes pobres (caso do morro da Providência). A diversidade de origens das populações empobrecidas convive em cortiços, habitações transitórias (pensões e hotéis,) dispersos indistintamente pelas áreas de menor integração global e local.

A expansão do tecido urbano, que segue tendendo à malha deformada, se dá baseada no sistema rua/prça, com hierarquização de elementos, principalmente em relação ao tamanho dos espaços convexos. Nota-se que as frações do sistema que, no período anterior, demonstravam características de ordem mínima (nos morros), continua a se desenvolver e expandir da mesma forma, aumentando apenas a densidade construtiva, mas sem a substituição do modelo.

4.3.5 Relações ou a síntese das medidas sintáticas

A configuração espacial da cidade do Rio de Janeiro em 1890, compõe-se de um sistema de 381 linhas axiais, de cuja estrutura da malha obtém-se as seguintes medidas sintáticas:

a) *integração global média* (1,10): a medida de integração global média apresenta-se mais elevada que no período anterior. Entende-se que a consolidação da cidade na parte plana e sua expansão, contribuem para elevar a média. Pode-se afirmar, que a cidade das trocas, consolidada no final do Período Colonial mantém as propriedades sintáticas globais quase que inalteradas e, que nesta estrutura sobrevivem os parâmetros de urbanidade forjados desde a fundação. Segundo a parametrização de HOLANDA & GOBBI (1988), o sistema apresenta-se mais raso e de maior acessibilidade geral que no Período Colonial. Nota-se que o contínuo desenvolvimento da cidade no baixio entre os morros e a abertura de uma ligação efetiva entre o sistema existente e a Prainha (rua do Acre) e o Valongo (rua Camerino, antiga rua da Imperatriz) gera maior integração ao entorno e possibilita a preponderância de códigos transpaciais sobre os espaciais: é a ampliação da comunidade urbana e de representação da capital em relação ao país. Estes dois momentos coincidem com aumento da ordem na estruturação da malha urbana, ainda que mantendo-se um certo distanciamento entre o núcleo da vida urbana local propriamente dito, no largo do Carmo, e da cidade de representação, mais a oeste, vinculada à expansão do território. Por outro lado, o deslocamento definitivo da área portuária para o norte (Prainha e Gamboa), alavanca o desenvolvimento da cidade naquela direção, constituindo-se num núcleo industrial e de armazenagem de produtos escoados pelo porto. A ligação do porto com o entorno e a via férrea está deslocada a oeste, junto ao Campo de Santana, através da rua Bento Ribeiro e do túnel João Ricardo. Os locais mais segregados da cidade se manterão praticamente os mesmos, cujo predomínio do controle local é maior e fomentará a formação de uma identidade de grupo entre as classes populares⁶⁵, baseado em relações mais espaciais (códigos de vizinhança) do que transpaciais (diversidade de grupos étnicos segundo origem, religião, etc.). Destaca-se também, como curiosidade, a configuração do Campo de Santana, baseado

no modelo romântico inglês, que contribui para o aprofundamento do sistema global, apesar de inserido na grelha deformada. O caráter peripatético do traçado, que induz ao perder-se no jardim, rompe com a estrutura do tecido do entorno e o distingue como lugar de permanência e lazer em oposição à malha xadrez.

b) núcleo integrador: a média de integração das linhas que compõem o núcleo integrador (1,58) aumenta um pouco em relação ao período anterior, denunciando um aumento de linhas na sua composição. Sua forma (FIGURA 4.24), continua basicamente a mesma, em grelha deformada, apenas modificada pelas linhas que conduzem às áreas de expansão norte e oeste, onde se ancoram as funções que, simbolicamente, se referem às mudanças nas práticas sociais e políticas do estado moderno insipiente, e que integram as áreas de maior densidade habitacional no período. A região do porto (atual praça Mauá) e o entorno da estação D. Pedro II, apesar de consideradas periféricas em relação ao então denominado centro, por estarem envolvidas por eixos pertencentes ao núcleo integrador, dão indícios de uma nova centralidade sendo gestada, em função da articulação do núcleo urbano e das áreas de expansão mais populosas da cidade. Em oposição ao século XVIII, o sistema de eixos mais integrados muda substancialmente: o núcleo integrador anterior era mais difuso e abrangia um maior número de eixos que se cruzavam ortogonalmente. Observa-se uma concentração de força em menor número de eixos e uma preponderância de eixos mais integrados no sentido leste/oeste do que norte/sul. Nota-se que a distensão do núcleo integrador (FIGURA 4.24) coincide com os eixos que ligam a cidade ao território circundante, configurando um deslocamento significativo do núcleo inicial. A concentração de equipamentos públicos como o Senado, o Capitólio e a Estação Férrea - símbolos da nova era da capitalidade -, desvinculados do antigo eixo junto ao largo do Carmo, é bastante significativa:

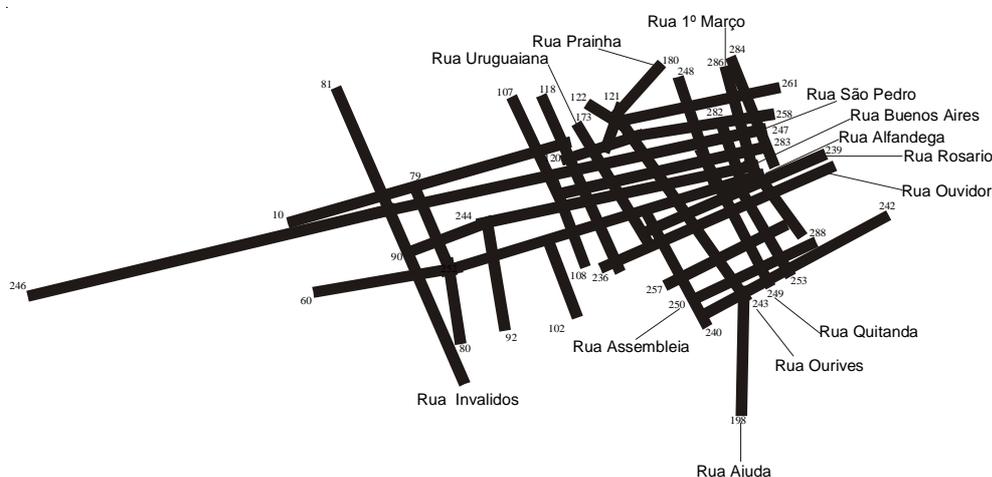


FIGURA 4.24 - Núcleo integrador do Centro do Rio de Janeiro / 1890.

“O centro de um assentamento geralmente significa concentração e mistura de usos do solo e atividades numa localização privilegiada. Em qualquer tempo, geralmente é claro onde fica o centro e quais são seus limites. No entanto sabemos pouco sobre os centros são gerados e se sustentam ao longo do tempo. Historicamente, centros crescem e encolhem e mudam de rumo e se diversificam, e neste processo aparece uma hierarquia de centros e subcentros difusos por todo o assentamento. O desafio é entender a centralidade como um processo mais do que descrevê-lo como um estado. O processo funciona através do impacto da configuração no movimento e as influências subsequentes que tem nas escolhas do uso do solo e no desenvolvimento de atratores no assentamento como um todo, vitais para qualquer programa de revitalização” (HILLIER, 1999, p.3).

A citação remete ao processo pelo qual o Centro do Rio de Janeiro passa no século XIX. O deslocamento do núcleo integrador coincide com a ligação da nova área portuária com a área de expansão a oeste. As ruas do Ouvidor e Rosário perdem a força no núcleo integrador para a rua Buenos Aires, que efetuará a ligação entre o Centro e o Campo de Santana. O processo de solidificação da imagem da capital do país carece de um local de congregação pública via atos religiosos e cívicos (missas campais, paradas e aclamações) fora dos limites acanhados do largo do Carmo e do centro velho, daí a conveniência da localização do Campo, que apesar geograficamente longe do antigo centro do poder e dos lugares onde a atividade comercial é mais forte, está disposto em local de grande acessibilidade frente ao território circundante. Este impacto da configuração sobre o movimento faz sentido se tomarmos como referência os novos meios de transporte e a maior concentração de habitações nesta área da cidade.

c) a **inteligibilidade** (0,4437) do sistema aumenta muito pouco de um período a outro, mantendo as condições já apreendidas no período anterior. O investimento nos códigos transpaciais e na malha tendente ao regular segue sendo de maior importância. A coerência entre os eixos mais integrados e mais conectados também é preservada, apesar da introdução de novos elementos morfológicos que rompem com a ordem anterior, como os parques. O resultado obtido destaca as duas categorias de ordem existentes na estrutura da malha e nos leva a concluir que a correlação entre integração e controle tende a concentrar níveis mais altos de apropriação social nos eixos mais integrados do sistema, isto é, nas regiões planas, onde a acessibilidade é maior no sistema como um todo. segundo HOLANDA & GOBBI (1988) a inteligibilidade alta do sistema, indica que a correlação entre conectividade

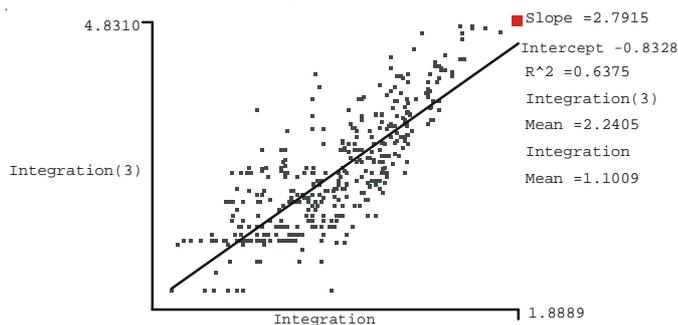
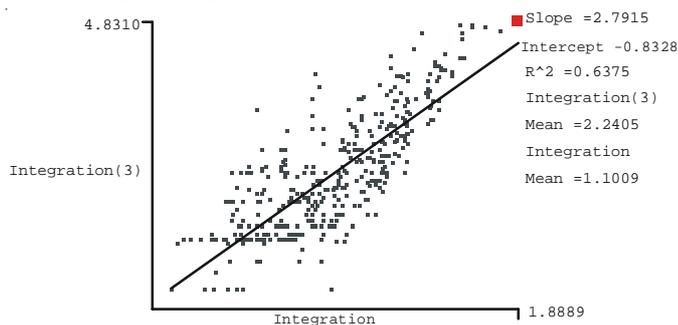


FIGURA 4.25 - Scattergrama de Inteligibilidade / 1890.

e integração é alta, isto é, há uma tendência de apropriação social alta nos eixos mais integrados. Pela dispersão do *scattergram* de inteligibilidade (FIGURA 4.25), pode-se dizer que a inteligibilidade do sistema aumenta, ainda que pouco, em relação ao período

anterior e a congruência maior e crescente entre integração e conectividade aponta para uma consolidação dos códigos transpaciais e a probabilidade de potencial de co-presença, estranhos / moradores numa porção maior de eixos do sistema, deslocados para a parte oeste do sistema.

d) *sinergia* (0.6375) comparativamente ao período anterior, a sinergia do sistema diminuiu, isto é, a coerência entre as linhas mais integradas globalmente e localmente é bem menor, assim como são menores os valores limite do gráfico tanto para a integração global, como para a integração local (R3). O comércio especializado, referência da vida urbana, situa-se em ruas de forte integração local, apesar de referenciados à cidade como um todo, o que é interessante, pois entende-se que a centralidade, assim como as funções tipicamente centrais de comércio, serviços e institucionais, mantém-se vinculadas aos espaços mais rasos ao nível local e não ao global. Daí conclui-se que os espaços mais integrados globalmente, se referem aos canais de expansão urbana e às práticas transpaciais referentes à transformação do estado moderno e da identidade nacional. A correspondência existente entre as linhas mais integradas globalmente e localmente (R3) entre este e o período imediatamente anterior



(século XVIII), dilui-se com a expansão da cidade. A queda da medida de sinergia (FIGURA 4.26) indica uma transição entre os códigos espaciais, vigentes até então, e os transpaciais, que começam a preponderar a partir do final do século XIX.

FIGURA 4.26 - Scattergrama de Sinergia / 1890.

e) *axialidade da trama* (0,07): continua indicando deformação, ou seja, que o controle social do espaço continua localizado em suas subunidades, ainda na mão do habitante. Se compararmos o desempenho numérico desta categoria de análise com a observação visual do sistema de linhas axiais, notaremos quase de imediato, que este nível de deformação é imposto basicamente pelas condições de ocupação dos morros e promontórios, e pelo Campo de Santana, por seu traçado orgânico de grandes dimensões, que contribui para o aumento da segmentação espacial. Outra influência no aumento da deformação da trama é a abertura de praças e largos, inclusive incorporando edificações que barram eixos axiais importantes localmente, o que introduz um aumento de formalidade no sistema, além da imposição de uma segmentação dos eixos longos.

A profundidade média do sistema mantém-se em torno de 6 passos, e a profundidade máxima encontra-se em 16 passos, mantendo-se a profundidade alta e a baixa acessibilidade, detectada no século XVIII, o que ainda privilegia o controle do morador, sem uma real transição do código espacial para o transpacial. Na verdade, sedimentam-se

os “... códigos morfológicos transpaciais, cujas dimensões estruturais encontram-se no campo das representações / práticas simbólicas / reprodução de relações sociais hierarquizadas ...” (HOLANDA & GOBBI, 1988, p.25) na fração do sistema mais permeável e é nela e em sua expansão que serão feitos investimentos no sentido de consolidar estes código, pode-se dizer, mantendo uma certa independência do núcleo urbano inicial e anunciando o deslocamento de lugares centrais, do já consolidado coração da cidade. Ao aumento de complexidade formal nas transformações urbanas, nota-se que a introdução de novos elementos de desenho contribuem esteticamente para a formação de uma imagem mais cosmopolita da Capital, no entanto, instrumentalmente, a segmentação axial imposta por estas interferências continuam enfatizando o real controle da cidade por parte de seus habitantes. Aos estranhos ao sistema, estrangeiros e visitantes em geral, a Capital ainda não se abriu efetivamente ao seu domínio.

NOTAS

1 NORONHA SANTOS, historiador e cronista em jornais de grande circulação do Rio de Janeiro, é autor da *Corografia do Distrito Federal*.

2 Edição original - LEFEBVRE, Henri. *La Révolution Urbaine*, Paris: Gallimard, 1970.

3 DUBY, Georges et al – ver nota n.º 2.

4 Existiram 15 capitânicas hereditárias e 12 donatários, com poder quase que absoluto sobre as terras. O povoamento e fundação de vilas eram deliberados pelo donatário, sem a interferência da Coroa (DELSON, 1997).

5 O autor adota, para caracterizar a vida social no período, predicativos referentes à espacialização das relações sociais: este termo se destaca exatamente pela referência direta a parâmetros de avaliação sintática onde a contiguidade entre espaços é um dos fatores mais importantes para determinar a co-presença de indivíduos.

6 Grifo meu: o Rio de Janeiro é disputado pelos Estados Francês e Português, conforme descrito no próximo tópico.

7 Segundo AZEVEDO (1956) no século XVI as cidades criadas pela Coroa foram apenas três: Salvador da Bahia de Todos os Santos (1549), São Sebastião do Rio de Janeiro (1567) e Filipéia de N. Sra. Das Neves (1585 - atual João Pessoa). A escassez de cidades da Coroa na colônia vincula-se a questões jurídicas que, relacionavam o Município (romano), com a fundação exclusiva de cidades em terras da Coroa e não na de donatários.

8 DELSON (1997) levanta estudos que comprovam intenções claras de planejamento na ação dos portugueses ao implantar vilas no Brasil colonial. Seu conteúdo ideológico revela que a morfologia urbana da maioria das cidades brasileiras, mesmo tendo sido desenvolvidas no âmbito da iniciativa privada durante os séculos XVI e XVII, seguiam uma lógica de implantação e estrutura, que manifestavam, não só a experiência sistemática na construção de cidades, como favoreciam o desenvolvimento de um determinado tipo de comunidade urbana.

9 Teria existido um povoado na foz do Rio Comprido, abandonado em prol de São Vicente (CALDEIRA, 1997).

10 A França Antártica (Rio de Janeiro) e a Equinocial (Maranhão) são investidas francesas organizadas à costa brasileira (excluindo-se a pirataria que durou até o séc. XVIII), avalizadas por Henrique II

(rei da França) para contestar o domínio português na América do Sul, por interesses comerciais, e para compensar os calvinistas, excluídos do poder na França. No Rio, ocuparam as ilhas de Villegagnon e do Governador e a costa Sul da baía de Guanabara (CALDEIRA, 1999).

11 DELGADO DE CARVALHO (1988) remete-se a outros historiadores e geógrafos e a NORONHA SANTOS, sem fazer referência direta aos anos e nomes completos das edições. Subentende-se que, tendo sido Noronha Santos um dos mais destacados cronistas e compiladores da história do Rio de Janeiro – é dele a *Corografia do Distrito Federal*, assume-se que sua obra fosse amplamente conhecida. As referências existentes são de VIEIRA FAZENDA, José. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico, tomos I e II, 1921 e 1924. RIBEIRO, João. *História do Brasil*. s/ ref., p.81.

12 FELISBELO FREIRE. História da Cidade do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro, vol. I: 1564-1700, s/ref., 1912*.

13 Inicialmente farinha de mandioca e depois cachaça, usada como moeda de troca no tráfico de escravos.

14 Expansão do território colonial português no Sul, que culmina com a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, no território do atual Uruguai.

15 DELSON (1979) refere-se à planta de Massé e destaca a ligação entre a destruição causada pelos franceses e a busca de novos domicílios pelos moradores da cidade. A autora levanta a questão do domínio público e soberania da Coroa sobre zonas despovoadas (praias) e destaca as restrições à expansão urbana do projeto de Massé (fortificações e proibição de construir fora do perímetro da muralha). A Coroa (1725) também proíbe a construção na linha costeira e nas praias, contra os pedidos da Câmara da cidade, que só dispõe dessas áreas para a construção de casas. Garante-se então o domínio público da faixa litorânea e revoga-se a proibição de construir na planície adjacente a oeste, o que direciona a expansão urbana para o interior.

16 Original do acervo do arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa / manuscrito a nanquim e aquarela sobre pergaminho / consultado em “Do cosmógrafo ao satélite”, (CZAJKOWSKI, 2000, p.50/51). O mapa foi desenhado logo após o ataque dos franceses 1710-11 e indicava muralhas e fortificações, muitas não construídas.

17 CHARTIER, Roger. A história cultural. Entre práticas e representações. *Lisboa: Difel, 1990. Citação extraída de Siqueira Bueno, Beatriz. Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares. In Oceanos – A construção do Brasil urbano, n.º 41, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses jan./mar. de 2000, p. 40-59.*

18 Segundo o Novo Dicionário Aurélio (1986, p.715) *estamento* é cada um dos grupos da sociedade com *status* jurídico próprio (p. e. militares, burocratas, clérigos). Adotou-se o termo por comparecer na bibliografia consultada.

19 DURKHEIM, Émile. Formas elementares da vida religiosa, s/r.

20 Dados extraídos de DELGADO DE CARVALHO (1988).

21 A produção de açúcar nas zonas suburbanas ao centro da cidade – caso da atual Lapa – foi importante para a economia pois “a cachaça era moeda de troca no comércio de escravos” (LESSA, 2000, p. 48).

22 Entre os autores consultados os dados populacionais são discrepantes. Optou-se pelos de DELGADO DE CARVALHO (1988), baseados em NORONHA SANTOS (*Corografia do Distrito Federal*) por serem oficiais do município.

23 Alusão à classe média, inexistente à época. Funcionários alfandegários, artesãos e comerciantes, são identificados como pertencentes à classe mediadora entre os setores mais polares da sociedade: senhores/escravos, elite/depauperados. Cor da pele ou etnia não determinam as diferenças entre escravos/homens livres (dada a miscigenação) mas sim os papéis que desempenham no cotidiano colonial (FREITAS, 2002). Escravos são “despachantes” dos senhores, comerciam por eles e “embarcam mercadorias”. As interfaces da vida pública se darão, sobretudo entre os homens livres e os escravos que desempenham papéis similares.

24 O comércio ambulante, o recolhimento de dejetos e a distribuição de água são tarefas servis ou escravas. No cotidiano, a rua é iminentemente masculina e o trânsito de escravos intenso. Os pequenos artesãos se deslocam para suas lojas, muitas vezes na frente de sua própria residência (NOVAIS, MOTT e ALGRANTI, 1997).

25 O autor refere-se ao caso de Diamantina, analisando mapa de 1782 e dados sobre o tamanho dos terrenos (testada de lotes) e sua possível associação com a segregação espacial de classes sociais.

26 Segundo HILLIER & HANSON (1984, p. 145), transpacialidade e espacialidade “são os graus de transparência ou aparência de uma estrutura social no espaço físico”. Estas duas instâncias denotam não apenas “os tipos de ordenação espacial mas os graus em que a ordenação do espaço aparece como uma conspícua dimensão da cultura.” Pode-se dizer que as relações transpaciais são aquelas baseadas na solidariedade orgânica, denotam maior formalidade, são basicamente associadas a conceitos de classes de indivíduos, que dependem da atribuição de rótulos. Em oposição, espacialidade é centrada no controle mais que no poder, onde as relações diretas entre os indivíduos são mais importantes que as relações entre classes ou grupos afins.

27 FELISBELO FREIRE. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, vol. I: 1564-1700, s/ref., 1912.

28 Sobre tudo se pensarmos em termos de pequenas lojas associadas à moradia do proprietário no mesmo terreno.

29 Práticos que demarcavam as ruas e as hierarquizavam, tarefa assumida por engenheiros militares (fim séc. XVII). Abre-se uma Aula de Engenharia no Rio com a transferência do Governo Geral da Colônia (séc. XVIII). No período “... foi desenvolvido e aperfeiçoado um conjunto de procedimentos técnicos e institucionais com os quais se efetivava o controle do processo de urbanização e dos padrões urbanísticos, tendo em vista objetivos mais amplos, definidos nas políticas de colonização ...” (REIS FILHO, 2000, p.61). Trata-se de padrões espaciais (acepção sintática), que definem a malha urbana e a forma de implantação e crescimento das cidades. PORTAS (2000) e SIQUEIRA BUENO (2000), destacam o papel da engenharia militar nas restrições à expansão da malha urbana.

30 FELISBELO FREIRE. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, vol. I: 1564-1700, s/ref., 1912.

31 Na verdade um tipo de paliçada, ao longo da rua da Vala (Uruguaiana).

32 A muralha mencionada é aquela traçada por João Massé e que limitou a expansão da malha urbana em direção à planície oeste, o que ocasionou o aumento das densidades construtivas e demográficas.

33 LIMA, OLIVEIRA. Sem referência bibliográfica.

34 Como a proteção do porto demandava freqüentes obras nas fortalezas da baía de Guanabara, havia um grande número de engenheiros militares atuando na cidade durante o século XVIII.

35 Antes o embarque era feito através de botes com os navios fundeados em frente à costa.

36 A ourivesaria, segundo a bibliografia, é dominada por escravos sudaneses treinados pelos padres da Cia. de Jesus, atividade que proliferou com o contrabando de prata, avalizado pela Coroa. O controle sobre o ouro de Minas (de interesse da Coroa) e a instalação da Casa de Contos inibe a atividade dos padres e de seus escravos.

37 Em 1785 D. Maria I proíbe manufaturas de tecidos no Brasil, ato de protecionismo às tecelagens inglesas. No Brasil a atividade industrial vai pouco além de manufaturas domésticas, mas no Rio, subprodutos da pesca, como o óleo de baleia, usado na iluminação pública e privada, são de relevância. (AZEVEDO, 1956, p.79).

38 Despachantes aduaneiros, controladores de movimentação portuária. A quantidade demonstra a importância e o movimento do porto da cidade.

39 Na FIGURA 4.5 visualiza-se o perímetro da área atual do centro, incorporando os aterros na faixa litorânea, assim como os aterros de pântanos, lagoas e alagados. Observe-se que a faixa entre os morros do Castelo e São Bento também era composta de mangues e charcos, progressivamente aterrados.

40 Contágio no sentido antropológico do termo, não só de contaminação física, ou transmissão de doenças e epidemias, mas também de segregação de estamentos sociais. O comércio de escravos, uma das maiores fontes de riqueza da cidade, com o crescimento da população, é transferido para uma zona segregada espacialmente e ainda pouco povoada. As punições – a forca e a cadeia – são executadas em local também separado da vida urbana mais ativa, no lado norte da cidade, visualmente isolado pelos morros da Conceição, de São Bento e do Valongo.

41 O termo é aplicado à possibilidade de mobilidade entre classes sociais. Impossível na estrutura social da Colônia, na qual escravos não podem aspirar ao senhorato e, senhores não se tornam escravos, condição determinada por origens étnicas e que caracteriza a composição por estamentos.

42 Segundo DURKHEIM (1973) aquela solidariedade que se consolida através de vínculos de vizinhança, em oposição à solidariedade orgânica. HILLIER & HANSON (1984), destacam que as prerrogativas de solidariedade mecânica tendem a ser especializadas, isto é demandam contiguidade espacial ou seja, carecem de um marco espacial de proximidade para se consolidarem, enquanto que a orgânica tende a ser transpacial – isto é, sociabilização sem necessidade de vinculação a um mesmo espaço físico.

43 O nome remete ao desembarque de mineiros (trabalhadores) e ao embarque de ouro coletado em Minas Gerais.

44 Não se trata de forçar uma interpretação para a configuração espacial da cidade e alocação de um dos rótulos mais importantes da economia colonial. O que quero dizer é que, da metade para o final do século XVIII, o volume de escravos negros trazidos ao Brasil aumenta muito, com destino a Minas Gerais. O reembarque para os portos do Nordeste não é mais imediato. Os escravos passavam períodos longos no Rio até serem comercializados, e conviviam entre si em armazéns onde as etnias se misturavam. Isolados da vida urbana, (seus vizinhos eram padres, a cadeia e a forca, além de pescadores), formam um verdadeiro gueto negro que, no século XIX, inclui pensões e casas coletivas de escravos que “representam” seus senhores nas lides comerciais da corte. Com a abolição, eles se fixam no local já como homens livres. Destaca-se que a segregação espacial, aliada à convivência forçada de várias etnias contribuiu para o intercâmbio e a formação de grupos, seguramente maior que na dispersão do mundo rural.

45 GOMES PEREIRA (1992) diz que os produtos ingleses que inundam o mercado brasileiro e são consumidos avidamente; abarcam desde sistemas de calefação até patins de gelo. Com a obrigatoriedade de comprar cotas de artigos dessa origem, itens sem grande utilidade prática para o nosso clima são usados como matéria-prima para outros artefatos, por exemplo, as lâminas dos patins são usadas como partes de ferramentas de corte.

46 Exceção feita ao abastecimento de água, monopólio estatal (GOMES PEREIRA, 1992).

47 É curioso, numa perspectiva histórica, que o mesmo ocorre no atual Distrito Federal / Brasília, cujo crescimento e urbanização do entorno é significativamente maior do que o dentro do território sob legislação especial. No caso de Brasília, o desenho de cunho modernista, as densidades baixas projetadas para o Plano Piloto e os cinturões de proteção ao núcleo simbólico reforçam este caráter. Pergunta-se o quanto das experiências de controle e ordenação do território iniciadas no final do século XIX e que se estendem até a metade do século XX no Rio, visando a transformação da área central num espaço de representação simbólica nacional, estão exponencializadas na transferência da capital para o centro do país. A limpeza, ordenação e especialização espacial são então levadas ao extremo, fato que no Rio, apesar dos esforços realizados, mais radicalmente, no início do século XX, nunca chegou à plenitude. Assumindo Brasília a condição de Distrito Federal, passarão 15 anos até a Guanabara fundir-se ao seu entorno, passando a ser um estado com capital e não mais uma cidade-estado.

48 Excerto de *Meditação* - GONÇALVES DIAS. *Poesia e Prosa Escolhida*, s/r. in (ALENCASTRO, 1987,p.29).

49 A Corte trouxe para o Rio 2.000 funcionários régios, 200 médicos, 500 advogados, 700 padres e 4.500 militares (fuga das guerras napoleônicas), o que acresce mais 15.000 indivíduos à população da cidade, então com 43.000 habitantes (censo de 1799). À parte, a cidade atrai migrantes brasileiros –mineiros -, e outros estrangeiros - angolanos e moçambicanos - (ALENCASTRO, 1997).

50 As relações de clientelismo sedimentam-se pela diluição dos vínculos estamentais do Período Colonial e se amplificam a partir da metade do séc. XIX por conta das transformações na estrutura da

sociedade escravista. A proteção e o amparo aos dependentes é suprida por meio de uma nova rede de relações, fruto da alteração nas relações de trabalho e de propriedade, que gera maior hierarquia dentro das classes sociais e grupos étnicos. Por exemplo, a mudança do foco do ambiente rural para o urbano, ocasiona mudanças na relação entre senhores/escravos ao desvincular do âmbito doméstico privado a rotina e o controle sobre o cativo. O escravo de ganho não coabita com seu senhor, apenas traz-lhe periodicamente os lucros. Quem controla suas atividades é outro escravo, hierarquicamente superior. Mudam também as expectativas de sucesso das elites: antes bastava ter terras, agora, pertencer a uma classe (advogado, funcionário público), é tão importante quanto (ALENCASTRO, 1997).

51 O surto de cólera (1850) inspira medidas sanitárias capazes de contê-lo, uma delas, a obrigatoriedade dos escravos usarem sapatos na rua para evitar o contágio enquanto a epidemia durasse, acaba por enfraquecer a aplicação da Lei.

52 Da metade do século XIX até a abolição da escravatura proliferam associações de escravos que se reúnem para coletar fundos e adquirir a alforria de seus pares. Inúmeros movimentos organizados com este foco eclodem nas maiores cidades brasileiras, solidificando vínculos impensáveis na dispersão do mundo rural (MATTOSO, 1997).

53 Novas formas de vínculos econômicos e sociais e uma nova lógica econômica, política e social, baseada nos preceitos modernos da divisão social do trabalho (patrão/empregado), da legislação sobre a vida civil, enfraquecem a estrutura escravista de então.

54 KOZERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil, s/r, 1851, p.31.*

55 ABREU (1988) diz que a ocupação ao norte do Centro é impulsionada pela rede ferroviária, que liga as fábricas (suburbanas) ao porto; e que a ocupação ao sul, conectada ao Centro por bondes, concentra as classes mais altas.

56 A 1ª Comissão de Melhoramentos da Cidade (1874) é a resposta do Estado para adaptar o espaço urbano às novas demandas impostas pela industrialização, pela revolução no transporte coletivo, pelo capitalismo liberal, pelo crescimento acelerado da população urbana, pela precariedade de infra-estrutura e pelas epidemias constantes.

57 Dados extraídos pelo autor de *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*: E.EH.LAEMMERT, 1844-1875.

58 AZEVEDO, Moreira de. *Panorama ou descrição dos principaes edifícios da cidade do Rio de Janeiro*, vol.2. Rio de Janeiro, Paula Brito, 1861, p. 232.

59 Dados do censo de 1872 extraídos de DELGADO DE CARVALHO (1988, p.115) e GEIGER (1963, p.153).

60 O Passeio Público, construído sobre o aterro da lagoa do Boqueirão da Ajuda (feito a partir do desmonte de uma ponta do morro das Mangueiras / Sta Tereza- 1783), primeiro jardim público da América do Sul projetado pelo mestre Valentim, é reformulado por Glaziou, integrante da Missão Francesa no século XIX (LESSA, 2000).

61 Extraído do capítulo *Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado*, in ALENCASTRO et alli, 1987.

62 1º Ministro de D. José I, sucessor de D. João V, ainda no Período Colonial.

63 Extraído do capítulo *Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado*, in ALENCASTRO et alli, 1987.

64 Cortiços são habitações coletivas nas quais existe um espaço semi-público para funções compartilhadas tais como sanitários, lavagem de roupas e, em alguns casos, cozinhas, e dá acesso às unidades privativas. Casas de cômodos partem do mesmo princípio mas em geral são adaptações em edifícios existentes.

65 A condição de favelado na cidade do Rio é bastante peculiar e está baseada sobretudo nos vínculos estabelecidos entre a vizinhança. PERLMAN (1977) constata que existem distinções antropológicas entre os grupos formados em favelas das áreas centrais e grupos formados nas favelas de subúrbio.

CAPÍTULO 5

A CONSOLIDAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO ATUAL: O LONGO SÉCULO XX

“A cultura da modernidade é eminentemente urbana e comporta a conjugação de duas dimensões indissociáveis: por um lado a cidade é o sítio da ação social renovadora, da transformação capitalista do mundo e da consolidação de uma nova ordem e, por outro, a cidade se torna, ela própria, o tema e o sujeito das manifestações culturais e artísticas”
(PESAVENTO, 1999, p.158).

5.1 Introdução: um século feito aos pedaços

Neste capítulo, destacam-se momentos síntese da ação de planejamento urbano que o Rio de Janeiro experimenta, com grande intensidade, ao longo do século XX. Primeiro trata-se das reformas urbanas implantadas por Pereira Passos (1903-1907) para logo abordar as obras de intervenção urbana que tem lugar até 1950 e englobam o desmonte final do morro da Castelo, a área remanescente da Exposição Internacional (1922) e o Plano Agache (1937); num terceiro momento, as que ocorrem a partir de 1960, quando a capital é transferida para Brasília e inicia-se o Programa de Desenvolvimento para o Estado da Guanabara (Doxiadis, 1965); e, num quarto momento, avalia-se as mudanças ideológicas e administrativas adotadas no final do século XX nas intervenções urbanas e os padrões espaciais do Centro atual, suas relações e significados em termos de co-presença e apropriação social do espaço, enfim, o que contribuiu na consolidação da configuração do Centro, sejam planos de preservação e revitalização (Corredor Cultural, 1979), sejam outros, setoriais. As transformações morfológicas nos momentos citados são abordadas a partir da ideologia política que as motiva, e das mudanças que geram na estrutura da malha urbana.

A marca do século XX, a modernidade, é consequência direta da Revolução Científica-Tecnológica¹, quando, a partir de novas formas de geração de energia (eletricidade e petróleo), expandem-se e sofisticam-se os equipamentos e processos industriais, o que consolida a unidade global do mercado capitalista (SEVCENKO, 1998). A disseminação de novos materiais e bens de consumo antes inexistentes, torna a conquista e manutenção de mercados imprescindível à sobrevivência da economia de base industrial e tecnológica,

gerando um novo movimento de expansão européia e, mais tarde norte-americana na captação de consumidores.

“O resultado dessa nova expansão européia foi um avanço acelerado sobre as sociedades tradicionais, de economia agrícola, que se viram dragadas rapidamente pelos ritmos mais dinâmicos da industrialização européia, norte-americana e, em breve, japonesa. Não bastava, entretanto, às potências incorporar essas novas áreas às suas possessões territoriais; era necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instilar-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico-tecnológica. Foram essas tentativas de mudar as sociedades, suas culturas e costumes seculares, que desestabilizaram estruturas arcaicas, desencadeando revoltas, levantes e guerras regionais” (SEVCENKO, 1998, p.13).

Os avanços paralelos na biologia, possibilitam a detecção e controle de doenças infecto-contagiosas e, conseqüentemente, o controle e prevenção de epidemias. Isso repercute nas práticas sociais, sobretudo no que estas se referem à produção e ao controle sobre a forma da cidade, suas transformações e crescimento que integram o ideário de evolução social. O estado moderno e capitalista brasileiro, insipiente no final do século XIX, guarda contradições evidentes entre os processos de emancipação política, dependência econômica e estruturação social que moldam a identidade brasileira. Nesse processo, a solução de problemas urbanos e a construção simultânea de uma identidade física para a capital desempenham papel fundamental na consolidação do poder político, na dinâmica econômica e na solução de problemas sociais. Intervir na cidade é sinônimo de intervir na sociedade ou, pelo menos, na imagem de modernidade que se busca para esta e para o país. Assim, as prerrogativas pombalinas, de construção de um sistema de cidades que atestasse o poderio da Metrópole, sobrevive sob a égide de novos ideários desenvolvimentistas que obliterem o passado colonial.

A capital sintetiza os princípios da nova ordem política, de autonomia e integração na economia global, e de realização do potencial de grande nação mundial. E os modelos inspiradores oscilam entre ordenação e monumentalidade, solução de problemas infra-estruturais e disciplina social. A insolvência desses paradigmas no Rio de Janeiro, culminam com a construção de Brasília (1955-60), signo de renovação, modernidade e distinção. Nesse processo, o Rio de Janeiro, cujo papel econômico é superado por São Paulo, não realiza o signo de prosperidade e desenvolvimento social pretendido e mergulha na decadência econômica, que obriga a revisão dos paradigmas adotados para o planejamento urbano até então.

5.2 Vida social: identidade imprópria, ou os mitos do cosmopolitismo

“As mudanças ocorridas no final do século XIX e início do século XX foram ímpares na história do mundo, tanto em relação à velocidade e a intensidade das transformações, quanto na reelaboração da experiência social, alavancadas pela dinâmica da economia internacionalizada” (SEVCENKO, 1998, p.7).

O quarto volume da *História da Vida Privada no Brasil* (1998) inicia com indagações sobre o estudo da história contemporânea brasileira, e especula acerca da polaridade na assimilação dos mitos formadores da identidade nacional. A intenção de restabelecer o diálogo “... entre conjuntura e estrutura histórica a partir de recortes de longa duração, imobilidades que permitem decompor a história em planos escalonados ...” (SCHWARCZ, 1998, p.8), reafirma o foco na estruturação de comportamentos sociais duradouros, que se identificam com os períodos assinalados. Trata ainda da identidade de grupos ímpares fortalecida frente à metrópole sem face, ao mesmo tempo que a hegemonia ideológica do estado moderno aponta para a identificação dos brasileiros, miscigenados e plenamente assimilados culturalmente.

As práticas sociais nas esferas pública e privada da vida brasileira contemporânea, de forma mais ou menos constante, são fundadas na percepção do Estado e das instituições civis como abstrações necessárias, mas desvinculadas da realidade imediata dos cidadãos. Os limites difusos entre a esfera pública e a privada podem ser, em parte, creditados ao exercício débil da cidadania, ao alijamento dos processos políticos gerados, não só pela pobreza, mas, inclusive, pelo forte contraste entre o moderno e o arcaico. A integração do país numa realidade global não supera a distinção efetiva das práticas sociais restritas aos grupos etnoculturais ou regionais, gerando um modelo político, no qual o privado, estará incutido na conformação do imaginário que sustenta a vida pública, e vice-versa.

A partir da instituição da República, o Brasil persegue, no plano político, a marca da modernidade, num esforço permanente de anulamento do passado colonial, monárquico e escravista. Por outro lado, as práticas sociais denunciam um atavismo ao sistema patriarcal/clientelista/personalista, reproduzido de forma perene. A construção de uma identidade nacional, passa pela construção da imagem de comportamentos emblemáticos de parcelas da população, e reafirma a alteridade de grupos sociais, distanciados das práticas cotidianas. EVENSON (1973), aponta a ambivalência e a fluidez de nossas práticas culturais, políticas e sociais, sintetizadas na expressão *mais ou menos*, aplicável a toda e qualquer situação em discussão entre brasileiros. Impossível negar a ambigüidade entre a imagem projetada nacionalista, e as práticas efetivas, enquanto agentes sociais. SCHWARCZ (1998) enfatiza essa fluidez e considera, o *mais ou menos* introjetado nas nossas falas, a síntese da pauta social e política do século XX. Isto marca a avaliação das transformações sociais e espaciais pelas quais passa o Centro do Rio de Janeiro.

PESAVENTO (1999), ao abordar as reformas urbanas promovidas por Pereira Passos, chama atenção para o poder que as transformações urbanas pontuais tem na representação simbólica coletiva. Isso porque o objetivo final, expressar modernidade e cosmopolitismo, independe da eficácia real das ações ou de fidedignidade ao modelo inspirador.

“No caso brasileiro, a representação provoca o efeito de “verdade”, e a cidade imaginária se sobrepõe à cidade real. Assim, se a reforma do Rio de Janeiro promovida pelo Prefeito Chico Passos, foi feita no intuito de construir uma Paris “sur mer” na sua vertente tropical, o distanciamento entre a intenção e o resultado não invalida a força da construção imaginária” (PESAVENTO, 1999, p.161).

O que demonstra que essas transformações assumem, em sua dimensão simbólica, o papel de metáfora social suficiente para que se estabeleça uma identidade própria para a cidade e, que esta se torne um símbolo reconhecido nacionalmente (PESAVENTO, 1998). A vida social no Rio de Janeiro é marcada por esta busca de identidade simbólica e, pelo conseqüente ocultamento do que não interessa mostrar, porque entende-se que a afirmação da modernidade e da maturidade política deve passar ao largo da diversidade, apontando os comportamentos reprováveis daqueles que não se adequam, ou não podem se adequar, aos modelos progressistas. A perseguição aos modelos importados, adaptados à realidade local gera uma “... sociedade marcada pelo capitalismo burocrático ...” (CASTRO GOMES, 1998, p. 541), baseado numa cultura patrimonialista, na qual o estado é a origem de todo o poder político, de fundo privado, ou seja, calcado nas pessoas eminentes. O poder político personalista ou personalizado marca a dicotomia entre a vida pública (culpa-se ou glorificam-se as pessoas, que são vistas desvinculadas da ideologia, que na verdade representam), e nisso inclui-se a expressão política e a organização dos diferentes segmentos da sociedade, e a vida privada, nas quais são resguardadas posições idiossincráticas em relação ao comportamento dominante do grupo social.

O planejamento integra, ao longo do século, o rol de ações civilizadoras e é o instrumento preferencial de controle, ordenação e modernização da sociedade. A solução de problemas sociais via planejamento, renovação ou revitalização urbanas são uma constante, não só no caso do Rio de Janeiro, mas no do Brasil.

“*Todavia, a especificidade da vivência urbana em ritmo de modernização não é a sucessão da barbárie à civilização, como etapas de uma evolução, mas a sua convivência e permanência lado a lado, a acentuar a perversidade do processo de modernização urbana*” (PESAVENTO (1999, p.225).

No final do século XX, as ações de planejamento comparecem como estratégia de valorização do Rio de Janeiro e veículo de sua inserção na competição por investimentos econômicos de grande porte. De certa maneira, a idéia de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente social, continuam atrelados às transformações do espaço físico, mesmo que sob a luz de novos paradigmas.

5.3 Zunga³ na *Paris tropical*⁴: a máscara de beleza de Pereira Passos

As intervenções urbanas no Rio de Janeiro, realizadas durante a presidência de Rodrigues Alves⁵ e efetivadas por Pereira Passos, prefeito do Distrito Federal; Lauro Muller⁶, engenheiro; e o médico Oswaldo Cruz, são objeto reiterado de pesquisadores. A tríade plenipotenciária tinha como meta um projeto de reforma urbana que, simultaneamente, modernizasse a imagem da cidade e simbolizasse uma nova era para o país; ampliasse a infra-estrutura do porto e melhorasse suas ligações com os subúrbios e o interior; e resolvesse os problemas das epidemias por meio do saneamento.

A maioria dos trabalhos sobre o período volta-se para a construção da imagem cosmopolita da cidade e para a exclusão de um parcela significativa da sociedade no processo. DAL BRENNNA (1985), LAMARÃO (1985), DEL RIO (1991) e PESAVENTO (1999) são algumas referências de base para as mudanças instrumentais na configuração urbana do Centro do Rio. Dados e datas sobre obras públicas baseiam-se em SANTOS (1981) e DELGADO DE CARVALHO (1988); informações sobre o uso habitacional em CARPINTÉRO (1994) e QUEIROZ RIBEIRO (1997).

A remodelação da capital (1903/1906) é facilitada pelo fechamento do Conselho Municipal (1902), que outorga plenos poderes aos executores das reformas, e impede o questionamento dos atos praticados pelo executivo⁷. Assim, a normatização para a ocupação de terrenos privados (Prefeitura do DF, Projeto de Alinhamentos, 1904)⁸, - a Regulamentação de Obras Públicas - é implementada (SANTOS, 1981), e ruas são abertas, retificadas, alargadas e ajardinadas, segundo o *Plano de embelezamento e saneamento da cidade*. A crise sanitária (epidemias reincidentes) do final do século XIX motivara a criação da Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro (1875), e a reforma urbana de grande porte que se engendrava em prol da modernidade, visava, dentre outros objetivos, a remoção das habitações coletivas da área central, onde vivia a maior parte da população pobre e, portanto, dos “problemas urbanos”. Condenavam-se certos tipos de sociabilidade populares, para as quais a habitação coletiva era o marco espacial mais forte, prejudicial à imagem do país e aos valores das elites.

“Assim, a uma deliberada expulsão dos pobres do centro da cidade, motivada pela demolição de cortiços e destruição de antigas ruas, seguiram-se proibições de hábitos e costumes populares, numa verdadeira remetida disciplinaria: cães, vacas, mendigos, pessoas descalças ou sem paletó são impedidos de circular livremente pela cidade, como até então faziam. Além disso ordena-se a destruição dos quiosques, por serem redutos de socialidades condenáveis” (PESAVENTO, 1999, p.176).

O conteúdo ideológico do *Plano de Embelezamento e Saneamento da Cidade* (FIGURA 5.1) permite, pela primeira vez, imbuir o discurso da modernidade de ações instrumentais de larga escala que, ao introduzir uma nova lógica na construção do espaço da cidade, gera transformações profundas na sociabilidade entre as classes e na imagem da capital.

5.3.1 Padrões espaciais e co-presença: a segregação dos códigos e a concentração da centralidade

O traçado das novas ruas e quarteirões propostos no *Plano*, de inspiração *haussmaniana*⁹ (SANTOS, 1981), refere-se a Paris, símbolo da nova era industrial, forte o bastante para gerar uma imagem de grandiosidade, oposta ao da cidade colonial caótica. Ao abrir eixos diagonais rasgando a grelha deformada existente, o desenho proposto por Passos repete a fórmula aplicada na *cidade luz*¹⁰ - os *boulevares*. O contraste entre os novos tipos de espaços públicos que surgem disso, e os existentes é notável. Além de romper com a ordem então existente, a mudança de escala no tamanho dos espaços públicos é definitiva para a transformação dos padrões espaciais do Centro.

“Paris é, pois, a forma acabada de realização da complexidade social e da natureza dos contatos que só a modernidade foi capaz de propiciar, tornando-se a fonte inspiradora de um imaginário “exportável”. (...). O traço paradigmático e metonímico dessa representação do mundo leva ao centro do que definiríamos como “o efeito do espelho” que se realiza no Brasil, particularmente após a reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro” (PESAVENTO,1999, p.159).

As obras começam com o desmonte do morro do Senado (1901), destinado ao aterro para expansão da Zona Portuária (norte). Sobre o arrasado abrem-se novas ruas na região da Lapa, que é incorporada ao tecido urbano central através do Campo de Santana, antes isolado pelo morro. O novo parcelamento, definido por diagonais, tem nas Av. Mem de Sá (1.550m de comprimento), que liga o largo da Lapa à Frei Caneca, e Salvador de Sá (1.000m), seus eixos mais importantes, que se cruzam na praça da Cruz Vermelha, pólo irradiador de quarteirões que tendem à forma triangular, que caracterizam o novo bairro em consolidação, distinguindo-o do entorno ao qual se integra. O impacto dessa expansão

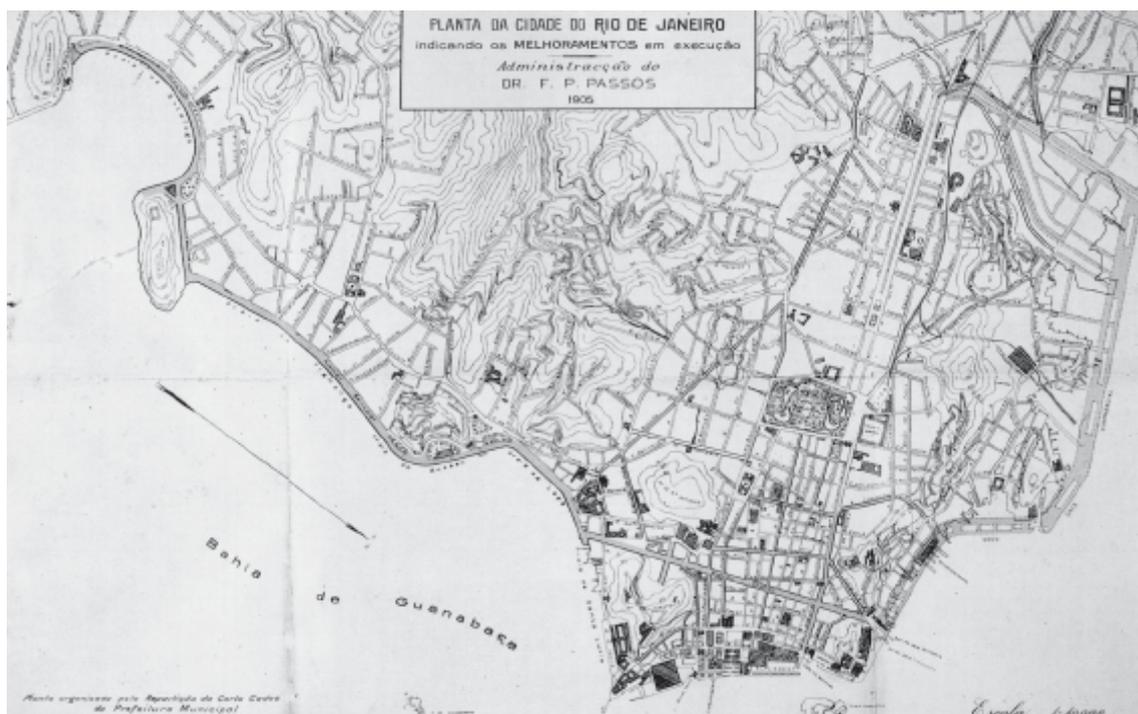


FIGURA 5.1 - Planta reformas de Pereira Passos - Anônimo /1905.

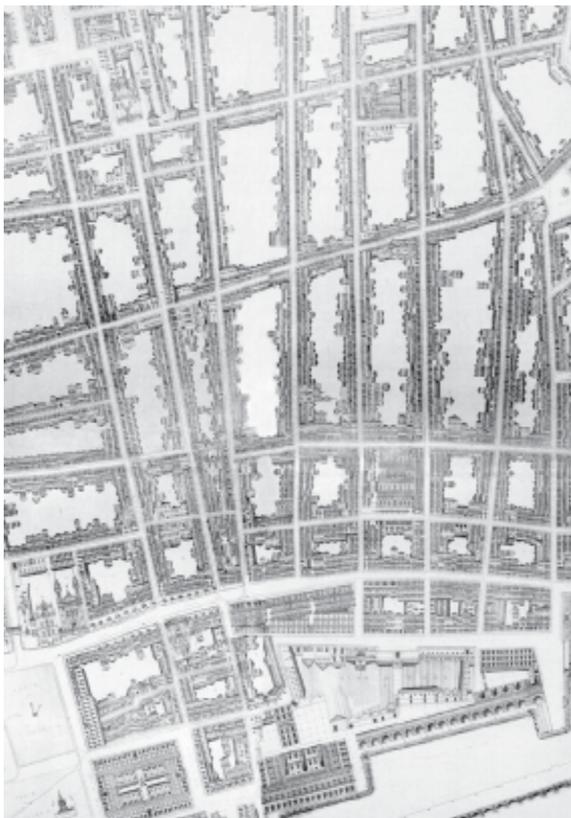


FIGURA 5.2 - Detalhe mapa centro antigo / Fragozo 1874.

da malha urbana, em zona pouco ocupada não terá a intensidade do provocado pela abertura da Av. Central - um corte cirúrgico sobre parte do tecido urbano consolidado desde o Período Colonial -, intervenção viária que transforma de fato a morfologia do Centro do Rio de Janeiro. Ao rasgar os quarteirões existentes, impõe uma nova lógica na articulação dos espaços públicos, promovida pelo seu traçado diagonal e ocasiona mudanças significativas nos padrões espaciais existentes.

A largura média das ruas do Centro era de 6 a 8m, e os quarteirões formavam ilhas mais ou menos regulares, com forma tendente ao retângulo e ângulos próximos de 90°. A relação dos terrenos privados com as ruas era feita por um único acesso frontal, pois os lotes estreitos (6 a 8m de testada), tinham as frentes totalmente construídas. A maioria dos imóveis apresentava entre 2 e 4 andares e compunham um conjunto contínuo que definia o perímetro das ruas. A densidade de ocupação dos terrenos também era alta, chegando aos 95% nas áreas mais congestionadas. Para abrir a Av. Central¹¹, foram demolidos 590 imóveis, e do arrasamento, surgiram quarteirões triangulares ocupados por edifícios com mais de uma frente.

Com 1.975m de extensão (da praça Mauá à Av. Beira-mar) e 33m de largura, a Av. Central, no local onde se articula com a Av. Beira-mar, forma uma esplanada (hoje Cinelândia), ampliada posteriormente, pelo desmonte da parte sul do morro do Castelo. O parcelamento do solo nesse trecho é distinto, prevendo a introdução de equipamentos públicos de grande porte tais como o Teatro Municipal (1904), a Escola Nacional de Belas Artes (1906), Palácio Monroe¹² (1906) e a Biblioteca Nacional (1910)¹³, edifícios monumentais que contrastam com o entorno, constituindo-se em ilhas formadas por um só edifício, desproporcionalmente maiores às existentes. Nem a igreja de São Francisco e o teatro (hoje João Caetano), que tem essas características, competem com a mudança de escala promovida por esses novos equipamentos (FIGURA 5.2).

A conseqüência mais notável da abertura da Av. Central foi a introdução de espaços públicos de grandes dimensões e a alteração das relações entre estes e as ilhas espaciais. Por ocuparem todo o quarteirão, os edifícios geram grandes extensões periféricas sem contato com o espaço público (sem portas), concentradas num só lugar (praça Floriano/Cinelândia), uma lógica diversa da praticada até então. A monumentalidade dá conta do

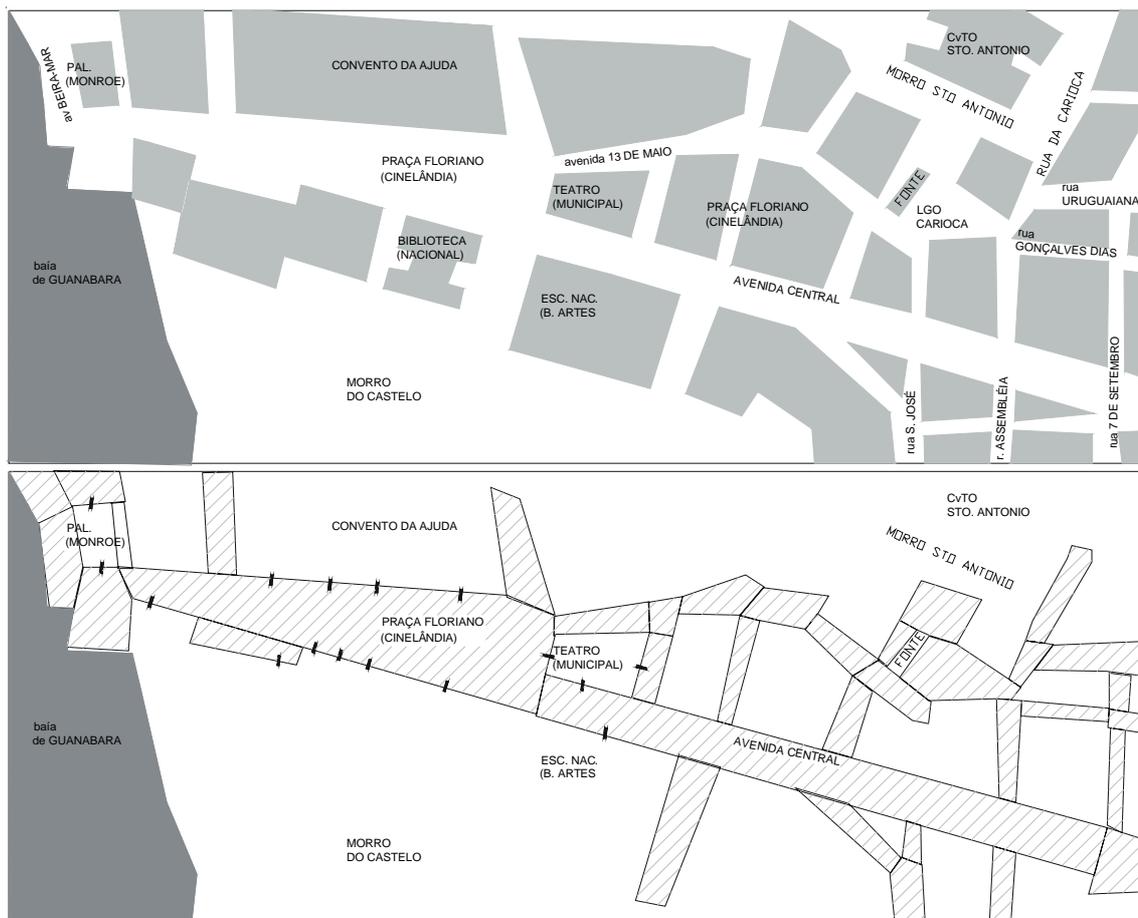


FIGURA 5.3 - Detalhe de ilhas espaciais e espaços convexos / praça Floriano e Av. Central 1905.

investimento feito pela administração pública nos códigos transpaciais, denotando maior formalidade na tipologia morfológica adotada.

Na cidade colonial os edifícios públicos e simbólicos estavam inseridos nos quarteirões, lado a lado com as habitações, e mantinham com a rua a mesma relação interior/ exterior que os outros edifícios (FIGURA 5.2). Num segundo momento, no século XIX, algumas igrejas mais importantes (como a de São Francisco), passam a definir uma das faces de um largo ou praça, bem como, o Senado, a Câmara Municipal e outros equipamentos públicos. O mesmo não acontece com o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e o Palácio Monroe, cujos espaços convexos (FIGURA 5.3) por eles delimitados, são tão maiores que os existentes até então, que os edifícios se tornam plenamente apreensíveis em sua tridimensionalidade (HOLANDA, 2002).

A praça Floriano limitada de um lado, pelo morro do Castelo, e de outro, pelo convento da Ajuda (FIGURA 5.4), instaura uma nova lógica formal onde, o seus lados norte e sul são definidos por apenas um edifício de grande porte, separados por um espaço aberto onde prepondera a extensão linear.

Diversas ruas foram alargadas, ou tiveram seu traçado retificado, com objetivo de melhorar o tráfego na região, e promover “...melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas ...” (DELGADO DE CARVALHO, 1988, p.98), o que facilitou a instalação das rede de coleta de dejetos e abastecimento de água e galerias

fluviais, além de “...encurtar as distâncias a percorrer na cidade ...” (DELGADO DE CARVALHO, 1988, p.98), o que pressupõe um aumento geral na acessibilidade do sistema (maior rasidade). Destacam-se as ruas da Assembléia, Carioca, Marechal Floriano, Sacramento (Av. Passos), Camerino, Uruguaiana, Treze de Maio, do Acre, e do Hospício (B. Aires). E também a rua Sete de Setembro, ligando a praça XV à Av. Central, cuja abertura melhora a ligação entre o velho centro simbólico e o novo centro, definido pela Av. Central, recém aberta (REZENDE, 1999).



FIGURA 5.4 - Av. Central e praça Floriano / Malta 1905.

A Av. Beira-mar, construída sobre aterro, acompanha a orla sul do Centro, começando no sopé do morro do Castelo e terminando na enseada de Botafogo. Este passeio marítimo, com 33m de largura e 5km de comprimento, conecta o porto (praça Mauá, via Av. Central) à Zona Sul, área de expansão urbana que abriga indústrias (tecelagens e moinhos) e áreas residenciais, sobretudo de classes mais altas; articula também a ligação com o Rio Comprido e o Catumbi, através da recém-aberta Av. Mem de Sá / largo da Lapa.

A Av. Beira-mar, construída sobre aterro, acompanha a orla sul do Centro, começando no sopé do morro do Castelo e terminando na enseada de Botafogo. Este passeio marítimo, com 33m de largura e 5km de comprimento, conecta o porto (praça Mauá, via Av. Central) à Zona Sul, área de expansão urbana que abriga indústrias (tecelagens e moinhos) e áreas residenciais, sobretudo de classes mais altas; articula também a ligação com o Rio Comprido e o Catumbi, através da recém-aberta Av. Mem de Sá / largo da Lapa.

Do mapa de *integração global* (FIGURA 5.5), deduz-se que a introdução do eixo axial equivalente à Av. Central, capta boa parte da integração disseminada mais equanamente por outros eixos menores no sentido norte/sul, sobretudo, do eixo da rua Uruguaiana, que no período anterior (século XIX) era a mais integrada nesse sentido. A linha axial que a representa, instaura uma permeabilidade contínua entre uma ponta e outra do Centro, tornado-se o espaço mais raso da configuração. A rua São Pedro continua sendo a mais integrada no sentido leste/oeste, mas a retificação da rua do Hospício (atual Buenos Aires), divide com ela, o posto de espaço mais raso.

A abertura da Av. Central também provoca uma pequena diminuição na profundidade média dos espaços do morro do Castelo, por conectar-se diretamente a eles por meio da praça Floriano. Nota-se que, apesar da Av. Central cortar o vale norte (praça Mauá) junto ao morro da Conceição, a profundidade média dos espaços do Morro, é mantido pelo fato de suas conexões, com a parte plana, já se darem através das ruas do Acre e Camerino, secundárias na hierarquia de integração. Quanto ao eixo rua dos Inválidos/Visconde da Gávea, um dos mais integrados globalmente também no século XIX, é reforçado pela abertura da Av. Mem de Sá, na Lapa, o que lhe atribui maior força na *integração global*.

O mapa de *integração local-R3* (FIGURA 5.6) denota de imediato uma sensível diminuição da distribuição de força de integração disseminada de forma mais ou menos equilibrada no sentido norte/sul, leste/oeste, e a manutenção dos mesmos eixos mais integrados globalmente também em nível local. No século XIX, notava-se uma distinção

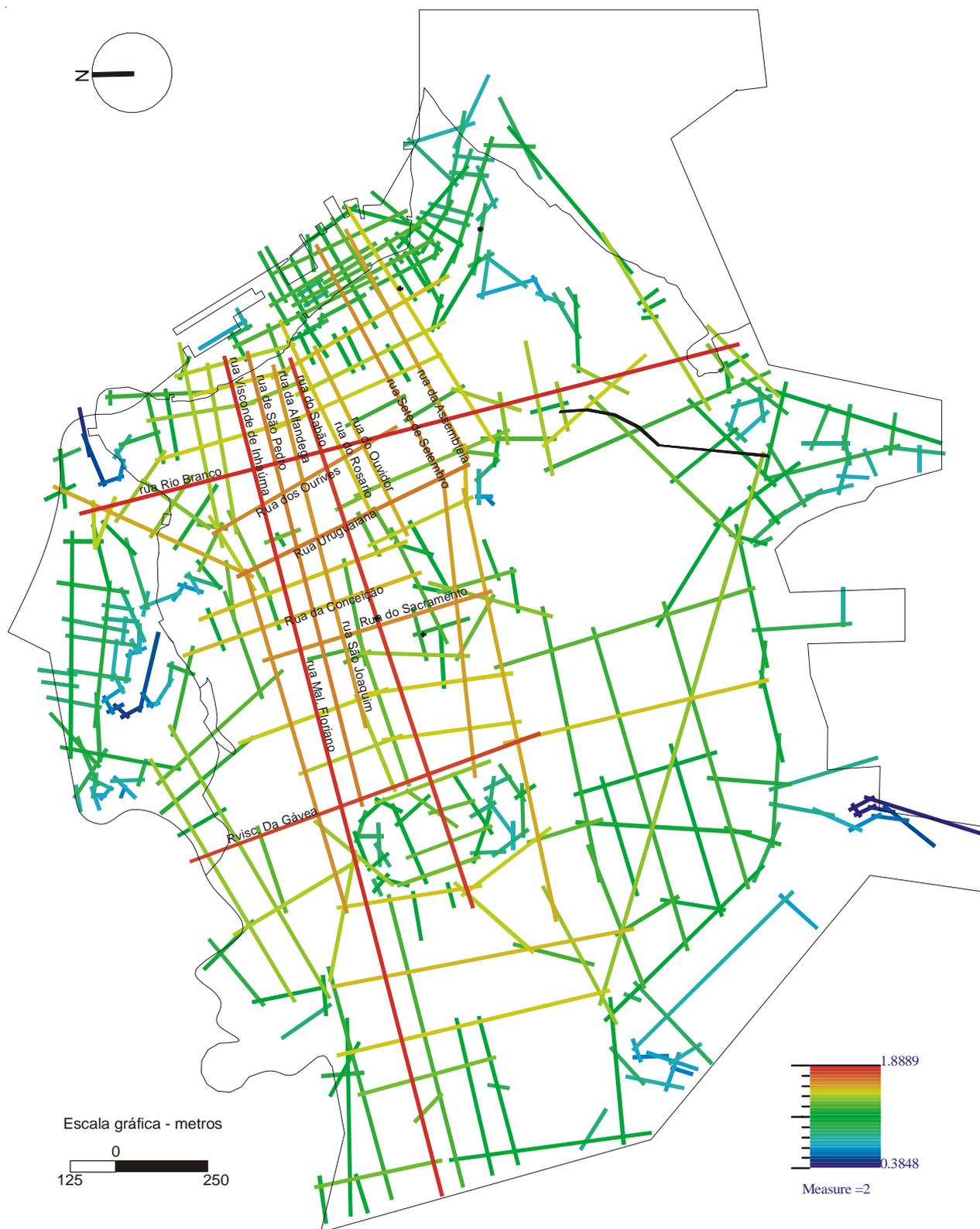


FIGURA 5.5 - Mapa integração global do Centro do Rio de Janeiro / 1905.

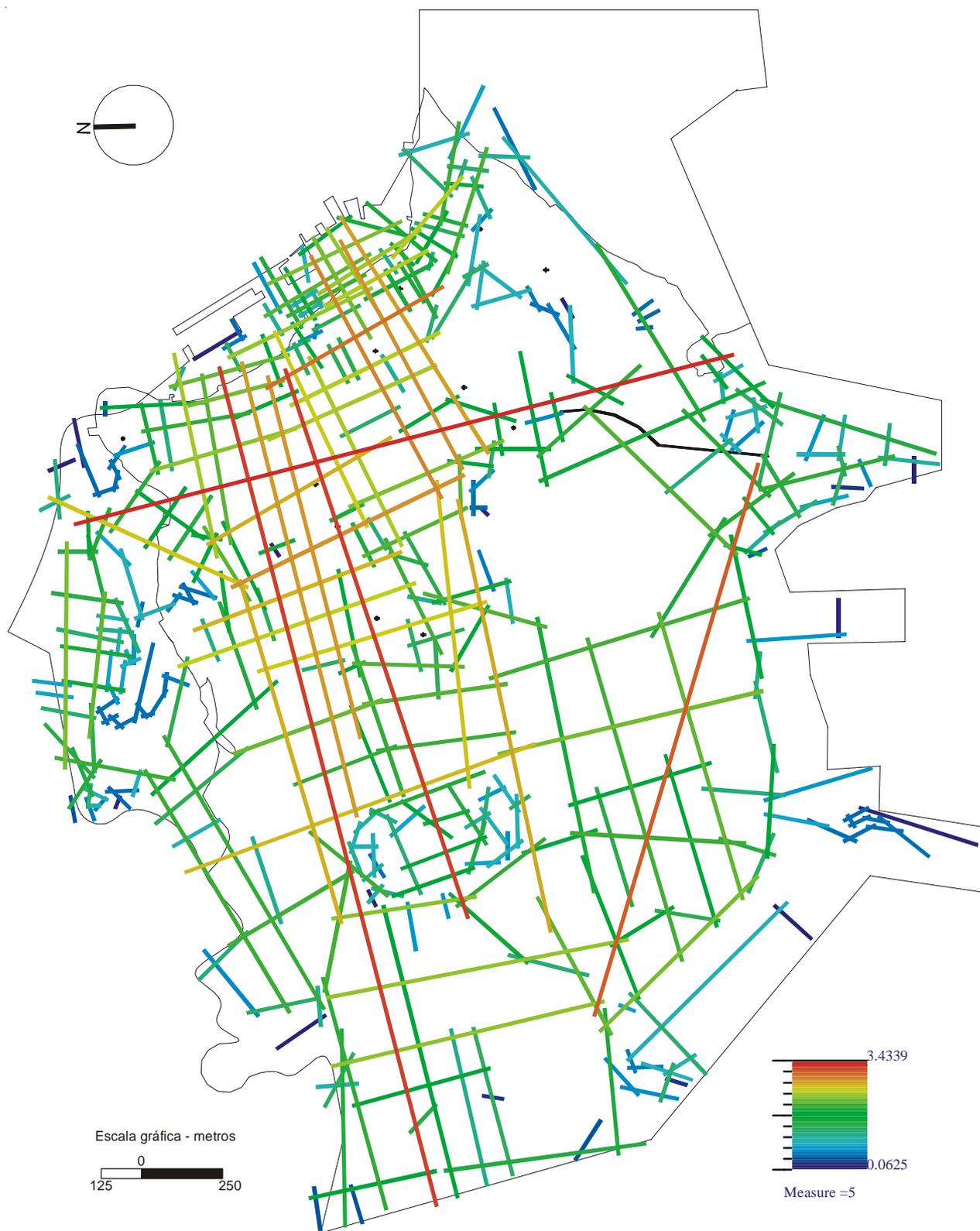


FIGURA 5.6 - Mapa integração local-R3 do Centro do Rio de Janeiro / 1905.

efetiva entre os espaços mais significativos para a comunidade urbana local (moradores) e os espaços de representação da capital (estranhos), que se dilui com esta reforma urbana. Por exemplo, a rua do Ouvidor perde expressão sintática, assim como, todas as linhas que partem da praça XV (mercado) em direção ao Campo de Santana. As únicas que mantêm a integração alta localmente, são a São Pedro e a Buenos Aires.

Essa forte correspondência entre as linhas mais integradas globalmente e localmente (à exceção da Mem de Sá), com capacidade de se tornar um pólo de permeabilidade local, evidencia, que uma das intenções do projeto de embelezamento da capital, que tem como meta subliminar erradicar, ou diminuir sensivelmente, a moradia no centro da cidade, possui todas as condições alcançar o efeito desejado, ao desmantelar a rede de integração local, relacionada às práticas cotidianas e às centralidades de bairro, reforçando as referências à cidade como um todo e os códigos transpaciais sobre os espaciais, ou seja, fragilizando o controle do morador e fortalecendo o do estranho.

De fato, a abertura de novas ruas e a retificação das existentes, ocasiona a demolição de áreas densamente ocupadas por habitações e moradias coletivas, como os cortiços e as casas de cômodos. A expulsão de milhares de famílias, desses imóveis, causa uma superocupação dos *zungas* remanescentes, até que estes também sejam demolidos, deixando como alternativa às famílias desabrigadas, a ocupação dos morros da área central, que continuam sendo os seus espaços mais segregados, tanto local, quanto globalmente.

5.3.2 Vidas social e espacial: uma avenida entre o lado claro e o lado escuro

A vida social do início do século XX no Rio de Janeiro é marcada pela condenação e repressão das práticas sociais populares, bem como, pela extinção dos parques locais de reunião das camadas empobrecidas da sociedade. Na literatura abundam exemplos de como o Poder Público vale-se, de todos os meios possíveis, para promover mudanças nos hábitos dos cariocas. As ações educativas e corretivas, dos costumes considerados nefastos à imagem de país rico, moderno e desenvolvimentista, permearam as instâncias de poder, desde a urbanização até a economia e o saneamento público. A legitimação de atos hediondos frente à maioria esmagadora da população carioca, passa pelos discursos sanitaristas e pela contenção de epidemias, que rotula como sujos e doentios os hábitos e os locais de socialização populares.

CARPINTÉRO (1994, p.127) chama de “terrorismo microbiano” às preocupações com a insalubridade nas grandes aglomerações urbanas e os problemas decorrentes: a propagação de doenças infecto-contagiosas fomentadas pela densidades habitacionais excessivas e por equipamentos e atividades insalubres dentro do perímetro urbano (cemitérios, matadouros, hospitais e moradias pobres). FOUCAULT (1981) destaca que esses problemas se tornam centrais para o Estado, quando a pobreza passa a representar uma ameaça social. No Rio de Janeiro, a ameaça, era o enorme contingente de pobres sem trabalho (sobretudo negros), vivendo no Centro da capital de um estado republicano que se

pretendia moderno, cuja elite dirigente era, numericamentemuito inferior, e a estratificação econômica e social, um abismo intransponível, daí, emergindo os preconceitos que explodem em conflitos.

Se essa nação tem incutida na sua estrutura social o peso do escravismo, o hábito de considerar o *outro* e seus costumes inferiores, maus ou pecaminosos, a incorporação das fobias oriundas das teorias médicas do século XIX, que vêm na moradia uma das principais funções e, ao mesmo tempo, problemas das cidades modernas, faz sentido. A atividade portuária, então representativa para a economia nacional (o Rio era o 3º porto da América, atrás de Nova Iorque e Buenos Aires) sofre não só com problemas de infraestrutura e logística, mas também com os surtos epidêmicos, cuja culpa da proliferação é imputada às moradias coletivas (cortiços), que abrigam 12% da população urbana (100.000 hab.), com densidades médias de até 423 hab./ha.

A guerra aos cortiços, iniciada em 1868, é intensificada e incutida de uma ideologia, que abarcava desde a falta de moral e a promiscuidade em que viviam os pobres, até o aumento da criminalidade provocado pelas aglomerações. Pelos relatos nota-se que na visão elitista o pobre/negro não tem acesso à cidadania plena, sendo ameaçador à sociedade de preconceitos arcaicos amparados num discurso moderno. Ao desalojar milhares de pessoas, o Poder Público não lhes oferece nenhuma alternativa (não há garantia ao direito básico de moradia), nem de melhoria de condições econômicas, apenas retira dos já despossuídos, o pouco que lhes resta, o que causa revolta, inclusive armada, como a Revolta da Vacina (1904), que ameaça o poder e a integridade física da classe dirigente. O foco principal de resistência à vacinação em massa, compulsória e forçada (e, portanto, uma manifestação de que o corpo dos cidadãos de 2ª classe poderia ser violado, assim como o corpo dos escravos pertencia ao senhor), foi o famoso *Cabeça de Porco* (FIGURA 5.7). Cortiço com mais de 4 mil habitantes, comparável a uma cidade dentro da cidade, sua destruição foi emblemática da resistência, por um lado, e da erradicação de um tipo de sociabilidade nociva, por outro, dando idéia de como a urbanidade (calcada no controle do morador), ameaçava efetivamente a comunidade virtual, tendo-se tornado o símbolo das reformas urbanas e da maneira que estas interferiram na vida social e espacial do Rio.

Destaca-se a organização comunitária nos cortiços baseada no controle espacial efetivo dos moradores. A partir daí, entende-se a sua capacidade de resistência, embasada nas práticas sociais pautadas pelo marco espacial, que inclui a partilha dos espaços de convívio e de serviços - banheiros, cozinhas e pátios de lavagem de roupa, geralmente centrais -; o controle coletivizado sobre os outros moradores - as crianças e os estranhos - ; assim como a manutenção de redes de solidariedade entre os moradores, capazes de ajudar a enfrentar as adversidades do cotidiano (CARPINTÉRO, 1994). O controle exercido entre os vizinhos é a garantia de manutenção da moral e conseqüente estabilidade da comunidade (RIO¹⁴ *apud* PESAVENTO, 1999, p208), o que vai contra a imagem oficial do cortiço como um lugar desorganizado, antro de perdição e formador de criminosos. “A

cidade reproduzia espacialmente as divisões sociais: os lugares tinham códigos, cujo acesso os frequentadores conheciam, mas que eram estranhos aos demais que lá se aventurassem” (PESAVENTO, 1999, p.223).

Além de atacar o cortiço, sem apresentar outra alternativa que a transferência dos desalojados para os morros da área central, onde, tirando vantagem da segregação espacial (que os torna menos ameaçadores perante a nova cidade), os pobres podem reproduzir as práticas nas quais o controle do morador é vital e, portanto a base de uma solidariedade francamente espacial, o Poder Público ataca outros rótulos indesejáveis na paisagem da capital, entre eles, os quiosques e bares. Estes locais de reunião disseminados pela cidade, eram o ponto de encontro de comunidades de base solidária transpacial, agregando sambistas, capoeiristas, estivadores, etc., identificados por tradições culturais, vínculos de trabalho ou de lazer, mas não necessariamente vinculados espacialmente.

A consolidação de instâncias de solidariedade social distintas, a transpacial, relativa à elite, e a espacial, relativa aos pobres, é entendida como excludente nessa experiência de planejamento. É preciso suplantar ou acabar com qualquer tipo de vínculo espacial no perímetro do Centro e alijado para as áreas mais segregadas do entorno. Ao mesmo tempo, a valorização dos códigos transpaciais das classes dirigentes, únicos considerados válidos, traduzem-se na construção de novos lugares públicos, concebidos com maior formalidade e monumentalidade, voltados para a representação nacional.

“...de todas as formas, o processo de construção da identidade urbana do Rio, afirmada como uma das facetas da realização de uma identidade nacional, revela o caráter de classe que marca a consolidação das elites: a sua excludência, assinalada pela negação do povo” (PESAVENTO, 1999, P.170).

A citação refere-se, à construção de uma vida espacial, calcada numa redistribuição dos rótulos (usos e funções), que também contribuem para a reafirmação da hierarquia inscrita no desenho e, na consolidação dos valores transpaciais, referentes às classes dominantes do país. Em linhas gerais, observando-se a FIGURA 5.7, pode-se dizer que o núcleo simbólico e de maior concentração de edifícios institucionais ligados à arte, à cultura e ao progresso técnico, concentram-se ao sul do eixo de maior integração da malha urbana, a Av. Central, e a uma praça monumental (Floriano). Ao longo desse eixo, são construídos edifícios ecléticos que abrigam o comércio sofisticado e os pontos de reunião elitistas (restaurantes, hotéis e clubes).

“A avenida Central, com sua predecessora, rua do Ouvidor, eram os espaços de referência para a vida mundana e cultural, como marcos arquitetônicos e urbanos da cidade que se queria. Os referenciais da cidade velha iam aos poucos sendo destruídos e a percepção espacial reorientava aquela do tempo: o Rio apagava o seu passado e inscrevia o seu futuro no presente” (PESAVENTO, 1999, p185).

O comércio da rua do Ouvidor se mantém, assim como a prática da elite de circular por ali, ver e ser visto, incorporando ao circuito, a Sete de Setembro e a Av. Central: “perdoa-me, artéria da civilização patricia, perdoa-me, avenida da elegância e do



FIGURA 5.7 - Mapa rótulos espaciais e linhas axiais do Centro do Rio de Janeiro / 1905.

espírito fluminense, não passas de uma viela atarracada e sórdida.” (COELHO NETTO¹⁵, *apud* PESAVENTO, 1999, p.189). O eixo de representação política está no Campo de Santana, mas, todos os equipamentos simbólicos concentram-se ainda junto ao velho Centro, transformado.

As sedes do Banco do Brasil e dos Correios, ambas na rua 1º de Março, esquina com a São Pedro (atual Pres. Vargas), sinalizam a manutenção dos equipamentos financeiros (próximos às ancestrais Casa de Contos e Alfândega) no mesmo lugar, e portanto, numa área então densamente ocupada pelo uso habitacional, a Candelária (FIGURA 4.18). O comércio popular se consolida entre os eixos definidos pela São Pedro e Buenos Aires, alimentado por novos negócios de imigrantes libaneses, sírios e judeus, que chegam ao Brasil na virada do século. A área lindeira à praça Mauá e aos morros da Conceição e do Valongo, e a estação Férrea são o pólo industrial e de estocagem de mercadorias.

O impacto da Av. Central na valorização dos terrenos circundantes é tamanho, que as habitações, sobretudo coletivas, transferem-se para os arredores da linha férrea, imediações do Campo de Santana (Frei Caneca) e a faixa norte do eixo definido pela São Pedro (Cidade Nova). No comércio popular, o sistema de uso misto (moradia/negócio) mantém-se. A região da praça Tiradentes concentra bordéis, cabarés, bares e moradias transitórias. Na Lapa, onde também proliferam essas moradias, são construídos vários equipamentos públicos no entorno da praça da Cruz Vermelha (usos de saúde e educação).

A setorização de rótulos e de usos e, a conseqüente co-presença seletiva em espaços que concentram determinadas funções, é uma tendência que se consolida no final do século XIX e ganha impulso com o *Plano de Embelezamento*. Este último, mascara uma intervenção física que fortalece o controle dos espaços centrais pelos estranhos (as classes dominantes que não mais habitam no Centro), em detrimento dos moradores do Centro, os pobres. Fica claro que a socialização das classes dominantes tende a bases transpaciais, enquanto a das classes populares, a bases espaciais, traduzidas na oposição entre novo/velho, moderno/arcaico, dinâmico/estagnado (PESAVENTO, 1999). No Plano de Passos, além da imagem, também instrumentalmente, um código é privilegiado em detrimento de outro. Portanto, as áreas mais segregadas do Centro, que definiram a cidade da defesa do território, agora são o reduto de pobres, que encontram nesses locais, a possibilidade de manterem-se próximos ao trabalho e longe dos olhos dos planejadores, o que cria condições de manutenção de sua sociabilidade *condenável* sem poluir o entorno dos novos espaços de representação simbólica da elite modernizada.

5.3.3 Relações ou a síntese das medidas sintáticas

A configuração espacial da cidade do Rio de Janeiro em 1905, é um sistema de 390 linhas axiais, de cuja estrutura da malha obtém-se as seguintes medidas sintáticas:

a) *integração global média* (1,32): eleva-se em relação ao período anterior, mas pode-se notar que as novas ruas e avenidas abertas ou retificadas contribuem para captar os índices de integração mais altos. A integração, até então distribuída entre linhas que se cruzavam com ângulos deformados, agora, está concentrada entre três linhas que cortam a malha deformada diagonalmente, sendo elas, as relativas à rua São Pedro e Buenos Aires (Hospício) no sentido leste/oeste, o que as mantém imutáveis desde o século anterior e a Rio Branco, única entre as mais integradas no sentido norte/sul. Há uma segmentação das bases espaciais e transpaciais muito nítidas, que corresponde às práticas sociais dos moradores do Centro, de classes inferiores e da elite urbana e nacional, que quer transformá-lo num lugar de representação simbólica, calcado em códigos transpaciais que refletem apenas alguns segmentos da sociedade. O maior coeficiente de integração do eixo que concentra as instituições simbólicas e culturais, o comércio sofisticado (Av. Central / 2,26), e aponta para a Zona Sul da cidade (área habitacional da elite) é coerente com os objetivos propostos pelo *Plano de Embelezamento*, inclusive instrumentalmente, como mostra a análise das medidas. A integração às Zona Oeste e Norte mantém-se mais ou menos as mesmas, concentradas nas mesmas linhas, o que indica uma manutenção das dinâmicas local e global e a consolidação da expansão urbana nesse sentido. Os espaços mais profundos e segregados continuam a ser os mesmos - os morros - e os níveis de profundidade mantêm-se altos, com alguns locais (morro da Conceição), apresentando patamares de profundidade de até 15 passos. A concentração da integração em poucos eixos, dá sentido a uma nova centralidade, bem mais concentrada que a anterior e desenvolvida, principalmente, ao longo de um eixo (Av. Central), o que tem repercussões diretas, não só sobre a distribuição de rótulos, mas também, sobre a forma do núcleo integrador;

b) *núcleo integrador*: perde a sua força, se levarmos em conta que, apesar do valor mais alto de integração média das linhas que o compõem ter aumentado(1,86), essa média é alavancada por um número menor de linhas do que o anterior, ou seja, tem-se menos linhas com coeficiente de integração mais alto. Sua forma é alterada significativamente nessa nova composição: a forma do *núcleo integrador* anterior tendia a uma grelha deformada, com mais ou menos a mesma quantidade de linhas mais integradas no sentido leste/oeste e no norte/sul. A existência de uma linha mais integrada no sentido norte/sul, a Av. Central, que configura o eixo de ligação com a expansão da cidade e seu cruzamento com a Buenos Aires (próxima à rua do Ouvidor), indica uma polarização da centralidade na qual, as linhas mais rasas, em 2 sentidos norte/sul e leste/oeste, integram, tanto a área onde se concentram as instituições políticas do país e do município, quanto as instituições simbólicas e

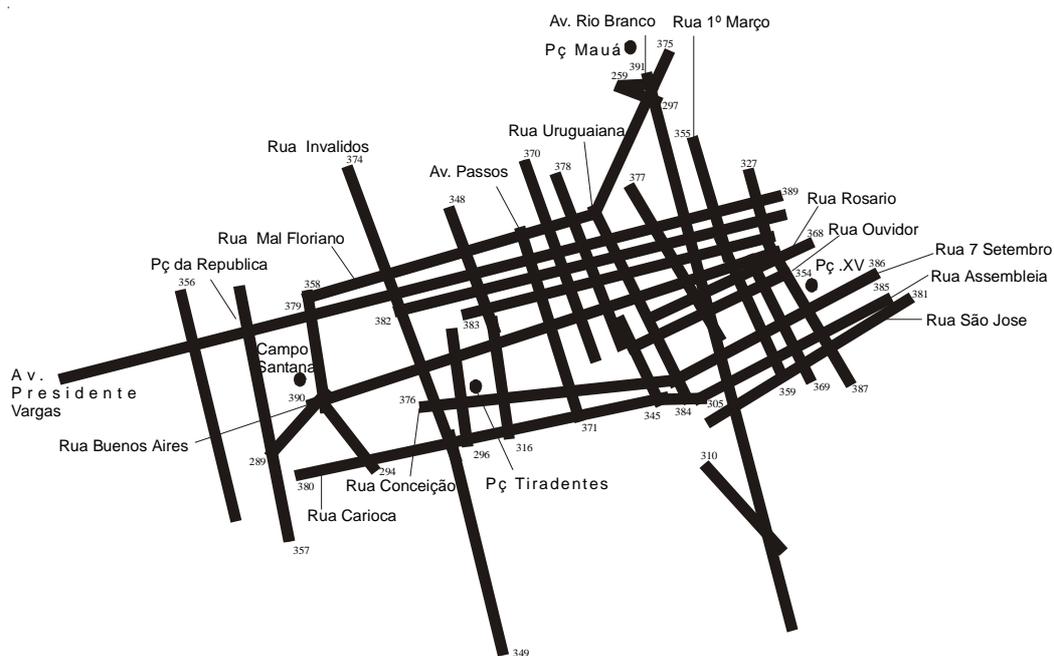


FIGURA 5.8 - Núcleo integrador do Centro do Rio de Janeiro / 1905.

representativas da cultura da elite política, social e econômica. O outro centro geométrico, dos eixos mais integrados nas duas direções, a São Pedro e a Av. Central, apontam o centro de distribuição da vida econômica da cidade: o porto e as instituições financeiras (Banco do Brasil e casas de câmbio). Não é possível dizer que em sua forma, o *núcleo integrador* aproxime-se a uma roda deformada, mas é possível ler a perda de expressão das linhas que compunham o núcleo histórico da cidade nesse mesmo *núcleo integrador* e o deslocamento das centralidades já consolidadas.

c) a *inteligibilidade do sistema* (0,4511) medida, mantém-se estável, o que indica que, à exceção da linha mais integrada do sistema, a Av. Central, com maior número de conexões que as outras linhas e, a mais longa do sistema, é o eixo mais raso, de maior acessibilidade a estranhos, e o mais alto potencial de movimento e co-presença entre habitantes e estranhos. A Av. Central é ímpar: as elites não mais tem sua base espacial no centro urbano e tem medo de andar por lugares nos quais não são conhecidos, ou por aqueles onde o controle do morador é maior. Tendo-se em mente que os pobres superpovoavam o Centro, localizados indiscriminadamente em moradias coletivas por quase todas as ruas da parte mais antiga do

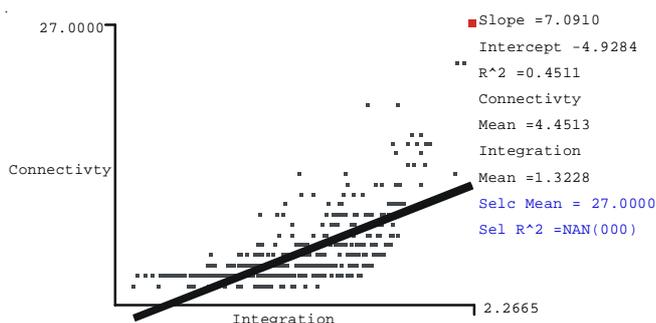


FIGURA 5.9 - Scattergrama de inteligibilidade / 1905.

casco urbano, assume-se que eles detém o controle mais direto sobre esses espaços. A concentração da integração em uma linha axial apenas no sentido norte/sul, coroada numa ponta pelo porto (local de entrada e saída de estrangeiros e bens) e na outra, por uma série de monumentos

que expressam os valores caros às elites do país, não deixa dúvidas sobre quem controla esse espaço: a elite, os estranhos em sua própria cidade, à qual negam em sua forma, assim como, negam qualquer outra forma de socialização que não a sua. Como a inteligibilidade geral do sistema continua em níveis próximos aos anteriores, denunciando um controle espacial maior, tem-se que, a abertura de uma via de maior acessibilidade relativa, indica que o Centro, a partir de então, pode ser atravessado, de uma ponta a outra, por pessoas que desconhecem o local, sem o risco de se perderem no emaranhado da cidade, e de transitarem por lugares pouco salubres socialmente.

d) *sinergia* (0,7143): chama atenção por ser bem mais alta do que a inteligibilidade do sistema e pela coincidência de que quase todos os eixos mais integrados localmente, também o são globalmente (FIGURAS 5.5 e 5.6). À exceção da Mem de Sá (mais integrado localmente) que converge em direção ao eixo da Av. Central, formando um setor circular, os outros três eixos, que representam a Buenos Aires, a São Pedro e a Central se mantêm mais integrados localmente e globalmente. Das conclusões possíveis, dada à alta sinergia registrada pelo *scattergram* (FIGURA 5.10), pode-se concluir que os espaços mais importantes para a vida cotidiana, são também, os mais importantes para a vida da comunidade ampliada, e propiciam uma interface grande entre estranhos e moradores, concentrando a co-presença potencial de toda a comunidade virtual. À exceção da Lapa, uma área de expansão urbana recente, que tem como eixo mais integrado aquele que o conecta ao sistema, os outros eixos mais integrados representam os espaços de interfaces entre os diversos grupos sociais da cidade. O que se nota é que a *integração local* é mais bem distribuída no tecido da cidade, incorporando um número maior de eixos, o que significa que, em muitos lugares, o controle do morador é maior que o do estranho, característica reforçada pela introdução de novos eixos, com altos coeficientes de integração e bem mais longos. A alteração dessa ordem, que culmina com a expulsão de boa parte dos moradores do Centro, denota que agora ele consolida-se como local de representação do coletivo,

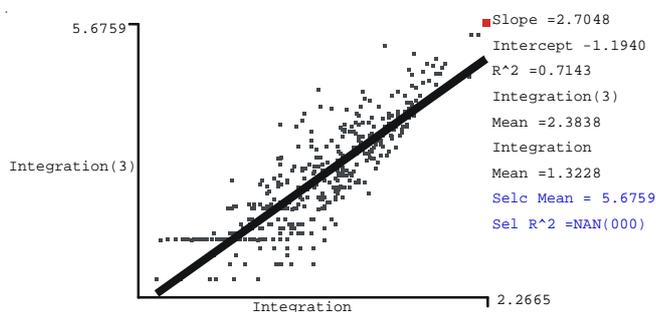


FIGURA 5.10 - Scattergrama de sinergia / 1905.

concentrando sua força em poucas linhas e voltando as costas às áreas mais segregadas da malha, onde, longe dos olhos, práticas sociais do grupo populacional mais expressivo são reproduzidas à revelia do controle das elite/estranhos.

e) *axialidade da trama* (0,0754):diminui um pouco a deformação, mas não significativamente, ainda denotando que a malha continua bastante deformada, sobretudo com a introdução de mais um elemento de desenho nos novos parcelamentos: a diagonal, o que gera ângulos agudos num número significativo de quarteirões. A demolição do morro

do Senado, que causa o fracionamento de uma ilha muito grande em porções menores também contribui para a diminuição da axialidade da trama. A introdução de linhas mais longas no tecido, como a Av. Central, melhoram a economia da malha, o que supõe um menor número de linhas axiais separando o mesmo número de ilhas. a trama deformada indica um controle social do espaço na mão do habitante (FIGURA 5.11).

Da descrição das vidas social e espacial e dos padrões espaciais, conclui-se que neste primeiro plano formal para melhorias na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo no seu Centro, o empenho em ratificar a imagem da cidade, coadunado-a com as novas metas de realização do ideário nacional está relacionado à diminuição do controle dos moradores sobre esta porção simbólica do Centro. A erradicação de habitações, a introdução de linhas muito longas em relação às já existentes no sistema que detém as mais altas médias de integração, apontam para a tendência em substituir o código espacial, preponderante até então por outro, transpacial, mas voltado para os valores de apenas uma parcela da sociedade. HILLIER (1996) aponta que os assentamentos crescem numa dinâmica de preponderância alternada entre estes dois códigos, que são traduzidos por leis de compacidade e centralidade. As leis de compacidade, são aquelas que norteiam o crescimento habitacional e até então nortearam o crescimento do Centro do Rio (adensamento, urbanidade, controle). O *Plano de Embelezamento* é a primeira iniciativa formal de testar parâmetros de centralidade, introduzindo no sistema elementos que caracterizam o controle maior do estranho sobre este e consolidam as características pretendidas (maior formalidade, maior acessibilidade de estranhos, maior indistinção na localização de rótulos ao longo de eixos mais longos), denotando que para a formação de um centro referencial para o país a segregação espacial das funções habitacionais e simbólicas deveriam ser concretizadas.



FIGURA 5.11 - Mapa de inversão fundo-figura do Centro do Rio de Janeiro / 1905.

5.4 Demolir para consolidar (1905-1965): cadê o morro que estava aqui? O mar comeu ... E a gente que morava ali? O subúrbio escondeu

...

Após as reformas de Passos, o papel do estado na gestão, intervenção e controle da forma urbana é sacramentado. Segundo ABREU (1988, p. 73), até então, "... o papel do Estado tinha se resumido a controlar, regular, estimular ou proibir iniciativas que partiam exclusivamente da esfera privada". Já se demonstrou que o Estado sempre desempenhou um papel fundamental no controle da forma e nas diretrizes de crescimento urbano. Se durante o Período Colonial o controle fixava-se na construção de uma imagem simbólica da Metrópole e das prerrogativas de defesa das cidades, induzindo o crescimento por adensamento e proibindo a expansão do perímetro urbano, no século XIX, é o próprio poder central que estimula a expansão da cidade para novas áreas, transferindo-se para regiões periférica (Império), com a construção dos equipamentos públicos mais importantes junto ao Campo de Santana (região excêntrica) e do palácio Imperial em São Cristóvão, o que promove o crescimento na direção noroeste, além da instalação da rede ferroviária, ligando os pólos industriais ao porto que promove, mesmo que pontualmente, a ocupação da região suburbana.

No início do século XX, a abertura das Av. Central e Beira-mar, volta o crescimento da cidade também na direção sul. Essa expansão, que começa ainda no final do século XVIII, com a instalação de fazendas e chácaras no vale do rio Carioca (Laranjeiras, Cosme Velho, Glória e Flamengo), incorpora, ao fim do século XIX, Botafogo e o entorno da lagoa Rodrigo de Freitas. A atividade industrial de beneficiamento se consolida nessa região. Assim, nos primeiros anos do século XX, a expansão urbana na costa sul é uma realidade e os parcelamentos e novos bairros anunciam a dicotomia entre a Zona Norte (proletária e industrial) e a Zona Sul (elitista e residencial), apesar das indústrias mencionadas.

O que ABREU (1998) aponta como aspecto principal nas reformas de 1904-1907 é a aceleração nas transformações urbanas da área central da cidade, não só morfológicas, feitas em curto espaço de tempo, mas também nas vidas social e espacial, estabelecendo as separações de rótulos e grupos sociais no espaço. E, sobretudo, a consolidação da idéia de um centro como o lugar de representação das instituições sociais nacionais.

“... o Estado veio a acelerar o processo de estratificação espacial que já era característico da cidade desde o século XIX, contribuindo assim para uma estrutura núcleo/periferia que perdura até hoje ...” (ABREU, 1988, p.73).

A estratificação social e a dicotomia Zonas Norte/Sul, se acentuam com o crescimento populacional e a expansão da área urbana. O que interessa aos objetivos deste trabalho é o Centro do Rio de Janeiro e, portanto, o impacto das intervenções estatais sobre essa fração específica da cidade. Em breve retrospecto, sabe-se que as demolições ocasionadas pela abertura de novas ruas e a retificação das existentes, não foram

acompanhadas de uma estratégia para realocação da população atingida, o que intensifica a ocupação dos morros que circundam a área central, formando comunidades de base espacial, cujas organização e controle social independem das estratégias públicas, consolidando núcleos autônomos e auto-referenciados no coração da cidade.

As habitações populares remanescentes localizam-se na faixa que vai da Central do Brasil ao cais dos Mineiros (FIGURA 4.18), o que acentua a reprodução da divisão em Zonas Norte e Sul da cidade: a sul, (praça Floriano / Cinelândia) é ocupada por novos edifícios, mais altos, onde se concentram os serviços, comércio e sedes de instituições civis mais importantes; a norte concentra os motores econômicos da capital (indústrias, manufaturas, porto, serviços portuários e aduaneiros, etc.) e toda uma população trabalhadora que aí reside.

Até 1927, quando a Prefeitura contrata o francês *Alfred Agache* para desenvolver um plano de reformulação da área central e expansão metropolitana, as ações públicas são marcadas por mudanças alavancadas pela iniciativa privada. Uma das mais significativas é a Divisão da Carta Cadastral de 1911 (REZENDE, 1998) que, ao delimitar zonas urbanas diferenciadas, mostra que a cidade passa a ser vista como um conjunto de partes autônomas. O instrumento dispersa a alocação de recursos municipais por setores de atuação, regiões e bairros, denotando os problemas advindos do crescimento urbano. Dentre as ações públicas mais importantes, destaca-se a construção do túnel da Gamboa e a ampliação do largo do Matadouro (atual praça da Bandeira), prioridade das ligações centro/subúrbios na vida econômica da cidade. Obras de infra-estrutura em novos bairros da Zona Sul (Copacabana), também canalizam a maior parte dos recursos públicos, o que estimula a expansão da elite pela orla oceânica.¹⁶

A 1ª Guerra Mundial (1914/18) repercute na economia do país, e acarreta uma redução drástica dos investimentos públicos na capital, direcionando-os para a melhoria na rede de comunicação (estradas e ferrovias) com a região circunvizinha, garantindo o abastecimento de gêneros para a população de quase 2 milhões de habitantes¹⁷ (ABREU, 1988).

O pós-guerra é marcado por administradores empreendedores no Distrito Federal. Paulo de Frontin¹⁸ (29/07/1919 a 6/6/1920), o “... prefeito da densidade máxima, já que ninguém fez tanto em tão pouco tempo ...” (ABREU, 1988, p.74) investiu em infra-estrutura na Zona Sul, e no Centro, prolongou a Av. Beira-mar através da praia de Santa Luzia, abrindo aí a Av. Presidente Wilson e concluiu o túnel João Ricardo, ligando a Central do Brasil à Gamboa.

Carlos Sampaio (1920-22), nas comemorações do 1º Centenário da Independência, realiza uma Exposição Internacional (DELGADO DE CARVALHO, 1988), para a qual, mais uma vez, “... em nome da higiene e aeração do centro ...” (ABREU, 1988, p.76), ocorrem demolições em larga escala, cujo o alvo é o morro do Castelo, local de fundação da cidade, ocupado por moradias pobres (acentuado a partir de 1904), o que *ferre*

a imagem da Av. Rio Branco, sua vizinha. É então que o núcleo original da cidade é arrasado, abrindo-se a esplanada do Castelo, cuja área é incorporada ao Centro e onde são construídos os pavilhões (FIGURA 5.12).

Sampaio também projeta o túnel Santa Bárbara, ligando o porto a Copacabana (arquivado até 1946), e saneia a lagoa Rodrigo de Freitas (Zona Sul) e seu entorno, de onde são removidas as indústrias, consolidando o uso habitacional para as classes mais altas. ABREU (1988, p.78) diz que “... o período Carlos Sampaio nada mais é do que outra etapa da depuração da área nobre da cidade de usos e populações não desejadas ...”. Em relação ao Centro do Rio de Janeiro, essa depuração social, tem mais uma vez, na renovação urbana - desmonte do morro do Castelo; instalação de mais equipamentos monumentais e simbólicos da modernidade; e da Exposição Internacional -, um avanço sobre o mar e a intenção de livrar o Centro da função habitacional. Realizam-se obras em edifícios públicos do Centro, sobretudo em escolas (a maioria na Lapa) e teatros, como o João Caetano (praça Tiradentes), comprado pela Prefeitura e remodelado. É notável o investimento em equipamentos públicos, implantados em áreas residenciais (OLIVEIRA REIS, 1977). A Lapa, zona boêmia do Centro à época, é também local de moradia de inúmeros imigrantes (a maior sinagoga do Rio de Janeiro está situada aí) que trabalham no comércio e manufaturas da área central. É curioso que ao mesmo tempo em que se arrasam construções pobres investe-se em moradias na periferia do Centro. Outro investimento da administração do prefeito é a melhoria e a transferência Mercado Municipal, para a rua Dom Manuel (periférica).

Pronta a nova área de expansão central e simbólica, a nova gestão edita uma regulamentação moderna para construções (Decreto-Lei 2087/1925¹⁹), que uniformiza as



FIGURA 5.12 - Vista aérea da esplanada do Castelo com o Mercado Municipal à direita / s/r 1930.

medidas em vigor, e normatiza o uso de novas técnicas e materiais que começam a ser usados em larga escala (concreto armado), o que aumenta a altura média das edificações para 6 pavimentos.

Prado Júnior(1926), outro administrador dinâmico, contrata *Alfred Agache*²⁰ para solucionar os problemas urbanos do Distrito Federal. A Prefeitura a fim de “... despertar o interesse geral pela organização de um plano metódico de remodelação racional da cidade ...” (PRADO JÚNIOR²¹ *apud* OLIVEIRA REIS, 1977, p.90), promove um seminário com o urbanista, que foi consultor de outras administrações municipais brasileiras, dentre elas Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte. A meta era resolver os problemas dos centros urbanos com higiene, estética, circulação e, sobretudo, habitação.

5.4.1 O Plano Agache: uma proposta monumental e higiênciã para o Centro do Rio de Janeiro

O *Plano Agache*, cujo título é “Cidade do Rio de Janeiro - Remodelação, Extensão e Embelezamento - 1926 / 1930”, foi publicado em 1930²². Pelo título nota-se as tendências, novas e antigas, de abordagem dos problemas urbanos da cidade. A primeira delas é a questão da **remodelação**, que pressupõe que o modelo implantado, por ser inadequado ou ineficaz, merece ser *re-visto, re-projetado, re-pensado*. **Extensão** indica as preocupações com a área metropolitana, a planificação da ocupação de toda a área do Distrito Federal e as tendências de crescimento da cidade, então uma realidade. **Embelezamento**, uma recorrência, levando-se em conta o plano de Passos. Entende-se como a suplantação de um código morfológico ultrapassado, incompatível com o progresso e os novos tempos e, também, como a consolidação do investimento na construção de uma imagem monumental para o Centro da cidade que, à exceção das intervenções de Passos e Sampaio, ainda estava aquém de uma metrópole progressista (FIGURA 5.13).

Uma novidade do *Plano Agache* é prever intervenções de longo prazo (mais longo que a gestão do prefeito contratante) e o ordenamento do crescimento urbano, até



FIGURA 5.13 - Pórtico Monumental Lapa / Plano Agaché 1930.

então mediado por iniciativas localizadas do Poder Público. O *Plano* embasa o Plano Diretor da cidade, elaborado sobre um relatório detalhado do panorama econômico, físico e antropológico do Distrito

Federal e propõe um projeto integral para o Município Neutro, abarcando desde a infraestrutura até a vocação econômica dos bairros, exemplificado na apresentação do plano:

“O Senhor Prefeito desejava, efetivamente, que as obras a serem empreendidas sob sua administração, fossem englobadas num programma de remodelação que interessasse o futuro da cidade no seu conjunto, estabelecendo este último, de modo a ser continuado por seus sucessores. Mas para realisa-lo era preciso fazer levantar uma PLANTA DIRECTRIZ de Extensão, de Remodelação e de Embellezamentos. Esta planta, porém, só poderia ser estabelecida após ter convencido os cariocas da sua necessidade e do seu interesse. E em vista disso que antes de emprender um estudo tão importante, o Prefeito desejou que um tecnico expusesse deante delle e do grande publico, o programma do urbanismo e como devia ser especialmente considerado na capital do Brasil” (AGACHE, 1930, p. 12).

O projeto não foi integralmente implantado, mas é o Plano Diretor que norteia as ações a longo prazo, garantindo a permanência e sedimentação da paisagem projetada para partes da cidade. Leis e normas são editadas para implantar a Planta Diretriz, onde comparecem as características tipológicas determinantes da identidade dos bairros, tanto funcionais, como morfológicas, e as intervenções no tecido existente, cumpridas parcialmente até 1950.

“Ora, o plano de uma cidade é, antes do mais, uma composição synthetica. Torna-se necessário estabelecer a trama da obra, comprehender a proporção dos vários elementos que contribuem para o seu conjunto; e só depois de ter percorrido uma série de etapas, cumprirá levar em conta as minudencias. Delineado o plano geral, será convincente entrar em contato com o público; é, com effeito, indispensável que se ponha em estreito contato com aquelles que vão usufruir da cidade, entendendo-se que estes não são os indivíduos, isoladamente, mas as forças vivas da collectividade” (AGACHE, 1930, p. 14).

A realização estética é tida como fundamental para a vida urbana, e esta seria obtida através da “...organização grandiosa de conjuntos edificados e não edificados ...” (AGACHE, 1930, p. 29). A linha motriz do Plano é a visão do conjunto da cidade, como a reunião de conjuntos morfológicos significativos que caracterizam suas partes. O edifício é entendido como definidor do espaço público, sua volumetria e fachadas consideradas públicas pela legislação e sujeitas a controle rígido. O zoneamento funcional também comparece como preocupação central do urbanista, associando a cada zona funcional uma tipologia edilícia.

No diagnóstico de 1927, AGACHE, identificava o contraste entre relevo e vegetação naturais e a cidade construída, como elemento definidor da imagem do Rio de Janeiro. No Plano, opõe ao relevo e vegetação barrocos, uma ordem formal de quarteirões e ruas do Centro. A ocupação das encostas por favelas, foi considerada por ele menos perniciosa do que as construções definitivas, pois estas eram passíveis de remoção (nômades), caso que, em bairros de classe média, como Santa Teresa dificilmente aconteceria. Subliminarmente, a remoção das construções provisórias dos pobres poderia acontecer sem que o estado os indenizasse, dado que nas favelas não se tinha o título de propriedade das terras, no caso das classes mais altas, o custo das remoções seria inviável. Por trás disso, fica a idéia de que as moradias dos pobres nos morros do Centro deveriam ser transitórias e que a função habitação seria incompatível com a de centralidade e por isso



FIGURA 5.14 - Planta Plano Agache / 1930.

insiste na remoção das favelas dos morros de Santo Antônio, Conceição e Providência, cabendo ao Centro a função exclusiva de *locus* de representação simbólica e monumental, sobretudo no que diz respeito ao centro de negócios.

Observa-se na FIGURA 5.14 que é projetada uma avenida monumental sobre a rua São Pedro e quarteirões adjacentes (a atual Presidente Vargas, só implantada em 1945), bem como, o centro simbólico e monumental é confirmado na parte sul. As implicações simbólicas do *sul* já foram discutidas por ABREU (1988) e DEL RIO (1991), e o interesse aqui é analisar as transformações morfológicas propostas por AGACHE que foram, efetivamente parcial, ou integralmente, implantadas. Para o Centro, nas áreas ainda pouco ocupadas (Esplanada do Castelo), o Plano previa grandes quarteirões tendentes ao quadrado, com ocupação tipo claustro, com marquises e galerias em todo o perímetro das edificações. Previu também uma verticalização maior da área central de negócios, conjuntos monolíticos, com cotas de coroamento que não competissem com a linha do relevo. O elemento tipológico mais marcante introduzido pelo Plano é o parcelamento tipo claustro, até então inexistente, que contrastava com o parcelamento tradicional. Há testemunhos da tipologia ainda hoje, no trecho entre as Av. Rio Branco e Presidente Wilson, no sentido leste/oeste e entre a Beira-mar e São José, no sentido norte/sul.

O mapa de *integração global* (FIGURA 5.15) indica o que seria a configuração urbana do Centro do Rio se o Plano fosse completamente implantado. Vê-se que este indicava um novo espaço monumental mais deslocado em direção à Lapa (FIGURA 5.13). A disposição dos edifícios tipo claustro em semicírculos concêntricos cria um fracionamento bem maior das linhas axiais da nova área e fortalece ainda mais a integração da Av. Rio Branco que aparece como a mais integrada globalmente, enquanto que o nível de assimetria cresce desproporcionalmente em relação ao sistema como um todo. Nem a abertura de ruas mais longas rasgando o tecido existente, como o prolongamento e duplicação da São Pedro e a extensão da Buenos Aires, da Mem de Sá e Salvador de Sá, melhoram a distributividade de integração no sistema. Nota-se a ruptura do modelo de grelha deformada, sendo que o foco das linhas mais integradas (Av. Rio Branco e Mem de Sá), no largo da Lapa, desloca a centralidade para o sul. Essa estrutura gera, na verdade, o esfacelamento do Centro em subunidades, com espaços profundos no geral, à exceção de um eixo. Faz

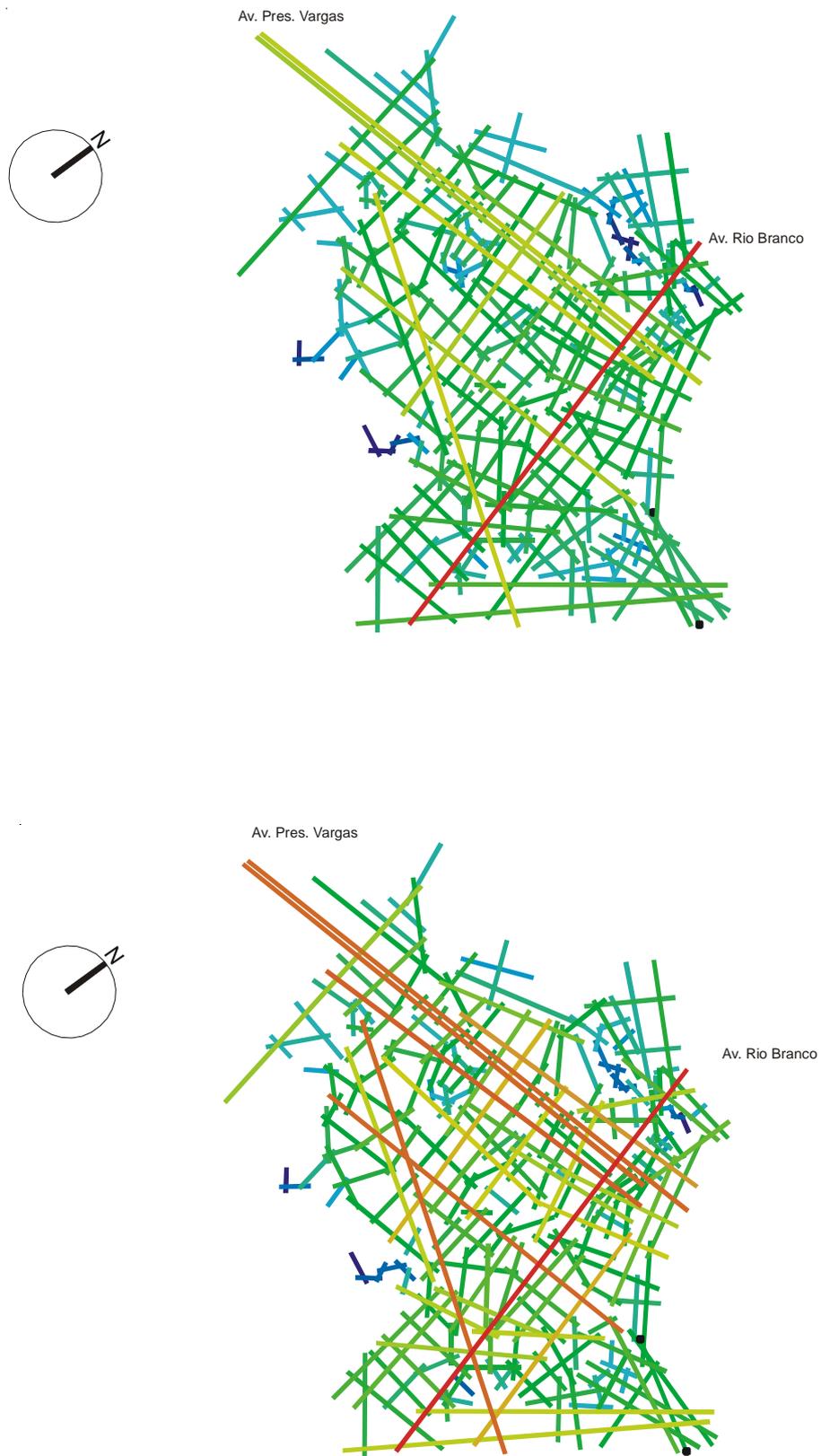


FIGURA 5.15 - Acima mapa de integração global, abaixo, mapa de integração local-R3 - Centro do Rio de Janeiro / Plano Agache 1930.

sentido se analisada a partir do discurso do urbanista, que reforça a identidade de bairros/ partes, e isola o antigo centro (praça XV) do sistema de linhas de maior integração. Na visão de AGACHE, o Centro do Rio seria um caleidoscópio de lugares, onde predomina o controle local (dos moradores), denotando um forte sentido de espacialização das práticas sociais correntes e cotidianas na periferia do espaço de maior acessibilidade, a Av. Rio Branco que, para o estranho, é reafirmada como o lugar seguro das interfaces entre os grupos sociais heterogêneos, onde se realizam as solidariedades transpaciais. Partindo do mar em direção sul/norte, o estrangeiro cruza a cidade, sem conhecer o que os edifícios imponentes, maciços e altos escondem no seu reverso. E isso é tudo que é preciso conhecer; o perfil das montanhas, os edifícios simbólicos e alinhados primorosamente, um caminho reto e direto, que o dispensa de dobrar qualquer esquina.

5.4.2 Novas idéias e mudanças de paradigmas: um Centro cada vez mais capital

A Revolução de 1930 marca nova alteração da estrutura social, política e econômica brasileiras. O poder, até então em mãos da elite cafeicultora é compartilhado por grupos de interesses contraditórios, marcando um revezamento na distribuição de privilégios e na assimilação de novos paradigmas sociais, no que toca aos direitos das classes trabalhadoras e à estabilização dos papéis-chave desempenhados pela elite industrial e financeira, fortalecida pela 2ª Guerra Mundial. A base da economia muda do campo para a cidade, promovida pela industrialização e, para a reprodução do capital, é indispensável a aglomeração urbana, a proximidade de mão de obra farta, e a ampliação do mercado consumidor (ABREU, 1988). A capital, desempenha papel relevante na nova estrutura pois concentra a força de trabalho industrial e é o maior mercado consumidor urbano, atraindo migrantes de todo o país.

Em relação ao espaço físico da cidade, destaca-se que as contradições urbanas acirram-se: o Distrito Federal é todo ocupado, o déficit habitacional é uma realidade e o movimento entre as zonas habitacionais (sul e norte) e o Centro (concentração dos serviços e parte das indústrias) acentua-se, com jornadas cada vez mais longas. Assim como o poder político oscila à mercê de pressões contraditórias, que mudam o foco estratégico das ações, a gestão e planificação da cidade sofre a mesma alternância de metas, espelhadas nas transformações morfológicas do Centro.

O *Plano Agache*, que a partir dos problemas diagnosticados, propõe soluções integradas para a área metropolitana, não foi totalmente implantado devido à alternância no poder político, mas baseou várias intervenções no Centro até 1950. Apresentado com os dizeres: "... urbanismo é, além de uma ciência, uma arte, mas antes de tudo é uma ciência social ..." (EVENSON, 1973, p. 41), valoriza a interdisciplinaridade ao abordar a realidade metropolitana, que é traduzido pelo conceito de zoneamento funcional nos desenhos, o que pressupõe a congruência entre usos e tipologias edilícias, ou seja, os rótulos

correspondentes a cada uma das zonas urbanas (moradia, comércio, serviços, instituições, etc.) é amparado por um conjunto de regras e desenhos na sua implantação. Essa idéia, aliada à ampliação da oferta de moradias fora da zona central, pauta a maioria das ações públicas até 1950. O Centro concentrará toda a atividade comercial, de serviços e institucional, *locus* simbólico da capitalidade do país, livre das habitações e indústrias.

O problema em relação a essas reestruturações é conciliar os interesses conflitantes entre as demandas sociais. Se o urbanismo *belle époque* de Agache ainda é presente em planos que tomam a realidade como um todo, esmiuçando cada detalhe do tecido urbano, o ideário modernista emerge, propondo a criação de uma realidade integralmente nova (Carta de Atenas, 1933). Ambas esbarram na impossibilidade de concretização plena, por não traduzirem a pluralidade de visões dos grupos de pressão e dos interesses segmentados do próprio Estado, frente à realidade urbana consolidada. Com o tempo, as idéias do Movimento Moderno tornam-se hegemônicas, dominando os três eixos básicos das ações urbanas na área central: em primeiro lugar, a ampliação do estoque de terras e da área urbanizável (desmontes e aterros) e a ampliação da malha viária exógena; em segundo, a consolidação do Centro como uma zona de negócios e de representação simbólica das classes dominantes, relegando o problema habitacional, cuja demanda cresce aceleradamente, à remoção dos populares para conjuntos habitacionais suburbanos; e, por fim a proteção e conservação dos monumentos históricos remanescentes.

Em 1937, com base no 1º levantamento aerofotogramétrico do Centro cria-se o Código de Obras da Cidade e, em 1938, a *Comissão do Plano da Cidade* (1938-45), grupo de arquitetos e engenheiros que propõe reformulações importantes para a área central. A proposta de maior impacto do Plano Agache executada por esta Comissão, foi a abertura da Av. Presidente Vargas (1941-44), que ocupa três quarteirões de largura por 2km de extensão, e provocou uma nova onda de demolições - 582 edifícios (KLEINMAN, 1990) - e a retirada de boa parte da população ainda residente no Centro. Os imóveis lindeiros também são desapropriados e o parcelamento é refeito com lotes maiores, 100% de ocupação e edifícios altos, o que denota a especialização funcional do Centro, consolidando sua imagem como de um centro simbólico e de negócios.

Sem aprofundar a discussão sobre a habitação social, destaca-se que novos parâmetros de intervenção se delineiam no trato da capital, durante o governo Vargas e o Estado Novo²³, empenhados em transformar a estrutura social arcaica. Primeiro aponta-se o interesse súbito pelas condições de vida e moradia dos trabalhadores, o que ocasiona a substituição de um modelo *ruim e danoso*, o cortiço, por outro, mais *digno*, o conjunto habitacional



FIGURA 5.16 - Campo de Santana, Praça XI e estação Pedro II (Central do Brasil) / Holland - 1930.

para categorias específicas, como o projetado por Lucio Costa e Warchavchik (1931-3), na Gamboa (CAVALCANTI, 2001). A tradição de “... casas de aluguel e o padrão rentista ..” (MELO, 1990), comum no Rio desde o século XIX, é suplantada pelo modelo de conjuntos habitacionais fora da área central. Quase metade dos investimentos na construção civil é destinado a projetos de habitação (sobretudo coletivas), que MELO (1990) chama de euforia construtiva da modernidade metropolitana. O Distrito Federal capta boa parte desses investimentos, graças ao aumento do déficit habitacional gerado pela abertura da Presidente Vargas (MELO, 1990) que origina linhas de crédito para a aquisição de moradias suburbanas, próximas aos pólos industriais.

As demolições para a abertura da Presidente Vargas (FIGURA 5.16), reduzem o número de cortiços no Centro. Dos 3.041 imóveis com este uso em 1906, restam, em 1945, 1.045 (1/3 do existente). Por outro lado, as favelas em todo o Distrito Federal se multiplicam (715 listadas pelos órgãos oficiais, *in* MELO, 1990), apontando a explosão demográfica, a escassez de oferta de moradias populares mais centrais e o acesso restrito às linhas de crédito habitacionais.

Outro impacto é provocado pela discussão em torno do que deve ou não ser preservado do passado colonial. A Velha República e o Estado Novo, institucionalizaram a louvação da cidade e de seus monumentos históricos. Com a implantação da Delegacia dos Monumentos Nacionais (1934), estabeleceram-se as contradições da formação dos símbolos da cultura brasileira, e a capital representa essa contradição: a necessidade de preservar a memória do país e, ao mesmo tempo, apagar o indesejável. Assim, passa-se ao juízo do que deve ser preservado ou não. As palavras *monumento* e *delegacia*, deixam explícitas duas prerrogativas para a demolição ou preservação de edifícios, embasadas nos princípios modernistas: a imparidade em relação ao conjunto, significado histórico, e implantação no tecido urbano; e o poder de polícia que garante a conservação do que se determina como significativo para a memória nacional, elitista, que autoriza a destruir o que não interessa à imagem projetada retrospectivamente. O foco nos edifícios excepcionais, isolados do contexto urbano (mosteiros, conventos, fortalezas) leva o Serviço do Patrimônio Histórico a autorizar a destruição de três das igrejas mais antigas do Rio na abertura da Presidente Vargas. Os arquitetos Lucio Costa²⁴ e Affonso Reidy²⁵, desempenham papel importante no estabelecimento de parâmetros para a seleção dos testemunhos da memória coletiva. Longos debates se ergueram em torno da destruição de grande parte do tecido urbano mais antigo da cidade, incluindo-se diversos monumentos. Por fim, a longa e larga avenida proposta por Agache é aberta, criando um dos espaços públicos mais amplos da cidade, cuja largura é o dobro exato da Av. Rio Branco.

Apesar dos elementos de maior importância para as transformações urbanas do Centro serem calcados no Plano Agache, os preceitos do Movimento Moderno determinam a forma de tratamento dos espaços públicos e a relação entre o edifício e o seu entorno. Cada edifício passa a ser tratado como um monumento em si, ao contrário do

enunciado por Agache (ruas definidas por paredes de edificações). A contradição é posta à prova no projeto do Ministério da Educação e Saúde (1934-37), implantado na Esplanada do Castelo, oposto aos edifícios maciços em claustro e à densidade e uniformidade do casco histórico, que rompe com ambos os modelos.

Com o fim do Estado Novo (1946), o Departamento de Urbanismo implanta algumas idéias anteriores a Agache, mas corroboradas por ele, como o arrasamento do morro de Santo Antônio (junto ao largo da Carioca), fundamental no ganho de áreas de circulação para os veículos e para a construção de edifícios cada vez mais altos. O morro de Santo Antônio é parcialmente demolido dando lugar a um novo eixo de circulação monumental, ligando a Lapa à praça Tiradentes e à rua São José. A esplanada onde existia a fonte da Carioca (destruída em 1934) é alargada, formando o Largo da Carioca. O convento, no topo do morro, sobrevive, mas a favela existente, uma realidade nada nômade, ao contrário do suposto por Agache, é removida. Em seu lugar, são previstos edifícios monumentais, em altura, isolados por vias expressas num parcelamento tipo projeção que se consolida também ao final dos anos 70 (FIGURA 5.17).

Cabe dizer que o valor do solo é exponencializado na área Central, e a expansão urbana extrapola os limites do Distrito Federal, levando as moradias populares para lugares cada vez mais distantes. Os problemas de circulação e integração viária entre o Centro e os bairros, em parte solucionados com a abertura da Presidente Vargas e da Av. Brasil (1944), tornam-se os balizadores das intervenções na forma urbana. As ligações com a Zona Sul determinam a abertura de túneis, viadutos e avenidas. A idéia é evitar a circulação no Centro e desviar o trânsito da Av. Rio Branco para a periferia da área. São do início dos anos 50 os projetos do metrô e das perimetrais (implantadas nos anos 70) e a conclusão do

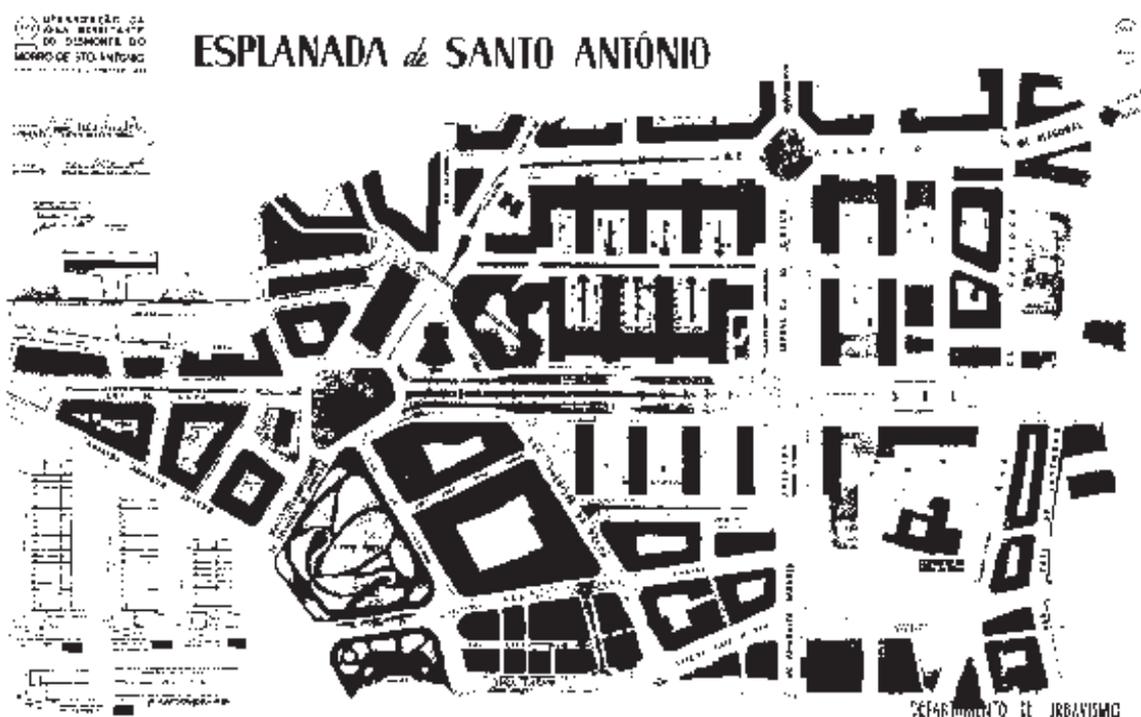


FIGURA 5.17 - Esplanada de Santo Antônio / Projeto do Departamento de Urbanismo RJ - 1958.



FIGURA 5.18-Desmonte morro Sto. Antônio/Evenson- 1960.

túnel Santa Bárbara (Catumbi/Laranjeiras), o que causa o arrasamento de bairros populares limítrofes ao Centro, já parcialmente destruídos com a abertura da Presidente Vargas (Mangue, Catumbi e praça XI/Cidade Nova). O parque do Aterro do Flamengo, executado com o desmonte do morro Santo Antônio em 1960, e a Perimetral (prevista desde 1944), executada no mesmo ano, formam um anel viário que corta a praça XV e liga as zonas Sul, centro velho e porto à Av. Brasil, articulando-se na ponta do Calabouço (atual aeroporto Santos Dumont). O Centro pode ser contornado, ficando à margem do fluxo de veículos que cruzam a cidade (FIGURAS 5.18 e 5.19).

A revolução nos transportes público e de longa distância é uma realidade. O porto é novamente ampliado e seu uso agora é quase que exclusivamente para cargas e a Rio Branco torna-se uma avenida de importância local, na ligação entre a partes norte e sul do Centro, seccionada pela Av. Presidente Vargas. 1960 marca a transferência da capital para Brasília, produto acabado e completo do ideário modernista, e também a consolidação dos contrastes na área central do Rio, pela verticalização acentuada e projetos de novas vias de circulação expressa.

A ocupação urbana de quase 100% do território do Estado da Guanabara, cujos limites coincidiam com os limites do extinto Distrito Federal, pela própria imposição da distância, cria subcentros regionais nas áreas de maior atividade industrial dos subúrbios. Além do poder político, o Rio de Janeiro já experimentava um declínio na atividade econômica, tendo sido suplantado por São Paulo. Os investimentos feitos na consolidação do caráter simbólico da área central se diluem e a região da Lapa experimenta um adensamento de construções verticais multifamiliares. O Centro passa a ser funcional e a moradia próxima a ele, um mal necessário.



FIGURA 5.19 - Aterro do Flamengo / Evenson - 1960.

5.4.3 Padrões espaciais: dois momentos 1945 / 1960

Aqui comparam-se os padrões espaciais Centro do Rio de Janeiro em dois momentos: 1945 e 1965, e constata-se quais as transformações efetivas ocorridas nesses cinquenta anos. Em relação à configuração espacial, a primeira metade do século XX incorpora novos repertórios e ações transformadoras que impõem novas lógicas aos padrões espaciais. A Rio Branco comparece como a única linha mais integrada globalmente do

Centro em 1945, e a praça XV, fica à margem dos eixos mais integrados (FIGURA 5.20).

O parcelamento da Esplanada do Castelo, uma malha ortogonal de trama mais regular e grãos maiores, torna ainda mais difusa a integração global (1945). Se em 1905 (FIGURA 5.5), as ruas Buenos Aires e São Pedro, compareciam junto com a Rio Branco, como as linhas mais integradas do sistema, em 1945, o parcelamento de uma ilha muito grande (o extinto morro do Castelo), dilui a integração do sistema e incorpora as novas formas de parcelamento do solo propostas no *Plano Agache*. Nota-se que a transformação da configuração global em 1945, é dada pela diminuição relativa da profundidade de uma fração antes bastante segregada, o morro do Castelo. O novo parcelamento, uma grelha ortogonal, portanto paradigma de máxima rasidade, não contribuiu para dividir a integração da Rio Branco, pelo contrário, reforça-a, o que é curioso, ao mesmo tempo em que diminui a profundidade média das linhas do setor. Os focos de maior profundidade continuam a ser os morros da Conceição e de Santo Antônio. A antiga praia de Santa Luzia/Av. Dom Manuel, apartada do Centro propriamente dito pela grande ilha constituída pela Santa Casa da Misericórdia, o museu Histórico Nacional e um ínfimo trecho remanescente do morro do Castelo, consolida-se como espaço de maior segregação em relação ao eixo mais integrado (Rio Branco).

A concentração da integração em apenas um eixo axial, contrasta com a distribuição da integração mediana na grelha, retificado o traçado das ruas da estrutura mais antiga. Nos locais onde a deformação anterior foi mantida, a profundidade dos espaços aumentou, e isso significa que o centro colonial (entorno da Praça XV), está fenecendo sintaticamente.

Ao analisar o mapa de integração local-R3 de 1945 (FIGURA 5.20), percebe-se que os dois eixos mais integrados localmente são a Mem de Sá e a Rio Branco, com a antiga malha deformada da primeira expansão urbana, apresentando uma perda substancial na integração local-R3, antes, bastante importante. O curioso é que esses trechos representam uma situação dicotômica se analisada em termos das áreas de expansão recém consolidada do Centro (1945 - a Lapa e a Esplanada do Castelo). Tanto a Rio Branco, como a Mem de Sá, funcionariam como o centro desses bairros ou frações, tendo como referência a integração local-R3, concentrando o comércio local e os serviços de apoio às atividades predominantes, o que na realidade não se verifica, pois, a distribuição desses rótulos está dispersa sobre os eixos do sistema com integração inferior, mas de distribuição mais equânime. Poucas alterações são significativas em relação a 1905 (FIGURA 5.5). As reformulações propostas, apesar de ocorrerem em áreas significativamente grandes da cidade, como a Esplanada do Castelo, e introduzirem novas formas de parcelamento do solo (em claustro - Agache), causam pouco impacto na configuração já consolidada, pelo menos ao nível da integração global.

A explicação sintática é que a grande ilha espacial fracionada fica à margem das linhas de maior integração e, portanto, o impacto na centralidade é menor, ou seja,



FIGURA 5.20 - De cima para baixo: mapas de *integração global* e de *integração local-R3* do Centro do Rio de Janeiro / 1945.

segundo HILLIER (1996) a preservação das linhas mais longas e os parcelamentos efetivados nas extremidades das linhas de maior segregação interferem pouco no aumento de profundidade geral do sistema, o que garante a acessibilidade máxima dos eixos já consolidados como a Rio Branco. Nota-se que as novas áreas previstas para equipamentos monumentais (a Esplanada do Castelo) estão à margem do eixo mais integrado e seu parcelamento não contribui para a criação de uma área de maior acessibilidade distribuída, o que constituiria um conjunto significativo de eixos de maior permeabilidade e, portanto, de domínio maior do estranho e de reforço do código transpacial, pretendido como reforço à monumentalidade das edificações da Exposição internacional.

O que se desprende da implantação parcial do Plano Agache é que a instrumentalização do discurso de criação de linguagens coerentes com o sistema funcional de bairros, descrito no memorial, não é instrumentalizado pelo desenho nem do Plano Geral (FIGURA 5.15), nem da fração implantada. Nota-se que a configuração da área central, tanto pelo projeto, quanto pelo resultado da implantação parcial da Esplanada do Castelo, não efetivam a maior acessibilidade geral do sistema, disponibilizando a área para um melhor acesso de estranhos e consolidando-a como centro simbólico e representativo, calcada em maior formalidade e nos códigos transpaciais. Ao contrário, o que ocorre é um aprofundamento geral do sistema quanto à integração global, o que teoricamente mantém o controle da maioria dos lugares nas mãos do morador, caracterizando o investimento em códigos mais espaciais, o que contraria os parâmetros pretendidos de fixação da centralidade.

Em relação à integração local R3, o projeto e sua implantação instrumentalizam o discurso do Plano de construção de bairros autônomos, o que acontece também nas frações da área central. O impacto da construção da Esplanada do Castelo no Centro, é tal que, esta fração adquire características configuracionais que permitem identificá-la como um bairro dentro do sistema geral.

O mapa de integração global de 1965 (FIGURA 5.21) demonstra claramente que a abertura da Av. Presidente Vargas, embora representada por duas linhas axiais (devido ao espaço central ser constituído por uma barreira ao movimento quase que contínua, além da igreja da Candelária), aumenta a integração em relação à situação anterior (1945). A Rio Branco continua sendo o eixo mais integrado globalmente, só que agora, com o arrasamento do morro de Santo Antônio e a ligação das ruas Henrique Valadares, na Lapa, à Almirante Barroso, através da Av. República do Chile, o eixo formado por essas quatro ruas está dentre os mais integrados globalmente. Tem-se pois, dois dos eixos mais integrados no sentido leste/oeste, um conectando o Catumbi/Laranjeiras (através dos túneis Pref. Mena Barreto e Santa Bárbara) à Av. Presidente Antônio Carlos (área da Esplanada do Castelo) e outro, conectando a Paulo de Frontin/prça da Bandeira (acesso às Av. Brasil e Suburbana) à Candelária, o que é coerente com as metas dos projetos implantados de aumentar a acessibilidade da área central a partir do seu entorno, melhorando o fluxo de veículos em direção ao Centro. Os três eixos delimitam um polígono que envolve a área mais intensamente

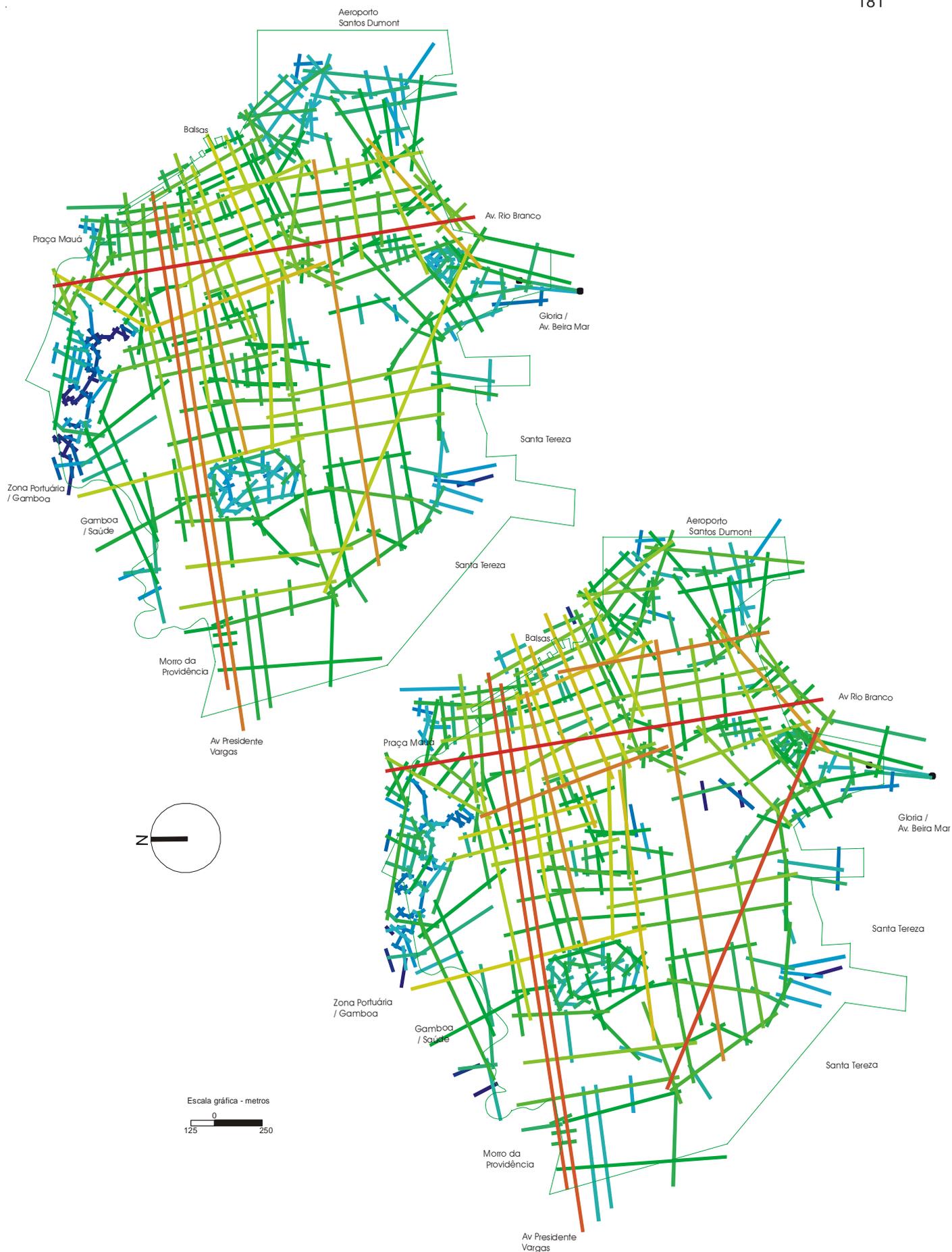


FIGURA 5.21 - De cima para baixo: mapas de integração global e de integração local-R3 do Centro do Rio de Janeiro / 1965.

construída do Centro (entre o Campo de Santana e a Av. Rio Branco), que sofre poucas alterações no período.

A introdução de linhas axiais mais longas e bem integradas globalmente dá conta da importância que as conexões entre o Centro e os bairros adquirem com a consolidação do transporte individual mecanizado (o automóvel). Destaca-se também a mudança da forma geometricamente determinada pelas linhas mais integradas globalmente. Em 1905, o retângulo era de lado mais estreito, determinado pela São Pedro e a Buenos Aires. A área delimitada por elas concentrava a maior densidade de comércio popular, englobando a região hoje denominada SAARA. Em 1945, essa delimitação fica mais difusa, pressupondo-se uma integração mais distributiva no sentido leste/oeste. Em 1965, o retângulo tem seu lado menor aumentado, já prevendo a absorção das áreas ainda não parceladas da Esplanada de Santo Antônio.

Analisados a partir do mapa de integração local-R3 (FIGURA 5.21) os eixos mais integrados localmente mantiveram-se, à exceção da Buenos Aires, que perde sua expressão sintática local. Nota-se que a figura resultante do mapa de integração local-R3, tanto em 1945, quanto em 1965, permanece como um triângulo retângulo, cujo vértice agudo aponta para a área que passa a ser conhecida como Cinelândia. Em ambas as situações, 1945 e 1965, vê-se que a integração local-R3 apresenta um nível intermediário de integração bem distribuído por um grande número de linhas que compõe a antiga grelha deformada dos séculos XVII / XIX, dentre as quais, destacam-se as ruas da Alfândega, do Rosário, do Ouvidor, Sete de Setembro, Assembléia, todas no sentido leste/oeste cortando a Rio Branco em ângulos próximos aos 90°.

Nota-se também que com o arrasamento dos morros de Santo Antônio e do Castelo, suas áreas imediatamente adjacentes captam a segregação antes imputada aos morros. Na área próxima ao morro do Castelo, é importante destacar, que o trecho da antiga praia de Santa Luzia e ponta do Calabouço, agora uma faixa estreita delimitada pelo Aterro/Av. Beira-mar, recebe um parcelamento moderno, em oposição à grelha de Agache na área mais central da Esplanada. São projeções que prevêm a instalação de instituições públicas e de moradias. Dadas as dimensões tendentes ao retangular das ilhas, o sistema de espaços públicos fica mais fracionado, gerando um aumento de linhas axiais mais curtas. Outro fator a destacar, é que sob o viaduto da Perimetral, ainda funciona o Mercado de Peixe (um sistema subcompartimentado em unidades pequenas e fixas, como se vê à direita da FIGURA 5.12) e algumas áreas residuais intrincadas delimitadas pelo Museu Histórico Nacional e os vestígios da Ladeira da Misericórdia.

Da evolução da configuração até 1965 pode-se dizer que a integração global, como apontado por HILLIER (1996) para as áreas centrais, modifica-se no sentido de abarcar as ligações entre o Centro e seu entorno próximo, o que caracteriza a manutenção das funções centrais no local, mesmo com a expansão da cidade. Outro aspecto notável, é o deslocamento paulatino dos eixos mais longos e de maior integração, para a periferia do

Centro Velho, o que aponta para a importância que o Centro continua a desempenhar para a vida da cidade, em coerência com as leis de centralidade descritas pelo autor.

A modernidade e as novas formas de parcelamento influem diretamente na média de integração global do sistema em 1945, que mantém o mesmo número de linhas axiais da configuração de 1905 (390), mas cuja média de integração, cai para 1,16, o que demonstra que entre as duas realidades configuracionais, o discurso de reafirmação da transpacialidade do Centro não é instrumentalizado nos padrões espaciais, apesar da formalidade incutida no desenho das novas frações. O sistema sofre um aprofundamento, que denota uma espacialização de práticas baseadas no controle espacial, reproduzindo o discurso de formação de bairros, mais do que de consolidação de lugares centrais, pois baseado nas leis de compacidade e não, de centralidade.

Já em 1965, a análise dos padrões espaciais, demonstra que, apesar do aumento insignificante de eixos axiais (395), a média de integração global do sistema volta a subir (1,40), sendo maior que a obtida em 1905, donde se supõe, que após a incorporação dos vazios obtidos pelo desmonte dos morros à estrutura da malha do Centro, que seguem as leis de compacidade, a dinâmica da configuração volta a ser regida pelas leis de centralidade, denunciando dois movimentos distintos com vinte anos de intervalo: recolhimento e, novamente, expansão.

5.4.4 Vida espacial: a distribuição / concentração de rótulos dita a presença?

A uniformização de rótulos na área central é foco constante das ações de planejamento, caracterizando um centro de negócios, de imagem forte e moderna que traduza a importância da capital da República: velha e nova. Nesse contexto, o crescimento urbano por todo o Distrito Federal, e a conformação de subcentralidades locais, na região suburbana e ao longo da Av. Brasil, são capitaneados pela implantação de indústrias removidas do Centro. A especialização de funções por setores urbanos é uma das bases do planejamento moderno, reforçado pela precariedade das habitações implantadas nas áreas centrais, já densamente ocupadas e em processo de verticalização desde o início do século, mas conservando, ainda, o parcelamento colonial do solo. Em 1950, o Rio de Janeiro concentrava a maior população urbana do país, era a cidade com maior número de habitantes na área metropolitana e atraía os maiores fluxos de migração internos (GEIGER, 1963), até o início de seu declínio econômico e simbólico, a partir de 1960.

“A zona central corresponde aos trechos mais antigos da cidade, mais ou menos remodelados. As construções são compactas, não apenas as antigas mas também as novas, devido à valorização dos terrenos. Nesta parte central, distingue-se o que o povo chama de **centro**, a área mais movimentada, de lojas mais finas, e uma área periférica, que costuma ser **degradada** que a envolve. Trata-se de trechos da antiga cidade que não foram tão remodelados como o **centro**, e que tendo sido áreas residenciais, se viram relegadas pelas populações abastadas tangidas para os novos bairros, sobretudo da Zona Sul: aí reside uma população pobre e proliferam pequenas indústrias, oficinas e certos ramos do comércio” (GEIGER, 1963, p.137).

O que é assumido como o centro da cidade, corresponde ao núcleo urbano original e suas expansões consolidadas até o século XIX, e reconhecido a partir da leitura de mapas mentais e da imagem de bairros cognitivos por pesquisas posteriores (DEL RIO, 1991). Está identificado com as funções ou rótulos típicos da centralidade, como já enunciado no depoimento de GEIGER (1963). A região é delimitada sintaticamente pelas linhas mais integradas globalmente do sistema, uma macro-grelha ortogonal envolvendo uma micro-grelha deformada. Dessa superposição de grelhas entende-se uma hierarquia das funções ligadas à centralidade: a macro-grelha concentra os equipamentos públicos, acumulados desde o início do século, como o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Assembléia Legislativa (construída posteriormente) e o Tribunal Superior, no vértice sul da linha axial mais rasa, a Av. Rio Branco (FIGURA 5.22). No entorno do cruzamento entre a Rio Branco



FIGURA 5.22 - Cinelândia / cartão postal s/r 195?



FIGURA 5.23 - Pres. Vargas e Candelária / cartão postal s/r 195?



FIGURA 5.24- Av. Rio Branco vista a partir da praça Mauá / Museu Histórico Nacional - 1930.

e a Presidente Vargas edifícios institucionais ligados ao então Distrito Federal e à concentração de bancos públicos e privados (no trecho delimitado pela Candelária, conhecido como o setor bancário do Centro (FIGURA 5.23). O vértice norte da Rio Branco é coroado pelo cais de passageiros, Polícia, Alfândega e o Hospital de Servidores do Estado (o que dá a entender a importância que as leis e garantias trabalhistas assumem na primeira metade do século), além do edifício mais alto da cidade até os anos 50, a sede do jornal *A Noite*, que encobre a visão do morro da Conceição desde a praça Mauá (FIGURA 5.24).

Ao longo da Av. Rio Branco, da Cinelândia até a praça Mauá, são alocados serviços (edifícios de escritórios), órgãos de classe, sociedades civis e bancos, representações das alternâncias no exercício de poder dos grupos de pressão política e econômica (FIGURA 5.24). A paisagem da Rio Branco está em constante mutação, tendo se renovado pelo menos três vezes em cinquenta anos, não só verticalizando-se sempre mais, como mudando os padrões dominantes de ocupação. As modificações contínuas tornam a paisagem quase

irreconhecível “... pelas demolições sucessivas dando lugar a edifícios de 6, 8 ou 10 andares e, nos anos 60, de até 20 andares ” (GEIGER,1963, p 169).

A Esplanada do Castelo, em sua extensão desde a Av. Beira-mar até a Almirante Barroso, consolida-se como o setor administrativo da cidade e do país, comportando ministérios, tribunais, embaixadas e órgãos da administração indireta. A área periférica a este conjunto, sobretudo o trecho da Av. Beira-mar ,entre e Rio Branco e a ponta do Calabouço, tem edifícios multifamiliares de padrão médio e alto, com vista para o mar. O trecho entre a Rio Branco e o largo da Lapa concentra edifícios de escritórios, hotéis e órgãos da administração distrital (FIGURA 5.22). Os hotéis, alguns de luxo, eram atividades complementares importantes à representação política da capital.

A praça Floriano concentra, a partir dos anos 40²⁶, as salas de cinema mais modernas da capital, o que acaba identificando o local pelo nome de Cinelândia. Tudo isso para ressaltar o caráter francamente transpacial do eixo mais integrado do Centro do Rio, local de implantação e renovação dos signos referentes à sociedade e economia nacionais. Pressupõe-se o maior potencial de co-presença ao longo desse eixo, portanto, o maior movimento de pessoas. A Rio Branco é, francamente, o lugar mais raso do Centro da cidade, facilmente apreensível e apropriável por estranhos ao sistema, que são todos os visitantes que circulam pela capital a negócios. O setor bancário, na confluência dos dois eixos mais integrados do Centro, portanto, o mais acessível e identificável para quem vem de fora, é sintomático do papel que o sistema financeiro assume na vida do país após as oscilações de poder da Nova República serem consolidadas. Interessa ressaltar também que a Presidente Vargas ficará desocupada por um longo período, quase 50 anos, à exceção das esquinas da Candelária. Portanto, ao longo do eixo mais integrado do Centro, referência da vida urbana e nacional, concentram-se os rótulos simbólicos compartilhados por estranhos e moradores, o que é coerente em termos configuracionais. A incoerência salta aos olhos quando se analisa a Presidente Vargas. Um dos eixos mais integrados globalmente é subocupado até o final dos anos 90, servindo apenas como acesso de veículos ao Centro da cidade.

A micro-grelha pressupõe um sentido mais espacial de uso e apropriação social, dando conta que, o nível médio de integração aí percebido concentra os rótulos comerciais e de serviços mais próximos dos moradores do Centro, aqui entendidos como o grupo ampliado de pessoas que aí trabalham. As distinções dos rótulos, tipo comércio popular, se mantém as mesmas do início do século (SAARA). As rua do Ouvidor, Sete de Setembro, Gonçalves Dias, Uruguaiana e imediações até o largo de São Francisco, concentram o comércio sofisticado, os restaurantes, confeitarias e lanchonetes que servem ao público morador/trabalhador e aos frequentadores já delineados desde o século XIX. A rua da Carioca e imediações da praça Tiradentes, assim como a Lapa, concentram os bares, botequins e clubes de dança e jogo, mais populares. Diga-se que a micro-grelha é controlada pelos cariocas em geral (FIGURA 5.21).

O comércio atacadista de alimentos concentra-se ainda na rua do Acre (desde os portugueses) e na parte mais profunda, remanescente da derrubada do morro do Castelo (do mercado até a praça XV), assim como, no entorno da Central do Brasil, onde prolifera o comércio atacadista e popular que tira proveito não só dos imóveis depauperados e da concentração ainda grande de moradias, como também da facilidade de servir aos que compram no Centro, mercadorias revendidas nos subúrbios.

As colinas remanescentes (Conceição, Valongo e Providência) “... são ilhas mortas de movimento, servindo de moradia para gente pobre ...” (GEIGER, 1963, p. 171). A distribuição de rótulos nesses espaços mais profundos, continua sendo a mesma desde o século XVIII, sendo a ocorrência do uso habitacional dominante, e algum uso institucional específico, como o Observatório Nacional Astronômico do Valongo e um quartel do Exército, na antiga fortaleza da Conceição. A perda de expressão da função moradia no Centro é promovida tanto pela derrubada de morros (retirada das favelas) como a de inúmeros quarteirões (abertura da Presidente Vargas) e é substituída por um adensamento de pequeno comércio, artesanato e manufaturas.

A maioria dos moradores da periferia do Centro aí trabalha, sendo que a maior parte dos domicílios é de aluguel (10.000 em 12.000 unidades, quase 85%) e a maioria das habitações tem apenas 1 habitante, em geral, do sexo masculino (GEIGER, 1963, p.173). A parte do Centro considerada periferia (GEIGER, 1963), abrange a faixa norte da Presidente Vargas, o entorno da Central do Brasil, da praça Mauá e os morros da Conceição, Providência e Valongo, até a rua do Acre; a Lapa e as extensões sul e oeste do Campo de Santana apresentam “... conteúdos sociais diferentes ...” (GEIGER, 1963, p.173-174). As velhas construções são usadas como pensões e cortiços, que abrigam trabalhadores braçais, do porto e do setor elétrico, cuja sede, próxima ao Palácio do Itamaraty, também é composta de uma vila operária. A Lapa, sobretudo a Av. Mem de Sá e seu entorno, recebem a construção de edifícios de apartamentos modernos modestos e conjuntos residenciais para a classe média baixa, como no Bairro de Fátima, atraentes por sua localização.

Esses enclaves residenciais ostentam equipamentos públicos de grande importância, como a face oeste do campo de Santana, que congrega dois dos maiores hospitais da cidade: o Souza Aguiar e o Gafre Guinle, ambos à curta distância da Presidente Vargas, na face oposta à Central do Brasil, mas em eixos mais segregados. A Mem de Sá e a Riachuelo também tem hospitais, públicos e privados, mas são considerados partes da área central, onde se desenvolvem comunidades de base espacial (devido à grande quantidade e diversidade de habitações), paralelamente ao seu caráter transpacial.

O morador do Centro é eclético: desde o migrante solitário, morador de pensões para solteiros, que quando consegue reunir a família muda-se para o subúrbio, até o imigrante que mora nos fundos ou nos altos do seu comércio ou manufatura, passando pelos cortiços, familiares ou não, aos apartamentos de famílias da pequena classe média

que se valem da infra-estrutura abundante de escolas públicas (sobretudo na Lapa) e entorno do Campo de Santana, até os trabalhadores noturnos de cabarés, inferninhos e hotéis.

Nesses primeiros cinquenta anos do século XX, a distribuição dos rótulos e a confirmação das suas localizações, revela diferenças de apropriação social e expectativas de co-presença, equivalentes à distribuição/concentração de integração do sistema: há os lugares de maior formalidade, onde prevalecem os códigos transpaciais que tem ressonância urbana e nacional, ao longo do eixo mais integrado (Rio Branco e praça Floriano); há os de menor formalidade, mas com códigos transpaciais mais referentes aos cariocas em geral (rua do Ouvidor, praça XV, mercado); há os lugares de maior urbanidade, onde a transpacialidade é restrita a grupos específicos (boêmia – praça Tiradentes, samba – praça XI, estivadores – praça Mauá, suburbanos – Central do Brasil); e os lugares de maior urbanidade e vinculados a categorias de base espacial, nas quais a comunidade controla os espaços como forma de sobrevivência (morros da Conceição e Valongo e favelas da providência e Santo Antônio).

A co-presença se diversifica num leque de categorias sociais que, mal ou bem, dão pistas sobre o significado dos espaços na reprodução de práticas sociais referentes à crescente complexidade da composição da sociedade urbana. O Centro é denominado pelas áreas de significado transpacial definido *ainda* pelas classes sociais mais altas, o que pressupõe o território seguro por onde todos, estranhos e moradores, podem transitar. A periferia do Centro é composta pelas áreas onde o movimento diversificado de categorias sociais é restrito e, nesse ponto, instala-se uma gradação de acessibilidades que polariza a co-presença nessas diversas frações: da Lapa (eixo de ligação entre a Zona Sul/Sudoeste da cidade com o Centro), onde a segmentação social do uso do espaço não é tão óbvia, tanto pelas características de integração da malha, reforçada pela alocação de rótulos referentes à cidade como um todo, até o morro da Conceição, um gueto, esquecido pelo mundo, onde se desenvolve uma comunidade de base espacial bastante ímpar a dois passos de distância da Rio Branco e, no entanto, um dos lugares mais segregados do Centro; da Central do Brasil, cujo relacionamento é óbvio com os subúrbios da cidade e a ocupação muito popular, mas não se constitui numa zona muito segregada, é daqueles lugares onde as elites estão desinteressadas de ir (SANTOS, 1984).

Em termos de co-presença e movimento, a decorrência mais curiosa das intervenções urbanas de impacto da primeira metade do século XX, é a Av. Presidente Vargas, um dos espaços convexos de maiores dimensões do Centro, que funciona como uma barreira entre as partes norte e sul da área central (seu cruzamento é difícil e sua desocupação é marca registrada até os anos 90, mesmo sendo um dos eixos mais integrados do sistema). A parte norte do Centro é caracterizada como deteriorada e decadente, apesar de equipamentos importantes instalados na Marechal Floriano (Palácio do Itamaraty, Colégio Pedro II), símbolos nacionais.

Há algumas características interessantes quanto à dicotomia, que reproduz,

no Centro, a segregação nort /sul que caracteriza a cidade: a Zona Sul, solar, oceânica, moderna, primeira imagem formada quando se menciona Rio de Janeiro (DEL RIO, 1991) e a Zona Norte, proletária, suburbana, pobre e decadente, imagem do fundamento social à custa do qual se construiu o progresso do país.

5.5 A realidade metropolitana e o redimensionamento da centralidade (1965-1999)

A marca da segunda metade do século XX é dada pelo *Golpe* que implanta o governo militar e conduz a política do país até 1984, quando uma retomada democrática inaugura uma nova fase da vida pública. A velocidade das transformações da primeira metade do século que levou a uma nova dinâmica industrial, soa remota se comparada à revolução tecnocientífica do pós-guerra. Chega-se, hoje, à era da informação globalizada. O Brasil participa periféricamente da nova ordem, mais uma vez, subserviente aos interesses do capital financeiro e especulativo transnacional que gera novos paradigmas sociais, calcados no consumo e no mercado financeiro, nos quais o modelo de progresso difunde padrões de comportamento padronizados, acentuando o abismo social (SEVCENKO, 1998).

As décadas de 60 e 70 marcam o declínio econômico e produtivo do Rio de Janeiro, suplantado por São Paulo como a capital econômica brasileira, novo paradigma de sucesso em empreendimentos de retorno financeiro para as elites brasileiras e pólo atrator de migrações internas. Além da perda do prestígio político, com a mudança do Governo Federal para Brasília, o Rio de Janeiro passa ainda por um processo curioso de transformação administrativa: a transferência do Distrito Federal, leva à criação do estado da Guanabara, que incorpora a área do antigo DF, já totalmente urbanizada, que depois, na metade dos anos 70, funde-se ao estado do Rio de Janeiro, tornando-se a cidade do Rio, a capital do novo estado.

A realidade metropolitana parece catastrófica: favelização e moradias precárias; diminuição dos postos de trabalho; déficit habitacional, infra-estrutura insuficiente, aumento do volume de veículos; e renovação permanente do estoque construído, nas Zonas Sul, Norte e municípios lindeiros, são os grandes problemas urbanos a sanar. Os planos feitos até então para a cidade e zona metropolitana não são integralmente implantados, caracterizando-se por ações pontuais, incorporadas ao Plano Diretor da Cidade (1937), que é constantemente revisto e ampliado²⁷, do qual se pinçam soluções para problemas localizados, desconsiderando-se a nova realidade e as conseqüências a longo prazo. A possibilidade de criar uma realidade urbana inteiramente nova, destinada a uma nova sociedade, já se concretizara com a construção de Brasília. O ideário modernista cada vez mais influente, reforça a segregação de funções e o tratamento dos edifícios dado caso a caso (paisagem de objetos). O valor da terra urbana, sobretudo no Centro, contribui para a verticalização que, aposta à malha urbana colonial, gerou problemas ambientais e infra-estruturais graves, como densidades além do admissível e perda da qualidade dos espaços

públicos (FIGURA 5.25).

O zoneamento rigoroso e excludente causa o colapso da área central. As ações sequenciais visam acabar com a habitação no Centro, banindo as funções poluidoras e impertinentes ao seu conteúdo simbólico, o controle rigoroso sobre os usos e os monumentos, associados à liberação da verticalização por pressões do mercado e a concentração das funções ditas centrais, transformam o Centro do Rio num sumidouro de investimentos públicos drenados de outras áreas, que oneram o erário público. Esse controle que tem origem na limpeza social do Centro, causa problemas até então inimagináveis, como a inversão pública em áreas já congestionadas e de ocupação pendular; o



FIGURA 5.25 - Esquina rua do Ouvidor - 1º de Março / 2001.

crescimento da pressão especulativa na formação de estoque de terras prevendo a expansão da zona central; e o aumento do fluxo de veículos para/do Centro em direção aos bairros. É urgente revisar as posturas públicas na gestão da cidade e a palavra em voga é *renovação urbana*.

“A divisão rígida das diferentes áreas urbanas, em zonas de habitação, comércio, serviços, áreas centrais, áreas livres, etc. – das antigas regulamentações de zoneamento de uso, origina uma separação nítida de funções e atividades que não correspondem à realidade da dinâmica urbana” *MERA (1969, p.79)*.

O critério de zoneamento é então flexibilizado, utilizando-se o critério de uso predominante e não mais excludente, o que muda o foco de análise para o licenciamento de novas construções, prevendo densidades ideais e a consolidação de uma paisagem reconhecível das tipologias previstas no zoneamento não exclusivo, levando-se em conta as diferentes características das áreas e as tendências demonstradas no crescimento dos pólos irradiadores.

Há que se explicitar como e porquê ao final da década de 60, os planejadores urbanos estão preocupados com estas questões e de onde elas emergem, e também, como surgem novas questões, que desembocam numa leitura da cidade e seus problemas que parte das expectativas da sociedade frente à qualidade de vida urbana. Retroceder, uma vez mais, a um plano de longo prazo que, como o *Plano Agache*, recebe o nome do seu autor: o *Plano Doxiadis*.

5.5.1 O Plano Doxiadis e a renovação urbana

O *Plano Doxiadis*²⁸ (1960) é contratado logo após a transformação do Distrito Federal em estado da Guanabara e entregue ao final da gestão Carlos Lacerda (1965). É um plano de longo prazo, estadual, com previsão de implantação entre 1967 e 2000, voltado para a solução de três problemas: o desenvolvimento equânime da área metropolitana, o déficit

habitacional e a falência da rede de transportes / infra-estrutural. Focado no macro planejamento da área metropolitana, recomenda a remodelação urbana, baseado no diagnóstico dos problemas que restringem o desenvolvimento urbano do estado. O relatório embasa-se na

“...análise dos fenômenos em três escalas: a *macroescala* estuda o papel da Guanabara e da cidade do Rio no âmbito nacional – o Brasil -; a *mesoescala* examina a Guanabara como parte da área metropolitana do Rio de Janeiro; e, a *microescala* fornece uma análise pormenorizada de duas áreas urbanas escolhidas como pilotos: Copacabana e Mangue” (DOXIADIS, 1965, v.1, A. 3).

Como fatores que retardam o desenvolvimento econômico do estado, ressalta a perda da capitalidade do Rio; a reversão na taxa de crescimento, principalmente por migração interna; e os problemas decorrentes da sub-habitação, no caso as favelas: “é indispensável encontrar soluções específicas para o problema das favelas” (DOXIADIS, v.1, B. 10). Aponta também o déficit de salas de aula e de leitos hospitalares e propõe uma estratégia para ampliação de equipamentos públicos para atender a essas carências. Destaca as condições geográficas e de “...relevo da cidade como empecilho ao livre movimento de veículos, criando sérios problemas de tráfego ...” (DOXIADIS, 1965, v. 1, B. 12) e “...aponta a grande centralização na área do antigo núcleo colonial como causa dos congestionamentos e disparidade na distribuição de equipamentos e serviços” (DOXIADIS, 1965, v. 1, B. 12).

Os maiores problemas apontados são o crescimento de favelas em morros e áreas desocupadas (ilegal e sem regulamentação urbanística) e suas altas densidades populacionais, abrigam quase 11% da população urbana, crescimento duas vezes maior que a média dos bairros em geral; e a ampliação da área urbanizada para além dos limites do município, o que dificulta a planificação de estratégias globais. Destaca também a regulamentação do uso da terra (zoneamento) como um dos fatores que contribuem para a concentração de funções centrais no casco antigo da cidade (comércio, serviços e equipamentos públicos) e pela manutenção dos vínculos de dependência entre os bairros e a zona central, bem como a alta concentração de imóveis comerciais e de serviços nessa zona. A rede viária radial, com a maioria das grandes artérias de tráfego partindo ou cortando o Centro é apontada como a causa dos congestionamentos, sendo a Av. Brasil indicada como a única via na qual é possível manter velocidade constante alta. Ressalta também os problemas para a expansão do porto, confinado no Centro e a degradação das moradias na área central. O maior problema identificado no estudo é

“...o alto grau de centralização de suas atividades principais. Deve ser adotada uma política de distribuição de centros de emprego mais equitativos, de forma que os principais bairros sejam providos de maior número de lojas, educação, recreação, etc. uma infra-estrutura mais altamente desenvolvida - visando a distribuição de funções através de um plano de desenvolvimento urbano para a Guanabara” (DOXIADIS, 1965, v. 1, D. 31).

A partir desse diagnóstico, propõe um plano de zoneamento, com controle de densidades, altura e gabarito dos edifícios e normatização de projetos e construção.

Uma das diretrizes do plano “... os bairros residenciais devem ser planejados para reacomodar amostras representativas da população, de preferência a segregar colônias de grupos semelhantes do ponto de vista ocupacional e econômico ...” (DOXIADIS, 1965, v. 1, D. 36), já traz incutido um conceito perverso, usado nos conjuntos habitacionais, sobretudo naqueles voltados para a população removida de favelas²⁹: romper os vínculos de vizinhança estabelecido nas comunidades, o que desintegra as relações com vínculos espaciais solidamente construído (PERLMAN, 1977). Que também origina bairros de grande uniformidade econômica e social como a Barra da Tijuca.

O plano prevê a dispersão de pólos de centralidade, articulados por anéis viários (FIGURA 5.26), ao longo de dois eixos de expansão: a Av. Brasil (que alocaria as instituições metropolitanas), e outro, ligando as baías de Guanabara e Sepetiba (novo porto), pela orla, congregando as instituições estatais. Os núcleos autônomos, com seus próprios centros locais, e predominantemente habitacionais³⁰, de serviços, comércio ou indústrias, seriam conectados a um destes dois eixos. O modelo repete de certa forma a expansão suburbana do século XIX, na qual os assentamentos surgem vinculados às indústrias dispersas no território, ao longo da via férrea.

No mapa de integração global do *Plano Doxiadis* (FIGURA 5.26) está claro que o sistema gerado é muito profundo, sendo que nenhuma dessas vias de penetração (Av. Brasil e Oceânica) indica uma maior acessibilidade frente às outras linhas do sistema. A proposta é utópica³¹ mas deixa clara a intenção de ruptura com o centro urbano e a formação de núcleos de autônomos e fechados em si mesmos, semelhantes ao modelo de conjuntos habitacionais ou aos dos condomínios efetivamente implantados na Barra.

O que interessa do *Plano* é uma das áreas piloto remodelada segundo as diretrizes e as metas *equísticas*: o Mangue, diagnosticado como área de deterioração urbana, que é apontada no relatório como sendo um dos males mais antigos das áreas centrais:

“O problema de deterioração não é novo. Em todos os tempos, certas partes de qualquer cidade estão sujeitas às conseqüências do envelhecimento, decadência e obsolescência que surgem com o tempo e as condições cambiantes. Os tecidos do organismo urbano tornam-se gastos ou obsoletos e as partes afetadas precisam ser curadas ou rejuvenescidas. Foi, contudo somente nos últimos anos que a deterioração começou a ser olhada de frente, desenvolvendo-se em todos os países do mundo, técnicas ou meios de cura sistemáticos, por meio da renovação urbana. Isto vem acontecendo sob a pressão de ritmos mais rápidos de modificação e expansão, tornando-se não só necessário, como viável, que os governos locais empreendam as operações de renovação numa escala mais ampla do que a iniciativa privada é capaz. A remodelação urbana é indicada como o processo de cura para os problemas do Mangue, visto que organiza um estudo sistemático da deterioração ao nível de bairro e das razões que provocam essa deterioração, buscando por meio de planos físicos, curar as partes enfermas do agrupamento humano, restaurá-lo econômica e fisicamente, e transformá-lo numa porção sadia do conjunto” (DOXIADIS, 1965, v1, 3.1.2, 1122-1124).

Fica claro que sanidade engloba tanto a igualdade de oportunidades de ascensão social, quanto a boa distributividade de funções centrais e alocação equânime de

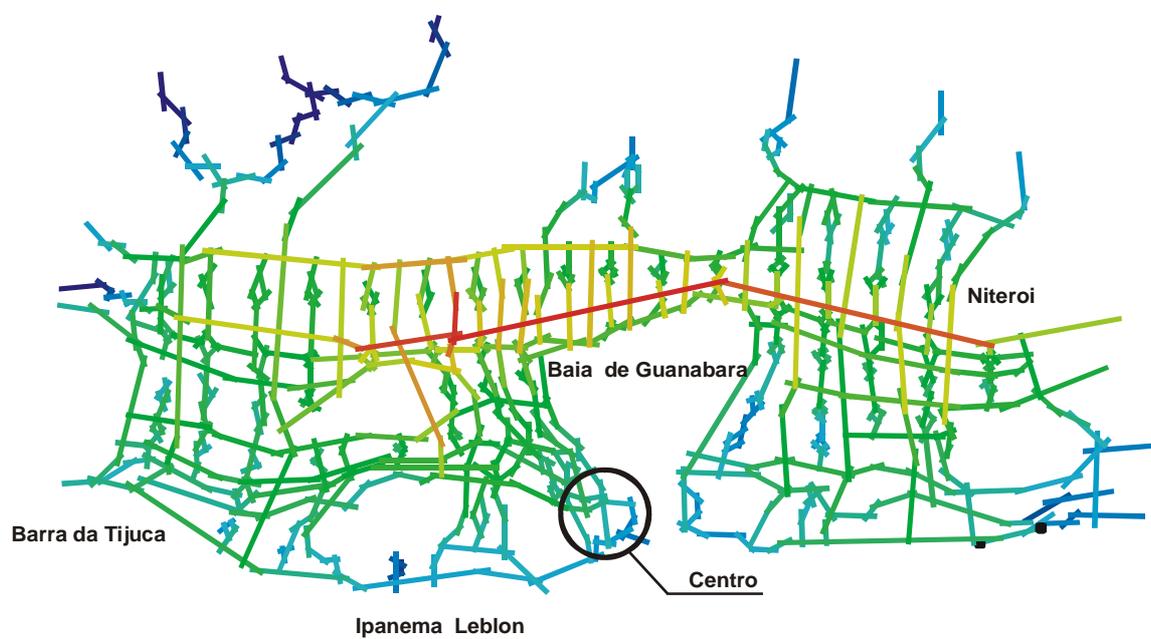
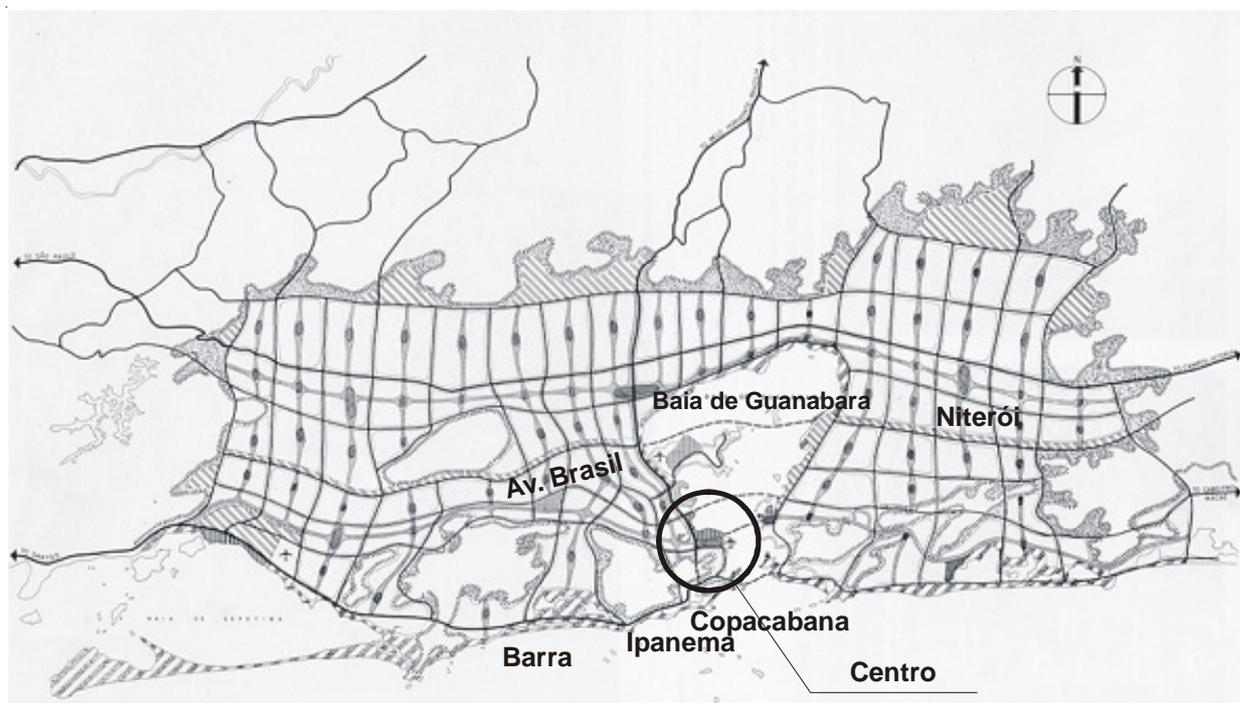


FIGURA 5.26 - Acima Plano Doxiadis. Abaixo, mapa de integração global do Plano Doxiadis / 1965.

equipamentos de uso social; e condena a manutenção de comunidades em áreas já densamente ocupadas, indicando a polinucleação, a suburbanização e a renovação a partir da terra arrasada como alternativas de desenvolvimento. Reforçando-se a identidade de núcleos autônomos, auto-suficientes e segregados espacialmente, a metropolização é entendida como um conjunto de unidades desconectadas de um centro comum e vinculadas entre si mais por força administrativa do que efetivamente de coesão urbana.

Testemunha-se através da imprensa, os efeitos dessa ideologia de planejamento, que tem na Barra da Tijuca seu melhor exemplo: crianças criadas ali que nunca foram ao Centro, o que dá conta da tendência à formação de comunidades estanques e autocentradas como uma prerrogativa da reprodução de valores elitistas desinteressados na pluralidade da vida urbana tradicional. O plano destaca em vários momentos a *escala humana*, aquela feita de relações na vizinhança próxima, com características de comunidade reduzida, de base espacial. A importância dada a essa instância é clara, mas se vista em retrospecto histórico, desconsidera a cidade como uma comunidade virtual vinculada a uma imagem forte e compartilhada, para a qual os códigos transpaciais são fundamentais.

A contradição criada entre as diretrizes do *Plano* e a experiência feita no Mangue são claras. Ao mesmo tempo que estoque construído é arrasado e a comunidade firmada em bases espaciais dispersa (SANTOS & VOGEL, 1984), a renovação proposta, um conjunto de edifícios independentes, onde predominam funções administrativas (Teleporto, ainda subocupada hoje, que tem nos edifícios administrativos do município seus elementos pregnantes) nega a urbanidade indispensável à constituição de um novo centro (HILLIER, 1996). O contraditório é o Plano fazer a apologia das comunidades de base espacial e dismantelar uma comunidade com essas exatas características e ainda gerar um estoque de terra nua na periferia do Centro, o que contribuiu para aumentar a especulação imobiliária e a degradação ambiental.

O Plano considera a conurbação das adjacências da Guanabara como inerente ao processo de metropolitização e espelha o modelo de *Los Angeles*: um conjunto de núcleos autônomos reunidos sob uma denominação comum. A cidade proposta por Doxiadis sequer leva em conta o Centro existente (no projeto o centro é meramente um aeroporto) que é tratado como ponto de articulação viária entre os bairros. Intenções claras, reveladas nas obras da Perimetral, da ponte Rio-Niterói, nos sistemas de metrô e trem urbanos, para as quais a *cirurgia urbana* é a fórmula, mais uma vez adotada, para afastar a população moradora da área central.

5.5.2 Significado e pluralidade de estratégias para a recuperação do Centro: preservação, integração, revitalização e sinergia

O final da década de 70, marcado pela crise do petróleo, pela crise política nacional, e pelo desencanto dos mitos do *Brasil Grande*, afetou a economia do Rio de Janeiro, voltada para o setor terciário (serviços), que sofre também com a transferência da

maioria dos bancos para São Paulo, que se torna a sede das atividades financeiras do país, o que gera a desocupação e queda do valor dos imóveis do Centro do Rio.

A crise econômica e a complexidade metropolitana produzem mudanças na abordagem dos problemas da cidade. O foco volta-se para a microescala, para os problemas locais que atingem comunidades específicas e ganham voz, via associações de bairro. Nestas instâncias discutem-se as conseqüências da metropolização que afetam a qualidade de vida dos cidadãos. Entram na pauta a preservação ambiental e do patrimônio cultural, valores cuja manutenção pressupõe o compartilhamento das benesses imediatas no processo, que dependem do exercício de controle do espaço. Parece óbvio, mas os planos de zoneamento flexíveis, delineados no final dos anos 70, andam lado a lado com as intervenções em macroescala, sobretudo as cirurgias viárias (ponte Rio-Niterói; linha Lilás e túnel Rebouças), que interferem na dinâmica de bairros consolidados e alteram a estrutura da malha urbana.

As associações de bairro são categorias com vínculos espaciais exercendo o maior poder de controle possível sobre os lugares compartilhados e, frente à comunidade virtual, mediam a relação entre grupos de base espacial e o Poder Público. Essa mudança de paradigma induz a algumas considerações sobre o Centro. O desgaste dos códigos transpaciais é óbvio, sobretudo, como lugar de representação das classes privilegiadas, que o negam e voltam-se para novas áreas. Parece não haver razões suficientes para expressar poder, portanto uma prerrogativa imperiosa para o Centro, relaciona maior controle local com segurança.

Ações como a do *Corredor Cultural*, elaboradas no final dos anos 70 para o Centro do Rio e implantadas a partir de 1984, requerem que, em nome da qualidade de vida (e da preservação do patrimônio imobiliário e dos investimentos econômicos já feitos) sejam revistas as estratégias de intervenção. O mesmo serve para a isenção fiscal na recuperação de imóveis³². O *Corredor Cultural* "... centra suas intervenções na idéia de proteção a conjuntos arquitetônicos: ruas, quarteirões e, mesmo bairros" (PINHEIRO, 1995, p.73). Isso resgata o sentido de *urbanidade*³³ e equilíbrio na realização dos dois códigos de solidariedade social: espacial e transpacial, que refreia a substituição de edificações e da população moradora.

Ao longo dos anos 70 e 80 o Centro da cidade sofre um processo de deterioração do patrimônio construído, entendido como decadência. Esse processo, comum a vários centros metropolitanos está associado ao "...abandono do centro principal como de emprego das camadas mais altas de renda; abandono de diversão, lazer e atividades culturais; como local de compras e moradia" (MAGALHÃES, 2001, p. 742). E também está associado ao seu uso constante "...pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população. Nessas condições, sendo o centro da maioria, ele é o centro da cidade" (VILLAÇA³⁴ *apud* MAGALHÃES, 2001, p. 742). Mas, ao mesmo tempo, deixa de ser o Centro para as faixas de renda mais alta, o que provoca um êxodo de contribuições

fiscais, e a realocação de instituições de grande porte em novos subcentros, que canalizam os investimentos públicos.

Apesar do discurso versando sobre a decadência e a insegurança da área central do Rio ter sido assimilado e veiculado à exaustão pela imprensa, o esvaziamento da área não é real. VILLAÇA (*apud* MAGALHÃES, 2001, p.742) diz que “...o uso do Centro do Rio pela burguesia ajudou a manter a vida no Centro e a nele reter os empregos de classes média para cima, conservando a vitalidade imobiliária”. O uso simbólico do Centro é incontestável, mas há outros fatores envolvidos na sobrevivência das características de centralidade: a manutenção da acessibilidade alta entre o Centro e as Zonas Sul e Norte, dada através do investimento em transporte público, que para aí converge e se articula; as ligações com o resto da cidade por vias de trânsito rápido; a periferia da área central onde sobrevivem a mistura de usos e funções; as vantagens dos preços dos imóveis em relação aos da Zona Sul; e os incentivos fiscais atrelados aos projetos públicos de qualificação e revitalização urbanas. Soma-se a isso, a capacidade de articulação das associações de bairro da Zona Sul que pressionam pelo retorno da qualidade de vida, ao verem seus imóveis desvalorizados pela proximidade de empresas de grande porte, cujo impacto negativo em áreas predominantemente residenciais é enorme (congestionamento, estacionamento irregular, poluição sonora, etc.). A dinâmica de policentralidades, que num primeiro momento é vista como positiva, é reavaliada a partir dos seus efeitos nocivos nos investimentos das classes média e alta, e gera a revalorização do Centro, como forma de preservar um estilo de vida ameaçado.

O mérito de iniciativas como a do *Corredor Cultural*, que revelam-se de longa duração (a implantação do projeto e do escritório técnico tem quase 20 anos, o que a coloca entre uma das precursoras desse tipo de ação em nível nacional) é o de haver sido, em sua concepção, flexível o suficiente para incorporar os novos paradigmas de projetos urbanos de segunda e terceira gerações (PORTAS, 1998). A segunda geração encampa os projetos de pequena escala, vinculados ao modelo de zoneamento funcional não excludente, implantados no momento anterior (1969); e a terceira, encampa as ações que coadunam soluções globais para problemas setoriais, por exemplo, preservação do patrimônio histórico e da memória coletiva, déficit habitacional, valorização do estoque construído e otimização dos investimentos públicos já feitos em infra-estrutura.

O aporte teórico do *Corredor Cultural* vem de JACOBS (1961) e ALEXANDER (1970), que destacam a importância que os vínculos de vizinhança e a mistura de rótulos assumem em realidades metropolitanas. Essa abordagem, vai de encontro aos paradigmas de preservação institucionalizada, com forte influência do Movimento Moderno, e marca das ações de preservação no Rio até então. Isso força a revisão das intervenções baseadas na renovação urbana e na substituição das edificações, bem como, do zoneamento funcional excludente. O *Corredor Cultural* institucionaliza uma maneira de pensar a cidade que, no Rio de Janeiro, se propaga a partir de um grupo de técnicos do

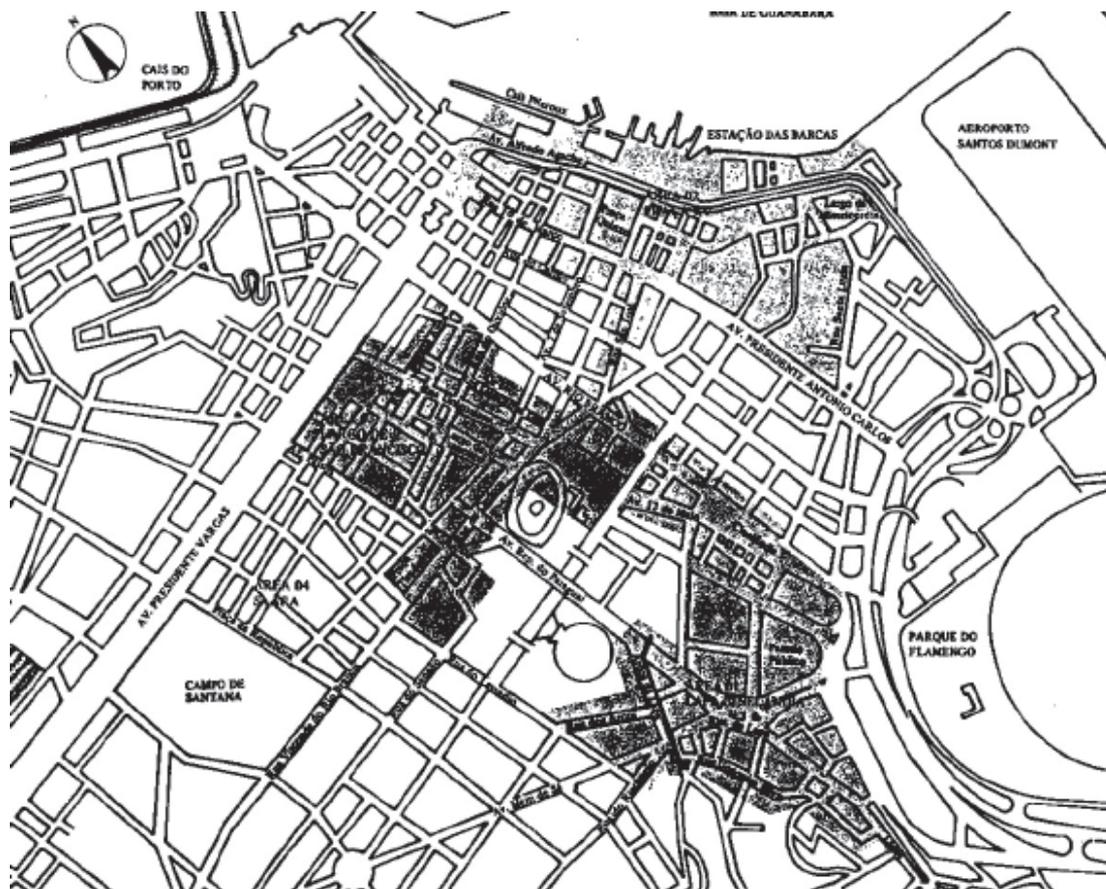


FIGURA 5.27 - Mapa da área do projeto Corredor Cultural no Centro do Rio de Janeiro / 1992 - 2003.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e que tem em SANTOS³⁵ e PINHEIRO³⁶ seus expoentes. Sua linha motriz é a preservação da paisagem cultural, o que, automaticamente, amplia o conceito de preservação, para além dos edifícios ímpares e pressupõe a mudança de foco das ações que se voltam para os *moradores* do Centro, incluindo-se aí, não só os que habitam as áreas atingidas pelo projeto, mas também, os que aí trabalham, tem imóveis ou negócios.

A idéia da perda do controle social sobre o espaço, como um dos fatores que levam à degradação ambiental e à desagregação social (JACOBS, 1961), encontram eco na conjuntura social carioca: aumento da criminalidade, assaltos e insegurança traduzem-se na deseconomia da área central. Portanto, o fortalecimento dos vínculos de solidariedade espacial, calcados nas relações de vizinhança, se tornam imperativos para readquirir o controle sobre esses espaços e, conseqüentemente, recuperar o bom desempenho econômico da propriedade imobiliária. As ações voltam-se para intervenções localizadas (FIGURA 5.27), o que contribui para a preservação dos imóveis, sua valorização e a manutenção do entorno público. Já que o cortiço é uma realidade historicamente consolidada, a melhoria das suas condições de habitabilidade tornam-se fundamentais para atrair os investimentos necessários à recuperação do patrimônio simbólico. Assim, surgem os projetos de melhoria das condições das moradias populares coletivas, ainda numerosas (sobretudo na Lapa, arredores do Campo de Santana e entorno da Central do Brasil).

Num segundo momento, o *Corredor Cultural* incorpora as medidas de

planejamento de terceira geração, nas quais o planejamento estratégico, um modelo no qual se tem “...uma visão empresarial das cidades, inseridas num processo competitivo umas com as outras ...” (MAGALHÃES, 2001, p. 745)³⁷ visando a reativação econômica de áreas degradadas, num esforço conjunto, entre entidades públicas e privadas, para atrair novos investimentos e recuperar o capital imobilizado. A recuperação da *qualidade* dos centros é medida por comparação entre cidades, foco das ações empreendidas a partir dos anos 90, quando os recursos municipais são canalizados para a melhoria crescente da qualidade de vida, alternativa capaz de sustentar a cidade na disputa pela localização de empresas geradoras de empregos no setor terciário, que dinamizem a economia.

“O papel do patrimônio histórico passa a ser, hoje, não apenas o de conservar a memória, mas o de colocá-la como parceira viva do planejamento estratégico de cidades. Se isto não ocorrer, o patrimônio cultural continuará a ser visto como sonho romântico de uma parcela intelectualizada das elites, divorciado da realidade, permanecendo apenas como objeto museificado e destacado dos movimentos da sociedade” (PINHEIRO, 1995, p. 73).

As ações são reforçadas pela descentralização administrativa promovida no final em 1993, que cria uma subprefeitura com autonomia suficiente para gerir, captar recursos e estabelecer as parcerias necessárias para o desenvolvimento de projetos locais para o Centro e sua periferia imediata. Essa autonomia possibilita conciliar a diversidade de interesses e a heterogeneidade de frações super valorizadas (Centro de Negócios), lado a lado com outras em franco processo de decadência (PINHEIRO, 1995). Ainda é importante destacar, que as intervenções do *Corredor Cultural*, partiram da eleição de áreas onde equipamentos culturais existentes, funcionassem como âncoras no processo de requalificação dos espaços públicos (FIGURA 5.28). Estes funcionariam como atratores e geradores de movimento “...que garantissem um mínimo de movimentação de pessoas (já que não há praticamente habitações no Centro)” (PINHEIRO 1995, p.75). Conclui-se que a estratégia do projeto levou em conta o papel de atratores e geradores de movimento assumindo a importância que a habitação tem para estes objetivos, mas sem levar em conta a influência configuracional na indução do movimento natural.



FIGURA 5.28 - CCBB e Casa França-Brasil / 2001.

Às ações do *Corredor Cultural*, integram-se outras iniciativas municipais e estaduais na recuperação e qualificação dos espaços da área central. Dentre elas o *Rio-Cidade*³⁸,

“... um ambicioso plano de obras, voltado para a reconstrução de espaços públicos, incluindo o disciplinamento de usos e atividades e melhoria dos padrões urbanísticos; foi ainda uma corajosa intervenção no contexto social decadente, amparada em substancial criação de empregos...” (IPLANRIO, 1996, p.24).

Cujas intervenções assumem estratégia que “... que enfatizasse o local, o desenho, a imagem e a cultura urbana” (CONDE, 1996, p.3). Destacam-se as intervenções que transformam a configuração espacial do Centro, alterando padrões de acessibilidade da malha, como o *Mergulhão* (túnel subterrâneo sob a praça XV), que elimina uma barreira para o fluxo de pedestres entre a praça XV e a estação de barcas; e a criação de uma praça seca na margem norte da Presidente Vargas, graças à demolição de um quarteirão inteiro, o que permite a visualização do Palácio do Itamaraty desde a avenida. Na Cinelândia, a criação de um grande estacionamento público no subsolo da praça (concluído em 2003), que visa compensar as restrições para ocupação de imóveis (no caso de interesse histórico) relativas à vagas de estacionamento.³⁹

5.6 A configuração urbana atual: a gentrificação⁴⁰ como prerrogativa da vida espacial

“A recuperação do centro do Rio pode ser vista, dentre outras formas, como um processo de retomada de espaço pelas camadas de mais alta renda, numa disputa de projetos simbólicos e econômicos para aquele mesmo espaço. Tal disputa, já ocorrida no início do século, com a Reforma de Pereira Passos, envolve, necessariamente, projetos de ‘gentrificação’. Assim, algumas áreas anteriormente degradadas e ocupadas por atividades ligadas a classes sociais de menor renda como ambulantes, catadores de papel, pequenos bares, etc., foram valorizadas, passando a receber atividades comerciais mais sofisticadas” (MAGALHÃES, 2001, p. 751).

Um dos conteúdos mais explícitos das ações de transformação dos espaços públicos do Centro do Rio, ao longo do século XX, foi a consolidação do zoneamento excludente. No entanto, estes objetivos não se realizam plenamente, de forma que persistem na área central, mesmo que periféricas, as moradias populares e as práticas sociais inerentes a este uso, além do seu caráter popular. Mais recentemente, a administração pública adotou o discurso de manutenção dos rótulos existentes, a partir do entendimento de que a animação das ruas é feita, muito mais em função do comércio, da moradia e dos equipamentos culturais, do que dos grandes condomínios verticais de escritórios. Desde então, vale-se da flexibilização que garanta essa mistura de rótulos para a conservação dos espaços e imóveis e para obter o retorno dos investimentos realizados, atraindo novos ocupantes e valorizando o centro urbano como um todo.

A diversificação dos rótulos passou a ser vista como auxiliar na manutenção do controle sobre o espaço urbano, capaz de romper com a subutilização da infra-estrutura, característica de um centro exclusivamente negocial, e reduzir os índices de insegurança. O estímulo à implantação de equipamentos culturais, presente em quase todos os planos de revitalização, é considerado instrumento eficaz nas alterações das co-presenças locais. Teatros, cinemas, museus, centros culturais, bares e casas de shows promovem uma animação que se irradia, tanto na qualificação das atividades comerciais que os circundam, quanto atraem grupos sociais diversificados, que encontram no lazer cultural a consolidação de

vínculos transpaciais (elitistas) de interesse do Poder Público, além de promover o movimento em horários e dias da semana atípicos num centro, abrindo nos finais de semana e à noite.

No caso do Centro do Rio, na primeira metade do século os cinemas fizeram o papel de âncora de atividades culturais. No período conturbado dos anos 70 e 80, os teatros promoveram o entretenimento engajado. O final dos anos 80, início dos 90, vê explodir a implantação de centros culturais voltados sobretudo para as artes plásticas. Os pioneiros, Banco do Brasil e Paço Imperial, tornam-se *benchmarks* de iniciativas bem sucedidas no gênero, que desembocam em inúmeras outras. O sucesso e propagação desses empreendimentos estão relacionados basicamente a duas causas: à renúncia fiscal, não só para a recuperação de edifícios históricos, mas também para a promoção e manutenção de suas atividades constantes (via Lei Rouanet), o que reduz significativamente o desembolso real das instituições privadas ao aderir às ações de revitalização, e gera um retorno positivo de sua imagem, capaz mesmo de minorar os investimentos em mídia paga (mídia espontânea); e a destinação frutífera de capital imobilizado de inúmeras empresas, cujas sedes principais estão hoje em São Paulo (caso das instituições bancárias) e em Brasília (caso das autarquias públicas, por exemplo, os Correios e o Banco do Brasil), o que permite a execução de estratégias de revalorização do seu patrimônio imóvel (garantia de valorização) e a diminuição de gastos com a manutenção dos ativos imobilizados (via isenção fiscal).

Portanto, nota-se que as ações do Corredor Cultural, iniciadas com foco na fixação da população local e na melhoria do controle sobre os espaços públicos, ao longo do processo, assumem ares de *gentrificação* na fração simbólica do Centro (casco histórico), o que promove uma renovação de ocupação dos imóveis e empenho em afastar os usos mais populares para a periferia da área central. A *gentrificação* que norteia a implantação do projeto torna-se explícita. A Lapa, foco de investimentos nessa última etapa (1999-2003) sofreu uma renovação de usos e a substituição dos moradores a partir do estímulo da Prefeitura em revitalizar a área, facilitando a implantação de bares e casas de shows, voltados para o entretenimento da classe média. Da mesma forma, o estímulo à instalação de filiais de universidades em edifícios comerciais do centro de negócios tem como meta captar o público que já trabalha no Centro e busca de qualificação profissional⁴¹, o que aumenta o movimento no período noturno.

As transformações do espaço físico que ocorreram nas duas últimas décadas do século apontam para a consolidação dessa dicotomia: o reconhecimento de um Centro pelas camadas mais altas da população, que engloba a área de do casco histórico e de negócios (FIGURA 5.28); e uma periferia, que DEL RIO (1991) aponta no seu estudo sobre a imagem da área central, reconhecida como Centro pelas camadas mais populares, que abrange uma área muito maior do que a reconhecida pelas classes mais altas. Baseados nessa dicotomia, os projetos urbanos promovem ações que afastam algumas funções para a área considerada periférica, como os terminais de ônibus (praça Tiradentes/Campo de Santana e Central do Brasil/prça Mauá), o que promove uma maior animação dessas áreas

pelas camadas populares, assim como intensifica o movimento de pedestres em direção a estes pontos de confluência, diferente de Porto Alegre, por exemplo, que adota a opção contrária, isto é, posicionar os terminais de transportes nos pontos de maior animação existentes.

A criação de mercados populares, nada mais é, do que a concentração institucionalizada de ambulantes em torno de atratores de movimento, como a estação de metrô Uruguaiana (limítrofe com a Presidente Vargas num trecho sem ocupação efetiva) e o SAARA, complexo de lojas populares que abarcam um grande número de ruas; a área residual entre a Central do Brasil e o terminal de ônibus centro/subúrbios, um dos locais mais movimentados do Centro que concentra a integração de transportes públicos metrô/trem/ônibus; a praça em frente ao terminal Menezes Cortes (rua São José e Av. Almirante Barroso) e no largo D. Manuel (esplanada do Castelo). Isso afasta camelôs das ruas de maior movimento e garante a recuperação do comércio formal (FIGURA 5.29).

A habitação, uma das metas para a manutenção e aproveitamento do estoque construído, destinado à uma faixa de renda cujas expectativas mais importantes (proximidade do lugar de trabalho e aluguéis mais baixos) podem ser facilmente supridas pela oferta de imóveis no local, além de uma forma de utilizar a infra-estrutura implantada e promover a animação da área central. Estas ações concentram-se nas áreas do Centro que GEIGER (1963) chamou de periféricas, sobretudo Lapa, morro da Conceição e Saúde/Zona Portuária, a partir da liberação do uso residencial, antes proibido pelo zoneamento, retificado em 1992⁴² e em 1994⁴³.

O uso residencial popular modifica-se na área central do Rio. A tendência, até os anos 70, era a migração para os morros e subúrbios, o que gera uma dinâmica social e estrutura espacial próprias, independente da regulada pela administração pública. A partir de então, a habitação popular volta-se para a ocupação de imóveis dentro do bairro, através da construção de edifícios em altura com unidades de área mínima, ou o encortiçamento de imóveis, a partir da subdivisão das unidades (aluguel de quartos e vagas) de interesse histórico⁴⁴ ou não (FESSLER VAZ & SILVEIRA, 1995).

Dentre as ações recentes da Secretaria Estadual de Habitação, está a ampliação da oferta de imóveis populares na periferia do Centro, a partir de financiamento para reforma e revitalização de cortiços (Lapa), construção de edificações multifamiliares (Saúde e Gamboa) e revitalização de áreas residenciais (Praça da Cruz Vermelha e morro da Conceição). Estes projetos convergem para a vertente da requalificação urbana, definida por CASTELLS⁴⁵ (*apud* MAGALHÃES, 2001, FIGURA 5.29 - Av. Antônio Carlos e Forum / 2001.



p. 749) como a “... conservação da arquitetura, monumentalidade, pedestrianização, integração de jardins urbanos e ajuda ao comércio tradicional como elemento de animação urbana ...”, e voltam-se para o controle das ruas como um fator indispensável para garantir a segurança dos usuários e, portanto, partem do *movimento natural* como um dos fatores mais importantes, na consolidação e manutenção, das áreas centrais que, ao longo de mais de meio século de depuração funcional, alterou as expectativas de co-presença na área.

Essas ações, pautam-se no papel que a habitação assume, na mistura de usos, recomendada para a eficácia dos planos de preservação urbana, na conservação dos imóveis restaurados e na atração de usos complementares que garantam animação nas áreas revitalizadas (comércio de bairro, restaurantes, etc.). O que não significa dizer, que não haja uma substituição da população moradora, dado o aumento do preço dos imóveis nas áreas onde o investimento público se faz mais presente (FESSLER VAZ & SILVEIRA, 1995). Um dos indícios mais evidentes da gentrificação decorrente da qualificação dos espaços centrais.

5.6.1 Padrões espaciais e rótulos: um centro cult e um centro pop

Do mapa de *integração global* (FIGURA 5.30), nota-se imediatamente, a permanência das linhas mais integradas do sistema, que representam: a Rio Branco, a Presidente Vargas e a sequência Henrique Valadares/Relação/Av. Chile/Almirante Barroso aos quais incorporam-se dois eixos axiais importantes: o representado pela Uruguaiana/Treze de Maio, convergindo com a Rio Branco na Cinelândia, e a Buenos Aires que, rompendo o Campo de Santana integra o centro velho desde a Alfândega (1º de Março) até a praça da República (em frente ao hospital Souza Aguiar). Outro eixo que também converge com a Rio Branco (e sua conexão com a Beira-mar, ligando a Zona Sul) é a Av. república do Paraguai, também conhecida como *avenida dos horrores* por reunir os edifícios-sede do BNDES, BNH (atual Caixa), Petrobrás e Catedral Metropolitana. Esses dois eixos, na altura da Av. Beira-mar, tornam-se importantes no movimento para dentro/fora do Centro, por ligarem a praça Tiradentes e a margem norte da Presidente Vargas (largo dos Estivadores)/rua do Acre/praca Mauá com a Zona Sul. Outro eixo axial importante é o composto pela articulação das Av. Nilo Peçanha, rua da Carioca e Frei Caneca, que liga a esplanada do Castelo ao Estácio/Cidade Nova/praca XI.

Portanto, em termos de *integração global*, a configuração atual, incorpora novos eixos que melhoram a permeabilidade através do Centro desde o seu entorno, e daí, com o resto da cidade. A suposição de que os eixos mais integrados globalmente são aqueles com maior potencial de movimento, é real se pensarmos em termos de movimento de veículos cortando o Centro. O eixo representado pela conexão entre a Visconde da Gávea e rua dos Inválidos, na margem leste do Campo de Santana, também é uma ligação eficiente entre as duas cadeias de morros que limitam a cidade no sentido norte/sul: os maciços da Providência e Santa Tereza.

É interessante que alguns desses eixos não representem as ruas com maior concentração de atividades comerciais: as Av. República do Paraguai e Chile são espaços mortos comercialmente, bem como, a Presidente Vargas. Representando espaços convexos maiores que a média no Centro, essas vias, dão conta de que os aspectos instrumentais do espaço, não são suficientes para a avaliação do potencial de movimento ao longo desses eixos. As duas primeiras em função do parcelamento por projeção e o uso basicamente institucional; e a última, por sua ocupação rarefeita até hoje, e predomínio de uso institucional (Biblioteca, Receita Estadual, etc.).

O caso da Rio Branco e o da Uruguaiana são distintos. Apesar da Rio Branco não concentrar o uso comercial preponderante sobre o institucional e de serviços, apresenta um movimento constante, mas muito mais intenso se observarmos os sentidos de cruzamento do eixo pelos da grelha deformada do centro velho. A Uruguaiana, por ser iminente de pedestres e concentrar em seu extremo uma estação de metrô (atrator poderoso, ainda mais que vinculado a um mercado popular) é uma das ruas comerciais de maior movimento da área central integrando a Cinelândia à Presidente Vargas via largo da Carioca (FIGURA 5.32). Nem os eixos compostos pela Henrique Valadares/Almirante Barroso podem se caracterizar como iminente comerciais. A peculiaridade destes é de serem vias de penetração de trânsito, mas também, de terem alocados em seu entorno imediato grandes terminais de transporte público.

A micro-malha delimitada pela Presidente Vargas, a Carioca/Nilo Peçanha e a rua dos Inválidos (margem leste do Campo de Santana) (FIGURA 5.31), concentra a maior parte da atividade comercial de pequeno e médio porte do Centro. Uma particularidade em relação ao momento anterior da configuração, é o fato de que o trapézio, formado pelas Rio Branco, Presidente Vargas, Almirante Barroso e Uruguaiana, consolida-se como a maior concentração comercial do Centro, em ruas, onde o fluxo de pedestres é privilegiado, e que se sofisticou do meio para o fim dos anos 90⁴⁶, apontando claramente, para o processo de *gentrificação* promovido pelos projetos de requalificação e revitalização urbana. A renovação comercial desta faixa acontece, sobretudo, em função do acréscimo significativo de mulheres das classes média e alta, trabalhando na área central, ao mesmo tempo, em que um número maior delas, alcança postos mais altos nas carreiras. A demanda reprimida por lojas de roupas e acessórios de um padrão superior, num primeiro momento, leva filiais de marcas sofisticadas, tradicionalmente instaladas na Zona Sul ou em shopping centers a instalarem-se no Centro. A reboque, livrarias, restaurantes mais sofisticados (muitas filiais), cabeleireiros e outros serviços voltados para o público de maior poder aquisitivo, que tinham desaparecido da área Central a partir dos anos 70.

Outros eixos de menor integração global, mas que atraem o comércio mais sofisticado (entre a Rio Branco e a 1º de Março), são as ruas do Ouvidor, Sete de Setembro, São José e Rosário. A estação de barcas (praça XV), o terminal Menezes Cortes e a recente instalação de filiais de universidades particulares nos lugares onde seu público-alvo se



FIGURA 5.30 - Mapa integração global do Centro do Rio de Janeiro / 1990.

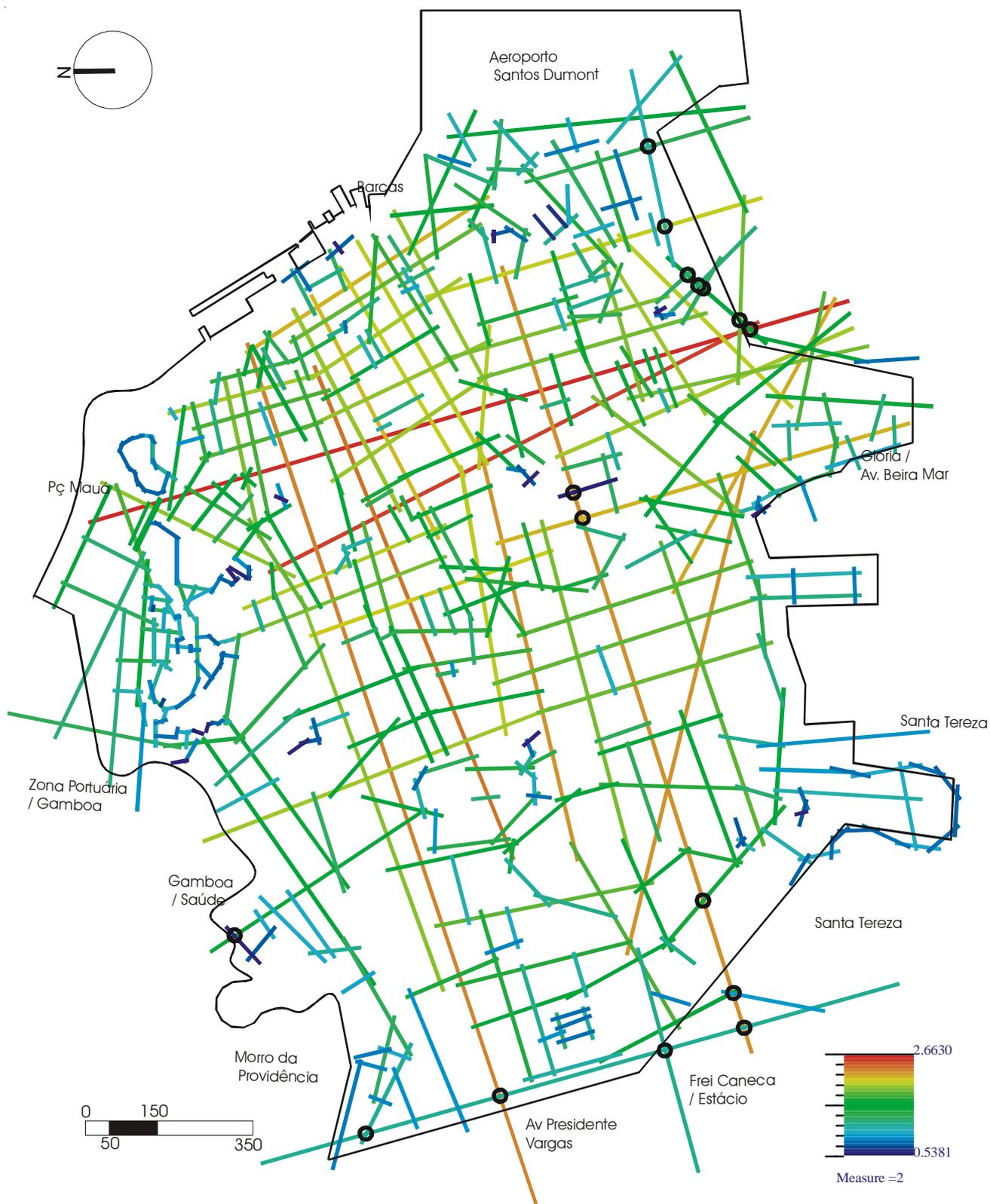


FIGURA 5.31 - Mapa integração local-R3 do Centro do Rio de Janeiro / 1990.



FIGURA 5.32 - Largo da Carioca / 2001.

concentra (entre a Presidente Vargas e o Fórum, na Nilo Peçanha), são geradores de movimento ao longo dos eixos de menor integração.

Os eixos ao longo dos quais se concentram as primeiras ações do *Corredor Cultural* (FIGURAS 5.27 e 5.30), englobam a Cinelândia (local de confluência dos 2 eixos mais integrados do sistema como

um todo - área 1- e o trecho do largo de São Francisco até a Rio Branco - área 2), praça XV e largo da Lapa/rua do Lavradio. Estes tem medidas de integração variáveis, mas destaca-se que o piloto do projeto encampa a Cinelândia, local simbólico desde o início do século e se desenvolve para a praça XV, hoje um dos lugares de menor integração sintática, mas centro vital da cidade colonial e, portanto, carregado de significação coletiva, além de permanecer como uma das portas de entrada do Rio (ligação com Niterói - via barcas).

Pelo mapa de *integração local-R3* (FIGURA 5.31), vemos que as outras áreas piloto do *Corredor Cultural* tem pelo menos um eixo, que é mais integrado localmente, indicando que as ações atingem potenciais centros de bairros, eixos de maior acessibilidade local, onde o potencial de interfaces morador/estranho, também é mais alto. O caso mais emblemático dentre estas ações é a rua do Lavradio. Uma rua de baixa integração, tanto global, quanto local, é cortada por uma das vias mais integradas localmente e globalmente (Av. Chile/rua da Relação), o que melhora a sua acessibilidade relativa no sistema em relação ao Centro de negócios, e também se conecta à rua dos Arcos (que liga a Mem de Sá e o largo da Lapa), acesso direto à Zona Sul. Esse eixo e seus arredores concentram estabelecimentos voltados para o entretenimento e lazer da classe média e hoje é conhecido como *calçada da fama*. Os bares, cafés, casas de shows e antiquários, sucesso absoluto da *gentrificação*, primeiro consolidou localmente (a partir dos moradores/trabalhadores do Centro que se dirigem para lá no final do expediente). Mas sendo de fácil acesso aos estrangeiros das Zona Sul e Norte, hoje é um dos pontos de maior animação noturna da cidade, inclusive nos finais de semana. A tradição de zona boêmia da Lapa e o famoso Circo Voador, que funcionou no largo da Lapa nos anos 80, serviram como referência preliminar aos empreendedores que receberam incentivos vultosos para instalar aí seus negócios.

A rua Buenos Aires, outro eixo de alta medida de integração local, é iminentemente comercial. Parcialmente aberta ao tráfego de veículos, os usos dominantes mudam a cada um dos seus trechos. Inicia-se na 1º de Março, e entre esta e a Rio Branco apresenta os rótulos típicos do centro de negócios (instituições, escritórios, serviços vinculados como restaurantes, etc.). Entre a Rio Branco e Uruguaiana, predominam o pequeno comércio e os serviços. A partir da Uruguaiana, ela absorve o comércio atacadista

e popular, característico do SAARA, desembocando no Campo de Santana, já com movimento de veículos e grande número de imóveis desocupados e terrenos vazios (transformados em estacionamento).

Os eixos mais segregados do sistema, continuam a ser os do morro da Conceição, a rua do Riachuelo e Bairro de Fátima e a parte leste da Esplanada do Castelo. Os dois primeiros núcleos são pólos predominantemente residenciais, enquanto que o terceiro é basicamente constituído de instituições (Santa Casa da Misericórdia, Exército e Aeronáutica). Há uma peculiaridade a destacar em relação à Lapa (Bairro de Fátima/Riachuelo). Apesar da praça da Cruz Vermelha ser cortada pelo único eixo mais integrado localmente (Mem de Sá) seu entorno é povoado de instituições de grande porte (Cruz Vermelha, Hospital do Câncer, IASERJ), que se posicionam nos locais de maior acessibilidade em relação ao sistema global. A maior concentração de rótulos comerciais é ao longo dos eixos que compõem a rua do Riachuelo, inclusive o único supermercado de grande porte da área central, o que indica a vinculação deste tipo de comércio ao uso residencial, mais intenso nesse trecho da Lapa.

O morro da Conceição constitui-se numa realidade com dinâmica diferente da Lapa. Tendo sido sempre uma das partes mais segregadas do Centro, desde o século XVIII, é predominantemente residencial, de tipologia unifamiliar, cujos moradores se dividem entre os mais antigos e os mais recentes: os primeiros concentram-se no topo do morro e os segundos próximos à rua Sacadura Cabral, tem na de triagem de resíduos recicláveis e pequenas manufaturas, seu trabalho. A mistura popular e residencial nas áreas mais segregadas do Centro sempre existiu. Cortiços praticamente iguais aos do início do século, ainda são encontrados em plena rua do Lavradio, local *cult* da noite carioca. O morro da Conceição, sobretudo a ladeira João Homem, uma das ruas mais antigas e dos espaços mais profundos do Centro, tem sofrido uma renovação da população residente, atraindo artistas, ateliers e manufaturas sofisticadas inseridos num meio *pop*, a preços relativamente baixos e com charme colonial, outro indício da *gentrificação* da área, que com a possibilidade da implantação do museu Guggenheim, no cais Mauá, seguramente irá se acentuar.

O entorno da Central do Brasil, incluindo-se o trecho que vai da Frei Caneca até o túnel João Ricardo (e parte da Presidente Vargas) é o mais eclético do Centro. Apresentando índices de integração global e local baixos, os eixos que o compõem tem baixa acessibilidade em relação ao Centro de Negócios, está afastado do mar e traz impressa a marca do século XIX, o que dificulta a sua *gentrificação*, apesar dos equipamentos importantes que aí se concentram (Central do Brasil, Hospital Souza Aguiar, UniRio, Centro Cultural da Light, Light, Itamaraty, etc.), muitos dos quais de uso e interesse específico mais populares. É também a região onde os sinais de degradação ambiental são mais visíveis e o uso popular mais intenso (Restaurante do Betinho, Hotel Popular do Estado e o maior hospital público da cidade, além de acesso a uma das maiores, e mais antiga, favelas da área central - Providência). É a área mais extensa, de uso residencial popular, que ainda ocupa o

Centro. No trecho entre a Frei Caneca e a Presidente Vargas, por exemplo, encontram-se inúmeros edifícios multifamiliares, muitos deles verdadeiros cortiços verticais e outros de classe média baixa (ruas General Caldwell e Santana). A rua Marquês de Pombal e a travessa entre a praça da República e a General Caldwell tem uma ocupação do tipo favela, em terrenos públicos antes desocupados. Todas as ruas do entorno tem imóveis antigos ocupados com uso misto e manufaturas de pequeno porte, assim como, grandes redes de distribuição de materiais de construção. A esquina entre Santana e Presidente Vargas, ostenta o *balança mas não cai*, um edifício alto dos anos 50, que ocupa o quarteirão inteiro, com habitações de área mínima.

Na margem norte da Presidente Vargas, os escritórios do Metrô, da Central e o Palácio Duque de Caxias, ocultam a rua Barão de São Félix, eixo mais importante do comércio atacadista de pequena escala e do transporte irregular para os subúrbios (lotações). É grande a concentração de fábricas e depósitos de gêneros alimentícios e o comércio intenso de artigos populares, lado a lado, com vilas operárias, cortiços, casas de cômodos, prostíbulos e hotéis. Essa é uma das áreas de maior movimento do Centro do Rio, apesar das características de integração globais e locais não darem pistas sobre isso.

5.6.2 Relações ou a síntese das medidas sintáticas

A configuração espacial da cidade do Rio de Janeiro em 1997, é um sistema de 459 linhas axiais, de cuja estrutura da malha obtém-se as seguintes medidas sintáticas:

a) integração global média (1,36): apesar do aumento no número de linhas axiais, apresenta-se mais elevada que nos outros períodos, tendo-se um sistema mais raso e com melhor distributividade de integração em relação aos períodos anteriores. Conclui-se que os eixos abertos ao longo do século XX, mais longos em geral, contribuem para a maior acessibilidade do sistema do Centro em relação ao seu entorno, assim como, para o pouco fracionamento das linhas mais longas já existentes. Isso contribui para a formação de uma malha exógena, formada por linhas mais integradas, que delimita perímetros de maior acessibilidade no sistema, uma tendência apontada por HILLIER (1996) na consolidação de centralidades. Esta malha de maior integração, aqui chamada de macro-malha, define a acessibilidade do Centro, em relação a toda a cidade, e indica, os eixos de maior potencial de movimento natural e co-presença, entre estranhos e moradores. Essa configuração, demonstra que, o transporte motorizado, conduz o estranho e os moradores, a lugares de alta acessibilidade, a partir dos quais, ele se perde no emaranhado de ruas, muitas delas, existentes desde o século XVIII, a micro-malha endógena, que concentra as maiores densidades e diversidade de rótulos microeconômicos. Inferir sobre o domínio do sistema pelo estranho, baseado na medida de *integração global*, revela dois pontos de interesse: o primeiro, mostra que duas das linhas axiais mais integradas, Rio Branco e Uruguaiana / Treze de Maio, estão dispostas radialmente, convergindo para a Cinelândia, o que corrobora que o setor circular formado

por elas (um polígono tipo fatia de bolo), de área relativamente pequena, é onde se observa a concentração de rótulos microeconômicos mais sofisticados e o maior potencial de co-presença reunindo estranhos (classes média e alta) e moradores (populares) do Centro. Isso tem a ver com a forma como se dispõem as linhas mais integradas, que permitem um domínio mais efetivo desse pequeno trecho, com poucos quarteirões, ajudando o estranho a se orientar dentro da micro-malha e, se necessário, alcançar facilmente os eixos de maior acessibilidade, onde a possibilidade de se perder é menor (FIGURA 5.30). O segundo, é retângulo formado pelas Av. Chile/Alm. Barroso, Rio Branco, Presidente Vargas e Inválidos, que delimita um perímetro maior, permeado por eixos de menor integração média, que concentra os rótulos microeconômicos populares, definido como o SAARA e adjacências. Aqui a co-presença entre moradores do Centro (classes mais populares) e estranhos (classes mais altas) é menos notada, dando conta que o campo mais acessível aos moradores é bem mais amplo que aos estranhos, o que se constatou empiricamente.

b) núcleo integrador (2,10): ganha em expressividade numérica se comparado aos períodos anteriores, e também, apresenta média de integração muito superior à média do sistema, o que reforça o papel dos eixos que o compõem na acessibilidade ao Centro, desde o seu entorno, e na canalização do movimento e co-presença potenciais em relação ao resto da cidade e, em relação à área central. A forma do *núcleo integrador*, assemelha-se a um paralelogramo, de linhas mais integradas dispostas perifericamente, formando um anel de integração máxima com o entorno, que envolve o centro de negócios e a região de maior densidade de rótulos microeconômicos (FIGURA 5.33). Da grelha deformada, abrindo-se

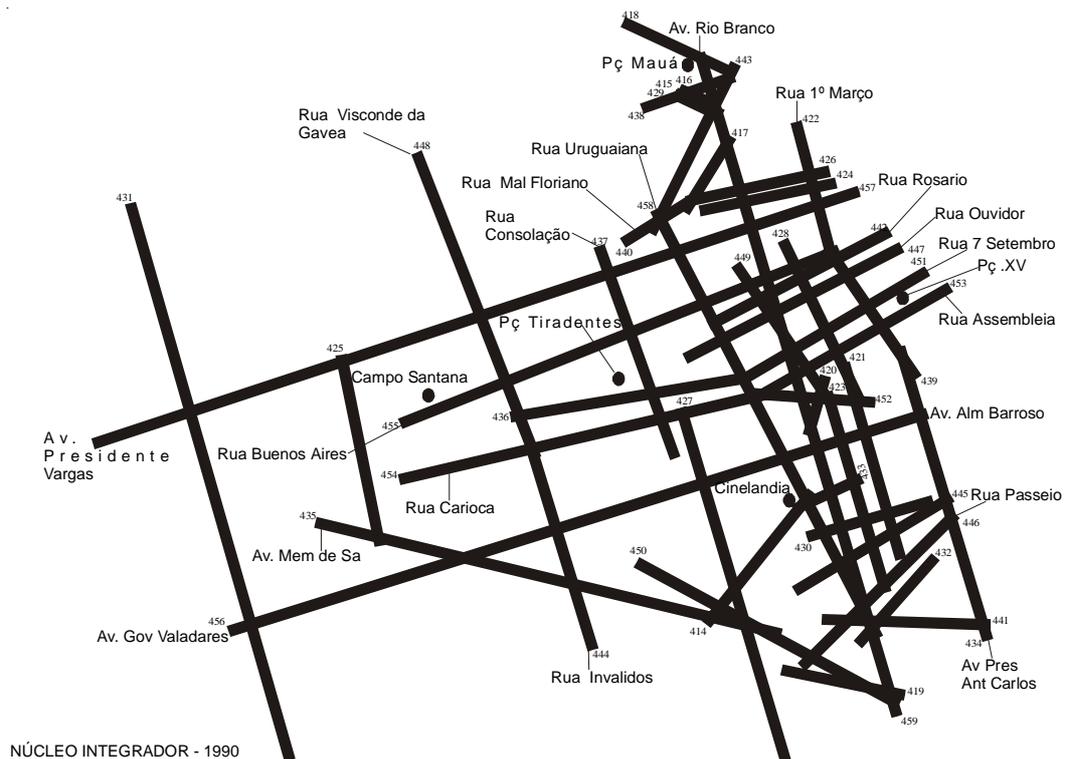


FIGURA 5.33 - Núcleo integrador / 1990.

equanamente ao território, que caracterizou a expansão da área central no século XIX, passa-se por uma situação inversa ao início do século XX, onde apenas uma linha polariza a integração do sistema, apontando o sul (área de expansão das elites) e aí concentrando os equipamentos simbólicos mais importantes para a capital. A forma do núcleo integrador sofre uma transformação paulatina, que se consolida num sistema de alta acessibilidade periférica, no qual, o estranho é convidado a circundar o Centro, e se aventurar em percursos curtos, a partir dos quais ele vislumbra as *saídas de emergência*, o que contribui para sua orientação na micro-malha e conseqüente segurança. Nesse miolo, sobretudo onde as linhas que compõem o núcleo integrador se distanciam mais umas das outras (oeste), o controle estrito dos moradores é notadamente maior, já que trata-se de uma fração mais profunda do sistema. Essa configuração do *núcleo integrador* é congruente com a dinâmica da cidade, que de Centro e capital, passa a ser apenas o Centro dos cariocas, desprezado por uns bons 20 anos pelas elites que se voltam para as Zonas Sul e Oeste. Ao retomar o interesse pelo Centro, seus vínculos transpaciais devem envolver outros, de base muito mais espacial, que se referem à maioria absoluta da sociedade (popular). Pode-se dizer que o Centro da cidade está revestido por uma fachada transpacial, que saúda o estranho, acenando para um caleidoscópio de diversidades na ante-sala. Se no meio do caminho, o estranho mudar de idéia, pode determinar o quão a fundo quer levar a aventura.

c) inteligibilidade do sistema (0,414): cai um pouco em relação a dos períodos anteriores, mantendo-se constante em torno dos 0,4, o que demonstra correspondência entre as linhas mais rasas, longas e conectadas do sistema. Daí se deduz, que ao preservar as linhas mais longas que envolvem boa parte do tecido urbano mais antigo, forma-se uma rede de acessibilidade semelhante ao de uma roda deformada. Ao mesmo tempo, que o estranho ao sistema conta com um perímetro, a partir do qual, pode ter um maior domínio sobre o sistema como um todo e externo a este, ele percorre trechos curtos de menor integração e inteligibilidade, mas que se conectam, em sua maioria, aos eixos mais rasos (FIGURA 5.34). Esse diálogo, estabelecido entre o *núcleo integrador* e o miolo do sistema, é eficiente no sentido de garantir uma urbanidade maior e, portanto, preservar o controle do morador sobre os setores do sistema menos integrados, ao mesmo tempo, em que o estranho, se sente seguro para se aventurar por ele, sem o risco de cair num labirinto, do qual não mais

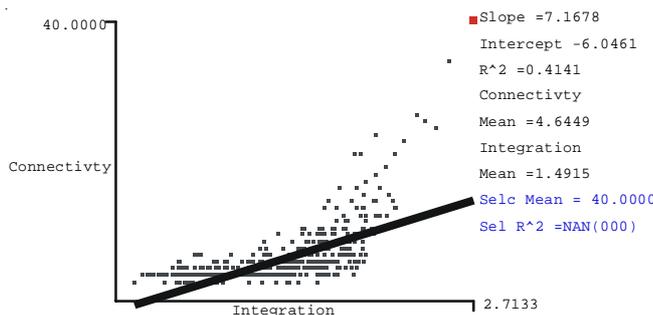


FIGURA 5.34 - Scattergrama de inteligibilidade / 1990.

sairá. Esse investimento entre os dois códigos, contribui para manter uma tensão saudável que caracteriza a diversidade da área, e que está relacionado a um desempenho satisfatório da inteligibilidade do sistema, no qual, não há uma preponderância de maior formalidade

ou urbanidade geral.

d) *sinergia* (0,7876): de grande importância para o sistema, é a equivalência quase que absoluta, entre as linhas mais integradas local e globalmente, denotando uma alta sinergia do sistema, e forte correspondência entre as centralidades globais e locais. A *integração local-R3* é marcada pela delimitação desse mesmo paralelograma de máxima integração exógena, inserindo o trecho ao nível do solo da “perimetral” (Av. Agache), que integra a praça Dom Manuel à Candelária, através da praça XV, mostrando a importância dessa parte mais antiga do sistema, que funciona também, como um centro local do Centro. Cabe

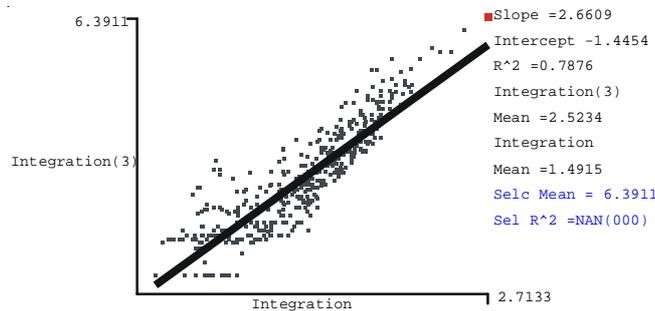


FIGURA 5.35 - Scattergrama de sinergia / 1990.

ressaltar, que a *sinergia* do sistema continua alta (FIGURA 5.35), o que nos leva a concluir que há uma forte correspondência entre as centralidades, globais e locais, reforçando o investimento, tanto em códigos espaciais, quanto transpaciais, o que nos volta para o paradigma de urbanidade.

e) a *axialidade da trama* (0,064) oscila negativamente ao longo do século, indicando grande deformação, sendo que o controle do espaço continua concentrado em suas subunidades, ou seja, no morador. Consta-se que a expansão ocorrida dentro dos limites do próprio Centro, nas áreas de antigos morros arrasados, não foi capaz de romper com as características de deformação. Apesar do investimento recorrente em códigos de maior formalidade, dado pelo parcelamento *agachiano* em grelha ortogonal (FIGURA 5.36), que deveria diminuir a deformação da malha, a profundidade dos sistemas anteriores cala essa potencial diluição dos lugares centrais, mantendo a deformação incólume, mesmo com a diminuição da profundidade geral do sistema.

Em relação à co-presença, pode-se dizer que a configuração atual do Centro do Rio mantém três instâncias de realização que se coadunam com as ações do Poder Público, no sentido de recuperar a animação da área, melhorar o controle sobre o espaço público e aumentar a segurança dos cidadãos das classes média e alta. O primeiro pólo de ação, a Cinelândia, confluência mais integrada da malha urbana, sintomaticamente pressupõe um maior controle por parte dos estranhos ao sistema. E isso é feito num momento, há vinte anos atrás, quando as classes média e alta tornaram-se estranhas ao Centro da cidade, tendo este ficado aos cuidados das classes mais populares. Esse local, de forte conteúdo simbólico, é revitalizado e requalificado em primeiro lugar, reavivando os vínculos transpaciais da elite com os lugares onde estão construídos os símbolos mais pregnantes da memória da coletiva.

O segundo local, a praça XV, o centro da cidade histórica, é mais segregado, de controle notadamente local (morador). Essa área recebe investimentos fortes na sua *gentrificação* (a retirada do Mercado de Peixe da praça D. Manuel) e sua substituição por uma Feira de Antigüidades; a recuperação de edifícios históricos, transformados em museus e centros culturais (Paço e CCBB), atividades que animam os finais de semana, quando o Centro se esvazia de seus moradores, e os estranhos podem se aventurar por seus meandros mais labirínticos sem tantos sobressaltos. Todas fortemente relacionadas aos interesses das classes mais altas da sociedade, representando símbolos da cultura pós-moderna.

O terceiro pólo é composto pelo entorno do largo de São Francisco e a Lapa, dando-se atenção mais direta aos moradores do Centro, inclusive organizados através de associações de vínculos espaciais, como a já mencionada SAARA. Melhorar o comércio popular da área central, em seus meandros de integração mediana, oferece oportunidade de se recriar o hábito de passear durante o horário de almoço, fortalecendo os vínculos espaciais e transpaciais, tanto de moradores, como de estranhos ao sistema. Esses espaços consolidam-se como os locais privilegiados de interfaces entre todas as classes sociais, apresentando grande movimento e o aumento da possibilidades de co-presença variada.

Os espaços mais segregados, núcleos habitacionais por excelência recebem o reforço de equipamentos de lazer específicos em lugares mais integrados localmente, como a praça da Cruz Vermelha (Lapa), que tem nos finais de semana, um trecho da Mem de Sá e da Sacadura Cabral, no limite entre a Gamboa e o morro da Conceição, utilizados como ruas de lazer. São ações de reforço do controle espacial por parte dos moradores e o desenvolvimento de vínculos relacionados à formação de vizinhança. Cabe destacar que, tanto a Lapa, como a parte baixa do morro da Conceição (praça Mauá e adjacências), são lugares de forte co-presença de estranhos: a praça Mauá é ponto de reunião, não só da tripulação de navios que aportam no Rio, como também um dos centros de irradiação de transporte público intermunicipal, articulado à Av. Brasil e à região metropolitana, até Nova Iguaçu.

Não é à toa que os lugares mais segregados do Centro (os morros), mantém as características, tanto morfológicas, quanto de apropriação social, desde o Período Colonial, ilhas de moradores cercadas de estranhos por todos os lados. Há um reforço de identidade local, de pertencimento, passado através das gerações. A proximidade com grupos, cujas práticas sociais são completamente diversas (prostituição, jogo, etc.), só reafirma o sentido marcadamente espacial, da reprodução de práticas ancestrais, que ainda resistem no Centro da cidade. Ao subir o morro (da Conceição) qualquer um torna-se imediatamente um estranho, uma radicalização do controle com base nos vínculos espaciais, inscrita na configuração urbana.

Após vinte anos de construção de uma cultura voltada para a separação e a ostentação da diferença, a mistura na área central é estimulada como maneira de preservar a animação urbana e o controle do social do espaço público, permitindo que o Centro do

Rio tenha dois níveis de apropriação: *cult* e *pop*. No entanto, ainda guarda a possibilidade de exercício da urbanidade.

“O Rio pós-moderno, das grades e condomínios que aprisionam as crianças e os pensamentos, dos guetos de pobres, ricos e remediados que tomaram até a areia da praia, tem muito que aprender com o Centro. Lá, não há rótulos de Zona Sul ou Norte, nem ninguém cultiva sonhos separatistas ou se envergonha do vizinho casual. Nenhum apartheid prospera na Cidade, porque ela é meio carrossel, quem estava aqui ainda agorinha já foi embora. Funciona que é uma beleza. Foi lá que o Rio quase materializou o sonho de quase ser Paris (obrigado, seu Pereira, valeu a tentativa), e, às vezes, até se parece com Londres. Mas o melhor é que, por mais que tentem, jamais será Miami – graças ao Centro” (MOTTA, 2002).

5.6.3 Vida espacial e movimento: o Centro da cidade, o Centro do subúrbio, o subúrbio do Centro e a periferia do Centro

“A centralidade urbana pode ser contemplada a partir de um ponto de vista meramente historicista ou, principalmente, considerando uma área urbana central como o lugar onde a memória histórica da comunidade aparece materializada, estratificada e conservada” (CUTINI, 2001, p. 32.1).

A metodologia da sintaxe espacial representa e quantifica aspectos do ambiente construído e utiliza-os como variáveis independentes na análise estatística de padrões comportamentais observáveis empiricamente. Por isso, analisa o movimento, a partir da medida de integração das linhas do sistema (PENN, 2001). A literatura aponta que as linhas que melhor correspondem ao *movimento natural*⁴⁷ não são as definidas por rotas individuais, mas as que, no mapa de integração global, representam as melhores escolhas de caminho, isto é, as mais rasas ou de maior integração/acessibilidade, e que pressupõe as rotas mais facilmente identificáveis, diretas e, portanto, sintaticamente mais curtas (PENN, 2001).

As maneiras de se captar as tendências do movimento natural, a partir da análise da configuração espacial são determinadas basicamente pelo tamanho da fração estudada (amostra), ou seja, pelo tamanho do sistema; a forma de distribuição das linhas axiais mais integradas; pela densidade de rótulos; parcelamento do solo; densidade construtiva e demográfica; e, pela interpretação dada aos resultados (PENN, 2001). As variações entre a expectativa de movimento depreendida da configuração, e as medições empíricas, são maiores onde o uso do solo e as densidades construtivas são relativamente homogêneos. “No entanto, a consistência dos resultados das medições empíricas prova que a configuração espacial por si só é fator determinante das opções de movimento imediatas de uma população” (PENN 2001,11.4-5).

HILLIER *et alli* (1993) observou que, em áreas nas quais as correlações entre movimento medido e integração espacial eram altas, a análise das medidas sintáticas indicava forte *sinergia e inteligibilidade* do sistema, o que significa que diferenças locais são relevantes em termos globais, pois, as mudanças percebidas localmente, durante um

deslocamento, ajudam a orientar o indivíduo em relação ao sistema global, importantes na análise do movimento, pois “... a baixa inteligibilidade, tende a enfraquecer a relação entre integração espacial e movimento ...” (PENN, 2001, 11.6). A configuração da malha urbana, reforça os vínculos entre aprendizado de caminhos e representação cognitiva, ou seja, condiciona o comportamento padrão na escolha de rotas o que, por sua vez, contribui para o aumento do potencial de movimento ao longo de eixos, mais acessíveis, rasos, com maior número de conexões e curtos sintaticamente (longos e retos), o que os torna facilmente identificáveis no sistema. “Estas correlações, mais claramente identificáveis em sistemas mais inteligíveis, permeiam as implicações configuracionais sobre o movimento em todos os âmbitos” PENN (2001, p.11.10).

Destaca-se que a conservação das linhas mais longas de um sistema, relaciona-se à inteligibilidade, e esta, ao movimento, ou seja, existe um grande incentivo em manter a linearidade de sistemas de áreas centrais, pois este é o local privilegiado de movimento e co-presenças entre categorias sociais distintas (moradores e estranhos), de alta acessibilidade e de maiores fluxos de dentro para fora e vice-versa. Em casos como o do Centro do Rio, onde é clara a alternância de códigos espaciais e transpaciais nas transformações morfológicas, é possível confirmar, empiricamente, a prerrogativa nas correlações entre movimento e configuração e, inferir sobre como esta sustenta a reprodução de práticas de grupos com expectativas de socialização diversificadas.

A determinação das rotas de medição do movimento de pedestres baseou-se nas oposições verificadas entre maior segregação/integração espacial, em partes do sistema do Centro do Rio, na observação da dominância de rótulos e atratores diferenciados, e também na observação preliminar de maior ou menor movimento. Na análise feita em retrospectiva histórica, verificou-se usos sedimentados em determinadas áreas, chamando atenção para os espaços de maior segregação, onde ainda predomina o uso residencial popular, com características socioculturais diferentes das resultantes das transformações morfológicas voltadas para o reforço dos vínculos transpaciais das classes dominantes, imbuídas de maior formalidade, que traduz-se na manifestação de poder e difusão de valores da alta cultura na construção de um lugar simbólico e na própria dinâmica de centralidade. Investimento este que resulta numa malha exógena, de maior integração, que articula as partes mais profundas do sistema, nas quais, as estratégias sociais voltadas para a sedimentação de uma cultura mais espacial, indispensável para as práticas que reproduzem, mantém as características socioculturais do grupo numericamente mais ampliado: as camadas populares. Pode-se dizer que a malha exógena (macro-malha) representa as leis de centralidade descritas por HILLIER (1996) e a micro-malha, as de compacidade (HILLIER,1996), mencionadas no capítulo 3.

Em áreas onde a congruência entre movimento, dispersão de atratores e medidas de integração é observada, deduz-se que a configuração é o que mais influencia o *movimento natural* e a alocação de atratores. No caso dos atratores, distribuem-se em

função da configuração, contribuindo para intensificar o movimento potencial em função da estrutura da malha urbana (HILLIER *et alli*, 1993). Em outros casos, parece não haver uma influência entre configuração e movimento, em função da própria lógica imposta na determinação dos padrões espaciais. Destaca-se que a configuração é, via de regra, o gerador primário de movimento, pois estrutura um campo de encontros prováveis, em função de parâmetros culturais de cada sociedade, exponencializado em função dos atratores alocados, e, a partir disso, o *movimento natural*.

Neste estudo de caso, observou-se o movimento de pedestres e a co-presença entre duas categorias/grupos sociais (adultos e crianças) e avaliou-se os rótulos dominantes, o parcelamento do solo e as tipologias edilícias, relacionado-os às medidas sintáticas da configuração espacial. Comparam-se as medidas de integração global (RN) e local (R3) nos trechos das rotas, verifica-se a congruência entre estas e o movimento, e entre este e a dominância de códigos transpaciais e espaciais nas transformações e permanências da morfologia da área central. A partir disso, avalia-se em que medida e de que forma, a configuração favorece interfaces, entre moradores/estranhos, e influencia no movimento e co-presença entre estas categorias em frações específicas do Centro (FIGURA 5.30), e discute-se as correlações entre configuração, movimento captado empiricamente e centralidade.

As correlações entre movimento de adultos, movimento de crianças, adultos parados, crianças paradas e RN e R3 são indicadas graficamente (FIGURAS 5.40, 5.44, 5.48 e 5.53) e analisadas qualitativamente, tendo-se como parâmetro as linhas de tendência na verificação entre movimento medido e potencial indicado pela análise sintática da configuração (maior ou menor em função da concentração de pontos acima ou abaixo da linha de tendência); se a correlação verificada é positiva (linha de tendência ascendente), negativa (linha de tendência descendente) ou se não há correlação (linha paralela ao eixo X) entre movimento medido e potencial de movimento natural indicado pela configuração; e ainda se o valor médio da correlação indicado nas linhas de tendência é coerente em termos de força na correlação (valores de R^2 tendentes ou muito próximos de zero, a correlação entre integração e movimento é fraca; valores de R^2 iguais ou superiores a 0,5 a correlação entre medida de integração e movimento é forte). A partir dessas correlações e da verificação da alocação de atratores ao longo das rotas medidas o estudo apresenta algumas conclusões.

De antemão, a literatura aponta que o movimento infantil (HILLIER *et alli*, 1993) segue uma dinâmica própria, geralmente contrária às medidas de integração do sistema estudado, pois seu movimento busca a não visibilidade (brincadeiras e mesmo circulação), além de estar intimamente vinculado à localização de sua casa, a partir da qual, um raio de domínio territorial é estabelecido. A diferenciação de grupos neste caso (adultos e crianças) relaciona as categorias sociais (estranhos/moradores) e os códigos espaciais e transpaciais na estruturação de trechos da malha urbana, identificando-os também a partir do maior

controle dos espaços, onde crianças foram observadas, deslocando-se ou brincando em grupos autônomos (sem a presença de adultos). Isto foi importante para o entendimento da importância da configuração na determinação de padrões de movimento diferenciados em áreas específicas do Centro.

As rotas levantadas - morro da Conceição, Lapa, Central do Brasil e Centro de Negócios - são descritas a seguir e, a partir dos dados obtidos e suas correlações, aponta-se conclusões sumárias ao final do capítulo, relacionando as transformações e permanências morfológicas da estrutura da malha e suas correlações com as práticas sociais levantadas.

a) Morro da Conceição, o subúrbio no Centro - rota de medição de movimento 01

“...Rio de ladeiras / civilização, encruzilhada / Cada ribanceira é uma nação/ à sua maneira com ladrão, lavadeiras, honra, tradição / fronteiras, munição pesada...” (MAROLA⁴⁸, 19??).

O morro da Conceição é uma das áreas residuais do tecido urbano mais antigo da cidade (século XVII), localizada onde o relevo acentuado, que definiu o perímetro urbano até o final do século XIX, manteve-se quase inalterado. É área de Proteção Ambiental Municipal e do Patrimônio Cultural Nacional e Estadual. O uso predominantemente residencial, vem sofrendo processo de *gentrificação* nos últimos anos, mas ainda apresenta uma ocupação bastante popular. Com baixa densidade de ocupação (habitações unifamiliares de, no máximo, 3 pavimentos) e pouca renovação do estoque arquitetônico (manutenção da tipologia existente), observou-se a dominância de rótulos (FIGURA 5.37) socioculturais (habitação) sobre os microeconômicos (uso misto, manufaturas familiares no térreo dos imóveis e serviços locais bares, armazéns, costureiras, etc.). Destacam-se algumas instituições de grande porte, sem nenhuma relação aparente com a população local, como o Observatório Astronômico do Valongo e um quartel do Exército na antiga Fortaleza da Conceição.

A rota ao longo da qual observou-se o movimento começa no largo de São Francisco da Prainha, segue pela Sacadura Cabral, e sobe o morro pela rua Eduardo Jansen, ladeira do Escorrega, e travessa Mato Grosso; desemboca na rua do Jogo de Bola, rumo ao largo Major Valô (ponto culminante do morro e entrada da antiga Fortaleza da Conceição); desce pela ladeira João Homem, e desemboca na rua do Acre, pela travessa do Liceu e termina na praça Mauá (FIGURA 5.38).

As principais características morfológicas do morro da Conceição são os espaços convexos de pequenas dimensões (380m²), densamente constituídos (1 constituição a cada 139m²) com predomínio de formas alongadas (no máximo 6m de largura e comprimento de 80 a 100m); o percentual de espaços cegos não é alto (28% do total), decorrente sobretudo, da grande fragmentação em subunidades dos espaços públicos, dada a topografia; no macroparcelamento (quarteirões) em frações grandes, a preponderância de dimensão das ilhas (70% da área total) é evidente sobre a do tamanho de espaços públicos; o microparcelamento é feito em lotes pequenos (150m²), com profundidade pelo menos 7

vezes maior que a testada, de 3 a 6m (FIGURA 5.37).

O trecho da rota que abrange a Sacadura Cabral, praça Mauá e rua do Acre, apresenta características morfológicas distintas. O tamanho médio dos espaços convexos (1.900m²), bem maiores que os do Morro, tem menor número de constituições (1 constituição a cada 550 m²), e lotes menos alongados (testadas de 15m de largura e profundidade 3 a 5 vezes maior); o percentual de espaços cegos (44%) é superior aos do Morro e correspondem aos fundos do edifício *A Noite* (escadarias da ladeira João Homem e travessa do Liceu) e espaços residuais decorrentes da instalação de terminais de ônibus na praça Mauá, relacionado ao menor número de espaços convexos maiores. A tipologia inclui um número significativo de edificações em altura, de uso misto e institucional e a dispersão de rótulos voltados para o comércio e serviços.

Uma das frações da área central com maiores profundidades médias do sistema (de 11 a 15 passos de profundidade), e baixos índices de integração média, tanto global, como local, caracteriza-se por uma malha labiríntica e a baixa diversificação de rótulos. Em termos configuracionais, o potencial de co-presença nos seus espaços públicos, tende a ser baixo nos espaços públicos controlados pelos moradores do lugar. A medição do movimento natural (FIGURA 5.40), correlacionada à integração global e local, confirma o indicado pelas características configuracionais desse trecho da malha do Centro. Pode-se dizer que o percurso nos trechos do Morro é caracterizado por uma notável falta de movimento (1,67 pedestres 100m/h em média), sendo que este muitas vezes é negativo (FIGURA 5.40). Observou-se um maior número de pessoas paradas nos espaços públicos (co-presença), em frente às suas casas (velhos), botequins (homens) e, em pequenos largos ou becos, geralmente espaços cegos (crianças), que favorecem as brincadeiras longe do olhar controlador e zeloso das mães.

Por trás dos muros de edifícios altos que circundam a praça Mauá, chama atenção a quantidade de idosos e famílias nas ruas, e o movimento natural se resume aos espaços imediatamente externos à casa e à vizinhança, uma imobilidade radical, em contraste com o burburinho da cidade lá embaixo. Daí se depreende a importância dos códigos espaciais e do controle local na reprodução de comportamento dos grupos mais populares, também observado em subúrbios e favelas. A inclusão da área no Projeto *Favela-Bairro*, indica a similitude na reprodução das práticas sociais em certos códigos morfológicos, característicos da vida do Rio.

A análise das correlações entre RN e R3 e movimento/co-presença medidos empiricamente, no morro da Conceição (FIGURA 5.40), corroboram as suas características configuracionais em relação à realização do baixo potencial teórico de movimento natural, indicado pelos padrões espaciais (baixa acessibilidade, profundidade alta, segregação e controle espacial de moradores, baixa inteligibilidade do sistema). A congruência na correlação entre integração global-RN e local-R3 e movimento de adultos (54,97 adultos em média/100m), não é tão alta quanto o esperado, apesar da correlação positiva entre o



LEGENDA

- uso institucional
- uso residencial
- uso comercial e serviços
- uso misto c/ unifamiliar
- uso misto c/ multifamiliar
- reunião de crianças e/ou famílias
- reunião de adultos



LEGENDA

- espaços convexos
- espaços cegos
- ▨ ilhas
- +—+—+ constituições

FIGURA 5.37 - Mapa de rótulos (acima) e mapa de espaços convexos (abaixo) do morro da Conceição / 2001.

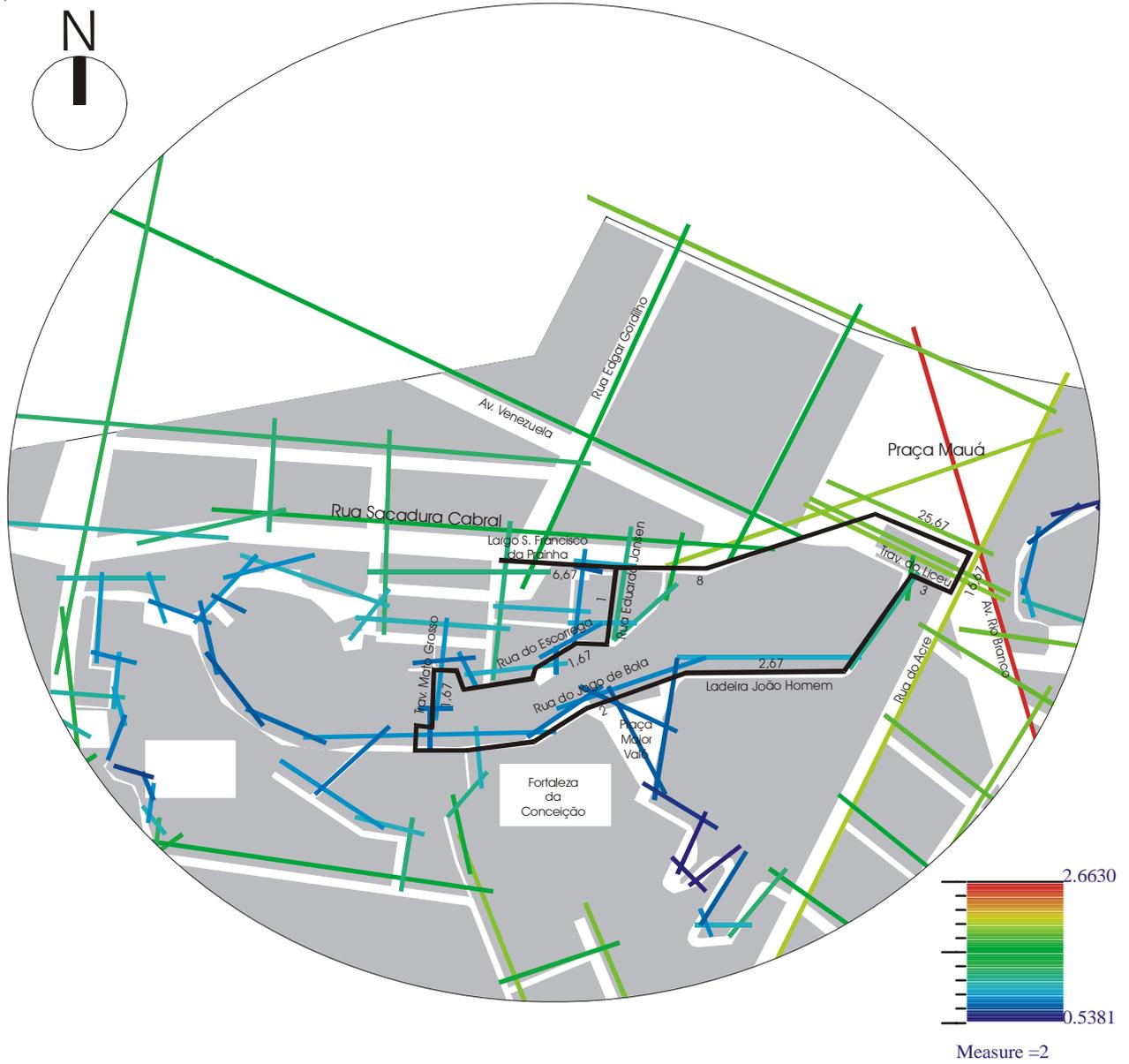


FIGURA 5.38 - Mapa de integração global e rota de medição de movimento com contagem - morro da Conceição / 2001.



FIGURA 5.39 - Vista aérea largo da Prinha / Aerocolor 1998.

movimento observado e medidas de integração dos eixos ao longo da rota. Chamam atenção os casos da praça Mauá, Sacadura Cabral e travessa do Liceu (acesso mais raso ao morro, que desemboca na ladeira João Homem por uma escadaria), apresentam movimento acima do esperado em função da integração das linhas axiais, tanto local, quanto globalmente, o que indica a densidade de atratores de movimento (principalmente bares, botequins e boates) ao longo destes eixos. As discrepâncias na co-presença de adultos (parados), que revelam co-presença maior do que o potencial de integração das linhas, ocorrem na ladeira João Homem (a integração local da linha é bem mais alta que a média: 3,67), largo de São Francisco da Prainha (ponto de reunião de mendigos e desocupados) e rua do Acre (alta concentração de bares e botequins no trecho próximo à praça Mauá e à travessa do Liceu).

A correlação negativa entre, movimento de crianças/co-presença e integração RN e R3, indica a forte sinergia nesta fração do sistema, já apontada na descrição dos padrões espaciais e uma tendência já verificada em outros estudos de caso (RIGATTI, 2001) de que o movimento deste grupo específico, busca lugares onde a co-presença potencial de adultos (e a conseqüente visibilidade e movimento) é menor. A correlação entre o movimento medido de crianças (1,63 crianças/100m em média) e RN e R3 também indica que os parâmetros do movimento e co-presença infantis não são os compartilhados para o movimento natural de adultos, que é maior nos eixos de maior integração, maior densidade de rótulos associados aos parâmetros microeconômicos, mesmo com menor número de constituições, enquanto que o movimento de crianças tende a zero (ou é zero) nesses mesmos eixos e cresce nos espaços menos constituídos, com predomínio do uso residencial e mais profundos do sistema medido. A concentração de crianças na rua João Homem e travessa Mato Grosso (superior ao potencial esperado pela média de integração dessas linhas) explica-se exatamente por este viés.

A análise da medição da co-presença (adultos e crianças parados) ao longo da rota e suas correlações com RN (R^2 0,5428 adultos e R^2 0,6784 crianças) indica correlação positiva para o potencial de co-presença dado pelos padrões espaciais para adultos (FIGURAS 5.37 e 5.40), ou seja, é forte a correlação entre maior integração dos eixos e a co-presença medida. Inversamente, para as crianças (FIGURAS 5.40), a correlação negativa é forte, coerente com as análises constantes da literatura pois crianças tendem a brincar próximas às suas casas e em ruas de menor movimento, conseqüentemente sua co-presença é inversa ao potencial dado para as linhas mais integradas do sistema, eixos como a Sacadura Cabral e a praça Mauá. As correlações R3/co-presença para adultos (R^2 0,5402) e crianças (R^2 0,3459), indicam que os adultos, em geral, se reúnem nos eixos de maior integração local (onde tendem a se concentrar os serviços de bairro como bares, armazéns e botequins), enquanto que a co-presença das crianças na rua, está intimamente vinculada ao lugar onde moram, o que fragiliza a correlação entre esta e as características configuracionais.

A solidariedade mecânica e a reprodução de códigos espaciais demonstra a permanência e a depuração dos parâmetros socioculturais na manutenção da configuração

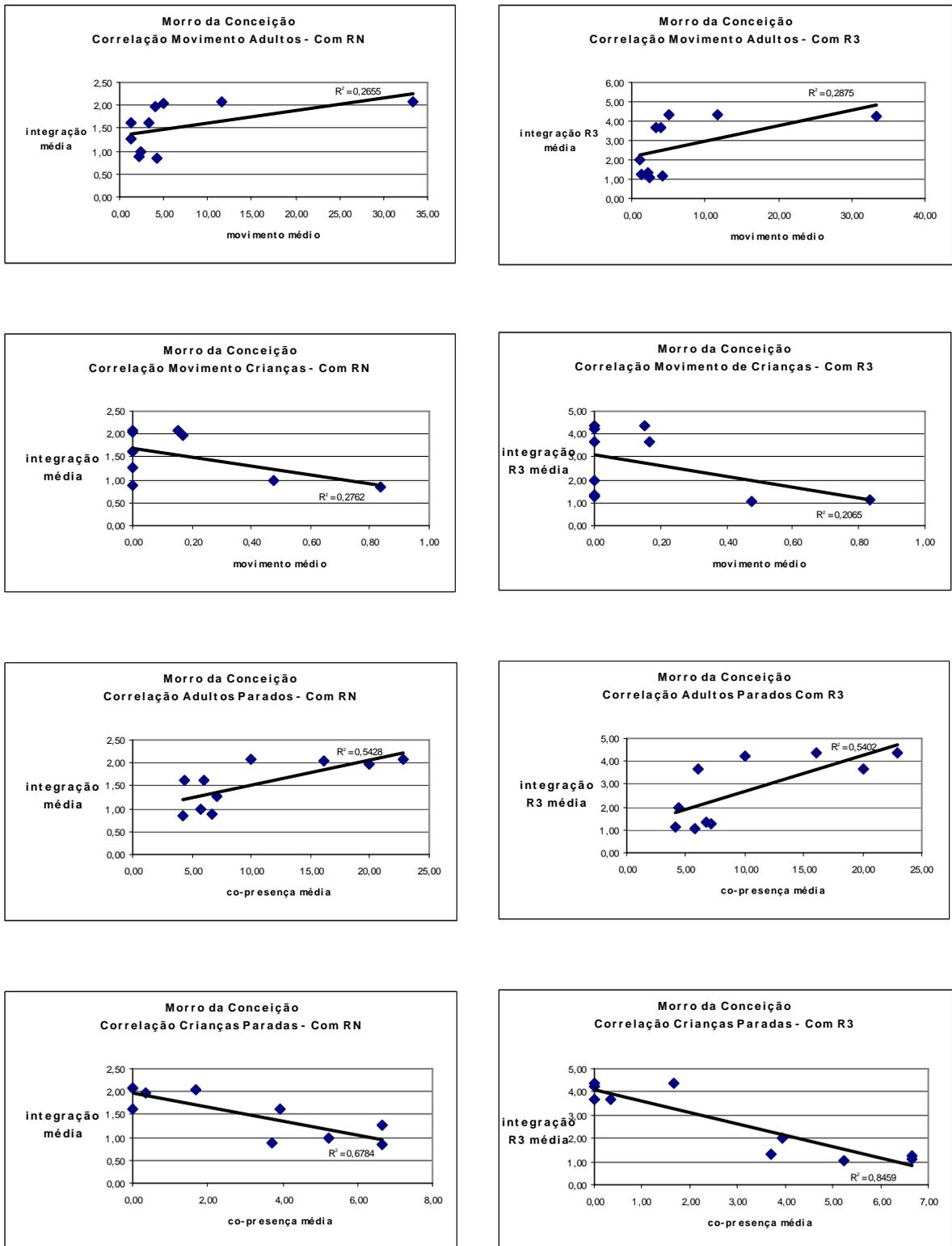


FIGURA 5.40 - Gráficos de correlações entre configuração e co-presença - morro da Conceição /2001.

desta fração, de uso homogêneo e predominantemente habitacional, onde, dada a exiguidade de área das habitações, a rua se transforma num pedaço da casa, como já descrito por SANTOS & VOGEL (1984) para outras áreas da cidade, que denota a preponderância dos códigos de maior urbanidade vinculados à vida familiar e às características de um bairro residencial. Qualquer um, que não seja identificado como vizinho, é estranho no morro da Conceição, uma exacerbação de controle do espaço público que inclui moradores de outras ruas do bairro. Flanar pelas ruas do Morro, implica em chamar a atenção e promover conversas sobre o que um estranho estará procurando ali. Nos finais de semana e no final do expediente, as ruas, quase desertas ao longo do dia, ganham animação, nas conversas no boteco ao lado ou nos bares da travessa do Liceu (um dos acessos mais francos ao morro desde a praça Mauá), com as crianças brincando e os velhos tomando a fresca. A ligação franca entre os espaços públicos e os privados (portas e janelas dando diretamente para a rua), fazem do trecho em frente às casas um pedaço de varanda, o que incita a conversa entre vizinhos (FIGURA 5.37), e torna o morro da Conceição um *gueto familiar*, justo quando se intensifica o movimento do povo noturno que se espalha nos bares e portas de boates da praça Mauá e dos que voltam para casa após o trabalho.

O morro da Conceição, assim como toda a área central, perdeu boa parte da população residente da metade para o final do século XX (ABREU, 1988). Densamente povoado até o início do século, no final dos anos 70, recebeu novos moradores ligados à dinâmica da praça Mauá (prostitutas e travestis). Essa nova gente se fixa nas áreas de maior acessibilidade do Morro, nos trechos lindeiros ao largo de São Francisco da Prainha e entorno da Sacadura Cabral. A diferença entre *os de cima e os de baixo* (uma população visivelmente mais pobre e



FIGURA 5.41 - Morro da Conceição / 1997 - 2001.

eclética que, nos anos 90, incorpora os que vivem da coleta e triagem dos resíduos recicláveis - há um centro de triagem no largo de S. Fco. da Prainha), contribui para exacerbar o controle do espaço pelos moradores mais antigos, empenhados em estabelecer a distinção entre os grupos. Fato também constatado por CALDEIRA (2000) em bairros populares paulistanos, de ocupação consolidada historicamente, que se deparam com a inclusão de vizinhos *indesejáveis* no seu território. No esforço em marcar diferenças, o conceito de estranho assume novas gradações. A correlação entre configuração e movimento fica óbvia neste caso. O movimento é maior nos acessos ao morro e cai, a valores muito próximos de zero, quanto menor a integração média da linha no sistema, tanto global, quanto localmente. A forte *sinergia* e a baixa inteligibilidade desta parte do sistema, confirmam os potenciais de baixo movimento e de co-presença seletiva depreendidas da configuração (FIGURA 5.41).

b) *Lapa, praça da Cruz Vermelha, periferia do Centro: rota de medição de movimento 02*

“Eu fui à Lapa/ e perdi a viagem/ que aquela tal malandragem/ não existe mais (BUARQUE, Francisco. Homenagem ao Malandro, 1979).

A Lapa teve sua ocupação intensificada no início do século XX, quando, de um caminho de ligação entre a cidade e os distritos periféricos, ladeado por chácaras e habitações populares (Mata-Cavalos), integra-se ao tecido urbano da área central, através de um parcelamento nos moldes *haussmanianos* (praça da Cruz vermelha e arredores), após o arrasamento do morro do Senado. A região sofreu transformações ao longo do século XX, sendo as mais notáveis a alocação de equipamentos públicos de grande porte (hospitais e outros), a renovação do estoque arquitetônico e a alteração de usos das edificações remanescentes. Por ser periferia do centro de negócios, com acesso direto à Zona Sul, Santa Teresa e Catumbi, apresenta uma mistura de rótulos (FIGURA 5.42) socioculturais (habitação), microeconômicos (comerciais: de bairro e especializado em materiais de construção e antigüidades; manufaturas: serralherias, serrarias, gráficas; e, institucionais: escolas, hospitais, Instituto Médico Legal, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros). Essa característica de periferia, ao mesmo tempo vital para a integração de bairros populosos ao Centro, caracteriza a distribuição de rótulos ao longo da rota, denotando uma forte presença de instituições - vínculos transpaciais -, e do comércio - de grande e pequeno porte - que se refere à cidade como um todo (a Frei Caneca é o único pólo de comércio de materiais de construções, fora das zonas suburbanas ou de *shoppings* de construção). Isto atrai público gerando um movimento pontual, mas não o movimento natural de pedestres. Recentemente proliferaram, na região, motéis e hotéis de alta rotatividade, dada a proximidade do centro de negócios e do público potencial (FIGURA 5.42).

A rota observada inicia-se na praça da Cruz Vermelha (FIGURA 5.43), em frente ao Hospital do Câncer, atravessa a Praça e segue, pela Henrique Valladares, até a rua Ubaldino do Amaral (da qual um dos lados é ocupado por um único edifício em altura, e a face oposta, pelos fundos da Cruz Vermelha) continuando na rua do Senado, em frente ao

Corpo de Bombeiros (todo o miolo do quarteirão) em direção oeste até a 20 de Abril (norte), daí até a Frei Caneca, afastando-se do Campo de Santana em direção à praça XI; na rua General Caldwell, volta-se para o sul, pelas Tenente Possolo e Conselheiro Josino, até a Washington Luís, voltando ao ponto de partida pela Carlos Sampaio.

Ao longo da rota, os espaços convexos, tendem à linearidade e são amplos (média de 1.458m²), com largura média entre 12 e 18m, e aproximadamente, uma constituição a cada 163m², destacando-se a praça da Cruz Vermelha, de 50m de raio. Uma distinção é a segmentação dos espaços convexos, nos entroncamentos entre quarteirões (de formatos trapezoidais ou triangulares), com ângulos menores que 90°, e a baixa incidência de espaços cegos (23%). Os espaços bem constituídos mascaram imóveis sem ocupação efetiva (Ubaldo do Amaral), imóveis ruinosos (General Caldwell, Ten. Possolo e Washington Luís) e outros que, por terem suas fachadas preservadas, dado ao interesse histórico, mantêm portas sem uso efetivo. Equipamentos públicos de grande porte e poucos acessos, contribuem para a baixa frequência de constituições/m². A diversidade do microparcelamento indica as transformações pelas quais a área tem passado. À potencial *neutralidade* do macroparcelamento, em grelha ortogonal deformada, originária do desmonte do morro do Senado, de quarteirões estreitos e curtos, com forte predomínio de usos institucionais, que ocupam quarteirões inteiros, somam-se os antigos caminhos de saída da cidade (Frei Caneca/General Caldwell e Riachuelo). O microparcelamento também é bastante diversificado. Quarteirões mais largos e longos (FIGURA 5.42), e ilhas grandes com lotes, de testada estreita e profundos, são favoráveis à instalação de depósitos de materiais de construção, manufaturas, serrarias e motéis, atividades que demandam áreas grandes mas sem interface direta com o espaço público (ruas do Senado e Frei Caneca). Em contrapartida, hospitais e outros equipamentos públicos são instalados em lotes tendentes ao quadrado (Henrique Valadares, praça da Cruz Vermelha, Washington Luís), muitas vezes ocupando todo, ou boa parte, de um quarteirão, indicando a necessidade de um maior número e maior diversidade de ligações com os eixos de circulação (entradas de ambulância, etc.). O remembramento de lotes para a construção de imóveis em altura (Ubaldo do Amaral, Tenente Possolo e Henrique Valadares) também contribui para a diversidade do microparcelamento.

Os segmentos da rota, apresentam medidas de integração média, próximas entre si, índices altos (RN 1,96 média, acima da média do sistema global 1,36), à exceção da H. Valadares (RN 2,48, uma das linhas do núcleo integrador), e usos diferentes em seus trechos (FIGURA 5.44), uma característica da uniformidade na integração média dos eixos dessa fração mais rasa da configuração. A literatura relata que nas grelhas deformadas a formação de centralidades (e as diferenças no movimento) é mais evidente em função da densidade e distribuição de rótulos relacionados ao processo microeconômico do que em relação às características configuracionais, fato verificado empiricamente. As Av. Henrique Valadares e Mem de Sá, eixos mais integrados global e localmente cruzam-se no centro da

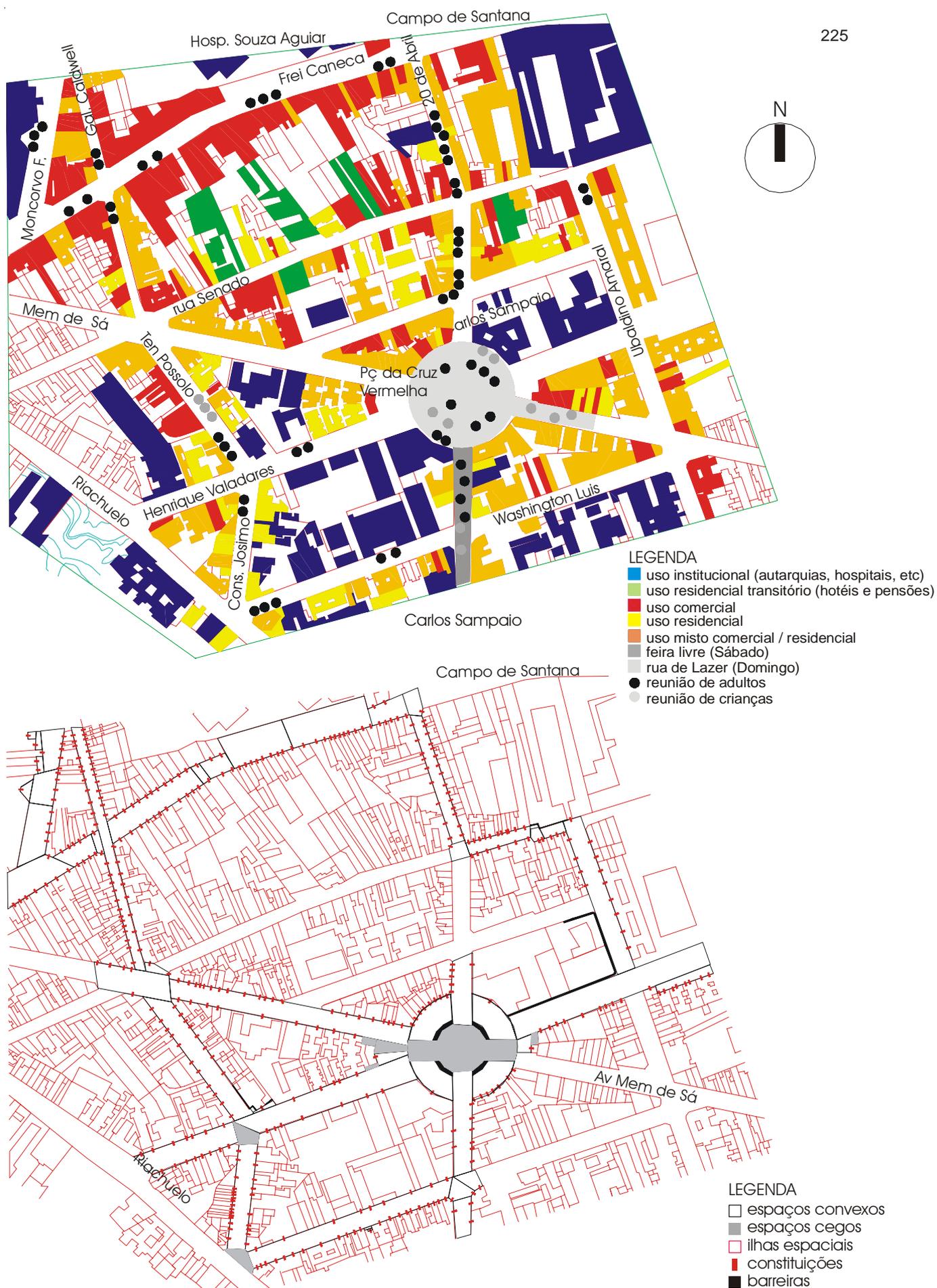


FIGURA 5.42 - Mapa de rótulos (acima) e mapa de espaços convexos (abaixo) da Lapa / 2001.

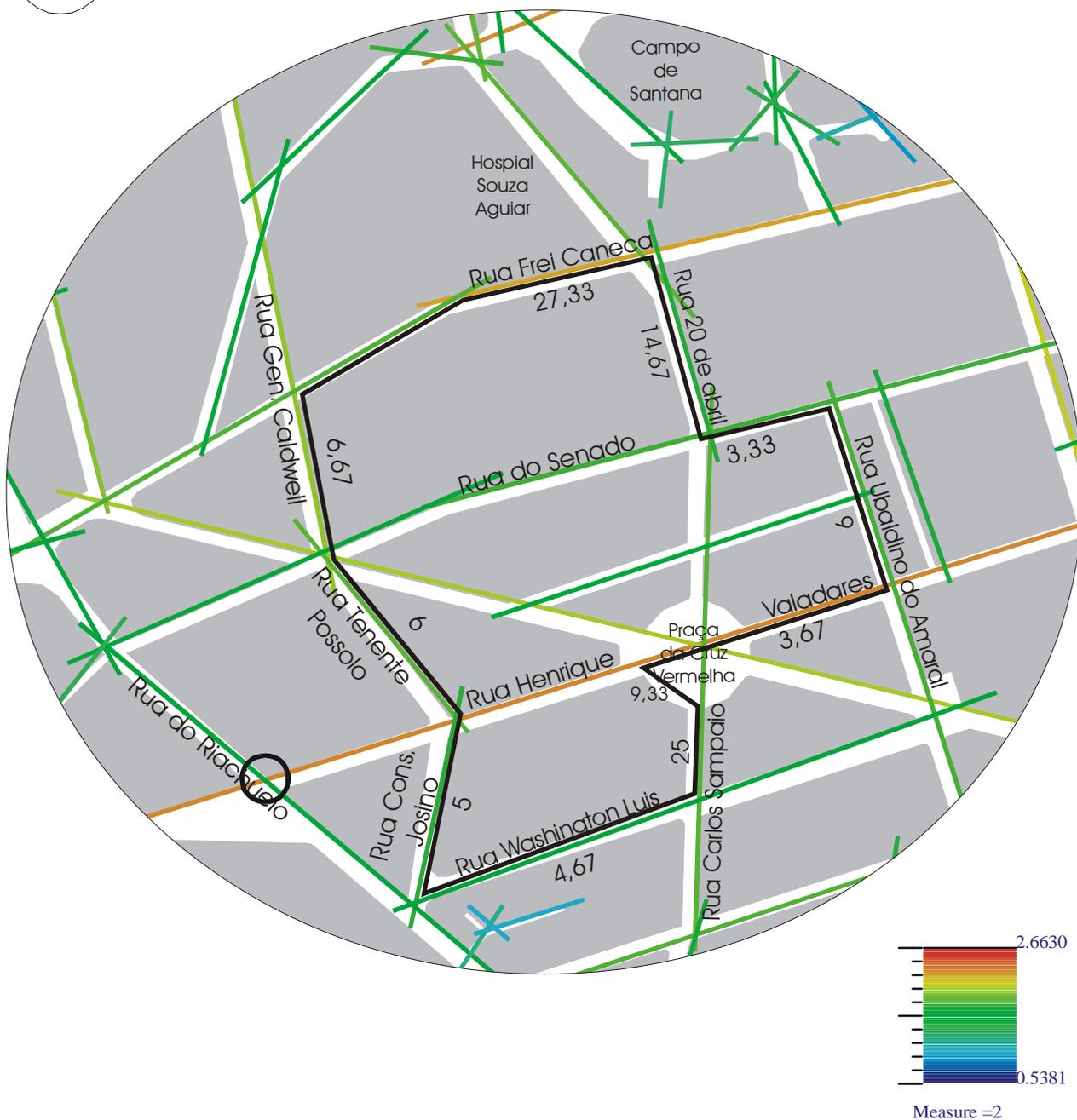


FIGURA 5.43- Mapa de integração global e rota de medição de movimento com contagem - Lapa / 2001.

praça da Cruz Vermelha, que articula o acesso entre o Centro e seu entorno criando uma centralidade que favorece a alocação de hospitais e serviços de importância regional. Outro aspecto interessante é que os bairros da Lapa e Laranjeiras, funcionam como *centros de bairro* para Santa Tereza (área de preservação ambiental, com pequena oferta de serviços e comércio local) em função da maior acessibilidade. Serviços como abastecimento de combustíveis (dois na praça da Cruz Vermelha) localizam-se exatamente sobre o eixo globalmente mais raso, da fração do sistema, denotando a importância do movimento de veículos em direção ao Centro.

As medidas de integração das linhas desse trecho são similares, e daí, depreende-se que exista uma maior indistinção na alocação de rótulos, tanto microeconômicos, quanto socioculturais. Nesse caso, a proximidade de atratores e a própria dinâmica microeconômica, (compra comparada) acabam induzindo à concentração de usos e à formação de subcentralidades, mais que a configuração em si. Ao longo do eixo que limita a rota de medição ao norte, a rua Frei Caneca, que conecta o Centro à Cidade Nova, Estácio e Tijuca verificou-se a maior densidade de rótulos microeconômicos. Aos finais de semana, o movimento cai vertiginosamente, o que explica a baixa circulação média de pessoas, coerente com a análise da configuração, e com a dinâmica do processo microeconômico. Também encontra-se o uso habitacional (em geral 2º pavimento das casas mais antigas), associado às manufaturas, artesanatos especializados, usos comerciais e de serviços (restaurantes de comida à quilo). Essa tendência, no entanto, reflete o impacto do *campus* da UNIRIO e do Hospital Souza Aguiar (dois atratores monopolizadores) na alteração dos usos e no movimento captado.

As ruas General Caldwell e 20 de Abril (e sua extensão, a Carlos Sampaio), são importantes eixos de ligação entre a Presidente Vargas e a Lapa, pois conectam a rua do Riachuelo, via praça da Cruz Vermelha, à praça da República, cruzamento da Presidente Vargas, em frente à Central do Brasil (maior atrator monopolizador do Centro), e a confluência de linhas de ônibus que circulam do Centro para os bairros (FIGURA 5.43), apresentando um movimento maior do que o esperado.

A análise dos gráficos de correlações entre RN e R3 e movimento/copresença, medidos empiricamente (FIGURA 5.44), indicam a inexistência de correlação (ou não correlação) entre movimento de adultos e a integração global e local, dando conta que o movimento natural, indicado pelos padrões espaciais (alta acessibilidade, espaços rasos ou muito rasos, domínio de estranhos) não está associado às características da configuração e sim ao processo microeconômico, característico da malha ortogonal deformada, que por equanimizar a acessibilidade média, em função da baixa hierarquia nas medidas de integração dos eixos do sistema, o que leva à indistinção na dispersão de rótulos microeconômicos, que efetivamente contribuem para a geração do movimento. O movimento medido de adultos (85,82 adultos em média/100m), é baixo em relação a média de integração (RN 1,96 e R3 3,89 altas). O movimento de crianças, ou é desprezível, ou a correlação é

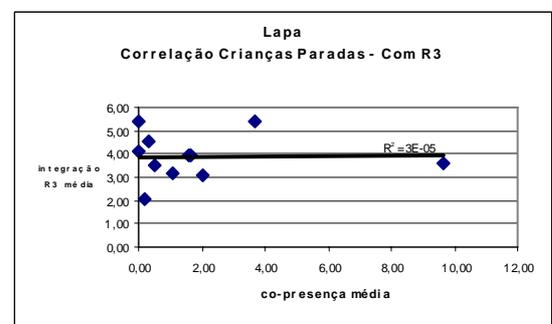
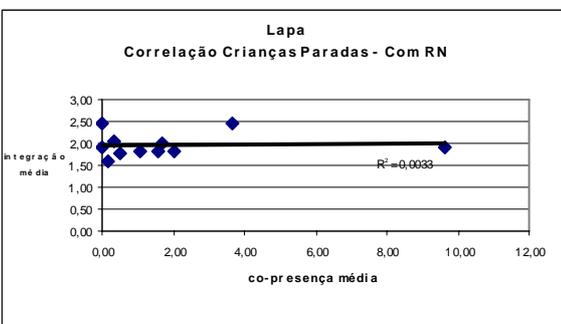
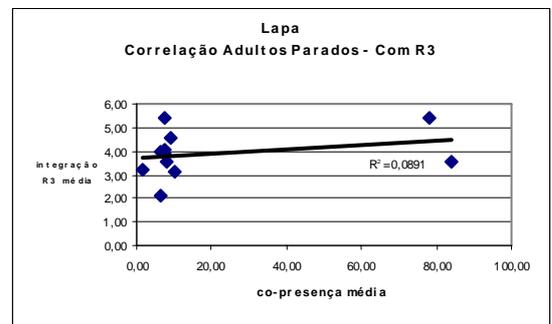
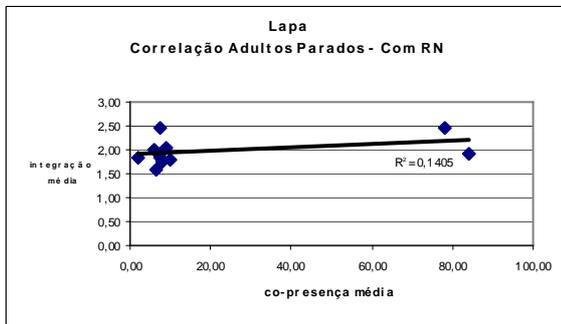
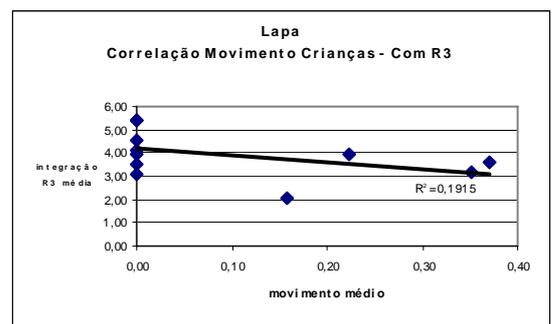
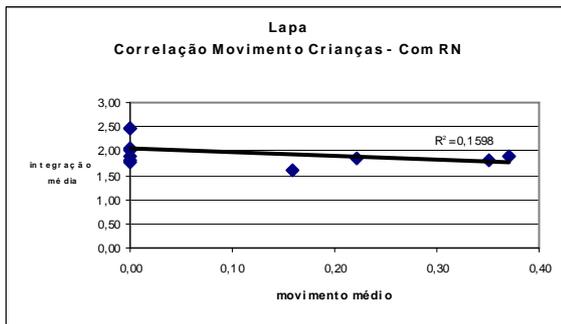
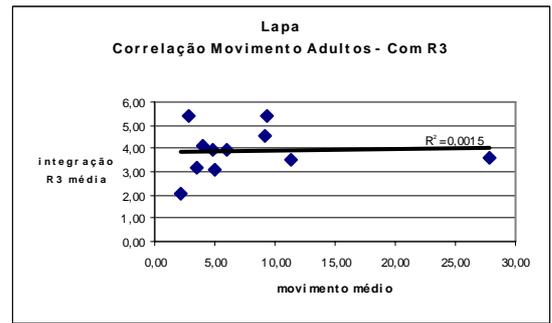
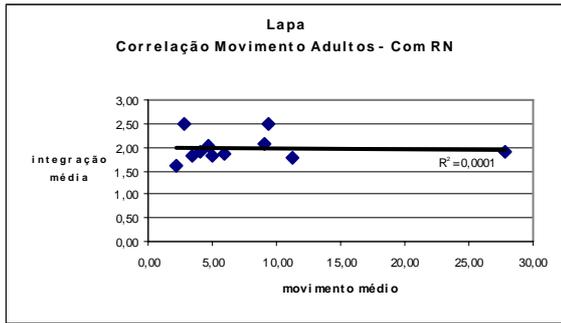


FIGURA 5.44 - Gráficos de correlações entre configuração e co-presença - Lapa /2001.

negativa, ou não apresenta correlação com a configuração, indicando que essa fração do sistema, é domínio de estranhos e, portanto, os lugares não são propensos às brincadeiras infantis e à circulação despreocupada, uma realidade oposta à observada no morro da Conceição. Quanto aos adultos parados, a correlação com RN é positiva, ainda que muito fraca, mas aponta para alguns aspectos interessantes em função da alocação de atratores, não de movimento, mas de co-presença passiva (em repouso). A co-presença de adultos parados, está diretamente relacionada aos estranhos à fração do sistema, e vinculada aos equipamentos hospitalares instalados na praça da Cruz Vermelha (visitantes), em número mais alto do que o potencial dado pela configuração. Na Frei Caneca, onde outros equipamentos de grande porte concentram adultos (universidade, hospital Souza Aguiar e depósitos de material de construção, na frente dos quais reúnem-se biscateiros e transportadores na expectativa de venderem seus serviços), ocorre o mesmo.

Nesta fração do sistema, a inteligibilidade é maior, mas a sinergia, menos evidente, se bem, que ainda notável. O movimento e a co-presença infantis são irrisórios. Poucas crianças, circulando ou brincando nas ruas, relacionam-se ao maior número de eixos mais rasos e de menor controle por parte dos moradores, o que dificulta o estabelecimento de territórios seguros para as brincadeiras infantis e, por isso o movimento destas não é significativo. As correlações apontam para uma configuração, onde o domínio do estranho sobre os lugares, é maior, e este dado caracteriza o tipo de ocupação residencial da área, cuja população residente é pouco estável (tendência à mobilidade) e diversificada étnica e economicamente, com características também populares. Os espaços são, em geral, mais rasos e de maior controle global, portanto, um lugar que acolhe estranhos com muito mais desenvoltura que o morro da Conceição. Curiosamente, esta parte do Centro, tradicional ponto de confluência de estrangeiros, que ao subir de vida mudam-se para áreas residenciais mais nobres, tornou-se ponto de convergência de africanos (sobretudo angolanos, moçambicanos e nigerianos) nos anos 80. A maior acessibilidade do sistema nessa área (eixos mais rasos) dá sentido à forte influência da dinâmica microeconômica pulverizada em todos os trechos da rota. Os parâmetros socioculturais, responsáveis pela expansão do rótulo habitacional, são bem menos evidentes aqui e, talvez essa circunstância - maior uniformidade na acessibilidade da fração do sistema -, que induz a uma indistinção na alocação dos rótulos, aliada ao fato de que, a maior parte do uso habitacional, é multifamiliar - seja atrativa à uma população, heterogênea e em trânsito, pouco interessada em consolidar laços de vizinhança. FESSLER VAZ & SILVEIRA (1995) apontam que os novos cortiços da Lapa estão camuflados em edifícios altos de unidades mínimas e nos aluguéis de quartos e vagas. Também são numerosos os motéis, pensões e hotéis. A disseminação desse uso (que guarda algo de ilícito), relaciona-se diretamente à maior formalidade da configuração, o que fragiliza o controle sobre o espaço por parte de moradores e a partir do qual os estranhos são menos notados, o que favorece o escamoteamento desse tipo de movimento.

A maior diversidade de co-presença (morador/estranho) no levantamento

dessa rota, denota a preponderância de códigos transpaciais na configuração, o que também é relevante para atender a demanda pela moradia por grupos, com práticas e expectativas, diferentes entre si. Uma característica notável dessa periferia do Centro, é a possibilidade do anonimato, de viver num lugar no qual, um estranho não desperta a atenção dos vizinhos, muito conveniente quando se é, efetivamente, estrangeiro (nigerianos, angolanos, moçambicanos nos anos 80, muitos ilegais), solteiro e/ou migrante. Esse controle maior do estranho sobre o espaço, incutido na configuração espacial, é uma prerrogativa importante na dispersão e diversidade do rótulo habitacional e na constituição de padrões socioculturais afastados da família tradicional, o oposto do morro da Conceição. Na Lapa reside uma comunidade bastante heterogênea, tanto social, como culturalmente, e isto está, é claro, também relacionado à maior incidência de habitações coletivas, a uma dinâmica de renovação da população mais intensa, à uma maior sobreposição/renovação e à reciclagem de edificações e usos, como também, e de maneira inegável, à configuração da malha urbana da área.

Os investimentos feitos para incentivar a apropriação social dos moradores, na praça da Cruz Vermelha (FIGURA 5.45), indicam uma fragilidade na construção da solidariedade mecânica (com vínculos espaciais). A restauração de imóveis (Corredor Cultural), voltada para a fixação da imagem de monumentos de importância para a cidade (Corpo de Bombeiros e Cruz Vermelha); o *Rio-Cidade*, qualificando-a com equipamentos públicos de lazer; a promoção de uma *rua de lazer* aos domingos, e de feiras livres, aos sábados, buscam gerar uma maior animação na área e reforçar os vínculos espaciais entre a

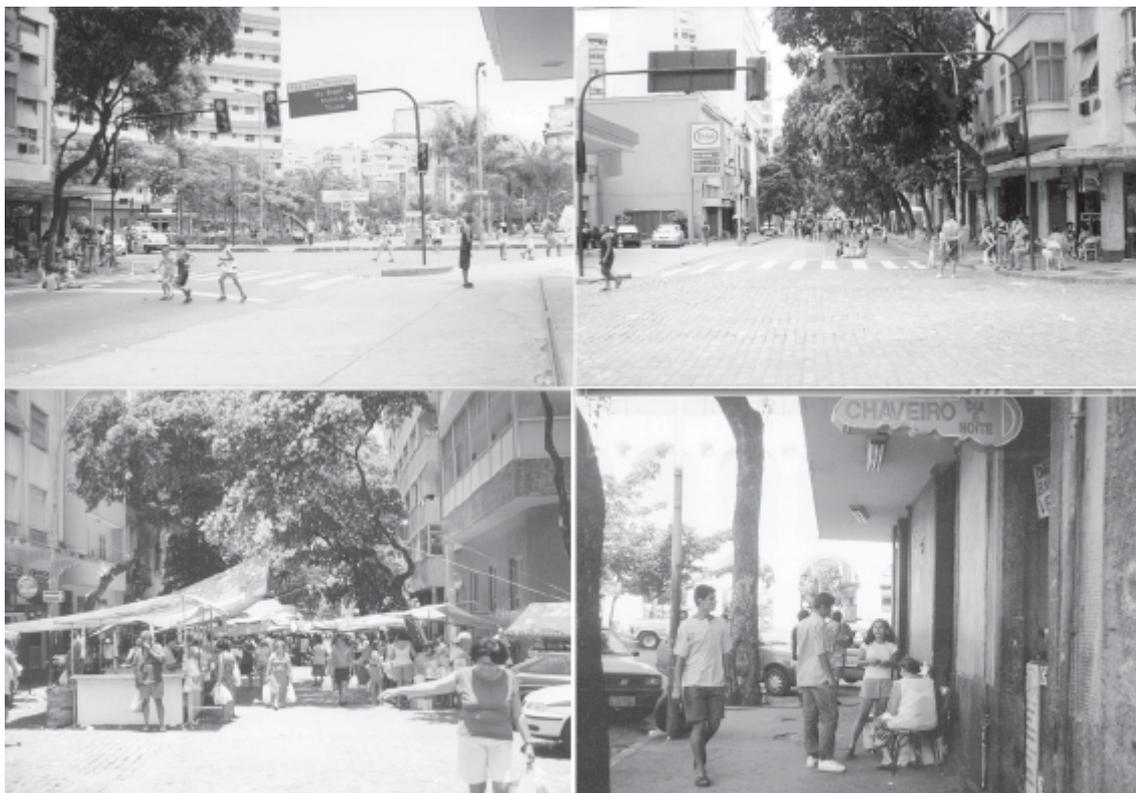


FIGURA 5.45 - Co-presença e movimento praça da Cruz Vermelha - Lapa / 2001.

vizinhança que, pelas questões configuracionais, são mais frágeis.

O movimento médio pouco intenso (85,82 adultos em média/100m e 1,10 crianças em média/100m) ao longo da rota, em relação ao potencial apreendido pela configuração (alta acessibilidade, espaços mais rasos de maneira geral e diversidade de rótulos) indica a importância que os parâmetros microeconômicos assumem na determinação do movimento em grelhas deformadas. Isto se dá por duas razões: a grelha deformada aponta para uma menor hierarquia na localização de rótulos microeconômicos dada a sua acessibilidade e rasidade relativas serem mais homogêneas, o que induz à formação de centralidades sobre os eixos, não de menor ou maior integração, mas sim, sobre os que apresentam maior densidade de rótulos microeconômicos. No caso da rota levantada, a Frei Caneca (RN 2,06 e R3 4,57) é inequivocamente o eixo que capta a centralidade da área, apesar de apresentar índices de integração global e local, menores que a Henrique Valadares e a Mem de Sá (RN 2,48 e R3 5,39), dando conta, da importância da concentração de rótulos comerciais e da universidade como geradores de movimento. A segunda razão é dada em função da alocação de equipamentos públicos como hospitais no entorno da praça que congrega os dois eixos de maior integração e que, seria, portanto, o ponto de maior centralidade da rota (maior potencial de movimento). Isso não ocorre em função dos equipamentos hospitalares gerarem movimento de pedestres e sim de veículos, atestando a coerência entre a localização dos mesmos na confluência dos eixos de maior acessibilidade veicular com o entorno.

Tanto o movimento, quanto a co-presença de crianças, foram consideradas desprezíveis na análise (índices muito próximos de zero), o que indica, que na região levantada, há uma pequena incidência de famílias e, ao contrário do morro da Conceição, a rua não é uma extensão da casa, e o domínio do estranho, é notadamente maior ao longo dos dias úteis. Aos domingos, a rua se enche de gente que se espalha pelos botequins no entorno da praça da Cruz Vermelha, nos bilhares e sinucas (em geral instalados no 2º andar), dando conta de práticas menos controladoras do espaço, onde o estranho já está incorporado à paisagem. Pode-se dizer que na Lapa, o controle dos moradores é flexível o suficiente para garantir a diversidade do bairro que guarda as características de urbanidade e estende-as a quem andar por aí desavisado. Ponto da boemia por anos, na Lapa, a rua de lazer atrai as crianças da região como espectadores (teatro infantil, etc.), enquanto nos botecos se toca pagode, se bebe muito e, reparando melhor, tem muita gente que nem é daqui, mas age e é acolhido como se fosse (FIGURA 5.45).

c) *Central do Brasil; o Centro do subúrbio - rota de medição de movimento 03*

“Começou a circular o expresso 2222 da Central do Brasil/ Que parte direto de Bonsucesso pra depois do ano 2000 / Dizem que tem muita gente de agora / se adiantando, partindo pra lá / pra 2001, e 02 e tempo e tal” (GIL, Gilberto, Acoustic, 1994).

O entorno da Central do Brasil é a fração da área central de ocupação residencial popular mais intensiva até metade do século XX. Lugar do lendário Cabeça de Porco e da praça XI, foi separada do resto do Centro ao abrir-se a Av. Presidente Vargas. A região caracteriza-se (até no nome) por contar com um atrator importante, a estação de trens suburbanos e de metrô. Segundo CUTINI (2001, p. 32.11), “... a descentralização de atratores/atividades monopolizadoras⁴⁹ embasam o surgimento de atividades comerciais (nos moldes de feiras livres ou camelôs) em áreas segregadas ...” e é exatamente o que ocorre na região da rota levantada. A Central do Brasil gera fluxos de pedestres e veículos que se dirigem aos subúrbios e ao entorno da cidade, e é uma das regiões, além de periférica, das mais degradadas do Centro. Limitada ao norte pelo morro da Providência, a favela mais antiga do Rio de Janeiro, e conectando-se à Gamboa, pelo túnel João Ricardo, é segregada da área central, ao sul pelo espaço convexo formado por um trecho da Presidente Vargas (66m de largura e aproximadamente 29.000m² de área), pouco edificado na margem sul, ocupada neste trecho pelo campo de Santana, e por ilhas de dimensões avantajadas na margem norte, que abrigam respectivamente o Palácio Duque de Caxias (27.000m²), o Palácio do Itamaraty (28.000m²), a Central do Brasil (63.000m²) e a Light (39.000m²), todos à exceção da Central de uso institucional de público restrito (FIGURA 5.46).

A rota observada (1.765m) inicia-se na praça Duque de Caxias (FIGURA 5.47), segue pela Visconde da Gávea, dobra a oeste, pela Marcílio Dias, e a norte pela Bento Ribeiro, onde segue a leste, pela Barão de São Félix até a Costa Freire, dobrando no sentido leste na Senador Pompeu, e seguindo para o sul pela Alexandre Mackenzie até a Marechal Floriano, onde retoma a oeste, alcançando a Presidente Vargas pela Tomé de Souza. A morfologia muda sensivelmente da presidente Vargas para norte. O anel de ilhas de grandes dimensões já listadas, ocupadas com uso institucional e espaços convexos de grandes dimensões (8.900m² em média), pouco constituídos (1 constituição a cada 5.000 m² em média) e grande incidência de espaços cegos (60% do total) muda a partir da Marcílio Dias, onde ilhas de formato alongado de grandes dimensões (15.000 m² em média), definem espaços públicos do tipo rua (FIGURA 5.46), tendendo ao linear (1.900 m² de área, sendo a largura média entre 10 e 12m), densamente constituídos (1 constituição a cada 134m²) e baixa incidência de espaços cegos (15%).

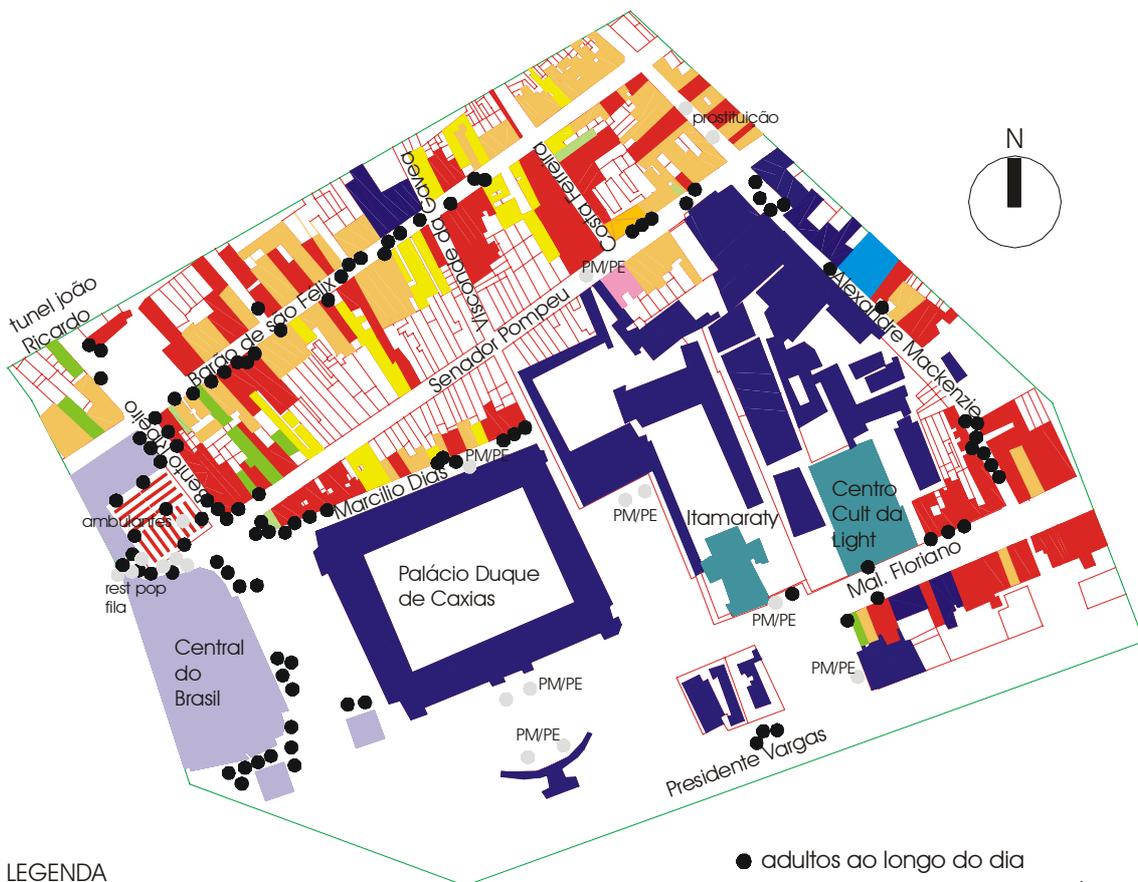
A observação de CUTINI (2001), sobre a indução de formação de mercados ao ar livre (feiras), no entorno de terminais de transporte de grande porte, pode ser verificada com a existência de um mercado popular, entre a fachada norte da Central e o terminal de ônibus da Bento Ribeiro, espalhando-se pelas ruas Barão de São Félix, Marcílio Dias e Senador Pompeu, com grande número de lojas de artigos populares, instaladas em imóveis

relativamente pequenos, em sua maioria, sobrados de até 3 pavimentos (FIGURA 5.46 e 5.49).

A Barão de São Félix, que liga a Bento Ribeiro ao Largo dos Estivadores, dá uma idéia do que foi a região no século XIX em matéria de habitações populares coletivas. Sua margem norte tem lotes com testadas de 10 a 12m e profundidade variável (média de 60m), alguns chegando a 200m de comprimento. A grande mistura de tipologias edilícias e o tamanho dos terrenos, facilita a instalação de cortiços e vilas⁵⁰, edifícios multifamiliares de até 6 andares e casas de cômodos, muitas em imóveis arruinados. Atacadados, depósitos de gêneros alimentícios, supermercados populares (um ao lado do outro), hotéis, fabriquetas e manufaturas⁵¹, oficinas, usinas de triagem de lixo reciclável, bares e botequins, formam um verdadeiro centro comercial de artigos e serviços de consumo popular, interesse dos que se dirigem aos subúrbios, e encurtam o caminho de volta à casa servindo-se das lotações que aí fazem ponto. O lado sul da rua é tão eclético quanto o norte, apesar da maior regularidade do microparcelamento (lotes de 6 a 10 m de testada e de 40 a 60m de profundidade) que não impede a diversidade de usos (FIGURA 5.46), caracterizando-a como uma legítima babel no seu trecho mais próximo à Central. O mesmo ocorre com a Senador Pompeu e a Marcílio Dias, já a Costa Ferreira, bem mais curta e segregada, dispõe tanto de atacadistas de gêneros, como bordéis.

A rua Alexandre Mackenzie tem microparcelamento e usos diversificados, como a sede de grandes empresas (Telemar e Light), escolas, igrejas, comércio e serviços locais (restaurantes, barbeiros e outros) e terrenos vazios usados como estacionamento (FIGURA 5.46). A Marechal Floriano mistura comércio popular de abrangência regional (elétricos, equipamentos para cozinhas) com grandes instituições (colégio Pedro II, Light e Itamaraty), edifícios de escritórios em altura (separando-a da Presidente Vargas) e hotéis e pensões populares.

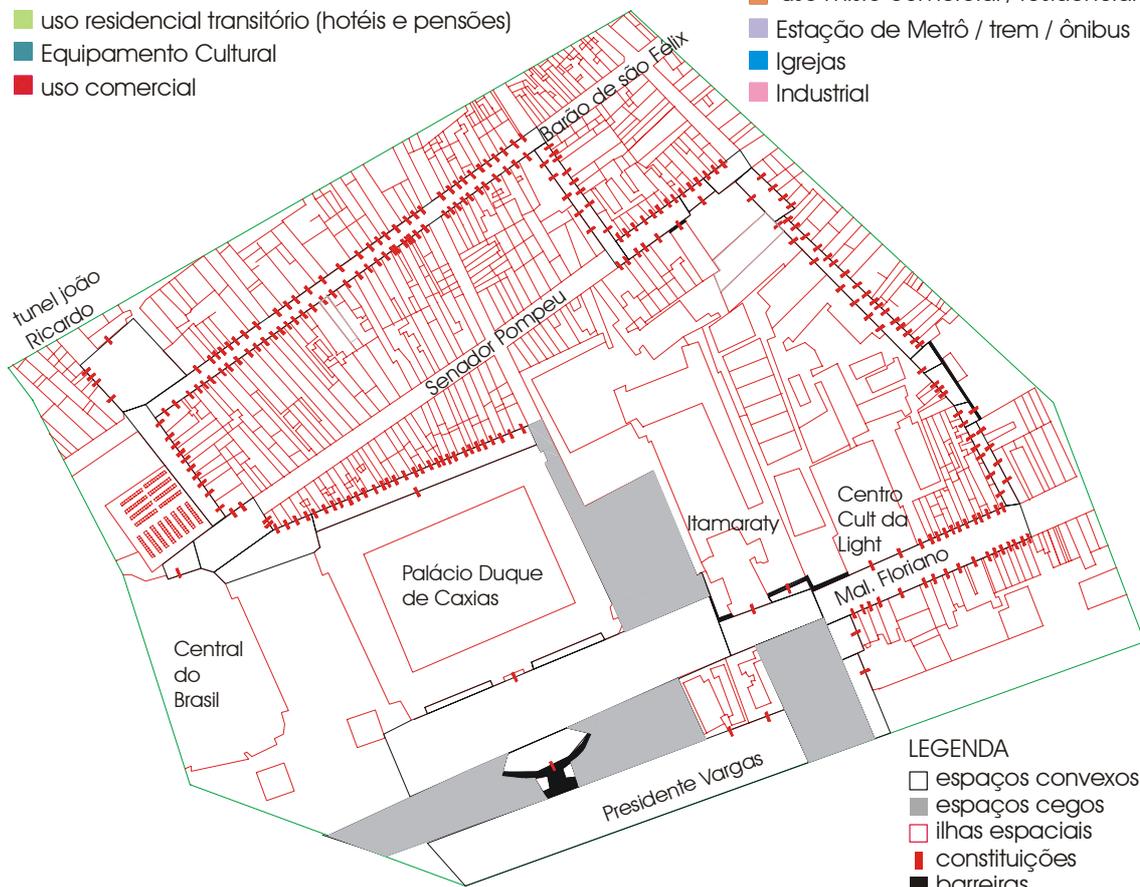
Observando-se a integração das linhas do circuito de medição de movimento (FIGURA 5.47), destacam-se a Visconde da Gávea e a Av. Presidente Vargas como as linhas mais integradas globalmente (e constantes do núcleo integrador do sistema geral). No entanto, a não há correlação entre movimento medido e integração global (RN) e em relação a integração local (R3), há correlação positiva, mas fraca. O movimento medido é inferior ao indicado pela integração média das linhas ao longo Costa Ferreira e Alexandre Mackenzie. A falta de correlação entre movimento medido (média de 257,78 adultos/100m), muito superior aos potenciais dados pela integração global desse trecho, tem no atrator poderoso exercido pela Central do Brasil uma explicação razoável. Contribuem para o aumento do movimento outros serviços públicos populares instalados na área como o restaurante popular do Betinho (na face norte da Central), o hotel popular (idem) e o terminal de ônibus da Bento Ribeiro (região metropolitana e subúrbios). Como já dito, o mercado popular instalado entre estes dois terminais de transportes se expande pelos arredores, formando um verdadeiro centro comercial para os que vivem nos subúrbios.



LEGENDA

- uso institucional
- uso residencial transitório (hotéis e pensões)
- Equipamento Cultural
- uso comercial

- adultos ao longo do dia
- adultos em atividades específicas
- uso misto comercial / residencial
- Estação de Metrô / trem / ônibus
- Igrejas
- Industrial



LEGENDA

- espaços convexos
- espaços cegos
- ilhas espaciais
- constituições
- barreiras

FIGURA 5.46 - Mapa de rótulos (acima) e mapa de espaços convexos (abaixo) - Central do Brasil / 2001.



FIGURA 5.47 - Mapa de integração global e rota de medição de movimento com contagem - Central do Brasil / 2001.

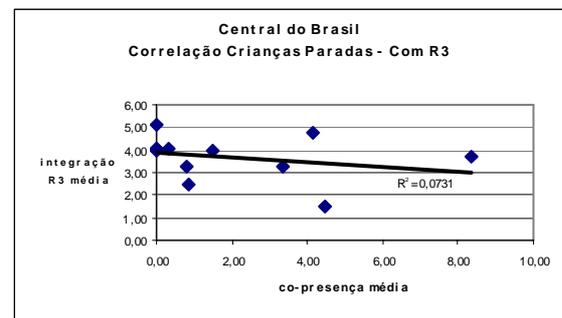
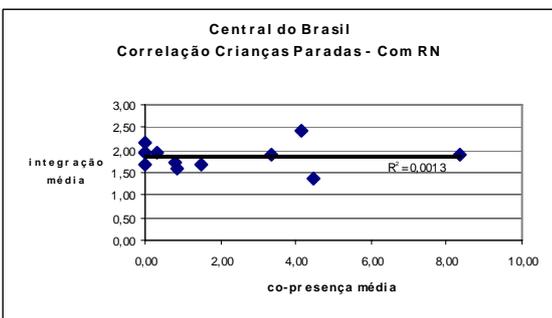
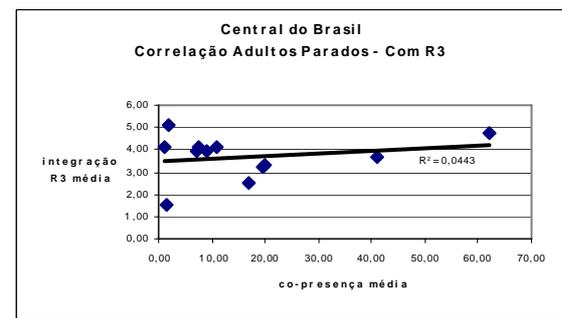
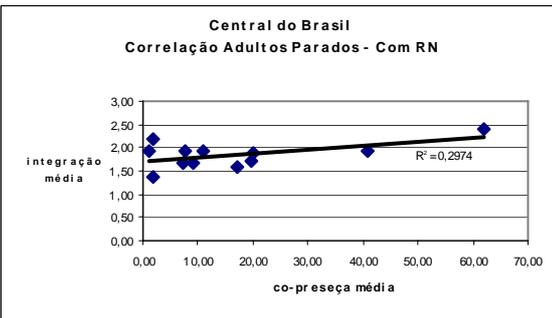
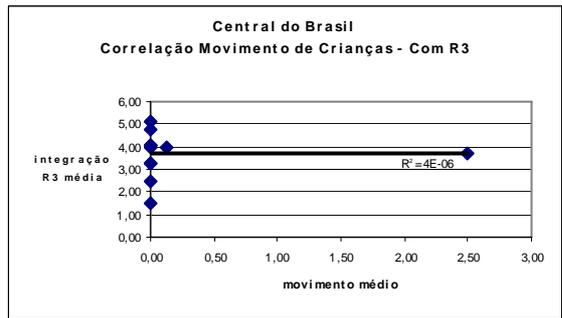
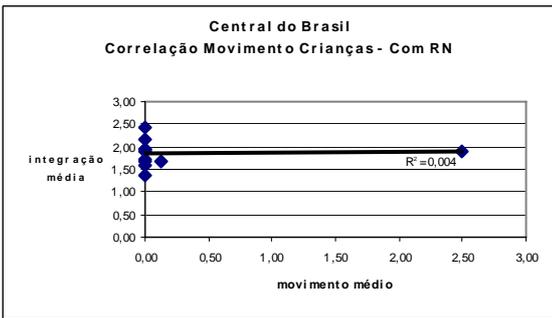
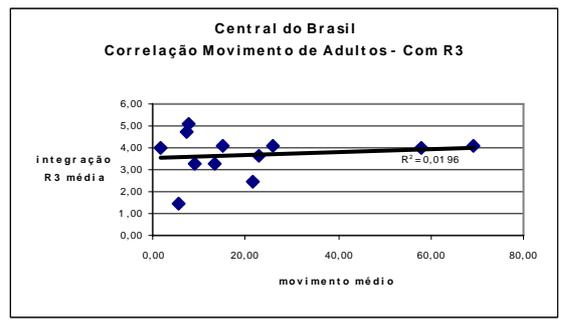
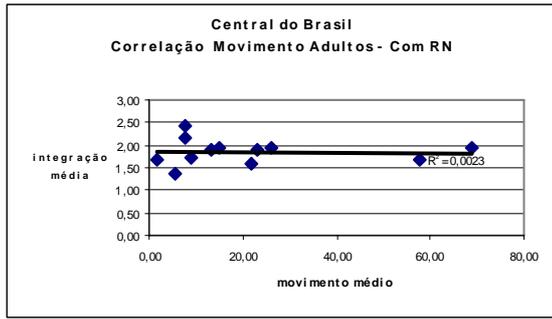


FIGURA 5.48 - Gráficos de correlações entre configuração e co-presença - Central do Brasil /2001.

Isso indica a correlação positiva mais forte, entre co-presença de adultos (parados) e integração global, nos lugares onde se concentram essas atividades (FIGURA 5.48).

A Alexandre Mackenzie tem nas sedes da Telemar e da Light poderosos geradores de fluxos pontuais (horários de almoço, entrada e saída de funcionários) e maior diversidade de usos (comércio, serviços e colégios de ensino supletivo). Essa característica da área, periférica, mas, ao mesmo tempo central, para quem usa trens e metrô, faz da área uma região bastante *sui generis*. A Presidente Vargas, à exceção dos pontos de ônibus que são geradores de co-presença, é um lugar desagradável de caminhar, e isso explica a maior quantidade de adultos parados, do que a esperada a partir da configuração (FIGURA 5.48) na correlação com integração local (R3). CUTINI (2001) fala da instalação de atratores periféricos (em áreas de baixa centralidade sintática) que é exatamente o caso da Central do Brasil e seu entorno. Coerente com as expectativas de centralidade propostas no final do século XIX, a área tem uma autonomia de movimento que independe da configuração, constituindo-se num centro transpacial dos subúrbios, que tampouco é inédita nos locais segregados do centro sintático, e ao mesmo tempo lindeiro a um dos eixos mais integrados globalmente (Presidente Vargas). A Central funciona como o mercado de estrangeiros das cidades muradas antigas (refiro-me aqui às do Oriente Médio e a Pisa, descrita por CUTINI - 2001). Ao lado do seu portão de entrada, os peregrinos acampam, esperando permissão para entrar e aí negociam gêneros. O caráter *transpacial* da Central do Brasil, e tudo que ela representa, faz com que seu entorno seja o Centro efetivo de milhares de pessoas. Por lá circula, anônima, a *chefia* do tráfico da Providência, faz-se negócios, compra-se e vende-se, chega-se, enfim à cidade grande, volta-se para casa ou se dorme improvisadamente,



FIGURA 5.49 - Central do Brasil e Presidente Vargas / 2001.

esperando a sorte mudar no dia seguinte.

O surpreendente é a moradia, mesmo que transitória, num lugar que, apesar de periférico ao centro sintático, é o centro transpacial de uma população gigantesca que vai dormir nos subúrbios. À noite, findo o movimento de vai e vem, o *Cabeça de Porco* assume ares de bairro, com gente nas calçadas e nos bares, fazendo pensar no que deve ter sido esse lugar no século XIX. A presença de estranhos é uma constante, mas em nada impede a conversa na porta do bilhar e as cadeiras na calçada dos que ali moram. Parece que ninguém está interessado em controlar nada, mas se você é estrangeiro, é bom ficar de olhos bem abertos, pois o ganho do dia pode sumir, retirado por alguém, escamoteado na multidão (FIGURA 5.49).

d) *centro de negócios, o Centro da cidade - rota de medição de movimento 04*

“Sá, sassaricando / todo mundo leva a vida no arame / Sá, sassaricando / A viúva, o brotinho e a madame / o velho na porta da Colombo / é um assombro / sassaricando” (Luiz Antônio, Oldemar Magalhães e Zé Mário, 19??).

O centro de negócios é uma área exclusivamente comercial, de serviços e institucional, densamente construída e foi a que mais se reformulou, transformando-se ao mesmo tempo em que manteve lugares que existem desde a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Seguindo a análise mais detalhada que se fez, ao longo do capítulo sobre as características de integração local e global dessa fração do Centro, pode-se, em apenas uma frase resumir o comportamento do movimento e das *co-presenças* observadas no levantamento empírico realizado: este é o Centro da cidade, local simbólico, cuja estrutura da malha (em formato aproximado de roda deformada) foi sendo imbuída de maior formalidade com o objetivo primeiro de privilegiar a reprodução de códigos de solidariedade transpaciais que reforçam seu caráter de lugar central.

A área constitui-se como uma centralidade sintática, e o papel das atividades microeconômicas, garantido pela normatização de ocupação caracterizam a fração. Observando-se o mapa de rótulos da área (FIGURA 5.50), vê-se que a dispersão, concentração e diversidade de rótulos é grande. Ao longo dos eixos mais integrados (FIGURA 5.52) há maior incidência de edifícios comerciais em altura. Ao longo dos eixos de menor coeficiente de integração, concentra-se o uso institucional (autarquias públicas, representações diplomáticas, etc.). Em termos genéricos, como já descrito anteriormente, tanto o macro, como o microparcelamento, apresentam grande diversidade. Cada pequeno trecho do centro de negócios, objeto de reformulações e renovações urbanas, incorporou novas tipologias de parcelamento do solo (notadamente a Esplanada do Castelo, o morro de Santo Antônio e a região lindeira à Presidente Vargas). Isso não impediu que, a partir do macroparcelamento existente desde o século XVIII, houvesse o remembramento de lotes, incorporando novas tipologias edilícias, lado a lado, com o estoque arquitetônico substituído ao final do século XIX / início do XX, quando da retificação da maioria das ruas existentes

na área, o que causou um adensamento construtivo muito grande.

A maior incidência de espaços cegos (e também os de maiores dimensões) ocorre ao longo das avenidas Chile e República do Paraguai (de abertura e ocupação mais recente, denotando características de parcelamento do solo modernistas - projeções) e grande quantidade de barreiras (os edifícios conectam-se a um espaço de transição, antes que diretamente ao espaço público - escadas, plataformas, rampas), subdivisão excessiva de espaços convexos, o que denota a paisagem de objetos, descrita por HOLANDA (2002), onde a ruptura do código rua/quarteirão indica intervenções modernistas.

A rota, muito longa (6.645m de extensão), engloba trechos de integração, morfologia e usos variados, apresentando os maiores índices de movimento médio (1.560 adultos /100m), para índices médios de integração robustos em relação ao sistema em geral (RN 1,97 e R3 3,77), porém mais baixos que a Lapa. As correlações entre o movimento de adultos e a configuração (integração RN e R3), são positivas e mais fortes que em outras áreas, como a Lapa, com características configuracionais similares. A correlação entre co-presença de adultos e integração local e global também é positiva, o que é coerente com as características de centralidade da área. Em relação ao movimento infantil, a correlação com a configuração inexistente e, em relação à co-presença (crianças paradas), a correlação é negativa e fraca. Isso em função do movimento infantil autônomo no centro de negócios ser desempenhado, sobretudo, por crianças de rua, que mantêm uma dinâmica própria de territórios por onde circulam e esmolam, mais associado à concentração de rótulos microeconômicos (bares e botequins, saídas de metrô, lugares onde os adultos geralmente se reúnem ou atratores de movimento autônomos), do que em relação à configuração em si.

Em relação às correlações entre movimento de adultos e integração global (RN), nota-se (FIGURA 5.53) que o movimento medido empiricamente é maior do que o potencial dado pela configuração nos seguintes eixos: Almirante Barroso (2,48), Presidente Vargas (2,41) (próximo ao cruzamento com a Rio Branco), Nilo Peçanha (2,21), Av. Chile (2,48), rua Uruguaiana (2,57) e Av. Rio Branco (2,71). Estes eixos detêm as maiores medidas de integração do sistema global e compõem o núcleo integrador. O reforço ao potencial de movimento natural, que dá o aumento no movimento medido, é influenciado por atratores monopolizadores como terminais de ônibus (Almirante Barroso/Nilo Peçanha - terminal Menezes Cortes, Av. Chile, terminais de ônibus e metrô, largo da Carioca), densidade de rótulos comerciais e estações de metrô importantes (Rio Branco e Uruguaiana). No viés contrário, o potencial de movimento natural, dado pela configuração aquém da expectativa, ocorre ao longo da Marechal Câmara, praça Pio X e Av. Churchill, todas, áreas onde predominam o uso institucional e a tipologia de edifícios altos, ocupando quase todo o quarteirão, de uso exclusivo. Os casos da Marechal Câmara e da Churchill são exemplares por estarem numa área periférica da Esplanada do Castelo, isolada pela Perimetral (leste), Presidente Antônio Carlos (oeste), Av. Beira-mar (sul) e remanescentes do morro do Castelo



FIGURA 5.51 - Mapa de espaços convexos - centro de negócios / 2001.

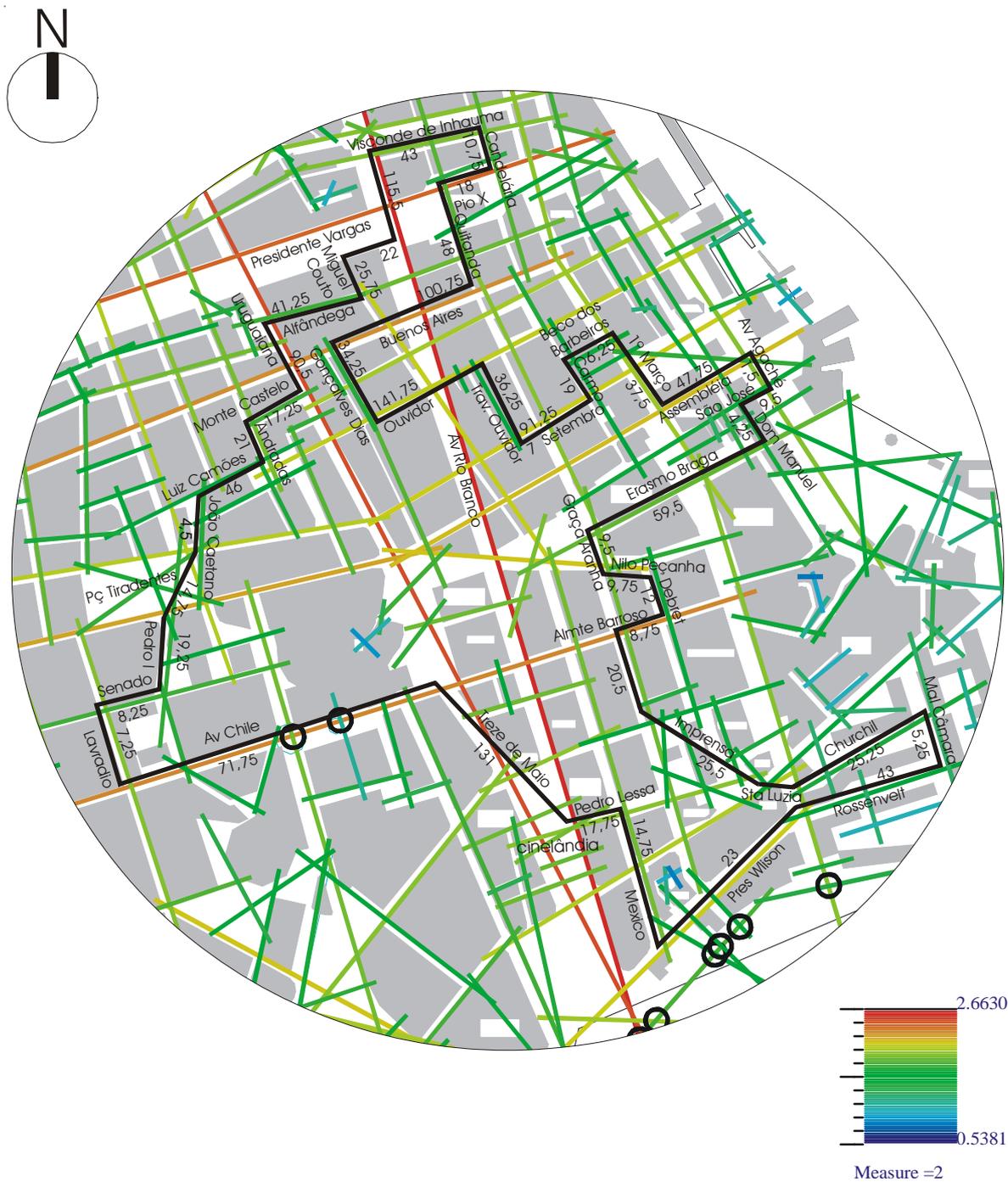


FIGURA 5.52 - Mapa de integração global e rota de medição de movimento com contagem - centro de negócios / 2001.

(norte), que concentra imóveis das forças armadas e representações diplomáticas.

O maior movimento médio medido dá-se ao longo no trecho Cinelândia / Treze de Maio (131 pessoas/100m), na confluência dos eixos de maior integração global (Rio Branco/Uruguaiana), já descritos ao longo da análise dos padrões espaciais. Conforme a medição de movimento empírica e a observação das correlações com esta e a integração (FIGURA 5.53), tem-se que a maioria das medições situa-se no eixo da linha de tendência, o que indica forte correlação entre integração, potencial de movimento e movimento medido, denotando que a configuração da área do centro de negócios é, em grande parte, responsável pela hierarquização do potencial de movimento e pela alocação de rótulos vinculados à microeconomia. A correlação entre movimento de adultos e integração local (R3) é maior do que o potencial indicado teoricamente em locais onde atratores poderosos exercem sua influência, como ruas com alta densidade construtiva e de usos comerciais (Alfândega e Uruguaiana), as mesmas indicadas na correlação com a integração global em relação a terminais de transportes e a Pedro Lessa, uma travessa de pedestres que liga a rua México à Cinelândia mas que teve instalado um mercado ao ar livre de livros e discos, além de acesso ao metrô. As linhas que exibem uma correlação aquém do potencial de integração indicado pela integração local (R3) são, em sua maioria, ruas de comércio popular em decadência (muitas lojas fechadas) como a Candelária e a Luís de Camões, ou vinculadas ao uso institucional exclusivo (praça Pio X, Marechal Câmara e Av. Churchil), sendo a forte sinergia do sistema responsável pela correspondência na maioria dos desvios entre potencial de movimento e movimento medido.

Em relação à co-presença de adultos (parados) a correlação com integração global (RN) e local (R3) é positiva, ainda que fraca. Destacam-se diversos trechos da rota em que a co-presença medida é maior que o potencial indicado pela configuração e está associada a serviços e comércio aglutinadores, mais vinculados à vida espacial do Centro. Explica-se que os moradores do centro de negócios, (aqueles que aí trabalham, tem seus negócios ou mantêm vínculos afetivos com o lugar, no caso aposentados) são responsáveis pela manutenção, consolidação de vínculos de solidariedade espacial, intimamente associados a locais de reunião de grupos específicos de base espacial (trabalhadores do mesmo escritório) ou transpacial (aposentados de uma mesma empresa), geralmente próximos ao local de trabalho. A maior concentração de adultos parados foi observada na 7 de Setembro, rua do Carmo, praça Monte Castelo, Miguel Couto, Gonçalves Dias, Visconde de Inhaúma, Beco dos Barbeiros, Erasmo Braga. Todos locais onde proliferam bares e botecos e de alta densidade construtiva e de ocupação.

Em outros casos como a Cinelândia, local de intenso movimento e de co-presença diversificada de adultos e crianças parados (turistas, executivos, meninos de rua, trabalhadores, ociosos, aposentados, engajados em atividades contemplativas como tomar cerveja no Amarelinho, ler notícias nas bancas de jornal da Treze de Maio, admirar o conjunto arquitetônico ou simplesmente se deixar ficar em frente ao Bola Preta). Já onde a

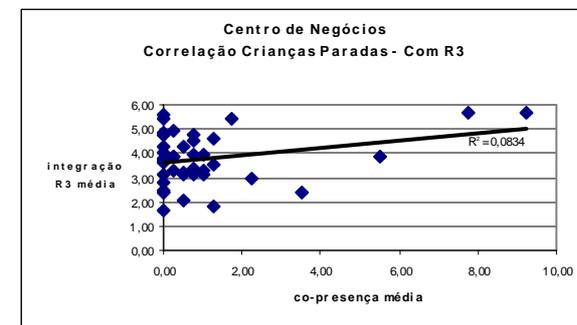
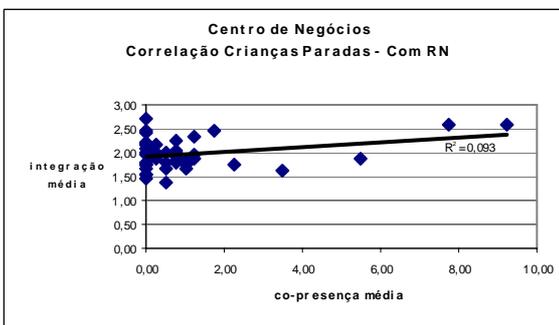
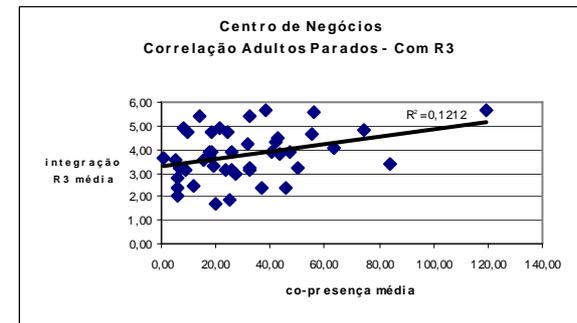
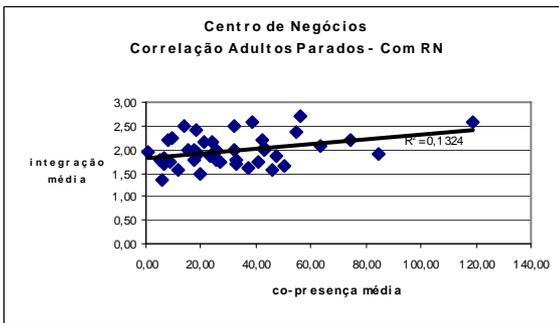
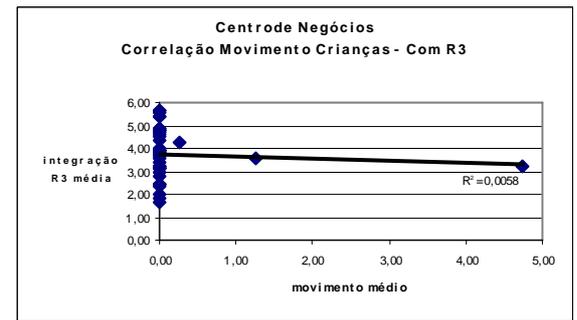
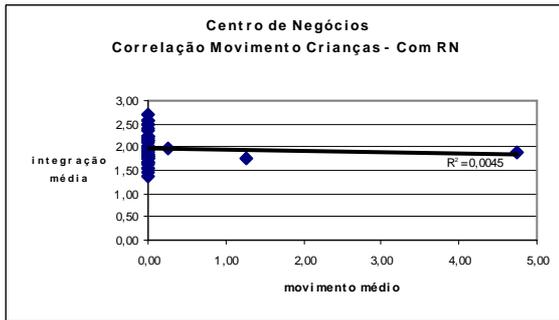
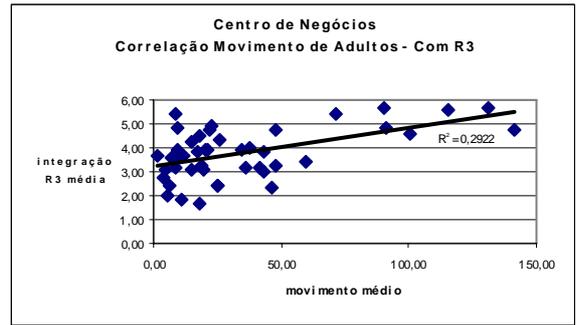
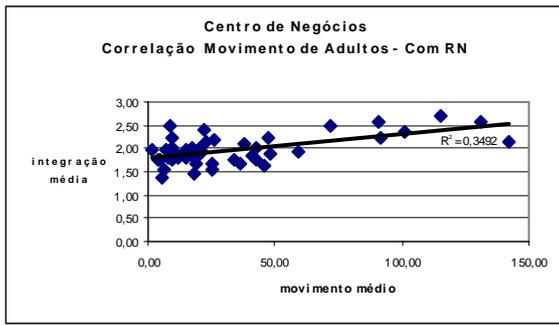


FIGURA 5.53 - Gráficos de correlações entre configuração e co-presença - centro de negócios /2001.



FIGURA 5.54 - Cinelândia, Carmo, 7 de Setembro e pilotis do Ministério da Educação / 2001.

Rio Branco é canalizada por edifícios em altura quase não se percebem pessoas paradas (a não ser nos pontos de travessia), pois esta é um canal de movimento constante.

As ruas do Ouvidor, a Gonçalves Dias, a Buenos Aires e a Uruguaiana, inscritas no *triângulo de ouro* formado pela própria Uruguaiana e pela Rio Branco apresentam a maior densidade/diversidade de rótulos comerciais/serviços, com uma mistura tipológica de edifícios em altura, espaços convexos de pequenas dimensões, tendentes à linearidade (ruas com, no máximo 8m de largura, à exceção da Uruguaiana que tem 13 m de largura) densamente constituídos. O predomínio do comércio de pequeno/médio porte é um fator de intensificação de movimento, aliado às características configuracionais já discutidas anteriormente. A co-presença é bastante variada, sobretudo na Uruguaiana que, por ser mais larga, permite bolsões de reunião, à parte do movimento intenso, (baianas, tradicionalmente instaladas às portas da igreja do Rosário - Sé Velha - e padroeira dos escravos, às quartas e sextas, vendem cuscuz e jogam búzios, atraindo inúmeros interessados). Contribui para o movimento um atrator monopolizador (estação de metrô Uruguaiana, que tem ao seu redor um mercado popular nos moldes dos descritos por CUTINI, 2001). Com movimento menor, os outros trechos percorridos das ruas do *triângulo de ouro*, a Alfândega e a Miguel Couto (no trecho em que liga a Alfândega à Presidente Vargas por uma passagem semi-pública no pilotis de edifício de escritórios), perdem a animação pelo uso mais institucional que comercial (sedes de bancos e empresas), em compensação, a Miguel Couto é uma praça de alimentação que concentra botequins e loterias. Fora do triângulo de ouro, o fluxo mais intenso é na Sete de Setembro que liga a

praça XV à Rio Branco, e tem, além de um comércio sofisticado, edifícios em altura, num dos quais hoje funciona uma faculdade particular de grande porte, o que aumenta (e estende) os horários de movimento.

Note-se que mesmo em lugares onde o movimento de pedestres é menor, como o beco dos Barbeiros, rua do Carmo, da Candelária e travessa do Ouvidor, e do Mercado/Arco do Teles, abre-se a oportunidade de outros tipos de co-presença, dando conta da base espacial firmada pelos moradores/trabalhadores do Centro: os botequins. A *hora extra* de sexta-feira envolve todo o Centro e as mesas se espalham pelas calçadas ou pela rua, principalmente onde o movimento potencial é menor, mas a visibilidade é alta desde os eixos mais integrados. Colegas de trabalho descem em grupo para o bar da esquina, dando conta dos vínculos espaciais aí criados (FIGURAS 5.54 e 5.55). Os espaços mais formais são aqueles onde o movimento observado é menor (pilotis do Palácio Gustavo Capanema, Esplanada do Castelo e Av. Agache - estação de barcas), dando a entender claramente que, à exceção dos eixos mais integrados do sistema, o morador (carioca) prefere percorrer as ruas velhas do Centro, denotando uma clara opção pela urbanidade. Aqui, somos todos moradores, não há estranho nenhum.

A partir do levantamento empírico do movimento de pedestres, em partes morfologicamente diferentes do Centro do Rio, chega-se a algumas conclusões sobre as características de estrutura da malha urbana, seus padrões espaciais, as transformações verificadas e as questões relativas à centralidade e reprodução de códigos sociais na área central:

a) em primeiro lugar, as correlações entre movimento medido e potencial de movimento natural nas quatro áreas - morro da Conceição, Lapa, Central do Brasil e Centro de Negócios, não indicam correlações positivas e robustas, donde conclui-se que a reprodução de códigos espaciais e transpaciais foram afetados pelas transformações morfológicas que ocorreram

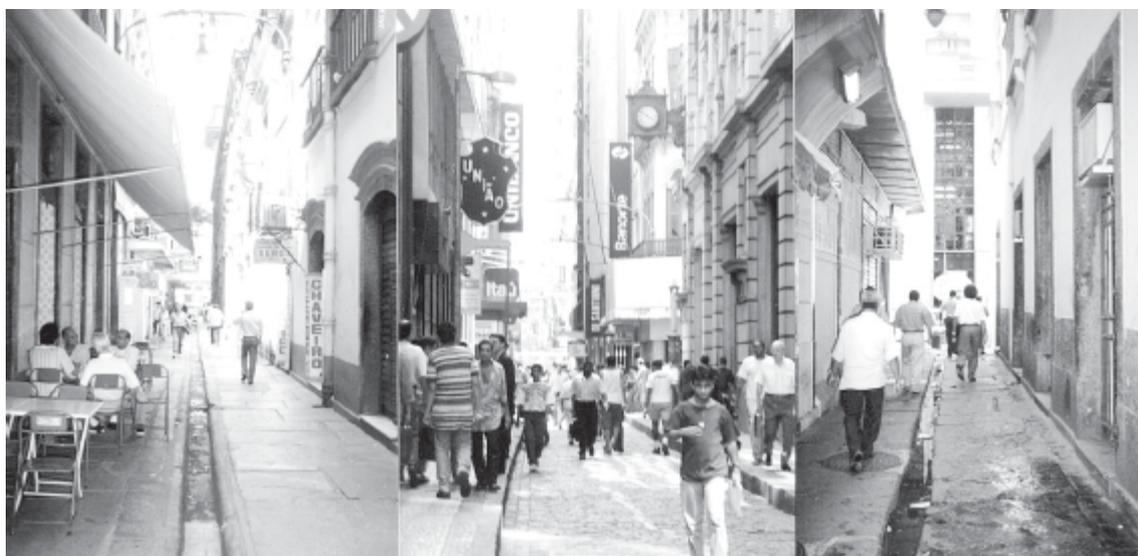


FIGURA 5.55 - Rua do Rosário, beco das Cancelas e beco dos Sapateiros / 2001.

na configuração do Centro do Rio. Isto restringiu a reprodução de rótulos socioculturais tradicionais às áreas mais segregadas da configuração da área Central (morro da Conceição), onde a correlação entre movimento e configuração é claramente observável, e a pouca diversidade tipológica e de usos identifica-a como um enclave residencial, pressupondo-se que um bairro residencial típico preserva as características aí observadas, sem deixar dúvidas sobre quem é morador e que este mantém vínculos estreitos de base espacial. Em resumo, a manutenção de um jeito de viver e morar que persiste no Centro da cidade, salvaguardado pela manutenção das características configuracionais praticamente inalteradas ao longo dos séculos, e que se beneficia das características de centralidade do entorno no qual se insere, denotando que os vínculos espaciais são de extrema importância para a reprodução do modo de vida de boa parte da população, imersa na urbanidade. As transformações morfológicas que rompem com este padrão, caso da Lapa, foi fruto de um desenho que tinha como meta erradicar da área central o uso habitacional, tornando-o efetivamente *locus* de trocas de conteúdo iminentemente transpacial, no qual, a centralidade pressuposta para a área seria equanimemente distribuída a partir da dispersão de rótulos vinculados à microeconomia, distinguindo, por este viés, os lugares de representação simbólica da área central, dos da vida econômica da cidade, gerando uma periferia ao Centro simbólico, num processo de especialização funcional das atividades centrais. Ainda assim, essa transformação morfológica notável (sobretudo se comparada ao código espacial facilmente identificável na reprodução de padrões socioculturais), enseja a reprodução de práticas sociais vinculadas a categorias sociais então recentes numa sociedade em crescente processo de diversificação social como a carioca da virada do século e, que ainda hoje se beneficia das características configuracionais opostas às tradicionais para acolher *estranhos moradores* ou *moradores muito estranhos*;

b) Discutindo a formação de centralidades, e opondo a área da Central do Brasil ao centro de negócios, temos uma centralidade gerada pela depuração histórica na consolidação de usos ligados à microeconomia, um aumento de densidade de ocupação e de rótulos ligados ao uso comercial, institucional induzidos pelo zoneamento excludente que vigorou por longo tempo e de uma configuração em transformação, que foi, aos poucos, sendo incutida de maior formalidade, mas ainda assim, que guarda correlações positivas e congruentes entre a configuração e o movimento. Por outro lado, a Central do Brasil, uma área periférica onde está alocado um atrator monopolizador, que gera uma dinâmica de centralidade vinculada à periferia metropolitana do Rio de Janeiro, sem correlação com a configuração espacial, mas dividindo com o centro efetivo (de negócios) a distribuição de rótulos microeconômicos fundamentais à vida da maioria da população e desprovida do conteúdo simbólico de modernidade, eficiência e identidade positiva. Esta outro centro, forjado no final do século XIX e, então, em consúncia com as transformações sofridas na configuração urbana, sustentou-se em função do atrator (terminal de transportes), após novas

transformações sofridas pela configuração a partir da abertura da Presidente Vargas (o que segregou esta fração da malha urbana central propriamente dita. A sobrevivência desse centro excêntrico deu-se, após as transformações morfológicas que ocorrem na 1ª metade do século XX, em função do atrator monopolizador e da dinâmica econômica e social que contempla, de forma alguma competindo com o Centro consolidado também simbolicamente;

c) no centro de negócios, que agrega elementos da cidade das trocas e da cidade simbólica a operação dos dois códigos (espacial e transpacial) simultâneos reforçam a correlação entre movimento e configuração, reunindo todas as características indispensáveis aos lugares centrais: hierarquização de acessibilidades responsáveis pela alocação de rótulos microeconômicos e simbólicos; acessibilidade franca com o entorno e o resto da cidade e, ao mesmo tempo, a preservação de uma estrutura da malha que favorece o florescimento de serviços e comércio de apoio aos grandes empreendimentos e empresas, o que contribuiu, definitivamente, para a manutenção e preservação do estoque construído nessa área e para o desenvolvimento simbiótico das duas redes de solidariedade na vida espacial, indispensável também na manutenção e identidade do Centro da cidade como tal, ainda capaz de absorver as transformações morfológicas imbuídas de maior formalidade na configuração global, que faz surgir subáreas com dinâmicas próprias; e, a minoração dos efeitos da especialização funcional, através de ações que se atém à dispersão/concentração de atividades econômicas em consúncia com a configuração;

d) por último, destaca-se que o movimento médio baixo registrado nas áreas periféricas, com predominância de uso residencial (68,52 adultos/100m - morro da Conceição) é coerente com a configuração e a reprodução de padrões socioculturais no primeiro caso e, incoerente no segundo caso (85,82 adultos/100m - Lapa). Ambas as estruturas de malha são opostas à formação de lugares centrais, a primeira por segregação, a segunda por indistinção de privilégios locais. No caso da Central do Brasil (257,78 adultos/100m - Central do Brasil), temos um caso típico de centralidade gerada por um atrator monopolizador, o que, certamente, opera paralelamente à dinâmica da configuração (segregação e baixa acessibilidade interna) e, por esta razão encontram-se lado a lado a dispersão de rótulos comerciais variados e residenciais muito específicos. Chama atenção que a periferia do centro de negócios (1.560,25 adultos/100m) contribua efetivamente para a manutenção do movimento, tanto no seu entorno, como de/para o entorno, e que o centro vinculado à Central do Brasil não seja um competidor direto do centro de negócios, antes complementar, dada a própria estruturação e dinâmica da sociedade urbana carioca, na qual a restrição às interfaces entre grupos sociais é dada em função da segregação voluntária de ricos, desinteressados de ir ou ver domínios populares. O inverso não chega a incomodar, pois também serve para reafirmar as diferenças entre uns e outros. Como consequência o Centro da Cidade é o lugar de maior urbanidade potencial e, como tal, identificado por todos, moradores e estranhos, como a *Cidade*.

NOTAS

1 Fim do século XIX, o que coincide com a instauração da República no Brasil (1870).

2 No Brasil destaca-se a Guerra de Canudos (1893) que, segundo WISSENBACH (1998), foi uma das maiores aglomerações espontâneas (3ª cidade baiana em n.º de hab.), cuja comunidade, uma população de marginalizados pela pobreza, baseia-se ainda nos valores tradicionais de forte identidade religiosa, liderança mística, organicidade, solidariedade coletiva e prosperidade. Todos valores esvanecentes na nova ordem moderna do mundo. No plano internacional, a Guerra do Paraguai (1865-70), na qual o Brasil se alia à Inglaterra, disputa-se com líderes tradicionalistas o controle estratégico do eixo econômico da bacia do Prata.

3 Cortiço ou pensão popular nas quais “... famílias inteiras alugavam esteiras no chão, alinhadas umas ao lado das outras, em condições subumanas ...” (SEVCENKO, 1998, p.23). A palavra, derivada do quimbombo *zungu*, significa também bagunça, confusão (FERREIRA, Aurélio Buarque de et al. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p.1808).

4 Expressão usada por PESAVENTO (1999, p. 229).

5 O presidente empossado em 1902, nomeia prefeito do Rio de Janeiro (DF) Francisco Pereira Passos, autor do *Plano de Embelezamento e Saneamento da Cidade* (1903), que já havia integrado a comissão para desenvolvimento urbano (1871). A comissão, composta pelos também engenheiros Ramos e Jardim e nomeada pelo conselheiro Correia de Oliveira, tinha como meta “... apagar os traços remanescentes da cidade colonial, da qual emergisse uma capital moderna, digna de um poderoso império ...” (EVENSON, 1973, p.36). Os planos não se realizam e, a oportunidade para apagar o passado colonial surge, 30 anos depois, já na República.

6 Em 1903, o Brasil conseguiu empréstimo para a renovação do porto e suas obras complementares, entre elas a Av. Central (atual Rio Branco), artéria para distribuição das cargas portuárias (DEL BRENNNA, 1985). A partir daí “... seria importante atentarmos até que ponto a dependência externa veio a ditar padrões no estabelecimento de novas morfologias urbanas ...” (DEL RIO, 1991, p205-206) o que sugere que o grande capital incentivou a repressão das manifestações culturais legitimamente brasileiras e que, associado às elites, tinha interesse em destruí-las, e instaurar uma nova ordem social a partir da organização do território da cidade.

7 “Como pré-requisito à ampla intervenção planejada, que alterava aspectos físicos, funcionais e os costumes da população urbana, os projetos foram aprovados por decreto e promulgadas leis de exceção que validavam a arbitrariedade, a urgência e o dinamismo das ações” (DEL RIO, 1991, p. 204).

8 O Projeto de Alinhamento (PA), determina a largura dos logradouros a partir do afastamento pretendido entre fachadas tendo a rua como eixo de referência. A PA, como é conhecida, ainda está em vigor, e não se limita ao Centro. A prática de definir o espaço público a partir da ocupação do lote privado institucionalizou-se no início do séc. XX, e destaco que, no Rio, muitas vezes a área incorporada ao uso público é, na verdade, privada.

9 As reformas de Paris promovidas por Haussmann, são notórias pelo desenvolvimento tecnológico: iluminação pública e criação de espaços monumentais oriundos da articulação de longas diagonais a sistema de praças e marcos esculturais. As intervenções requereram grandes demolições e a reconstrução de quarteirões inteiros de. EVENSON (1973) cita a influência do redesenho de Paris em Roma, Estocolmo, Cidade do México e Bruxelas.

10 “O gosto pelo monumento, como criação do homem destinada a fixar, no espaço, a memória do tempo, é uma tendência que se acentua na França a partir do século XVIII” (PESAVENTO, 1999, p.166). A influência francesa é constante no Brasil desde 1816, quando a Missão Francesa, além de edifícios monumentais, projetou novos parcelamentos, quarteirões, praças, o alargamento de ruas e a melhoria das ligações entre as partes da cidade (Grandjean de Montigny). No Império, Glaziou, também francês, projeta parques e jardins no Rio (Floresta da Tijuca, Passeio Público e Jardim Botânico), após viagem de reconhecimento da paisagem local.

11 Os dados aqui indicados são de SANTOS (1981) e DEL RIO (1991). EVENSON (1973) fala em 1.820m para a extensão da avenida Central.

12 Edifício monumental, representação do Brasil na Exposição Internacional de St. Louis (EUA), que é reconstruído nessa nova esplanada e usado como equipamento institucional até 1970, quando é demolido pelas obras do Metrô.

13 Dados extraídos de DEL RIO (1991, p.210).

14 RIO, João do. Psicologia, s/ref., p.158.

15 COELHO NETTO. A capital federal, Porto, Chardron, 1915, p.80.

16 A expansão suburbana é intensa, mas os investimentos públicos em infra-estrutura insuficientes. ABREU (1988) e outros apontam que vilas e bairros operários nos subúrbios da Central do Brasil eram empreendimentos privados, vendidos ou cedidos aos trabalhadores das indústrias. Na Zona Sul, a maioria dos parcelamentos foram também privados mas, ao contrário, o Estado investia muito em infra-estrutura, o que elevava o custo dos terrenos.

17 A guerra reduz a navegação de cabotagem e, conseqüentemente, o acesso a produtos importados, o que leva ao incentivo da produção agrícola local.

18 Na sua curta gestão realizou obras de canalização de rios (Rio Comprido), criou o bairro do Leblon, construiu o cais da Urca e alargou a Av. Niemeyer (São Conrado).

19 O Prefeito Alaor Prata (1922-26) refreia o ímpeto destrutivo que visa os morros do Centro. O próximo alvo, o morro de Santo Antônio, outro lugar inicialmente ocupado pela cidade, primeiro com um convento e depois com um hospital e um cemitério, deveria ser eliminado, em função da sua favela. No entanto, a ocupação é mantida nesse período, tendo, inclusive recebido investimentos em infra-estrutura.

20 Urbanista francês do grupo que criou na *Sorbonne* o Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris e integrante do movimento *city beautiful*.

21 PRADO JÚNIOR, Prefeito. Mensagem nº 617 de 30/08/1927 ao Conselho Municipal. Rio de Janeiro, Boletim da Prefeitura, jul./dez. 1927, p.132.

22 Primeiro projeto urbanístico publicado na íntegra pela Prefeitura do Rio de Janeiro (OLIVEIRA REIS, 1977).

23 O Estado Novo tem como mérito garantir, pela primeira vez, os direitos de cidadania a todo e qualquer cidadão, independente de sua raça, crença ou papel na estrutura econômica (direitos mínimos). Não é possível discutir o que, efetivamente, foi feito em prol dos trabalhadores e pobres urbanos de então, mas é importante sublinhar que as intervenções urbanas passam a ser mediadas pela solução de problemas até então ignorados, como a transferência da população desalojada e a preservação da memória histórica.

24 Lucio Costa foi um dos mentores da proteção ao patrimônio arquitetônico brasileiro, tendo exercido notável influência técnica na Secretaria de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além líder da equipe que projetou o Ministério de Educação e Saúde, marco da arquitetura Moderna no Centro do Rio de Janeiro (1936-39).

25 Integrante da equipe da Comissão de Urbanismo (1937), responsável pela abertura da avenida Presidente Vargas, trabalhou com Agache na elaboração do Plano para a cidade. Com o fim do Governo Vargas (1947) foi um dos primeiros diretores do Departamento de Urbanismo do DF, consolidando o papel dos modernistas na gestão da cidade até os anos 60.

26 Durante a 2ª Guerra Mundial, o cinema, lazer muito popular desde os anos 30, é tido como o entretenimento sofisticado entre as elites cariocas.

27 “A experiência nos levou a contestar a validade dos Planos Diretores pelo menos no sentido dado à expressão nos trabalhos de planejamento urbano em nosso meio. Os Planos Diretores, tais como se apresentam, não correspondem nem às condições da administração, nem aos ritmos do crescimento das nossas cidades. O Plano Diretor é falho porque, transplantado de outros meios de grau de desenvolvimento e organização diferentes, não considera a realidade de nosso meio e das nossas instituições, nem as características do rápido processo de urbanização por que passa o país, no seu estágio atual de desenvolvimento” (MERA, 1969, p. 79).

28 Escritório com sede em Londres dirigido por um grego - Dr. C A Doxiadis -, fundador do movimento *Ekistic* de Planejamento Urbano. Segundo o relatório preliminar para o Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara, no capítulo A - Introdução, tópico 4 - definição de termos; condições *equísticas* são “as condições existentes, relativas a todos os aspectos demográficos, sociais, econômicos e físicos dos grupamentos humanos, a saber: o *habitat* natural desses grupamentos, suas populações, *status* econômico, estrutura social e comunal, padrões de uso da terra, distribuição de edifícios de uso comum e instalações, a rede de transportes, as redes dos serviços de utilidade pública existentes, etc. *Equística* é a ciência dos agrupamentos humanos desenvolvida pelo Dr. C. A. Doxiadis”.

29 Definição de favela, segundo o Serviço Nacional de Recenseamento: aglomeração humana localizada em área não urbanizada, com casas rústicas e improvisadas, desprovidas de serviços de utilidade pública e construídas em terras do governo ou particulares ou ainda de propriedade ignorada.

30 O Plano estimava para o ano 2000 uma população de oito milhões de habitantes no estado da Guanabara, coerente com a realidade atual, e previa a criação de 280 mil unidades habitacionais que supririam o déficit e absorveriam a população favelada e em condições de sub-habitação (que nos anos 60 eram 12% da população metropolitana). Ao ser empossado, o governador Anthony Garotinho (1999 /2002), anunciou que cumpriria as metas habitacionais do Plano Doxiadis, via programa de habitação popular em parceria com a Caixa Econômica Federal.

31 Tão utópica quanto a de LE CORBUSIER (1929), que propõe para a expansão urbana do Rio uma serie de megaestruturas habitacionais conectadas por um viaduto que acompanha a linha do relevo ao longo da orla oceânica.

32 O Corredor Cultural instaura a prática de recuperação de conjuntos de fachadas através de concursos com premiação em dinheiro (nas áreas onde a renda é baixa) e através da isenção de tributos municipais (IPTU e taxa de obras) em imóveis de interesse histórico. O objetivo, além de evitar demolições e descaracterização de imóveis também era evitar a substituição da população residente e beneficiar os pequenos comerciantes, sobretudo do SAARA.

33 Referência ao conceito de HOLANDA (2002), que esta autora aplica ao caso em estudo.

34 VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, 1998, p.291.

35 Carlos Nelson dos Santos é uma peça-chave na discussão dos problemas urbanos do Rio de Janeiro nas décadas de 70 e 80. Investigou as motivações ideológicas por trás de duas das mais importantes práticas de planejamento públicas à época: a remoção de favelas das Zonas Sul e Norte e a transferência das suas populações para conjuntos habitacionais distantes dos centros de emprego, muitas vezes desagregando comunidades coesas; e das cirurgias urbanas nas áreas limítrofes ao Centro, onde, por outras vias, modos de vida em desacordo com o pensamento hegemônico e elitista são eliminados fisicamente. O antropólogo/arquiteto discute as questões sociais subjacentes às ações sobre o espaço físico, de forma polêmica e alinhada com um discurso antigoverno militar e pró-democrático, influenciando de maneira incontestável toda uma geração de planejadores brasileiros. Apesar da apologia aos modos de vida populares, talvez indispensável para marcar sua posição, teve o mérito de inserir na pauta de discussões as relações entre comunidade e espaço físico, o que mudou paradigmas nas ações de planejamento em micro-escala.

36 Augusto Ivan Freitas Pinheiro, arquiteto e coordenador emérito do projeto do Corredor Cultural, mantém com Santos afinidades inegáveis. Foi o grande articulador político do projeto e sua atuação ao frente do escritório técnico e como subprefeito do Centro contribuíram muito para a longevidade das ações do Corredor Cultural.

37 Caso emblemático no Brasil desse modelo de gestão é Curitiba. Há outros, sobretudo nos EUA e na Europa, destacando-se Boston, Baltimore, Barcelona e Bilbao.

38 Projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro, iniciado em 1993 e implantado em 15 bairros até 1996, seu apogeu. No Centro da Cidade, o projeto foi implantado na Cinelândia, na Av. Nilo Peçanha, Praça XV e Presidente Vargas.

39 Segundo PINHEIRO (1995), os maiores problemas enfrentados pela equipe técnica do Corredor Cultural é conciliar os interesses da iniciativa privada para dar novos usos aos imóveis de interesse histórico, subdividindo-os ou destinando-lhes novas funções pois esbarra nos impedimentos legais do Código

de Obras que prevê a alocação de um número mínimo de vagas de estacionamento para edifícios multifamiliares ou de escritórios.

40 *Gentrification*, termo incorporado ao jargão técnico em projetos de intervenção urbana, que pressupõe a substituição de usos atrativos para a renovação de ocupação por populações de maior poder aquisitivo, usados como estratégia de valorização do solo urbano e atrator para novos investimentos privados.

41 A primeira universidade a ter um *campus* no Centro foi a Cândido Mendes, oferecendo curso de Direito. Valendo-se de sua localização em frente ao fórum e da ocupação de um imóvel histórico (convento do Carmo), ainda constroeu a torre de escritórios mais alta do Centro da cidade. Hoje, só para citar algumas instituições de ensino que se instalaram na zona de negócios nos anos 90, tem-se a Gama Filho, Estácio de Sá e ESPM, que oferecem cursos regulares e MBAs, voltados para a faixa de consumo A.

42 Decreto n.º 11.883 de 1992, que a partir da revisão do Plano Diretor (1991) permite o uso residencial no anel periférico ao Centro (FESSLER VAZ & SILVEIRA, 1995, p.195).

43 A Lei Municipal n.º 2.236 da Secretaria Municipal de Urbanismo permite o uso residencial em toda a área central (FESSLER VAZ & SILVEIRA, 1995, p.195).

44 Algumas instituições de interesse público, como a Santa Casa da Misericórdia, ainda praticam o padrão rentista tradicional na cidade, de locação de cômodos em imóveis de interesse de preservação.

45 CASTELLS, Manuel. Viva o centro. Entrevista à revista **URBS**, São Paulo, n.º 14, set. / out. 1999, p.25.

46 Apontados também por FESSLER VAZ & SILVEIRA (1995) como fatores para a expulsão da população mais pobre para a periferia da área central. Ressalta-se que os horários de funcionamento de algumas lojas excede o horário comercial, beneficiando-se dos potenciais compradores que ficam no Centro após o término do expediente para evitar congestionamentos.

47 “Em razão do movimento de pedestres gerado pela configuração da malha urbana ser fundamental, sugerimos que este seja identificado por um termo específico. Sugerimos o termo movimento natural” (HILLIER *et alli*, 1993, p. 32). Os autores destacam que o *movimento natural* pode não ser responsável pela maior quantidade de movimento nos lugares (também influenciado pela alocação de rótulos, etc.), mas é a razão de ser da malha urbana, estruturada em função da geração e indução de movimento, segundo as expectativas determinadas culturalmente por grupos sociais / sociedades e que determina o probabilístico de encontros potenciais (co-presença) de vários tipos.

48 *s/d*, in *CD Chico Buarque de Manguiera, 1998*.

49 Em inglês *monopolistic* (monopolizadores em português).

50 Vilas aqui usado no sentido de vila operária, conjunto de habitações populares, geralmente pouco numerosas construídas em terrenos profundos, com acesso tipo beco ou viela e casas em fita.

51 Identificou-se desde “a única e legítima” fábrica de ovo duro colorido, item que pode ser visto em todos os botequins da cidade, até fabricantes de mesas de bilhar e totó, o que dá indícios do público-alvo dos comerciantes que adquirem estes equipamentos: jogar totó, bilhar e frequentar botequins tipo pé-sujo são hábitos das camadas mais populares e presentes em toda a região suburbana, mas hoje raros na zona Sul.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES: POR ONDE ANDAMOS? PARA ONDE ESTAMOS DESINTERESSADOS DE IR?

O caso do Centro do Rio, aqui estudado dentro de limites territoriais exíguos para as metas cada vez mais abrangentes pressupostas pela teoria da sintaxe espacial, demonstra algumas limitações que já estavam subjacentes na proposição inicial do trabalho. Apesar dos estudos mais recentes voltarem-se para a centralidade como um fenômeno intrínseco à metropolinização da maioria das cidades, o caso do Rio de Janeiro é significativo, principalmente pelo fato de sua área de influência exceder os limites territoriais do próprio município e, até recentemente, ter sido um cidade-estado, numa marcante identificação da cidade com toda a sua área de influência metropolitana - *nós nos denominamos cariocas*.

A tendência da metropolinização pressupõe a identidade forte de centralidades desenvolvidas localmente, muitas de mesma intensidade que o núcleo original. Em casos como São Paulo, a diluição da centralidade é tão grande que não se pode referir nem mesmo a um centro único dentro da cidade, que dirá na região metropolitana. O caso do Rio é bastante diferente. Ao mesmo tempo em que a cidade cresceu, a região metropolitana se expandiu, a emergência de novas centralidades não obliterou o papel simbólico e funcional do seu Centro, que os cariocas ainda chamam de *a Cidade*. As tendências verificadas empiricamente dão conta de que esse Centro também acontece dentro de um processo endógeno no qual gera-se uma periferia imediata, que corresponde ao próprio Centro ou à cidade, dentro dos parâmetros que conformaram os primeiros estágios da sua evolução urbana: os limites topográficos (e topológicos) que acabaram ocasionando o seu crescimento em áreas ganhas ao mar.

Portanto, o interesse na análise da centralidade contida dentro do próprio *centro da cidade*, ou dessa relação dual que se coloca até na fala das pessoas, uma hora dizendo “vou ao *centro*”, outra, “vou à *cidade*”, marca a existência de uma periferia constituída historicamente no Centro, e denuncia bases diferentes de reprodução de categorias/códigos sociais que sobrevivem há quatro séculos. Esse foi o fator preponderante na delimitação de uma área pequena, em termos sintáticos, frente aos padrões hoje encontrados nos estudos empíricos no escopo da teoria para sítios urbanos.

A tendência apontada por HILLIER (2001) da centralidade aumentar a permeabilidade das áreas de uso do solo mais intensos, aumentando, conseqüentemente a probabilidade do movimento natural, não pode ser assumida como verdade após a análise evolutiva da configuração do Centro do Rio. Pelo contrário, a partir do início do século XX, uma tendência contrária, diminuindo a permeabilidade da área central, ou melhor dizendo, concentrando-a em uma ou duas linhas axiais, apontam para a importância da compacidade na delimitação de um perímetro que concentra a maior parte do movimento de pedestres e a maior intensidade de uso do solo.

Curiosamente, este perímetro é dado pelos eixos axiais mais integrados, formando eles mesmos, os limites de contenção da área com características óbvias de centralidade, o que reforça ainda mais as correlações verificadas entre movimento, usos econômicos do solo, apropriação social do espaço e integração. O impacto provocado pela malha urbana no movimento dá conta, de um fator fundamental e característico da centralidade no caso do Rio: a contigüidade e a relativamente pequena dimensão dos espaços convexos, um dado certamente cultural na conformação da estrutura urbana. Tomando-se a reconceituação de HILLIER para malha urbana e entendendo-a como “... um sistema de desigualdades configuracionais (*attractional inequalities*), isto é, as diferenças de valores de integração nas linhas que compõem o mapa axial, o que por sua vez gera desigualdades na alocação de atratores, pode-se concluir que a configuração gera atratores ...” (2001, p. 2.2). Tomar *ipsis literis*, essa assertiva de HILLIER (2001), provoca um impasse em relação ao atual Centro do Rio: o que dizer sobre a avenida Presidente Vargas e, a região da Central do Brasil se partimos do pressuposto que apenas a *integração global* é consistente o suficiente para dar conta das desigualdades de atração da malha urbana? Há que se voltar, dentro da própria teoria da sintaxe espacial, para os conceitos de avaliação de desempenho locais (tamanho dos espaços convexos), e também, para a conceituação de CUTINI (2001) em relação aos *atratores monopolizadores* verificados em inúmeros estudos de caso, para chegar-se a conclusões acuradas. Fica óbvio, então, que as questões relativas à centralidade, também passam pela análise detalhada dos atributos sintáticos locais na dispersão e densidade de rótulos espaciais, relacionadas às práticas socioculturais que originam e induzem as transformações morfológicas das cidades.

Pressupondo-se um sistema global de grandes dimensões (abrangendo toda a área metropolitana, por exemplo), este nos levaria a impasses teóricos muito mais profundos, sobretudo, se tomarmos em consideração, as invariáveis constantes das relações das forças sociais, que guiam o processo de agregação entre os edifícios de um assentamento, mediando ou agindo sobre as leis conformadoras do espaço, sendo, por sua vez, a forma final, ou a característica fundamental dessas leis conformadoras, alterada segundo o potencial movimento ou às expectativas que se tem em relação a ele (constituindo-se num sistema de limites e possibilidades dentro dos quais evoluem nossas estratégias espaciais).

Pelas FIGURAS 6.1, 6.2 e 6.3 têm-se um panorama da evolução da

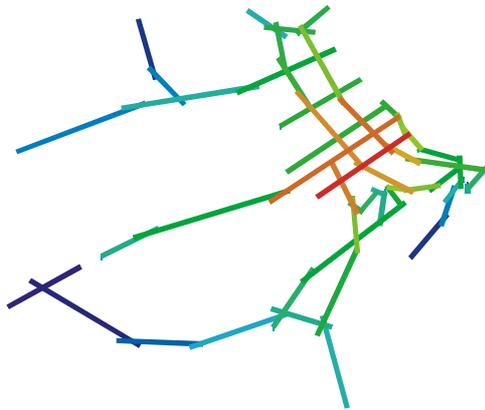
configuração do Centro do Rio de Janeiro. Das invariáveis dos padrões espaciais mais significativas observadas, destaca-se a grande deformação da malha, o que demonstra que a expansão e consolidação do núcleo urbano e, depois, área central, é marcada por uma baixa economia da malha, ou seja, altos graus de deformação, donde se conclui que, o investimento feito no controle do morador está em permanente tensão com a inclusão de estranhos movendo-se pelo sistema, o que dá a entender que estes convergem para a construção de um código espacial, calcado no sistema quarteirão/rua, denotando uma tendência a consolidar a urbanidade como fórmula suficiente para a reprodução das práticas sociais da comunidade ampliada.

A permanência de núcleos sólidos, coesos e praticamente imutáveis na morfologia de setores fortemente segmentados ou profundos sintaticamente, chama atenção logo à primeira vista. Esses setores correspondem aos morros que delimitavam o perímetro inicial da cidade, e dão conta da importância do isolamento de certas atividades, consideradas patológicas, nos momentos imediatamente posteriores à consolidação do núcleo urbano defensivo sobre o morro do Castelo. De início, a prerrogativa de defesa se impõe, e o isolamento do território e o controle do morador sobre o espaço são imperativos. Após um breve período, os setores mais segregados continuam destinados a atividades defensivas e de representação do poder religioso que, por suas próprias características simbólicas frente à sociedade civil, colocavam-se à margem da vida urbana. Um desses guetos se mantém com a mesma função desde 1548 - o morro de São Bento -, que abriga o mosteiro de mesmo nome, e é uma das ilhas de segregação, cravada no coração da cidade, onde a vida monástica e o ensino voltado para as camadas mais elitistas da população estão conciliados e afastados instrumentalmente da dinâmica da área central, voltada para a vida econômica e financeira da cidade¹.

Os outros morros, que escaparam do arrasamento, abrigam, a partir do século XIX, moradias das camadas mais populares, dando origem a favelas, e garantindo a sobrevivência de comunidades etnicamente diferenciadas. A manutenção de usos e de um jeito de viver caracterizado pelo controle espacial por parte dos moradores, segue uma dinâmica mais lenta, pautada nas transformações de expectativas socioculturais, alheias ainda, à maioria da população urbana e conveniente, do ponto de vista elitista, que se vale da segregação espacial das patologias sociais (os pobres, os negros, os migrantes, consideradas indesejáveis até hoje), permitindo que estas sobrevivam até hoje, nas imediações do Centro.

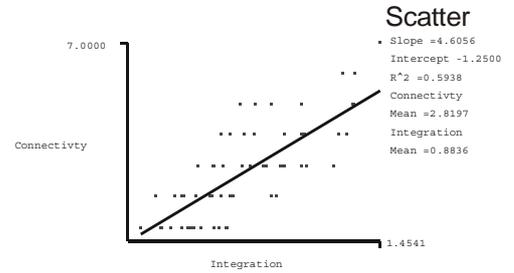
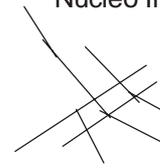
Da mesma forma, a instauração de um novo centro na periferia, ancorado num atrator monopolizador, numa área mais segregada espacialmente do resto do sistema, aponta para opção pela permanência e reprodução de dois códigos sociais paralelos, que cumprem papéis complementares, na vida urbana do Rio de Janeiro, antes de competirem entre si. Esse fato se repete nas áreas pelas quais a cidade se expandiu, e nas quais, desenvolveram-se novos centros que não disputam, ao menos simbolicamente o lugar do

1650



Integração Global Média - 0,39
Média Núcleo Integrador - 1,34

Núcleo Integrador



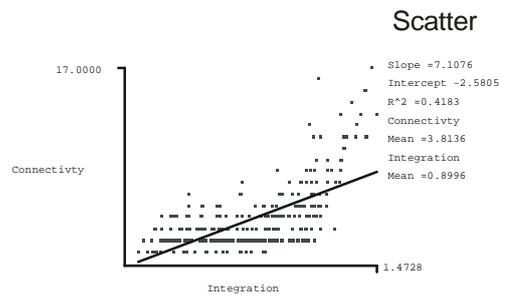
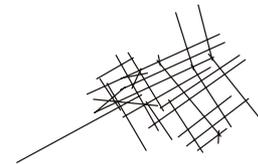
Inteligibilidade - 0,594
Axialidade da Trama - 0,13

1750



Integração Global Média - 0,90
Média Núcleo Integrador - 1,32

Núcleo Integrador



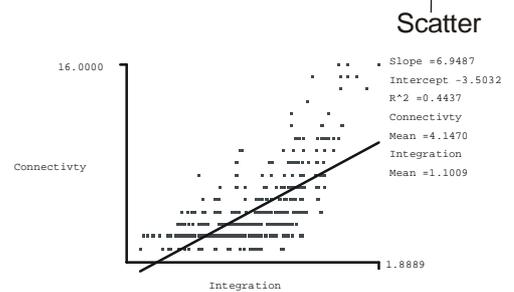
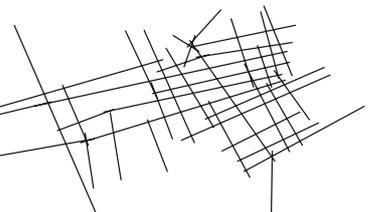
Inteligibilidade - 0,410
Axialidade da Trama - 0,07

1890



Integração Global Média - 1,10
Média Núcleo Integrador - 1,58

Núcleo Integrador



Inteligibilidade - 0,443
Axialidade da Trama - 0,07

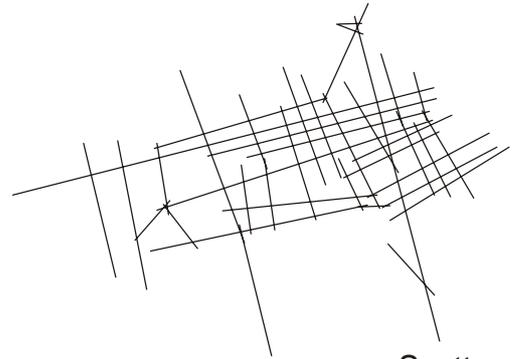
FIGURA 6.1 - Medidas espaciais e sintáticas 1650 / 1750 / 1890.

1905

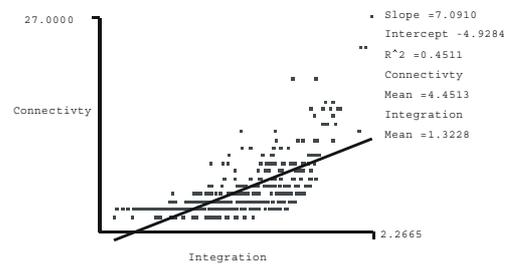


Integração Global Média - 1,17
Média Núcleo Integrador - 1,91

Núcleo Integrador



Scatter



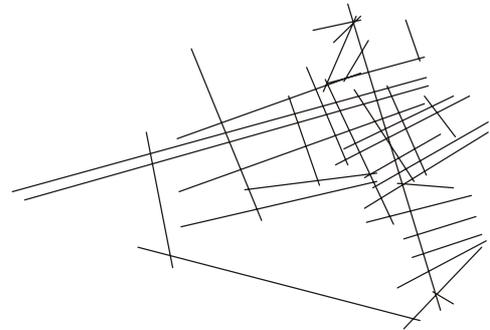
Inteligibilidade - 0,451
Axialidade da Trama - 0.0754

1945

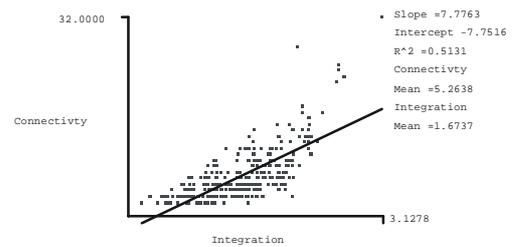


Integração Global Média - 1,16
Média Núcleo Integrador - 1,91

Núcleo Integrador



Scatter



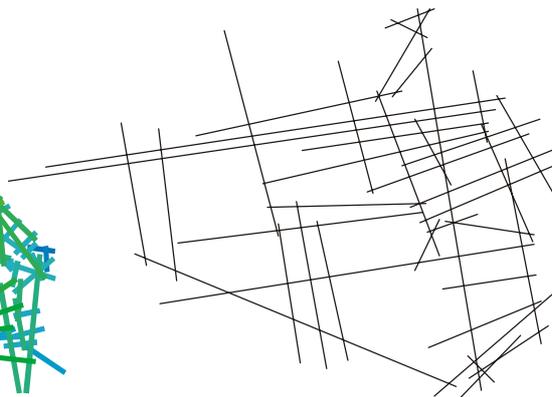
Inteligibilidade - 0,513
Axialidade da Trama - 0,0754

FIGURA 6.2 - Medidas espaciais e sintáticas 1905 / 1945.

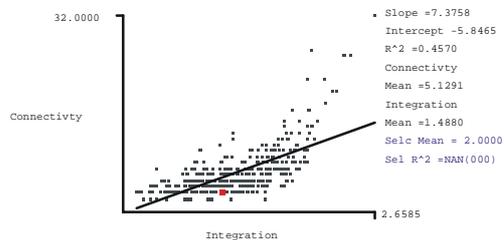
1965



Núcleo Integrador



Scatter



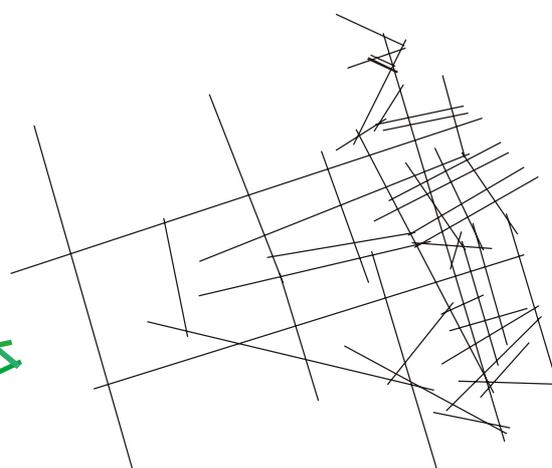
Integração Global Média - 1,40
 Média Núcleo Integrador - 2,12

Inteligibilidade - 0,457
 Axialidade da Trama - 0,0745

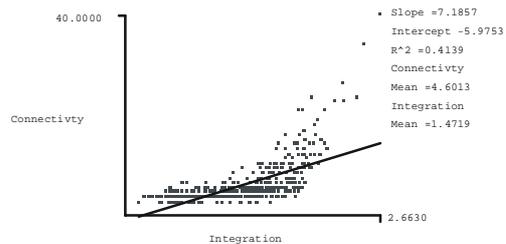
1990



Núcleo Integrador



Scatter



Integração Global Média - 1,36
 Média Núcleo Integrador - 2,12

Inteligibilidade - 0,414
 Axialidade da Trama - 0,064

FIGURA 6.3 - Medidas espaciais e sintáticas 1965 / 1990.

Centro da Cidade.

Pode-se dizer que a evolução urbana do Centro do Rio se deu mais no sentido de preencher os vazios já delineados em seus limites físicos, do que no amálgama de tecidos que se sobrepuseram. A permanência, até hoje, de linhas muito antigas no *núcleo integrador*, mesmo perdendo sua expressão sintática (medida de integração) dão conta dessa tendência, o que suscita outra discussão pertinente em torno da questão da centralidade sintática, dada pela força do *núcleo integrador*. Tomando-se como pressuposto teórico que o Centro do Rio tem uma configuração linear (como atestado por LESSA, 2001), cujos espaços públicos são, em sua maioria definidos pela entrada de edifícios, ou grupos de edifícios de ambos os lados, agrupados para formar ilhas discretas - os quarteirões -, e que, os espaços lineares que circundam as ilhas formam anéis, que geram um sistema de espaços contínuos, ruas, temos que a configuração tende à anelaridade, ou seja, tende a relações mais simétricas. A própria forma do núcleo integrador atual, que evolui de uma grelha deformada para um sistema aproximado de roda deformada, põe por terra a argumentação do autor. Nem em seus primórdios, o Rio de Janeiro (hoje seu Centro) apresentou uma configuração linear, pelo contrário, sua evolução indica uma opção reiterada pela configuração em grelha deformada, que só recentemente indica transformações de paradigma teórico (FIGURAS 6.1, 6.2 e 6.3).

O *núcleo integrador*, no entanto, apresenta características muito próprias: a forma conseqüente do núcleo seria a de uma roda deformada, no entanto, tem-se um núcleo integrador, ainda, com forte tendência à grelha deformada, sendo que se destaca, a sua metamorfose gradual - de uma grelha deformada aberta ao território, de grade de lados pequenos, mais ou menos regulares e mesma proporção de linhas nos dois sentidos do eixo -, até a configuração atual, com um *núcleo integrador* cuja graduação é definida em três níveis básicos: a) um maior, composto de poucas linhas que definem uma malha ampla e aberta, formando um retângulo, onde, o lado menor é aproximadamente 1/3 do maior, garantindo a alta acessibilidade da área central com o resto da cidade, dividida em três partes: uma mais densamente reticulada em ambos os sentidos e que corresponde à parte mais antiga da malha após retificação, sobre a qual concentram-se as atividades econômicas urbanas mais expressivas e densas; b) outra, com poucas linhas circunscritas predominantes no sentido do lado mais comprido, que definem a área de atividade comercial popular; c) uma terceira, definida basicamente pelas linhas guias, as quais correspondem às áreas predominantemente residenciais ou de pequeno comércio (periféricas). A alteração formal do *núcleo integrador* está pautada na ampliação do sistema urbano como um todo, e na importância de ligação com o território circunvizinho. Já foi dito no capítulo anterior, que a centralidade é antes delimitada pelas linhas do núcleo integrador, do que composta por elas. Isso sugere uma explicação para os casos da Presidente Vargas e da avenida Chile, ambas ruas de pouco movimento de pedestres, baixa ocupação do solo e de grande acessibilidade para os que vem de fora do sistema, caracterizando-se pelo intenso movimento

de veículos. A força do *núcleo integrador* é crescente ao longo da história. Sua média atual é praticamente o dobro da média do sistema como um todo, denotando que sua força é evidente, ou seja, que estas são, sem sombra de dúvida, as linhas que representam os maiores potenciais de movimento e co-presença entre as categorias moradores/estranhos no Centro do Rio de Janeiro, o que foi confirmado empiricamente na pesquisa.

Há cem anos que as linhas mais integradas do sistema permanecem as mesmas, destacando-se aí, o papel da Rio Branco no sistema e no *núcleo integrador*. Pode-se afirmar, que esse eixo constitui-se no ponto de convergência e destinação coletiva, funcionando como elemento diferenciador e articulador das transformações pelas quais, a malha do Centro passa no século XX, o que confere identidade espacial ao Centro do Rio de Janeiro (PEPONIS, 1989), e isto é da maior relevância. A ampliação do número de linhas do núcleo integrador, estabiliza o conjunto de maior integração e contribui para o aumento da força do núcleo, que chega aos dias atuais fortalecido frente à integração média do sistema (FIGURA 6.3). Dentre elas, algumas que comparecem no *núcleo integrador* desde a fundação da cidade, como é o caso da rua Direta, atual 1º de Março.

Se considerarmos as linhas do *núcleo integrador* como o *coração da cidade* (LESSA, 2001), ou da centralidade, veremos que este, como diz o autor, ainda bate no mesmo lugar, desde os tempos coloniais, uma reafirmação importante do centro simbólico, marca da urbanidade e da imagem da cidade. Pode-se dizer que as forças socioculturais, que contribuem para a geração de tipos espaciais indispensáveis à reprodução das práticas sociais da comunidade carioca, se mantiveram ao longo da história da cidade, assim como, estão em congruência com as microeconômicas, também presentes ao longo dos séculos.

A literatura diz que, os sistemas espaciais estruturados em grelha deformada, geralmente denunciam um processo evolutivo, onde os parâmetros socioculturais e microeconômicos andam paralelamente. Este parece ser o caso do Centro do Rio, onde o investimento sucessivo tanto na consolidação dos vínculos de base espacial, quanto de base transpacial, dá conta de um sistema contínuo, relativamente compacto, cujas transformações mais marcantes operaram no sentido de estabelecer uma forte coesão espacial dos lugares onde a segregação se dá muito mais em termos da aplicação de códigos sociais implícitos do que através da segregação espacial propriamente dita. Essa ênfase dilui-se quando se aproxima dos limites da área estudada, onde morros ou intervenções morfológicas significativas na estrutura da malha urbana (por exemplo, a Presidente Vargas), adicionam segregação espacial e social, a ponto de promover uma centralidade específica e complementar, voltada para os segmentos populares da sociedade exclusivamente na Central do Brasil.

Outras questões de relevância, dizem respeito, à maior ou menor estruturação da trama urbana, ao longo do tempo histórico. O que se conclui, ao examinar as alterações da malha urbana, é que este passa uma noção de continuidade do sistema, bastante forte, através da preservação sistemática de suas linhas mais longas, a despeito da maior

segmentação das linhas secundárias, o que, de uma certa maneira, justifica a coesão de integração, entre o Centro e outras partes da cidade, a despeito das transformações setoriais ocorridas ao longo da história.

Pelas transformações impostas à estrutura da malha pode-se perceber mudanças na cultura espacial ao longo da evolução da cidade/sociedade do Rio de Janeiro. O investimento em códigos de maior formalidade/transparência, uma marca do movimento moderno, deixou seqüelas profundas no Centro do Rio. A grande coesão sempre apresentada, calcada no sistema de parcelamento por quarteirões de pequenas dimensões, de forma mais ou menos retangular, é alterada pelo código de paisagem de objetos (HOLANDA, 2002), apreensível nas transformações ocorridas em mais de meio século. Esse código é francamente refutado pelo uso - concentração/dispersão de rótulos ligados à microeconomia -, o que os torna lugares preferenciais na alocação de usos institucionais (públicos), voltados para a representação de força do Estado, tendo-se em vista que representa, ao contrário do esperado, espaços dos mais profundos no contexto da área central. O fato do investimento em códigos do gênero, terem tido lugar em áreas mais periféricas do sistema central, contribuiu para a manutenção do núcleo integrador no seu local histórico, e garantiu o predomínio dos códigos mais espaciais na reprodução da vida social e espacial do Centro.

A complexidade (advinda da indistinção hierárquica na alocação de rótulos) inerente à estrutura espacial em grelha deformada, é aliviada com a abertura da Rio Branco e da estruturação de um conjunto de eixos mais integrados globalmente, na periferia do Centro. Os lugares onde se verificou o maior movimento e co-presença entre categorias são internos a estes eixos, e representam a micro-malha mencionada no capítulo anterior. Esse retângulo concentra, realmente, os maiores índices microeconômicos, a maior densidade/diversidade de rótulos e o maior movimento potencial medido.

A simplicidade da estrutura do núcleo integrador, bem como, a convergência de linhas mais importantes para um ponto focal, que é a Cinelândia, direciona o caminho dos estranhos da ponta norte à sul do Centro, para um dos locais de maior significado simbólico da cidade. A Rio Branco e a Presidente Vargas são os eixos, a partir dos quais, percorre-se o resto da cidade. Essas linhas, as mais longas do sistema, não sofrem qualquer tipo de segmentação axial ao longo do tempo, o que preserva uma das invariáveis mais importantes quando tratamos da inteligibilidade do sistema como um todo, sobretudo, por parte de estranhos.

Os vazios urbanos mais impressionantes correspondem sobretudo, à margem sul da avenida Presidente Vargas. Passados 70 anos da sua abertura, a ocupação ainda é rarefeita. Como ela é um dos eixos mais longos do sistema, a sua baixa ocupação chamou a atenção de quase todos os autores que se debruçaram sobre o Centro do Rio nos últimos anos. Limite entre os perímetros norte/sul do Centro, onde a parte norte é francamente mais segregada que a sul, e apresenta padrões espaciais típicos de áreas periféricas (quarteirões muito maiores, linhas axiais mais segregadas), numa clara predominância do

investimento efetivo em códigos espaciais, gerados localmente, onde os parâmetros socioculturais preponderam sobre os microeconômicos, há que se supor que a segregação é tanto mais política, reforçada por um atrator poderoso (oferecer um centro popular longe dos olhos dos outros) do que especulativa (criação de estoque de terras). Ao mesmo tempo, dá-se uma renovação constante das edificações na Rio Branco. Seria a Presidente Vargas um muro? Ou é melhor a cidade virar as costas para o indesejado? O poder (e a manifestação dele, capturado pelas classes dominantes), se desinteressa por manifestar-se justamente na divisa da periferia, onde o controle espacial, sempre apontado como essencial à reprodução das práticas sociais mais populares, é mais notável?

Sendo os parâmetros de prevenção de contaminação social do modelo europeu, calcados no afastamento físico e, conseqüente segregação (e sendo o modelo seguido na maioria das intervenções aqui realizadas), infere-se que, as dimensões mais do que generosas dos espaços convexos, dispostos ao longo da linha axial correspondente à Presidente Vargas, compensa outras formas da aparente miscigenação social na área central, mais contido num código de condutas sociais, num espaço físico aparentemente democrático e acessível a todos. A urbanidade, uma característica da configuração que pode ser apontada para a área central do Rio, leva a crer numa maior informalidade da sociedade, e na menor preponderância dos códigos transpaciais na produção do espaço, sendo que, o uso mais efetivo das possibilidades de encontro, são traduzidas na morfologia do tecido urbano (HOLANDA, 2002), o que é real, resguardadas as idiossincrasias da nossa dinâmica social.

Outro fator importante a destacar nas conclusões do trabalho, é a manutenção da medida de inteligibilidade do sistema em patamares constantes, em torno de 0,4, o que, segundo a interpretação proposta por HOLANDA & GOBBI (1988), sugere que os eixos mais integrados do sistema não captam os maiores potenciais de co-presença, o que "... favorece a diferenciação tão típica, em termos de co-presença, dos vários lugares urbanos ..." (HOLANDA & GOBBI, 1988, p.27). Isso é fundamental pois, a partir da verificação empírica do movimento de pedestres, pode-se constatar a possibilidade real de uma co-presença diversificada e disseminada por eixos secundários do sistema, pelo *centro efetivo e afetivo* do Rio. Talvez, o ponto mais importante, seja que esse coeficiente, se mantém constante ao longo da evolução da cidade, significando a persistência histórica de coesão entre os fatores socioculturais e microeconômicos, na constituição de um centro comercial, cuja animação inegável, é uma das marcas registradas da cidade. Frequentado por todas as classes sociais, o SAARA vê passar, diariamente, por suas *areias*, composta de 11 ruas, 100 mil pessoas. Essa dispersão do movimento, devido sobretudo, à indistinção de integração das linhas por elas representadas, é que garante a sobrevivência das 1.250 lojas, muitas delas centenárias, que são a *cara* do Centro.

"A lei da centralidade é capaz de refletir o potencial de forças sociais conflitantes e transformar o que se iniciou como um processo dual, num processo único pelo qual a diferenciação local alta e a estruturação do padrão global alta do espaço urbano passem a existir" (HILLIER, 2001, 2.23).

Essa é a súmula do processo de conformação da área central do Rio de Janeiro, com a deformação do Centro ou, das linhas de maior centralidade, isso é, com maior permeabilidade e maiores coeficientes de integração global, jogadas para a periferia do sistema, o que melhora significativamente a sua inteligibilidade, sobretudo, por parte de estranhos, forçando a manutenção da coesão entre suas partes internas, mais segregadas relativamente e, portanto, com controle maior de seus moradores, evitando que degenere num labirinto.

Portanto, o Centro do centro do Rio, reflete a circulação de dentro para fora do sistema a partir da máxima rasidade de seu perímetro, privilegiando as categorias e vínculos mais transpaciais. Enquanto que, a anelaridade interna representada pela área composta por eixos de menor integração, contida na outra malha, permite a difusão de rótulos de maneira mais paritária, refletindo-se numa maior dispersão interna do movimento, numa malha mais compactada, o que é bom em termos microeconômicos. A evidente regência da lei de centralidade, em consonância com a lei de compactação, sendo a forma do núcleo integrador, composta basicamente de trs retângulos, que se contm decrescentemente, leva-nos a constatação de que, a memória da construção da cidade, o núcleo histórico do assentamento, gerado, em função do processo de formação residencial e suas implicações socioculturais,  envolvido pelo processo de determinação de centralidades, tornando o Centro do Rio, um caso onde, o paradigma da urbanidade, prepondera sobre o da formalidade, apesar dos esforços empreendidos no sentido de torná-lo um centro monumental.

Nas áreas mais segregadas do Centro manteve-se o código inverso, graças ao seu tramado labiríntico que minimiza a co-presença e o movimento. Este fato permitiu a sobrevivência de algumas gerações, nascidas e criadas nas ruas da área central, onde, alguns, ouviram falar de seus pais, sobre a Revolta da Vacina, sobre as capoeiras e o Cabeça de Porco, provavelmente sentados à porta de casa, ouvindo o burburinho da cidade l embaixo. Em contrapartida, a grelha ortogonal, quando vaza o perímetro de maior acessibilidade, enseja o desenvolvimento de um uso residencial que parte de outros parâmetros socioculturais, já baseados na invisibilidade promissora das grandes metrópoles. Aqui não importa quem eu sou ou de onde vim, tampouco interessa o que faz o vizinho nas tardes de calor, o que importa,  morar próximo do trabalho e sobreviver melhor em função das vantagens locais da própria moradia, o que, por outro lado, dificulta a construção de uma *comunidade* com identidade baseada no local onde se estabelece, caso, por exemplo, das favelas e do morro da Conceição.

Sobre esta questão, LESSA (2000) diz que atualmente, ainda são perceptíveis no traçado da cidade, os elementos da dinâmica urbana do Rio de Janeiro colonial. O autor se surpreende com isso, principalmente, quando se trata de uma metrópole com mais de dez milhões de habitantes. Daí conclui-se que, para alguns grupos sociais, a reprodução dos padrões socioculturais que os identificam como tal, passa pela espacialização de práticas

que guardam uma proximidade muito grande com aquelas do Brasil Colônia. Portanto, a manutenção da estrutura e dos elementos da configuração urbana, servem à reprodução das práticas sociais de grupos específicos, dentre eles, os chamados populares e os marginais.

O que dizer em relação à co-presença? Que os espaços mais segregados, vão, mesmo com o crescimento da cidade, permanecer os mesmos e serão ocupados pelos grupos menos favorecidos da sociedade, com uso habitacional. A segregação social é espelhada na segregação espacial, concentrando nestas áreas as habitações mais precárias e os equipamentos públicos mais insalubres? É importante destacar estas condições, pois a prática de ocupação dos espaços mais segregados, pelas camadas mais populares da sociedade, são uma constante na vida urbana do Rio de Janeiro e dão conta de como, apesar das mudanças de paradigmas econômicos e políticos, as diferenças entre o topo e a base da pirâmide permanecem culturalmente as mesmas.

Voltamos a LESSA (2000), quando diz que o Rio é peculiar porque não existe segregação social nos bairros, pois cada bairro é composto por todos os estamentos da sociedade, situação que permanece até os dias de hoje. Temos um comentário a acrescentar: sim, talvez em relação à cidade como um todo, este fato seja verdadeiro, mas em relação à segregação espacial, ela existe, e isto se evidencia na análise mais detida da configuração urbana, a partir de seus padrões espaciais. Percebe-se sempre duas estruturas distintas de malha urbana, uma aplicada aos morros, elevações e encostas, e outra, onde a cidade ganha as partes planas, à beira-mar. Essa dualidade serve como um divisor, tanto morfológico, como social, que mesmo visíveis ou próximos geograficamente, revelam, sintaticamente, duas realidades distintas e estanques em si mesmas. Basta lembrar dos modelos descritos como parâmetros de maior profundidade, maior segregação, maior profundidade e controle local (malhas labirínticas) e de maior controle global e mais próximas aos altos níveis de rasidade ou permeabilidade, ou ainda, integração (grelha ortogonal). Se destacarmos dois trechos da malha urbana do Centro do Rio, em qualquer período histórico, poderemos verificar que há uma franca oposição entre estes dois códigos, que implica sempre em segregação espacial.

Vê-se, como antigas configurações (linhas mais integradas nos séculos XVIII e XIX) influenciaram a tal ponto a localização de atratores, que ainda hoje, núcleos de comércio intensivo permanecem como tais, por exemplo, as ruas do Ouvidor, Sete de Setembro e, caso mais emblemático do centro da Cidade, o conjunto de ruas que constitui o SAARA. As transformações morfológicas ocorridas no Centro do Rio de Janeiro, deixaram de lado algumas áreas, sobretudo, em encostas dos poucos morros remanescentes, que ainda são quase que exclusivamente residenciais. Existem casos interessantes como o da Lapa, onde a maioria dos imóveis é de uso misto/residencial, e as áreas no entorno da Central do Brasil, onde predominam as moradias transitórias e o uso misto, lado a lado, com depósitos e comércio atacadista.

O discurso em torno da degradação do Centro do Rio de Janeiro, associa

como causa deste fato, razões ligadas à população de baixa renda, comércio popular, habitação; e a sua revitalização, às transformações de melhoria da qualidade desses espaços com *gentrificação*². Investigou-se se ações de substituição de população residente e de funções (rótulos), nos edifícios, ocasionaram uma melhoria real dos lugares em questão, contribuíram para o aumento do movimento e do controle sobre os espaços. O que a observação continuada desses lugares mostrou, é que estas ações tendem a funcionar naqueles pontos da estrutura urbana de maior acessibilidade, em ruas menos segregadas, mas não indiscriminadamente.

O que se discute é que ações redentoras acabam por ter sucesso em lugares mais rasos da malha, onde a implantação de atratores funciona como multiplicador das condições configuracionais ou do potencial efetivo do movimento de pedestres e usuários, contribuindo para a melhoria das condições do lugar. Um exemplo típico nesse sentido é a implantação de centros culturais em diversos pontos do Centro, alavancados pela experiência do Paço e do Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB -, que geram um movimento grande de pessoas nos fins de semana. O que se observa, é que o CCBB³ foi descoberto por estar localizado num dos eixos de maior acessibilidade da malha (Presidente Vargas), o que não ocorre com seu vizinho de fundos (situado entre 2 becos) o Centro Cultural dos Correios, ou com a casa Hélio Oiticica (também situada num beco próximo à Praça Tiradentes, ou ainda, com o Centro Cultural da Light (do outro lado da Presidente Vargas, lado norte, uma área periférica do Centro de negócios). Isso é fundamental destacar no estudo de caso, pelas peculiaridades de padrões de co-presença encontrados nas frações destacadas para o levantamento do movimento de pedestres. Tratando-se de uma área central, onde ainda são observados alguns bolsões periféricos, onde o rótulo habitação ainda não foi totalmente excluído, tem-se padrões de co-presença alterados nos fins de semana, por exemplo, em função desse rótulo, como o morro da Conceição, a praça da Cruz Vermelha na Lapa e algumas ruas do entorno da Central do Brasil, enquanto que, nas áreas onde se encontram rótulos exclusivamente ligados a serviços, escritórios e comércio, a co-presença nos fins de semana torna-se insignificante. Em relação à densidade dos rótulos, também existem distinções importantes nos padrões de co-presença, sobretudo, nessas áreas com maior proporção de moradias: os casos da Lapa e do entorno da Central, por apresentarem uma maior mistura de atividades, lado a lado com as habitações, tem uma animação muito mais evidente que o morro da Conceição, cujas características de atividades, mesmo artesanais e industriais, são tão locais, que se tornam inexpressivas. No entanto, sintaticamente, como já discutido, a correlação entre movimento e integração é mais forte exatamente no morro da Conceição. Obviamente que as características de integração do sistema do morro da Conceição, são das mais segregadas possíveis, portanto, estas peculiaridades estão entrelaçadas, de tal maneira que, fica claro, que há lugares pelos quais andamos e identificamos como o Centro, e há outros, aos quais não estamos interessados em ir, como o entorno da Central, que é efetivamente o centro para milhares e milhares de

trabalhadores, e moradores do subúrbio. Aquilo é, para alguns, a cidade. Os estranhos somos nós.

A discussão da centralidade, proposta pela sintaxe espacial, traz à tona aspectos instrumentais da configuração no movimento de pedestres e na consolidação de usos e dispersão de rótulos, que possibilitou conclusões acerca da estrutura do Centro do Rio e sua dinâmica social bastante interessantes. Conclusões estas que num primeiro olhar seriam seguramente outras. O trabalho de verificação retrospectiva mostrou-se também importante na compreensão do sistema urbano do Centro da cidade atual e, estou certa de que este propõe uma abordagem do fenômeno até então inédita, que poderá servir como ponto de partida para a investigação sobre as relações entre configuração e apropriação social de outras partes do Rio de Janeiro (bairros) ou, de maneira mais abrangente, da área metropolitana. Tomo estas palavras de Carlos Lessa,

“O Rio Colonial, surpreendentemente, já continha nos eixos e na configuração espacial, e em alguns padrões de sua anatomia social, um certo Rio dupla-face – oficial e transgressor – perceptível na cidade atual.” (LESSA, 2000, p.62),

que instigam o desejo de aprofundar a investigação e ampliá-la para verificar se, efetivamente essa dupla face do fenômeno se repete nos outros bairros da cidade, ou se, a dupla-face é, na verdade, um avesso e um direito, arquivados em Zona Norte e Zona Sul.

NOTAS

1 O São Bento, colégio tradicional do Rio de Janeiro é tido como uma das melhores e mais exclusivas escolas particulares da cidade. A título de curiosidade, o colégio, inicialmente exclusivamente masculino foi a última instituição de ensino privada do Rio a aceitar mulheres tanto como professoras, como alunas, mais ou menos simultaneamente com o Colégio Militar (meados dos anos 80).

2 *Gentryfication* é um termo encontrado em trabalhos sobre revitalização de áreas urbanas centrais e basicamente diz respeito à substituição de população usuária e de equipamentos e funções de atratores como forma de recuperar áreas em estado de degradação física. DEL RIO (1994) faz várias alusões a estas “soluções” em sua análise sobre a Zona Portuária do Rio de Janeiro, do ponto de vista da percepção dos moradores do local e das ações públicas e privadas de “revitalização”. O que ele conclui é que para os moradores a degradação não é significativa e sim a falta de equipamentos de lazer e serviços de bairro. A área que concentra grande número de depósitos e plantas desativadas tem características morfológicas bastante peculiares, como a segmentação dos espaços públicos por linhas de trem e grandes ruas de acesso a armazéns sem nenhum tipo de constituição (apenas muros cegos), inclusive com a maioria dos galpões sem uso. Cabe perguntar mais uma vez se, ao substituir as funções desses edifícios, coisa já tentada em diversas ocasiões, haverá uma “recuperação” real e permanente da “qualidade desses espaços”, coisa que não foi constatada na observação empírica.

3 Não se pode esquecer que o meio de transporte mais usual dos frequentadores de centros culturais é o carro, portanto fins de semana (movimento do Centro é menor) e proximidade de vias de ligação com o entorno da cidade são atraentes para o público potencial.

Referências bibliográficas

- ABREU**, Maurício de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO / Zahar, 2ª ed., 1988.
- ADONIAS**, Isa. Mapas: imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Odebrecht, 1993. 396 p.
- AGUIAR**, Douglas; **KRAFTA**, Rômulo. Projeto de reabilitação urbana da avenida Voluntários da Pátria, Porto Alegre. In: Cadernos Brasileiros de Arquitetura - desenho urbano II, São Paulo, Projeto, 1984, v. 13.
- ALBERNAZ**, Maria Paula; **VAZ**, Lilian Fessler. Notas históricas sobre a formação do espaço construído: os tipos de habitação multifamiliar do Rio de Janeiro. In: Anais do II SEDUR. Brasília, Pini / CNPq / FINEP, 1986.
- ALENCASTRO**, Luiz Felipe de (org.) et al. História da vida privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, 5v., v.2. 523 p.
- AMORIM**, Luiz Manuel do Eirado. Integrating visual fields: creating phenomena? Londres, UCL - Bartlett Graduate School, 1995.
- AMORIM**, Luiz Manuel do Eirado. Do Bom Jesus ao Pilar, que caminho tomar?. In: Estratégias de intervenções em áreas históricas – revalorização de áreas urbanas centrais. Recife, Mestrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE, 1995. p. 110-119, 219p.
- AZEVEDO**, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial . São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1956, Boletim n.º 208, Geografia n.º 11. 96 p.
- BAHIA**, Sérgio Rodrigues. Proposta de reestruturação dos quarteirões ao norte da sede da RFFSA RJ. In: Anais do II SEDUR, Brasília, Pini / CNPq / FINEP, 1986.
- BARREIROS**, Eduardo Canabrava. Atlas da evolução urbana do Rio de Janeiro: ensaio 1565 - 1965. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1967.
- BATTY**, Michael. A chornicle of scientific planning – the anglo-american modelling experience. In: APA Journal winter. Baltimore, 1994. p.7-29.
- BENCHIMOL**, Jaime Larry. Pereira Passos um Haussman Tropical. Rio de Janeiro, SMCTE - DGPC, 1992.
- BULHÕES**, Antônio; **MALTA**, Augusto. O Rio de Janeiro do bota-abaxio. Rio de Janeiro, Salamandra, 1997.
- CALDEIRA**, Jorge. História do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1999. 365 p.
- CALDEIRA**, Tereza Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, 34 / EDUSP, 2000. 400 p.
- CARPINTÉRO**, Marisa V. Teixeira. Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras décadas do séc. XX em São Paulo. In: BRESCIANI, Stella (Org.). Imagens da cidade - séculos XIX e XX. São Paulo, ANPUH / FAPESP / Marco Zero, 1994, p.123-146. 190 p.
- CARRER**, Aline (coord.). Rio de Assis: imagens machadianas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 1999. 96 p.

CASTEX, J.; DEPAULE, J-C; PANERAI, P. Formes Urbaines de L'Îlot à la Barre. Paris, Dunod, 1977.

CAVALCANTI, Lauro (org.). Quando o Brasil era moderno: Guia de Arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001. 468 p.

CERDÁ, Ildefons. La teoria générale de l'Urbanization. Paris, éditions du Seuil.

CHADWICK, G. F. Una visión sistêmica del planeamiento. Barcelona, Gustavo Gili, 1991.

CHIAVARI, Maria Pace. Rio de Janeiro: Preservação e Modernidade. Rio de Janeiro, Sextante Artes, 1998.

CHOAY, Françoise. L'Urbanisme. Paris, éditions du Seuil, 1965.

CHOAY, Françoise. A regra e o modelo. São Paulo, Perspectiva, 1985.

CORRÊA, Marcos de Sá. O Centro no centro. <http://www.no.com.br/revista/noticia/49182/actual>. 06 de dezembro de 2001.

CULLEN, Ian. Applied Urban Analysis. MIT Press, s/d, cópia reprográfica de consulta, Biblioteca da UnB, Brasília, DF.

CUTINI, Valerio - Configuration and centrality some evidence from two italian case studies. In: Proceedings - Space Syntax 3rd International Symposium. Atlanta, Georgia Institute of Technology, 2001, p. 32.1-32.11.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Do Cosmógrafo ao Satélite - Mapas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura do Rio de Janeiro, 2000.

DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Rio de Janeiro, PUCRJ, 1985.

DEL RIO, Vicente. Desenho Urbano e Revitalização na área portuária do Rio de Janeiro: A contribuição do estudo da Percepção Ambiental. Tese (doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1991. 642 p.

DEL RIO, Vicente. Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro - a contribuição do estudo da Percepção Ambiental. Tese de Doutorado, São Paulo, FAUUSP, 1991.

DEL RIO, Vicente. Revitalização de centros urbanos. In: Revista da Pós, coleção P n.º 4. São Paulo, FAUUSP, 1993. p 53-64.

DEL RIO, Vicente. Uma visão interdisciplinar do estudo da paisagem. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação UNESP. Bauru, 1994 (palestra proferida no seminário Paisagem. Paisagens.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. Percepção ambiental. São Paulo, UFSCar / Nobel, 1996.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. História da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1988. 126 p.

DELSON, Roberta Marx. Novas Vilas para o Brasil Colônia. Brasília, Alva / CIORD, 1997. 124 p.

DESYLLAS, Jake. Berlin in Transition: analysing the relationship between land use, land value and morphology. in Space Syntax 1st Internacional Symposium. Londres, 1997, v. 1.

DOUGLAS, Mary. Purity and danger. Londres, Redwood Burn, 1978. 189 p.

EVENSON, Norma. Two Brazilian capitals: architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. Londres, Yale University Press, 1973.

FARRET, Ricardo, (org.). O espaço da cidade - contribuição à análise urbana. São Paulo, Projeto, 1985.

FERRÃO, Cristina; **SOARES**, José Paulo M. (ed.). História dos bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo – zona portuária -. Rio de Janeiro, João Fortes engenharia / Index, 1987.

FERREZ, Gilberto. O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972. 80p.

FEESLER VAZ, Lilian; **SILVEIRA**, Carmem B. O papel da habitação na revalorização das áreas centrais – planos e políticas urbanas para a área central do Rio de Janeiro. In: Estratégias de intervenções em áreas históricas – revalorização de áreas urbanas centrais. Recife, Mestrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE, 1995. p. 190-195, 219p.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei – uma história fundiária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999. 302p.

GEIGER, Pedro Pinchas. Evolução da rede urbana brasileira. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963. 462 p.

GIBSON, James. La percepción del mundo visual. Buenos Aires, Infinito, 1974.

GOBBI, Cristina. Sistemas de informação automatizados como instrumentos para o planejamento urbano. Tese de mestrado em planejamento urbano. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, Brasília, 1989.

GUIMARAENS, Ceça. Os camelôs e a imagem do centro histórico do Rio de Janeiro. <http://www.vitruvius.com.br/papel/arquitextos/arq000/bases/texto076.asp>

GUIMARAENS, Ceça; **IWATA**, Nara. A importância dos museus e centros culturais na recuperação de centros urbanos. In: Arquitetura, Pesquisa & Projeto. DEL RIO, Vicente (org.). Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Arquitetura - PROARQ / UFRJ, 1998, p. 147-159. 225 p

HALL, Peter. Urban and Regional planning. Harmondsworth & Penguin Books, 1974.

HANSON, Julienne. Decoding Homes and Houses. Londres, Cambridge University Press, 1998.

HANSON, Julienne. Urban transformations: a history of design ideas. in Space Syntax 2nd International Symposium. Brasília, 1999, v. I.

HEITOR, Tereza; **KRUGER**, Mário J; **MUCHAGATO**, J; **RAMOS**; **TOSTÕES**, A. Breaking the medieval space. in Space Syntax 2nd International Symposium. Brasília, 1999, v. 2.

HILLIER, Bill; **HANSON**, Julienne. The social logic of space. Londres, Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, Bill. Against enclosure. In: **TEYMOR**, N.; **MARKUS**, T. & **MOOLEY**, T. Rehumanising house. Londres, Butterwoods, 1988. p. 63-88

HILLIER, B; HANSON, J; PENN, A; GRAJEWSKI, T; XU, J. Natural Movement: or configuration and attraction in urban pedestrian movement. In: Environment and Planning B: Planning and design. Londres, 1993, p. 29-66.

HILLIER, Bill. Space is the machine. Londres, Cambridge University Press, 1996.

HILLIER, Bill. Therefore the grid: the need for a teory of order. In: 1st Space Syntax International Symposium. Londres, Space Syntax Laboratory, 1997, 2 v., v. 2, p. 35.1.

HILLIER, Bill. A note on intuiting of form: three issues in the theory of design. In: Environment and Planning B: Planning and design, Aniversary Issue. Londres, 1998.

HILLIER, Bill. Centrality as a process; accounting for attraction inequalities in deformed grids. In: Space Syntax 2nd International Symposium. Brasília, Universidade de Brasília, 1999, 2 v., v.1 "Proceedings", capítulo 3.

HILLIER, Bill. Society seen through the prism of space, or what has the future of cities to do with their past. In: Proceeedings - Space Syntax 3rd International Symposium. Atlanta, Georgia Institute of Techonology, 2001, p. 13.

HILLIER, Bill. Space as paradigm. in Space Syntax 2nd Internacional Symposium. Brasília, 1999,v. 2.

HILLIER, Bill. A theory of the city as an object or, how spatial laws mediate the social construction of urban space. In: Space Syntax 3rd International Symposium. Atlanta, University of Atlanta, 2001, p. 2.1-2.28.

HOLANDA, Frederico R. B. de; GOBBI, Cristina. Forma e uso do espaço urbano. Brasília, UnB, 1988.

HOLANDA, Frederico R. B. de. Arquitetura e ética. In: Arquitetura e Urbanismo, n.º 54. São Paulo, jun./jul., 1994, p.106-108.

HOLANDA, Frederico R. B. de. Towards a typology of urban spatial layout: The case of Brasília. In: Space Syntax 1st International Symposium. Londres, Bartlett school of graduate studies, 1997, 2v., v1 "proceedings".

HOLANDA, Frederico R. B. de. A determinação negativa do movimento moderno. In: II seminário DOCOMOMO no Brasil. Salvador, set. 1997.

HOLANDA, Frederico R. B. de, et al. Eccentric Brasília. Space Syntax 3rd International Symposium. Atlanta, University of Atlanta, 2001, p. 53.1-53.9.

HOLANDA, Frederico R. B. de. O espaço de exceção. Brasília, UnB, 2002. 466 p.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. Corredor cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1985. 82p.

JACOBS, Jane. The death and Life of great american cities. Londres, Jonathan Cape, 1982.

KESSEL, Carlos. A vitrine e o espelho: a Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, 2001. 140 p.

KOHLSDORF, Gunter; HOLANDA, Frederico. Sobre o conceito de Arquitetura. In: Anais do Seminário Nacional - o estudo da história na formação do arquiteto. São Paulo, FAUSP / Fapesp, p. 471-482, 1995.

- KOHLSDORF**, Maria Elaine. A apreensão da forma da cidade. Brasília, UnB, 1996.
- KRAFTA**, Rômulo. Spatial self - organization and the production of the city. In: Urbana, n.º 24, p.49-62, 1999.
- KRAFTA**, Rômulo; **MORAES NETO**, Vinícius. Segregação dinâmica urbana: modelagem e segregação. In: Anais do 8º Encontro Nacional da ANPUR. Porto Alegre, PROPUR, 1999.
- KRUGER**, Mário Júlio. Na approach to built-form connectivity at urban scale: system description and its representation . In: Environment and Planning B. Londres, 1979, v. 6, p. 67-88.
- KRUGER**, Mário Júlio; **TURKIENICZ**, Benamy. Medição de continuidade espacial urbana. In: Anais do II SEDUR. Brasília, Pini / CNPq / FINEP, 1986.
- LESSA**, Carlos. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- LOUREIRO**, Cláudia; **AMORIM**, Luiz. O mascate, o bispo, o juiz e os outros: sobre a gênese morfológica do Recife. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.º 3, p. 19-39. Recife, ANPUR, 2000.
- LYNCH**, Kevin. The image of the city. Massachusetts, MIT, 1960.
- MACEDO**, Iara Ferreira de. Manual de elaboração e apresentação de trabalhos científicos: dissertações e teses. Cadernos BFARQ, 2. Porto Alegre, Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, 1999.
- MAGALHÃES**, Cláudia Fernanda de. Marginal integration as a survival strategy: two cases in Rio, Brazil. In: Space Syntax 1st International Symposium. Londres, Bartlett School of Graduate Studies, 1997, 2 v., v. 1 "Proceedings", capítulo 10.
- MAGALHÃES**, Roberto Aderson M. O Centro do Rio na década de 1990: requalificação e reafirmação da centralidade principal. Anais IX Encontro Nacional da ANPUR, v. 2, p. 741-752. ANPUR, 2001.
- MAGALHÃES**, Sérgio. Sobre a cidade: habitação e democracia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Proeditores, 2002. 140 p.
- MARQUES**, Luiz (org.). Descobrimento e colonização. São Paulo, MASP, 2000. 197 p.
- MATTOSO**, Kátia M de Queiroz. A opulência na província da Bahia.in ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). A História da Vida Privada no Brasil, vol. 2, São Paulo, Cia. da Letras, 1997. pp.143-180.
- MC LOUGHLIN**, Brian J. Urban and Regional Planning. s/r.
- MELLO E SOUZA**, Laura de (org.) et al. História da vida privada no Brasil, Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, 5v., v.1. 523 p.
- MERA**, Adina. Pesquisa para o Zoneamento da Guanabara. In: Revista de Administração Municipal, n.º 101. Rio de Janeiro, IBAM, 1969, p.71-101.
- MOTA**, Adriana Pinheiro. A montanha das artes. [http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernos/](http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernos/domingo) domingo. 23 de fev. de 2002.
- MOTTA**, Aydano André. A verdade está no Centro. <http://jbonline.terra.com.br/jb/colunas/joaquim>.

28 de abr. de 2002.

PENN, Alan. Space syntax and space cognition or why the axial line? Proceedings - Space Syntax 3rd International Symposium. Atlanta, Georgia Institute of Technology, 2001, p. 11.1-11.16.

PEPONIS, John. Espaço, cultura e desenho urbano no modernismo tardio e além dele. Original Ekistics, v. 56, n.º 334/5, jan. –abr. 1989. Atenas, Athens Center. Cópia reprográfica, Trad. Frederico de Holanda, para utilização didática UnB.

PEPONIS, J; **WINEMAN**, J; **RASHID**, M; **BAFNA**, S; **KIM**, S H. On description of shape and spatial configuration inside buildings: convex partitions and their local properties . In: Environment and Planning B: Planning and design. Londres, 1997, v. 24, p. 761-781.

PEPONIS, J; **WINEMAN**, J; **RASHID**, M; **BAFNA**, S; **KIM**, S H. Describing plan configuration according to the covisibility os surfaces . In: Environment and Planning B: Planning and design, Londres, 1998, v. 25, p. 693-708.

PEPONIS, John. Interacting questions and descriptions: how do they look from here? Proceedings - Space Syntax 3rd International Symposium. Atlanta, Georgia Institute of Technology, 2001, p. xviii-xxvi.

PERLMAN, Janice. O mito da marginalidade - favelas e política no Rio de Janeiro. Col. Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. 18, 1977.

PESAVENTO, Sandra Jatahy O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre -. Porto Alegre, UFRGS, 1999, p.157-210. 393 p.

PINHEIRO, Augusto Ivan Freitas. Corredor Cultural, um projeto de preservação para o centro do Rio de Janeiro. In: Anais do II SEDUR. Brasília, Pini / CNPq / FINEP, 1986.

PINHEIRO, Ivan Augusto de Freitas. Patrimônio Cultural e gestão urbana – área central do Rio de Janeiro. In: Estratégias de intervenções em áreas históricas – revalorização de áreas urbanas centrais. Recife, Metsrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE, 1995. p. 73-79, 219p.

PORTAS, Nuno. L´emergenza del progetto urbano. In: Urbanistica, n.º 110. Roma, jun. 1998.

PORTAS, Nuno. Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil. In: Oceanos, n.º 41, Comissão nacional comemorativa. dos descobrimentos portugueses. Lisboa, 2001, p.162-172.

PORTUGALI, Juval. Self Org.anizing Cities. In: Futures, v. 29, nº4/5, Great Britain, Elsevier Science, 1997, p. 353-380.

RAPOPORT, Amos. Human Aspects of Urban Form. Oxford, Pergamon, 1977.

REIS FILHO, Nestor Goulart. As principais cidades e vilas do Brasil - importância da vida urbana colonial. In: Oceanos, nº41, Comissão nacional comemorativa dos descobrimentos portugueses. Lisboa, 2001, p. 60-81.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. Centro internacional Rio (RB1): território de conflitos de percepções, de imagens e expectativas. In: Arquitetura, Pesquisa & Projeto. DEL RIO, Vicente (org.). Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Arquitetura - PROARQ / UFRJ, 1998. p. 183-200. 225 p.

RIGATTI, Décio. Apropriação social do espaço: um estudo comparativo. In: Paisagem Ambiente, ensaios, n.º 7, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP, 1995, p. 141-197.

RIGATTI, Décio. Do espaço projetado ao espaço construído: modelos de morfologia urbana no conjunto Rubem Berta. Tese de doutorado. São Paulo, FAUUSP, 1997.

RIGATTI, Décio. Loteamentos, expansão e estrutura urbana, relatório final de pesquisa. Porto Alegre, UFRGS/PROPUR, 2000.

RIGATTI, Décio. Order and structure, design and use in housing estates. In: Urban Design International vol. 5 n.º 3/4. Hampshire, Stockton, oct-dec 2000. p. 161-176.

RIGATTI, Décio. Padrões de movimento de pedestres em áreas urbanas descontínuas. Porto Alegre, UFRGS/PROPUR, 2000.

RIGATTI, Décio; **BALESTRA**, Maria Isabel. Projetando a cidade. Recontextualizar: um pressuposto para a articulação das partes com o todo. In: Anais do II SEDUR. Brasília, Pini / CNPq / FINEP, 1986.

RIGATTI, Décio (Org.) - CD dos Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR. PROPUR/UFRGS - ANPUR, Porto Alegre, 1999.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. Plano Doxiadis: um plano para o desenvolvimento urbano (1948). Rio de Janeiro, 1973, 3v., v. 1. 133 p.

RIO DE JANEIRO. IPLANRIO & RIOARTE. Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural . Rio de Janeiro, 1985. 83 p.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. O centro do Rio mostra seu rosto: a história jornalística do Corredor Cultural (1988). Rio de Janeiro, 1988. 370 p.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Manual de obras em edificações preservadas . Rio de Janeiro, 1991. Vol.1. 42 p.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Cadernos do patrimônio Cultural . Rio de Janeiro, abril 1992. 45 p.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Urbanismo. Plano diretor decenal da cidade (1992). Rio de Janeiro, 1993. 133 p.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / DGPC. Morro da Conceição: padres, soldados, operários . Rio de Janeiro, 1996. Coleção Bairros Cariocas. 76 p.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Urbanismo. **CD RIO ATLAS 98**. Rio de Janeiro, 1998.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Rio de Janeiro, o que transforma e em que é transformado. In: Cadernos Brasileiros de Arquitetura - desenho urbano I. São Paulo, Projeto, 1984, v. 12.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos; **VOGEL**, Arno. Quando a rua vira casa - a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo, Projeto, 1985.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. In: Revista Projeto n.º 86, São Paulo, Projeto, abr. 1986. p. 59-63.

SANTOS, Paulo F. Quatro séculos de Arquitetura. Rio de Janeiro, IAB, 1981, v.1. 124 p.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes

literários e bibliotecas. In: BRESCIANI, Stella (Org.). Imagens da cidade - séculos XIX e XX. São Paulo, ANPUH / FAPESP / Marco Zero, 1994, p.147-162. 190 p.

SEVCENKO, Nicolau (org.) et al. História da vida privada no Brasil, República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, 5v., v.3. 724 p.

SIGAUD, Márcia Frota; **PINHO**, Cláudia Maria M. (pesq.). Morro da Conceição: da memória o futuro. Rio de Janeiro, Instituto Municipal Pereira Passos / Sextante, 2000.

SILVEIRA, Carmen B; **VAZ**, Lilian Fessler. Projetos urbanísticos para os vazios urbanos e as áreas centrais. In: Anais do 8º Encontro Nacional da ANPUR. Porto Alegre, PROPUR, 1999.

TURKIENICZ, Benamy. A forma da cidade - agenda para um debate. In: Cadernos Brasileiros de Arquitetura - desenho urbano I. São Paulo, Projeto, 1984,v. 12.

UGALDE, Cláudio Maineri. O parcelamento do solo na região metropolitana de Porto Alegre; efeitos das decisões locais na configuração do espaço urbano regional . Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. 237 p.

WEBBER, Martin. Explorations into Urban Structure. Philadelphia: The University of Philadelphia Press, 1967.

WEGENER, Michael. Operational Urban Models. In: Journal of the American Planning Association, v. 60, n.º 1, Chicago, APA, 1994.

_____. Segredos do SAARA: a rua da Alfândega se diversificou, recebe mais gente que os grandes shoppings e quer virar atração turística. <http://jbonline.terra.com.br/papel/cadernos/ domingo>. 26 de maio de 2002.

http://iplan2.pcrj.rj.gov.br/rinf_historica.htm

<http://www2.rio.rj.gov.br/iplan/web/smu/evolucao4.htm>

<http://www2.rio.rj.gov.br/iplan/web/smu/evolucao5.htm>

<http://www2.rio.rj.gov.br/iplan/web/smu/evolucao6.htm>

<http://www.cide.rj.gov.br>

ANEXO 01

ANEXO 02

ANEXO 03

ANEXO 04

ANEXO 05

ANEXO 06